



Nome da Empresa: **DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS (DIEESE)**

PROJETO:

**CONTRATO N. 001/2006 (CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT –
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE CEAS URBANO PE E
DIEESE)**

TEMA: **CONSULTORIA E PESQUISA/DIAGNÓSTICOS**

OBJETIVO DA CONSULTORIA: **ELABORAÇÃO DE PESQUISA/DIAGNÓSTICOS
DE ESTUDOS DE CASOS**

**PRODUTO 1 – Relatório 1: Indicadores Econômicos e Sociais do
Nordeste: uma análise de 1994 - 2004**

NOVEMBRO DE 2006

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. EVOLUÇÃO ECONÔMICA GERAL DO NORDESTE A PARTIR DE 1994.....	5
2. BALANÇA COMERCIAL E PERFIL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES.....	18
3. CARACTERÍSTICAS E DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO NORDESTE..	43
3.1. Indicadores a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.....	44
3.2. Indicadores a partir do Relatório Anual de Informações Sociais.....	54
4. CONDIÇÕES GERAIS DE VIDA DA POPULAÇÃO NORDESTINA.....	60
4.1. Indicadores educacionais.....	64
4.2. Indicadores de saúde pública e de infra-estrutura de serviços de saúde.....	73
4.3. Pobreza e desigualdade social.....	86
4.4. Padrão de vida nos domicílios.....	93
5. O SETOR PÚBLICO NOS ESTADOS DO NORDESTE: ESTRUTURA GERAL DAS RECEITAS E DESPESAS POR FUNÇÃO.....	105
5.1. Balanços orçamentários resumidos por estado.....	105
5.2. Dívida pública dos estados nordestinos.....	133
5.3. Transferências voluntária da União para a Região Nordeste.....	142
6. CONCLUSÕES: OS RUMOS DA REGIÃO NORDESTE.....	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147

PANORAMA SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORDESTE NO PERÍODO PÓS-REAL

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo fornecer uma radiografia da economia e da sociedade nordestina através da apresentação e da interpretação de uma ampla base de indicadores sócio-econômicos. A concepção teórica que perpassa a análise sócio-econômica aqui é a de que o “desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo” se materializa em múltiplas escalas: global, nacional, regional e local. Esse “desenvolvimento desigual e combinado” em escalas múltiplas cria e recria determinadas estruturas sociais que dão suporte à alavancagem ou à estabilização do processo de acumulação de capital. Essas estruturas sociais da acumulação incluem, por exemplo, um padrão de consumo e remuneração da força de trabalho, uma organização do processo de trabalho dentro das firmas, um tipo de intervenção do Estado na economia, um tipo de organização industrial, determinadas relações entre capital financeiro e capital industrial, uma forma de gestão da moeda, um estágio de luta de classes e de conflitos étnicos e de gênero, uma formatação da participação política (incluindo as relações entre partidos políticos, movimentos da sociedade civil e aparelho estatal), entre outras relações sociais que podem facilitar o processo de acumulação de capital (KOTZ, 1994).

Um determinado arranjo de estruturas sociais de acumulação não é, em si, homogêneo de uma perspectiva sócio-espacial. As estruturas sociais de acumulação, que em um determinado país e em um período de tempo específico, facilitam a acumulação de capital estabelecem-se desigualmente do ponto de vista espacial. Por exemplo, o padrão nacional de interação entre capital financeiro e capital industrial (ou outras formas do capital produtivo), a depender do ajuste espacial entre essas formas de capital, pode funcionar baseado em transferências de excedente entre diferentes regiões e áreas de uma nação. Outro exemplo: a relativa desestruturação de um mercado de trabalho regional (a pequena relevância da subsunção real do trabalho ao capital e do assalariamento) pode ser, ela mesma, parte integrante das estruturas sociais de acumulação em escala nacional, caracterizando-se por reservatório de força de trabalho

a uma taxa de salário abaixo da média nacional a ser utilizado pelos capitais produtivos de outras regiões.

O marco inicial deste trabalho refere-se a implantação do Plano Real (1994). A coleta dos dados socioeconômicos se estendeu até o ano mais recente disponível, para cada série histórica apresentada. O que se perceberá a partir dessas séries históricas de indicadores é que as diversas mudanças no regime de acumulação e no modo de regulação do capitalismo nacional, engendrados pelo Plano Real, não alteraram de forma significativa a divisão inter-regional do trabalho que se consolidou entre as décadas de 70 e 80, juntamente com o padrão médio de vida da população em cada uma das grandes regiões brasileiras. Portanto, a relativa estabilização da acumulação de capital nos anos recentes ocorreu com base, também, na manutenção da região Nordeste em uma posição periférica dentro das novas estruturas sociais de acumulação nacional.

Sempre que possível, os dados serão desagregados por estado, uma vez que, como se irá perceber ao longo desta exposição, existe também uma periferia dentro da Região Nordeste, ou seja, existem estados que estão claramente abaixo da média regional em uma série de indicadores sociais e em termos de estruturação do sistema produtivo. A apresentação dos indicadores por Estado permite visualizar, quase que de imediato, essa desigual produção e distribuição da riqueza entre os estados nordestinos.

1. EVOLUÇÃO ECONÔMICA GERAL DO NORDESTE A PARTIR DE 1994

O indicador econômico mais agregado é o Produto Interno Bruto (PIB), que se refere ao somatório das riquezas produzidas em um determinado espaço geográfico. Como pode se observar na Tabela 1, a Região Nordeste representava, em 1994, 12,9% do PIB do Brasil, passando para 13,8% em 2003. Embora tenha ocorrido, nessa década, um aumento do peso relativo do Nordeste na economia brasileira, devem-se destacar dois pontos:

a) A Região Nordeste continua a ocupar a terceira posição na distribuição regional do PIB nacional, atrás do Sudeste e do Sul;

b) Esse aumento percentual deve-se a uma ligeira desconcentração da atividade produtiva (especialmente industrial) do Sudeste – Região que mais retraiu o seu peso na economia nacional entre 1994 e 2003, embora ainda concentre mais da metade da produção brasileira. Dessa forma, o aumento do peso relativo da economia nordestina ocorreu em uma conjuntura de realocação do capital concentrado na Região Sudeste.

A leitura mais geral dos dados dispostos na Tabela 1 mostra que a distribuição inter-regional da produção econômica não se alterou substancialmente entre os anos de 1994 e 2003. Todas as regiões brasileiras permaneceram nas mesmas posições que ocupavam em 1994.

TABELA 1
Participação das grandes regiões no Produto Interno Bruto do Brasil
1994 a 2003 (em %)

Regiões	Anos									
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
NORTE	5,1	4,6	4,6	4,4	4,5	4,4	4,6	4,8	5,0	5,0
NORDESTE	12,9	12,8	13,2	13,1	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,8
SUDESTE	57,3	58,7	58,1	58,6	58,2	58,2	57,8	57,1	56,3	55,2
SUL	18,7	17,9	18,0	17,7	17,5	17,7	17,6	17,8	17,7	18,6
CENTRO-OESTE	6,1	6,0	6,1	6,2	6,8	6,4	7,0	7,2	7,4	7,5
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1994-2000, microdados.

Ao desagregar o PIB do Nordeste entre Estados, pode-se perceber que Bahia e Pernambuco representavam, em 1994, 53,8% do PIB nordestino (ver Tabela 2). Passados quase uma década, essa concentração geográfica da produção econômica nordestina manteve-se a mesma: Bahia e Pernambuco continuavam representando 53,8%, no ano de 2003. A Bahia, sozinha, representava, em 2003, pouco mais de 1/3 da economia nordestina. O estado do Ceará continua sendo a terceira maior economia do

Nordeste, representando 13,2% do PIB regional em 2003. Os Estados de Sergipe e Rio Grande do Norte chamam a atenção pelo significativo aumento no peso relativo dentro da economia nordestina. Sergipe representava 4,4% do PIB regional em 1994 e passou para 5,5% em 2003, enquanto o Rio Grande do Norte saiu de 5,7% para 6,4%. Uma possível explicação para esse maior dinamismo das economias sergipana e potiguar reside nos investimentos em extração de petróleo pela Petrobrás nos anos recentes (tal fenômeno é particularmente mais forte no Estado do Rio Grande do Norte). Os Estados do Piauí e Maranhão, embora representem aproximadamente 17,8% da população nordestina, têm um peso conjunto de apenas 9,9% no PIB regional (dados referentes ao ano de 2003). Alagoas teve a maior perda de peso relativo dentro da economia nordestina, saindo de 5,3% para 4,8% e tornando-se o segundo menor PIB da região. Piauí e Maranhão apresentam reduzido peso na economia nordestina e, como se verá na seção 5, também possuem suas respectivas populações imersas nas piores condições de vida do Nordeste e do Brasil.

TABELA 2
Composição percentual do PIB dos estados da Região Nordeste
1985 a 2003 (em %)

Ano	PARTICIPAÇÃO %									
	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TOTAL NE
1985	37,8	6,6	5,2	18,0	5,1	5,7	13,3	2,8	5,5	100,0
1986	36,5	6,2	4,7	19,5	5,5	5,4	13,1	3,0	6,0	100,0
1987	35,8	5,1	5,4	20,5	5,6	5,6	13,4	2,9	5,8	100,0
1988	37,3	4,8	4,6	19,8	5,3	5,4	13,7	2,8	6,3	100,0
1989	35,8	4,2	4,5	20,4	5,3	6,0	14,2	3,0	6,5	100,0
1990	34,0	4,4	5,3	21,1	6,3	5,4	13,6	3,5	6,4	100,0
1991	33,0	4,7	5,4	21,5	6,1	5,7	14,1	3,3	6,2	100,0
1992	34,4	4,7	5,6	20,4	5,4	5,6	14,9	2,9	6,2	100,0
1993	34,4	4,8	5,0	20,3	5,5	5,8	15,0	3,2	6,0	100,0
1994	33,7	4,4	5,3	20,1	6,2	5,7	14,8	3,5	6,3	100,0
1995	32,4	4,2	4,9	21,2	6,4	5,7	15,2	3,8	6,1	100,0
1996	32,3	4,2	4,9	20,7	6,3	5,7	15,4	3,8	6,7	100,0
1997	32,7	4,2	5,1	20,4	6,1	5,9	15,5	3,7	6,5	100,0
1998	32,4	4,2	5,2	20,7	6,0	5,7	15,8	3,7	6,1	100,0
1999	33,1	4,2	5,1	20,3	6,1	6,0	15,3	3,7	6,3	100,0
2000	33,3	4,1	4,9	20,3	6,4	6,4	14,3	3,7	6,5	100,0
2001	33,0	5,3	4,9	20,2	6,5	6,2	13,7	3,6	6,6	100,0
2002	33,9	5,3	4,8	20,1	6,5	6,4	13,3	3,4	6,3	100,0
2003	34,1	5,5	4,8	19,7	6,4	6,4	13,2	3,4	6,5	100,0

Fonte: IBGE

A Tabela 3 mostra os dados desagregados do PIB em valores monetários correntes. Pode-se observar que o PIB da Bahia, calculado em R\$ 73,1 bilhões em 2003, era praticamente 10 vezes maior do que o PIB do Piauí (o menor PIB da Região Nordeste). O PIB baiano era maior, em 2003, que os PIBs somados de Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Observe-se-a nas seções 5 e 6 que,

mesmo com o peso econômico, o Estado da Bahia é um caso-síntese de cisão entre crescimento econômico e desenvolvimento social, uma vez que vários dos seus indicadores de desenvolvimento social estão muito próximos de outros Estados nordestinos que representam apenas 10% ou 20% do tamanho da sua economia.

TABELA 3
Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, por grandes regiões e Unidades da Federação
1994 a 2003 (em R\$ milhão)

Regiões / Estados	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
NORTE	17.762	29.960	36.153	38.507	40.933	43.317	50.650	57.027	67.790	77.436
NORDESTE	44.949	82.588	102.597	113.942	119.319	127.673	144.135	157.302	181.933	214.598
Maranhão	2.861	5.063	6.873	7.410	7.224	7.918	9.207	10.293	11.420	13.984
Piauí	1.615	3.180	3.902	4.225	4.413	4.734	5.330	5.575	6.166	7.325
Ceará	6.584	12.495	15.641	17.589	18.836	19.511	20.800	21.581	24.204	28.425
Rio Grande do Norte	2.613	4.727	5.876	6.669	6.844	7.648	9.293	9.834	11.633	13.696
Paraíba	2.836	5.324	6.549	6.989	7.262	7.937	9.238	10.272	11.634	13.711
Pernambuco	9.039	17.461	21.391	23.439	24.810	26.021	29.127	31.725	36.510	42.261
Alagoas	2.386	4.037	5.072	5.756	6.141	6.429	7.023	7.569	8.767	10.326
Sergipe	2.042	3.533	4.304	4.843	5.031	5.434	5.921	8.204	9.496	11.704
Bahia	14.972	26.769	32.990	37.021	38.759	42.040	48.197	52.249	62.103	73.166
SUDESTE	199.984	379.438	452.306	509.961	531.663	567.221	636.394	684.730	758.374	858.723
SUL	65.213	115.594	140.436	153.945	159.774	172.856	193.534	213.389	237.729	289.253
CENTRO-OESTE	21.297	38.611	47.394	54.389	62.498	62.779	76.542	86.288	100.202	116.172
BRASIL	349.205	646.191	778.886	870.743	914.187	973.845	1.101.255	1.198.736	1.346.028	1.556.182

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Um indicador comumente utilizado para medir o padrão de vida de uma população é o PIB per capita (PIB dividido pela população de um determinado espaço geográfico). A partir da Tabela 4, pode-se observar que o PIB per capita da Região Nordeste (R\$ 4.306,00) é o menor entre as regiões brasileiras, representando 49,52% do PIB per capita nacional (R\$ 8.694,00) e 38,25% do PIB per capita da Região Sudeste (R\$ 11.257,00). Deve-se observar também que, entre 1994 e 2003, a Região Nordeste se mantém como a região brasileira de menor PIB per capita.

Dos nove estados nordestinos, quatro possuíam PIB per capita superior ao PIB per capita regional em 2003: Bahia, Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte (sendo que esses eram os mesmos quatro estados com PIB per capita superior à média regional em 1994). É importante ressaltar que todos os estados nordestinos, tanto em 1994 quanto em 2003, estavam abaixo do PIB per capita nacional.

TABELA 4
Produto Interno Bruto per capita a preço de mercado corrente, por grandes regiões e
Unidades da Federação
1994 a 2003 (em R\$ milhão)

Regiões / Estados	1994 R\$	1995 R\$	1996 R\$	1997 R\$	1998 R\$	1999 R\$	2000 R\$	2001 R\$	2002 R\$	2003 R\$
NORTE	1.574	2.591	3.052	3.176	3.304	3.420	3.870	4.254	4.939	5.512
NORDESTE	1.004	1.824	2.241	2.461	2.549	2.699	2.998	3.233	3.695	4.306
Maranhão	546	953	1.277	1.359	1.308	1.416	1.616	1.781	1.949	2.354
Piauí	599	1.169	1.421	1.524	1.578	1.678	1.863	1.930	2.113	2.485
Ceará	964	1.803	2.224	2.465	2.602	2.657	2.773	2.833	3.129	3.618
Rio Grande do Norte	1.016	1.814	2.225	2.492	2.524	2.784	3.319	3.462	4.039	4.688
Paraíba	858	1.599	1.954	2.071	2.136	2.318	2.670	2.946	3.311	3.872
Pernambuco	1.210	2.313	2.806	3.044	3.190	3.313	3.655	3.938	4.482	5.132
Alagoas	901	1.508	1.873	2.103	2.219	2.298	2.471	2.631	3.012	3.505
Sergipe	1.262	2.145	2.569	2.842	2.904	3.087	3.283	4.469	5.082	6.155
Bahia	1.208	2.140	2.613	2.905	3.015	3.241	3.667	3.936	4.631	5.402
SUDESTE	2.989	5.592	6.575	7.314	7.522	7.920	8.713	9.240	10.086	11.257
SUL	2.784	4.874	5.850	6.337	6.502	6.952	7.649	8.326	9.156	10.998
CENTRO-OESTE	2.051	3.643	4.383	4.932	5.560	5.480	6.498	7.176	8.166	9.278
BRASIL	2.227	4.064	4.830	5.327	5.518	5.800	6.430	6.896	7.631	8.694

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2000, microdados.

Estruturas econômicas estaduais

A partir da análise do peso relativo de cada setor econômico na geração do valor adicionado total¹, pretende-se identificar os setores mais relevantes e mais dinâmicos em cada estado entre os anos de 1994 e 2003.

Alagoas – Em 1994, os setores mais importantes na adição de valor na economia alagoana eram a indústria de transformação (20,68% do valor adicionado total), a administração pública (19,42%) e a agropecuária (16,06%) – ver Tabela 5. Entre 1994 e 2003, o setor agropecuário apresentou uma perda substancial na adição do valor na economia alagoana: em 2003, esse setor passou a representar apenas 7,42% do valor adicionado total, ficando atrás do comércio (8,36%) e muito próximo do peso relativo do setor de aluguéis (7,08%). A perda de importância do setor agropecuário pode estar relacionada à quebra de safras de cana-de-açúcar ao longo da década de 90 e com a redução da demanda por álcool como combustível automobilístico.

¹ O valor adicionado equivale à diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário (consumo das matérias-primas e insumos em geral em um dado processo produtivo). Utilizou-se o valor adicionado para analisar as estruturas das economias dos estados nordestinos devido à inexistência de uma série histórica de PIBs estaduais com o nível de desagregação por setores aqui utilizado. De qualquer maneira, o valor adicionado não está distante do valor do PIB, uma vez que o PIB é igual ao valor adicionado mais o valor referente aos impostos incidentes sobre os produtos de origem nacional e importada, deduzindo-se o valor dos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos. Na publicação **Contas Regionais do Brasil 1985-2003**, do IBGE, o valor adicionado total na economia nordestina era de aproximadamente R\$ 200 bilhões, enquanto PIB calculado para o mesmo ano foi de R\$ 214 bilhões.

Nesse mesmo período, a indústria de transformação ampliou a sua participação no valor adicionado, atingindo o patamar de 27,73% em 2003, juntamente com a administração pública, que passou a representar 26,25% do valor adicionado total. O que se percebe é que o valor adicionado na economia alagoana está assentado basicamente na indústria de transformação – sendo os principais segmentos a indústria química, a alcoolquímica e a de cimento – e na administração pública. Essa dependência concentrada terminou por reduzir a dinâmica da economia alagoana ao longo dos anos 90 e 2000.

TABELA 5
Estrutura da economia do Estado de Alagoas: valores adicionados por setor econômico
(em % do valor adicionado total)
1994 a 2003

Ano	Valor Adicionado Total	Agropecuária	Indústria Extrativa mineral	Indústria de Transformação	Eletricidade, Gás e Água	Construção	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel	Administração Pública	Saúde e Educação Mercantis	Serviços Domésticos	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
1994	100,00	16,06	0,00	20,68	1,82	8,72	10,97	2,65	2,89	0,95	4,46	5,70	19,42	3,64	0,56	1,48
1995	100,00	13,37	0,00	15,85	2,72	9,24	10,55	2,78	2,18	1,39	2,58	8,39	24,13	4,42	0,75	1,65
1996	100,00	8,17	0,00	16,51	2,08	8,88	8,66	2,65	1,98	1,46	2,35	11,36	29,20	4,56	0,56	1,59
1997	100,00	8,06	0,00	17,05	2,22	9,92	8,33	2,47	1,87	1,43	2,85	12,06	26,86	4,71	0,57	1,60
1998	100,00	9,59	0,00	16,50	2,51	10,30	7,68	2,41	2,05	1,76	2,95	11,34	26,95	3,82	0,60	1,54
1999	100,00	8,43	0,00	19,52	2,67	8,67	7,83	1,45	1,84	1,98	2,72	11,63	27,65	3,43	0,62	1,55
2000	100,00	10,27	0,00	18,15	2,02	8,82	8,45	1,33	1,71	3,14	3,20	10,74	27,02	3,00	0,63	1,51
2001	100,00	10,59	0,00	20,40	2,00	7,35	8,39	1,22	1,64	2,88	3,54	9,49	27,52	2,82	0,69	1,48
2002	100,00	8,22	0,00	22,74	3,22	6,66	8,22	1,07	1,64	3,00	4,64	8,50	27,47	2,44	0,67	1,51
2003	100,00	7,42	0,00	27,73	3,20	6,12	8,36	0,90	1,67	2,99	3,69	7,08	26,25	2,48	0,67	1,43

Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil

Bahia - Em 1994, os setores mais importantes na adição de valor na economia baiana eram a indústria de transformação (21,58% do valor adicionado total), a agropecuária (13,38%) e a administração pública (12,24%) – ver Tabela 6. Outros setores também relevantes, em 1994, eram o comércio (9,58%), o setor financeiro (9,15%) e a construção civil (8,50%). Pode-se observar que, entre 1994 e 2003, a indústria de transformação ampliou significativamente a sua participação no valor adicionado, atingindo o patamar de 32,97% em 2003.

O setor financeiro diminuiu significativamente sua participação no valor adicionado entre os anos de 94 e 2003, passando de 9,15% para 3,18%. A agropecuária, mesmo perdendo participação relativa na adição de valor (de 13,38% para 11,54%), ainda é um dos setores mais importantes na economia baiana e tem reconquistado importância no valor adicionado através de investimentos na expansão do agronegócio de grãos no Oeste baiano e na fruticultura para exportação na região de Juazeiro. Em termos gerais,

percebe-se que a economia baiana é claramente industrial, sendo essa característica reforçada pelo volume relevante de investimentos do grande capital industrial nos setores petroquímico, automobilístico, de calçados, e de papel e celulose realizados na segunda metade dos anos 90 e início do anos 2000.

TABELA 6
Estrutura da economia do Estado da Bahia: valores adicionados por setor econômico
(em % do Valor Adicionado Total)
1994 a 2003

Ano	Valor Adicionado Total	Agropecuária	Indústria Extrativa mineral	Indústria de Transformação	Eletricidade, Gás e Água	Construção	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel	Administração Pública	Saúde e Educação Mercantis	Serviços Domésticos	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
1994	100,00	13,38	2,38	21,58	4,38	8,50	9,58	2,86	2,22	1,76	9,15	6,98	12,24	2,74	0,40	1,84
1995	100,00	13,59	1,88	19,49	3,39	10,40	10,32	2,73	1,83	2,08	4,97	9,65	14,04	2,92	0,46	2,25
1996	100,00	12,39	1,51	20,08	3,50	9,84	8,80	2,46	1,99	2,76	4,21	12,22	14,04	3,27	0,44	2,50
1997	100,00	11,46	1,39	19,52	3,94	11,89	8,79	2,19	2,01	2,49	4,32	12,66	12,94	3,24	0,42	2,74
1998	100,00	9,72	1,31	20,63	3,92	12,08	8,48	2,38	2,30	2,80	4,70	11,89	13,43	3,11	0,44	2,82
1999	100,00	9,39	1,42	23,69	3,74	10,79	8,47	2,12	2,20	3,28	3,98	11,72	13,10	2,98	0,45	2,66
2000	100,00	10,73	1,42	25,61	3,60	10,48	8,48	2,16	1,81	2,18	3,06	10,69	14,18	2,63	0,44	2,54
2001	100,00	10,50	2,88	27,02	2,24	9,45	8,52	2,14	1,67	2,29	3,31	10,62	13,89	2,48	0,49	2,50
2002	100,00	12,84	2,89	27,94	3,31	8,06	6,88	1,74	1,76	2,27	4,44	9,24	13,78	2,00	0,45	2,39
2003	100,00	11,54	3,23	32,97	3,62	7,28	6,48	1,60	1,86	2,28	3,18	8,09	13,32	1,90	0,45	2,22

Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil

Ceará - Em 1994, os setores mais importantes na adição de valor na economia cearense eram a administração pública (17,99% do valor adicionado total), a construção civil (17,39%), a indústria de transformação (14,84%) e a agropecuária (12,12%) – ver Tabela 7. Outros setores também relevantes, em 1994, eram o setor financeiro (9,37%) e o comércio (8,76%). Pode-se observar que, entre 1994 e 2003, a indústria de transformação ampliou a sua participação no valor adicionado, atingindo o patamar de 19,38% em 2003, tornado-se, com isso, o segundo mais importante setor na adição de valor. A administração pública reforçou a sua já grande importância na estrutura econômica cearense, atingindo 22,14% do valor adicionado total em 2003. Desde 2000, a construção civil tem perdido peso relativo na adição de valor, atingindo o patamar de 12,57% em 2003, sendo que em 1998 chegou a representar 22,79% do valor adicionado total. A agropecuária é outro setor da economia cearense que perdeu relevância na adição de valor. Em 1994 era o quarto mais importante setor da economia, passando, em 2003, a ter um peso menor do que o do comércio na adição de valor. É plausível afirmar que o aumento da importância econômica da indústria de transformação se deve, em parte, ao crescimento da indústria têxtil e de confecções cearense que passou a ter relevância nas exportações do Estado.

TABELA 7
Estrutura da economia do Estado do Ceará: valores adicionados por setor econômico
(em % do Valor Adicionado Total)
1994 a 2003

Ano	Valor Adicionado Total	Agropecuária	Indústria Extrativa mineral	Indústria de Transformação	Eletricidade, Gás e Água	Construção	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel	Administração Pública	Saúde e Educação Mercantis	Serviços Domésticos	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
1994	100,00	12,12	1,30	14,84	1,93	17,39	8,76	2,59	2,64	1,38	9,37	5,21	17,99	3,08	0,43	0,97
1995	100,00	9,65	0,92	14,92	2,13	16,51	10,03	2,64	2,01	1,18	5,43	8,33	21,57	3,12	0,49	1,06
1996	100,00	9,64	0,79	14,20	2,42	16,48	8,52	2,28	2,00	4,96	10,31	21,09	3,25	0,39	1,14	
1997	100,00	6,36	0,81	13,56	2,36	21,33	8,30	2,77	2,30	2,10	4,24	10,72	20,15	3,34	0,46	1,20
1998	100,00	5,62	0,77	14,02	2,50	22,79	6,99	2,73	2,47	2,19	4,38	10,22	20,60	3,09	0,42	1,20
1999	100,00	5,71	0,94	15,35	2,97	20,00	6,99	2,67	2,51	2,88	4,13	9,92	21,28	3,03	0,44	1,18
2000	100,00	6,08	1,32	17,28	2,78	16,67	7,82	2,64	2,31	2,96	3,52	9,56	22,23	3,14	0,46	1,21
2001	100,00	5,22	1,48	16,97	3,04	15,51	8,01	2,81	2,37	2,83	5,30	9,33	22,32	3,06	0,53	1,23
2002	100,00	6,05	1,48	17,67	3,14	14,47	7,93	2,75	2,24	3,05	7,07	8,37	21,33	2,72	0,52	1,20
2003	100,00	6,58	1,42	19,38	3,95	12,57	8,29	2,52	2,53	2,93	6,06	7,36	22,14	2,55	0,53	1,17

Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil

Maranhão - Em 1994, os setores mais importantes na adição de valor na economia maranhense eram a agropecuária (21,31% do valor adicionado total), a administração pública (21,30%), a indústria de transformação (15,24%) e o comércio (10,51%) – ver Tabela 8. Pode-se observar que, entre 1994 e 2003, a administração pública aumenta sua participação no valor adicionado especialmente nos primeiros anos do Plano Real, atingindo, em 2003, 22,87% do valor adicionado. Dinâmica similar foi a apresentada pelo setor agropecuário que ampliou o seu peso relativo no valor adicionado logo após a implantação do Plano Real – chegando a representar 25,16% do valor adicionado na economia maranhense em 1996. O peso relativamente grande da agropecuária, por sua vez, está associado à expansão da fronteira agrícola no sul do Estado, através da produção de soja pelo grande capital agroindustrial.

A indústria de transformação conseguiu ampliar a sua participação no valor adicionado, atingindo o patamar de 18,62% em 2003, mantendo, com isso, a terceira posição entre os setores mais importantes na adição de valor na economia maranhense. É plausível afirmar que o aumento da importância econômica da indústria de transformação se deve, em parte, à ampliação do segmento de produção de alumínio observado nos últimos anos.

TABELA 8
Estrutura da economia do Estado do Maranhão: valores adicionados por setor econômico (em % do valor adicionado total) 1994 a 2003

Ano	Valor Adicionado Total	Agropecuária	Indústria Extrativa mineral	Indústria de Transformação	Eletricidade, Gás e Água	Construção	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel	Administração Pública	Saúde e Educação Mercantis	Serviços Domésticos	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
1994	100,00	21,31	0,00	15,24	1,56	6,10	10,51	2,32	6,09	1,13	4,19	4,22	21,30	4,33	0,47	1,25
1995	100,00	21,71	0,00	13,50	1,43	5,06	9,29	2,28	5,60	1,30	2,02	6,04	25,50	4,47	0,48	1,30
1996	100,00	25,16	0,00	11,83	1,83	5,66	7,36	1,96	4,81	1,43	1,56	7,69	24,00	5,06	0,47	1,18
1997	100,00	22,45	0,00	11,81	2,12	7,18	7,30	1,91	5,08	1,40	2,18	8,48	23,67	4,68	0,43	1,31
1998	100,00	16,11	0,00	12,20	2,61	8,19	7,77	2,02	6,27	1,86	2,27	9,06	24,80	5,05	0,40	1,40
1999	100,00	17,63	0,00	13,24	2,65	7,42	7,93	1,25	6,09	1,99	1,98	8,81	24,28	5,01	0,40	1,31
2000	100,00	16,76	0,00	14,83	1,86	6,89	8,24	1,05	5,90	2,82	3,14	7,64	24,54	4,79	0,38	1,15
2001	100,00	17,09	0,00	14,73	2,49	6,27	7,94	1,01	6,02	2,67	3,76	6,83	25,35	4,37	0,40	1,08
2002	100,00	18,00	0,00	16,60	3,00	5,63	7,99	0,98	5,53	3,18	4,15	6,40	23,17	3,92	0,41	1,04
2003	100,00	20,27	0,00	18,62	2,70	4,80	8,22	0,84	5,03	3,00	3,42	5,23	22,87	3,68	0,39	0,93

Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil

Paraíba - Em 1994, os setores mais importantes na adição de valor na economia paraibana eram a administração pública (25,95% do valor adicionado total), a agropecuária (17,21%), a indústria de transformação (15,43%), a construção civil (11,96%) e o comércio (9,28%) – ver Tabela 9. Observa-se que, entre 1994 e 2003, a administração pública – o setor mais importante na adição de valor na economia paraibana - aumenta sua participação no valor adicionado, atingindo, em 2003, 28,43%. Os setores agropecuário e de construção têm perdido peso relativo na adição de valor; em 2003, eles atingiram, respectivamente, 12,06% e 7,11% do valor adicionado. O comércio também teve reduzido a sua relevância na adição de valor na economia paraibana: em 2003, o seu peso era de 4,73%. Por outro lado, a indústria transformação atingiu, em 2003, 22,28% do valor adicionado – passando a ocupar a segundo mais importante posição dentro da economia paraibana. Essa dinâmica recente da indústria de transformação está ligada a investimentos nos setores têxtil, alimentício e sucroalcooleiro.

TABELA 9
Estrutura da economia do Estado da Paraíba: valores adicionados por setor econômico
(em % do Valor Adicionado Total)
1994 a 2003

Ano	Valor Adicionado Total	Agropecuária	Indústria Extrativa mineral	Indústria de Transformação	Eletricidade, Gás e Água	Construção	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel	Administração Pública	Saúde e Educação Mercantis	Serviços Domésticos	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
1994	100,00	17,21	0,00	15,43	1,39	11,96	9,28	1,76	2,82	0,95	3,31	4,79	25,95	3,62	0,43	1,10
1995	100,00	19,81	0,00	13,57	1,44	10,72	7,17	1,65	2,35	1,12	1,66	6,58	28,72	3,69	0,44	1,10
1996	100,00	17,97	0,00	13,92	1,40	11,14	6,45	1,61	2,43	1,61	1,25	9,48	27,39	3,88	0,40	1,08
1997	100,00	14,43	0,00	16,43	1,68	11,34	6,42	1,59	2,79	1,60	1,76	10,80	25,15	4,45	0,40	1,16
1998	100,00	9,73	0,00	16,95	1,99	11,69	6,54	1,61	3,23	2,02	1,84	10,89	27,23	4,71	0,41	1,16
1999	100,00	12,06	0,00	18,47	1,83	10,45	6,53	0,96	2,88	1,46	1,65	10,63	26,70	4,86	0,40	1,11
2000	100,00	12,71	0,00	18,53	1,75	9,94	6,01	0,79	2,67	2,84	2,71	8,96	28,89	2,80	0,38	1,01
2001	100,00	12,23	0,00	18,26	5,31	8,95	5,69	0,70	2,90	2,87	3,82	8,13	27,22	2,56	0,40	0,95
2002	100,00	11,23	0,00	19,13	5,95	8,04	5,02	0,61	2,81	2,90	4,70	7,33	28,34	2,66	0,39	0,90
2003	100,00	12,06	0,00	22,28	5,73	7,11	4,73	0,53	2,68	2,70	3,44	6,62	28,43	2,46	0,40	0,82

Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil

Pernambuco - Em 1994, os setores mais importantes na adição de valor na economia pernambucana eram a indústria de transformação (19,55% do valor adicionado total), a administração pública (16,53%), o comércio (13,28%), a construção civil (12,03%) e a agropecuária (10,22%) – ver Tabela 10. Outro setor também relevante, em 1994, era o setor financeiro (7,68%). Pode-se observar que, entre 1994 e 2003, a indústria de transformação, embora tenha perdido participação nos anos de 1996 a 1998, terminou por ampliar a sua participação no valor adicionado, atingindo o patamar de 19,87% em 2003, mantendo-se como o segundo mais importante setor na adição de valor na economia pernambucana.

A administração pública reforçou consideravelmente a sua importância na estrutura econômica pernambucana, especialmente a partir de 2000, atingindo 22,54% do valor adicionado total em 2003, superando a indústria de transformação. Em 2003 o comércio ainda era o terceiro setor mais importante na estrutura econômica de Pernambuco, no entanto diminuiu o percentual de participação entre 94 e 2003 (13,28% para 12,58%). A construção civil e o setor financeiro perderam peso relativo na adição de valor, atingindo, respectivamente, os patamares de 9,59% e de 3,55% em 2003. A economia pernambucana tende a reforçar o seu perfil industrial nos próximos anos, devido aos investimentos que estão sendo feitos na construção de outra refinaria da Petrobrás na Região Nordeste.

TABELA 10
Estrutura da economia do Estado de Pernambuco: valores adicionados por setor econômico (em % do Valor Adicionado Total) 1994 a 2003

Ano	Valor Adicionado Total	Agropecuária	Indústria Extrativa mineral	Indústria de Transformação	Eletricidade, Gás e Água	Construção	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel	Administração Pública	Saúde e Educação Mercantis	Serviços Domésticos	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
1994	100,00	10,22	0,07	19,55	2,51	12,03	13,28	3,88	2,27	0,87	7,68	5,90	16,53	2,67	0,41	0,54
1995	100,00	10,34	0,10	18,99	1,90	10,90	14,58	3,80	1,68	0,86	4,91	7,56	18,86	2,64	0,42	0,63
1996	100,00	10,77	0,12	16,98	1,93	10,92	13,11	4,02	2,01	1,66	3,11	10,54	18,94	3,04	0,41	0,36
1997	100,00	9,18	0,12	16,68	2,33	13,84	12,12	3,86	2,03	1,96	2,84	11,18	17,66	3,04	0,45	0,32
1998	100,00	8,52	0,10	15,98	2,25	13,82	11,28	4,06	2,27	2,25	2,87	11,28	19,26	2,95	0,46	0,31
1999	100,00	7,73	0,13	17,95	2,34	12,84	11,61	2,76	2,27	3,48	2,61	10,79	19,60	2,74	0,48	0,32
2000	100,00	8,49	0,14	16,76	2,02	12,27	12,01	2,53	2,57	2,46	3,09	9,77	22,20	2,66	0,47	0,31
2001	100,00	8,47	0,13	17,25	3,05	11,48	12,49	2,52	2,66	2,42	3,44	9,08	21,49	2,48	0,52	0,31
2002	100,00	9,79	0,14	17,40	2,49	10,39	12,17	2,43	2,50	2,64	4,43	8,26	22,25	2,11	0,50	0,31
2003	100,00	9,78	0,14	19,87	2,63	9,59	12,58	2,17	2,54	2,53	3,55	7,17	22,54	1,85	0,50	0,32

Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil

Piauí - Em 1994, os setores mais importantes na adição de valor na economia piauiense eram a administração pública (27,34% do valor adicionado total), a agropecuária (15,99%), a indústria de transformação (12,70%), a construção civil (9,96%) e o comércio (9,38%) – ver Tabela 11. Pode-se observar que, entre 1994 e 2003, a administração pública reforçou a sua já grande importância na estrutura econômica piauiense, atingindo 31,07% do valor adicionado total em 2003, sendo o maior percentual entre os estados nordestinos. A indústria de transformação, após perder peso relativo nos primeiros anos do Plano Real, ampliou a sua participação no valor adicionado, atingindo o patamar de 15,00% em 2003, tornado-se, com isso, o segundo mais importante setor na adição de valor na economia do Piauí. A agropecuária, a construção civil e o comércio perderam peso relativo na adição de valor, atingindo em 2003, respectivamente, os patamares de 12,12%, 8,87% e 6,86%.

TABELA 11
Estrutura da economia do Estado do Piauí: valores adicionados por setor econômico
(em % do Valor Adicionado Total)
1994 a 2003

Ano	Valor Adicionado Total	Agropecuária	Indústria Extrativa mineral	Indústria de Transformação	Eleticidade, Gás e Água	Construção	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel	Administração Pública	Saúde e Educação Mercantis	Serviços Domésticos	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
1994	100,00	15,99	0,00	12,70	2,37	9,96	9,38	2,70	2,76	1,27	3,54	6,62	27,34	3,81	0,47	0,27
1995	100,00	15,47	0,00	9,97	2,50	9,63	7,74	2,36	2,27	1,48	1,69	8,18	33,77	3,48	0,46	0,24
1996	100,00	13,60	0,00	9,75	2,57	11,93	6,66	2,23	2,58	1,91	1,34	11,19	30,95	3,88	0,40	0,22
1997	100,00	10,52	0,00	10,01	2,75	12,47	6,48	2,17	2,89	1,83	1,41	12,51	31,42	4,01	0,41	0,25
1998	100,00	8,44	0,00	10,14	2,93	14,53	6,58	2,13	3,21	2,03	1,46	12,30	30,63	4,12	0,42	0,24
1999	100,00	10,34	0,00	10,25	2,81	13,44	6,35	1,30	3,34	2,11	1,34	12,45	30,83	3,97	0,42	0,24
2000	100,00	10,41	0,00	10,62	2,64	12,77	6,27	1,13	3,17	3,38	3,14	11,36	30,12	3,59	0,42	0,24
2001	100,00	10,44	0,00	11,62	3,97	11,46	6,67	1,06	3,06	3,27	4,16	8,48	30,86	3,47	0,46	0,24
2002	100,00	9,14	0,00	12,91	3,45	10,00	6,36	0,94	3,09	3,51	5,72	7,61	32,42	3,45	0,46	0,24
2003	100,00	12,12	0,00	15,00	3,46	8,87	6,86	0,79	3,18	3,33	4,09	6,61	31,07	3,32	0,45	0,24

Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil

Rio Grande do Norte - Em 1994, os setores mais importantes na adição de valor na economia potiguar eram a administração pública (23,48% do valor adicionado total), a construção civil (13,72%), a indústria de transformação (11,02%), a indústria extrativa mineral (10,09%) e a agropecuária (8,21%) – ver Tabela 12. Pode-se observar que, entre 1994 e 2003, a administração pública reforçou a sua importância dentro da estrutura econômica potiguar, atingindo 25,35% do valor adicionado total em 2003. A indústria extrativa mineral, após perder peso relativo nos primeiros anos do Plano Real, ampliou a sua participação no valor adicionado, atingindo o patamar de 15,71% em 2003, tornado-se, com isso, o segundo mais importante setor na adição de valor na economia do Rio Grande do Norte. Este crescimento deve-se à ampliação da importância na produção nacional de petróleo e gás natural. A agropecuária tem perdido, sistematicamente, peso relativo na adição de valor, atingindo em 2003, o patamar de 5,69%. A construção civil expandiu-se entre os anos de 1995 e 1998, mas, desde 2000, tem perdido peso na adição de valor, pois em 2003, passou a responder por 10,52% do valor adicionado, caindo para a quarta posição entre os setores mais importantes na economia potiguar.

TABELA 12
Estrutura da economia do Estado do Rio Grande do Norte: valores adicionados por setor econômico (em % do Valor Adicionado Total) 1994 a 2003

Ano	Valor Adicionado Total	Agropecuária	Indústria Extrativa mineral	Indústria de Transformação	Eletricidade, Gás e Água	Construção	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financiamento	Aluguel	Administração Pública	Saúde e Educação Mercantis	Serviços Domésticos	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
1994	100,00	8,21	10,09	11,02	1,85	13,72	6,85	3,05	3,57	1,02	6,81	6,32	23,48	3,26	0,41	0,34
1995	100,00	7,51	6,89	10,43	2,00	14,25	7,30	2,99	2,53	1,14	3,98	8,73	27,95	3,50	0,46	0,35
1996	100,00	7,11	6,76	11,52	2,27	13,60	6,49	2,90	2,51	1,54	3,14	11,79	25,55	4,06	0,41	0,35
1997	100,00	5,22	6,91	10,71	2,44	16,96	6,15	2,70	2,49	1,61	3,29	12,56	24,31	3,76	0,44	0,46
1998	100,00	6,55	2,76	10,91	3,33	17,21	4,93	2,84	2,58	1,82	3,67	13,03	25,69	3,83	0,39	0,45
1999	100,00	3,66	10,93	10,89	3,53	14,66	5,06	1,75	2,99	2,04	3,75	12,05	24,42	3,46	0,39	0,42
2000	100,00	2,59	14,87	9,27	3,94	13,62	4,69	1,44	2,74	2,53	2,56	10,60	27,13	3,29	0,35	0,37
2001	100,00	2,31	14,74	10,98	4,96	12,69	4,55	1,39	2,84	2,67	3,11	10,21	25,62	3,17	0,39	0,37
2002	100,00	6,73	15,20	10,71	4,89	11,06	4,24	1,31	2,47	2,87	4,28	8,68	24,26	2,57	0,36	0,37
2003	100,00	5,69	15,71	13,69	4,59	10,52	4,41	0,94	2,54	2,78	3,22	7,66	25,35	2,17	0,37	0,36

Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil

Sergipe - Em 1994, os setores mais importantes na adição de valor dentro da economia sergipana eram a indústria de transformação (21,26% do valor adicionado total), a administração pública (19,29%), a agropecuária (12,46%) e a indústria extrativa mineral (10,15%) – ver Tabela 13. Outros setores também relevantes, em 1994, eram o comércio (9,48%) e a construção civil (8,68%). Pode-se observar que, entre 1994 e 2003, a administração pública reduziu a sua importância dentro da estrutura econômica sergipana, atingindo 17,98% do valor adicionado total em 2003 (embora tenha apresentado crescimento entre os anos de 1995 e 2000). A indústria extrativa mineral, após perder peso relativo nos primeiros anos do Plano Real, ampliou a sua participação no valor adicionado, atingindo o patamar de 20,58% em 2003, tornado-se, com isso, o mais importante setor na adição de valor na economia de Sergipe. A agropecuária, a construção civil e o comércio perderam peso relativo na adição de valor, atingindo em 2003, respectivamente, os patamares de 7,31%, 3,66% e 5,31%.

Deve-se ressaltar o aumento significativo do setor de eletricidade, gás e água na adição de valor. A partir de 2001, esse setor passa a responder por 15,98% do valor adicionado total. Uma possível explicação para essa elevação seria a privatização da Energipe (a antiga empresa estatal de distribuição de eletricidade) que gerou ampliação dos investimentos com alteração do valor adicionado juntamente com a expansão da oferta de gás natural para residências e condomínios, especialmente em Aracaju, o que demandou pesados investimentos na instalação de encanamento subterrâneo.

TABELA 13
Estrutura da economia do Estado de Sergipe: valores adicionados por setor econômico
(em % do Valor Adicionado Total)
1994 a 2003

Ano	Valor Adicionado Total	Agropecuária	Indústria Extrativa mineral	Indústria de Transformação	Eletricidade, Gás e Água	Construção	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel	Administração Pública	Saúde e Educação Mercantis	Serviços Domésticos	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
1994	100,00	12,46	10,15	21,26	1,19	8,68	9,48	2,27	2,94	0,79	3,16	4,06	19,29	2,87	0,31	1,11
1995	100,00	11,32	7,68	17,18	1,85	7,76	8,53	2,32	2,36	0,99	2,14	6,21	27,27	2,79	0,40	1,20
1996	100,00	10,80	6,84	17,32	2,08	6,96	7,60	2,28	2,61	1,43	1,80	8,87	26,29	3,60	0,30	1,20
1997	100,00	8,60	7,87	18,75	1,97	9,04	7,28	2,17	2,72	1,32	1,85	9,80	23,57	3,51	0,31	1,23
1998	100,00	9,16	7,36	18,48	1,73	8,44	6,70	2,01	3,08	1,88	1,96	9,20	24,95	3,60	0,33	1,14
1999	100,00	8,81	10,16	19,02	1,74	6,81	6,76	1,22	2,70	2,36	1,76	9,06	25,06	3,07	0,33	1,13
2000	100,00	7,56	10,53	18,74	1,29	6,75	7,26	1,12	2,49	2,10	3,76	8,44	25,55	2,95	0,34	1,11
2001	100,00	6,00	17,79	14,03	15,98	4,46	5,62	0,79	1,73	1,93	3,38	5,99	19,04	2,14	0,29	0,83
2002	100,00	6,62	17,08	14,09	16,15	4,17	5,40	0,69	1,35	2,18	4,60	5,14	19,46	2,00	0,28	0,79
2003	100,00	7,31	20,58	14,78	15,97	3,66	5,31	0,57	1,27	1,99	3,36	4,38	17,98	1,89	0,27	0,69

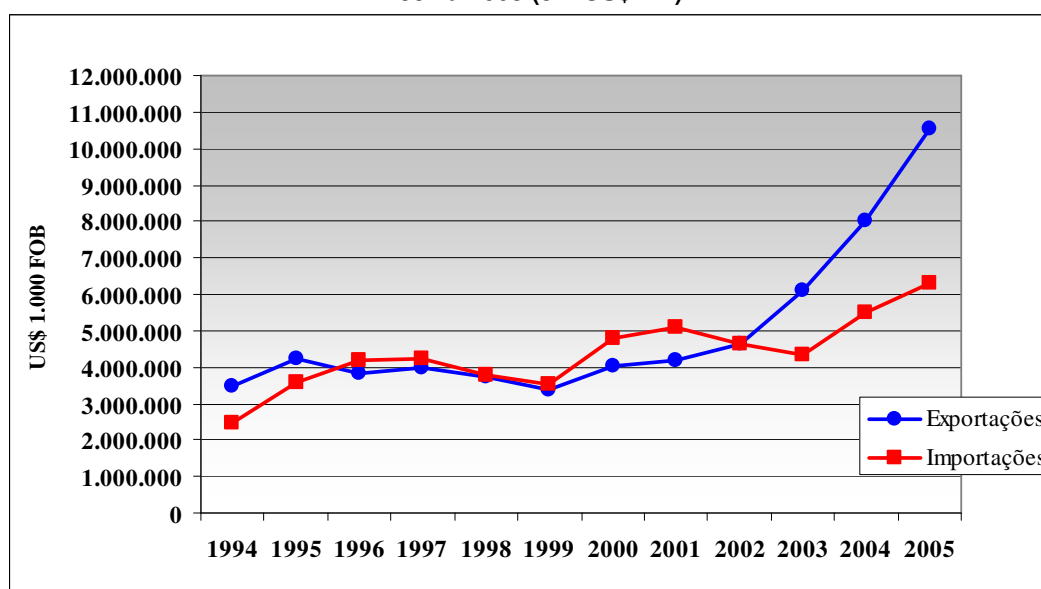
Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil

O que se conclui da análise da estrutura econômica dos estados nordestinos é que, em todos eles, a administração pública tem uma importância relativamente grande (no caso do Piauí e Maranhão, o peso está ligeiramente acima do observado nos outros estados). É claramente perceptível que a indústria de transformação também é um setor estratégico na geração do valor em praticamente todos os estados do Nordeste. Isso é reflexo do processo de industrialização intermediária que açambarcou a região desde o início de operação da SUDENE, e que se cristalizou de forma mais intensa nos estados da Bahia e de Pernambuco (os quais possuem os parques industriais mais diversificados e adensados entre os estados nordestinos). Paralelamente, a agropecuária é um setor que, entre 1994 e 2003, perdeu participação na geração de valor em praticamente todos os estados nordestinos. A indústria extrativa mineral é relevante nos estados de Sergipe e do Rio Grande do Norte.

2. BALANÇA COMERCIAL E PERFIL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Durante o período pós-Real, a balança comercial da Região Nordeste saiu de uma posição superavitária entre 1994 e 1995 para uma situação deficitária que perdurou entre os anos de 1996 e 2002. A partir de 2003, observam-se sucessivos superávits comerciais da economia nordestina (Gráfico 1). Em 2005, as exportações nordestinas alcançaram o montante de aproximadamente US\$ 10,55 bilhões e as importações atingiram o montante de US\$ 6,29 bilhões, o que gerou um superávit comercial de US\$ 4,25 bilhões. Entre 2003 e 2005, a economia nordestina gerou um superávit acumulado de aproximadamente US\$ 8,5 bilhões.

GRÁFICO 1
Evolução da Balança Comercial Nordestina
1994 a 2005 (em US\$ mil)

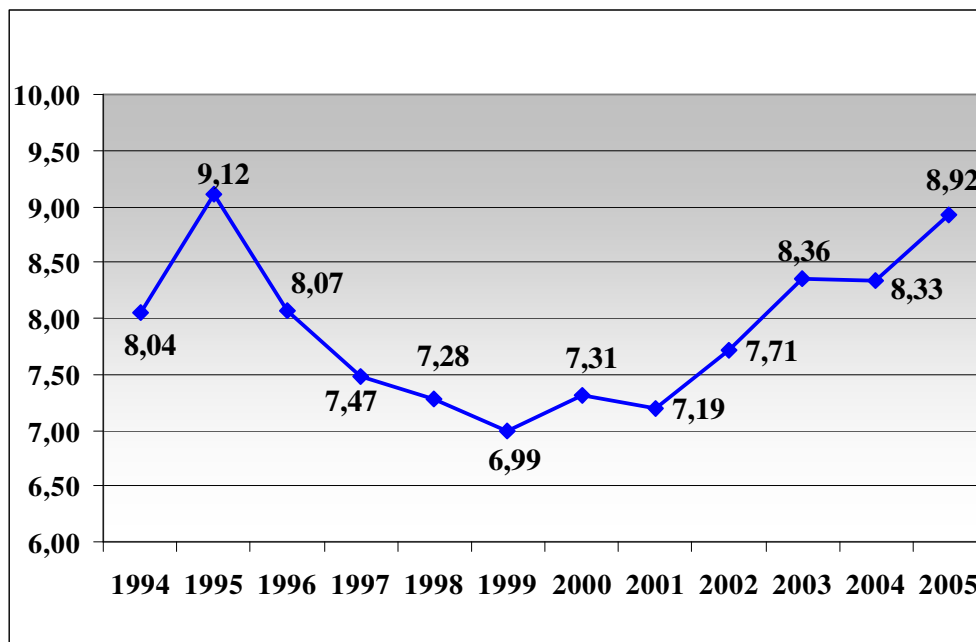


Fonte: SECEX

Entre 1995 e 1999, as exportações nordestinas perderam peso dentro da totalidade das exportações brasileiras (Gráfico 2). Em 1995, as exportações nordestinas representavam 9,12% das exportações brasileiras, caindo para 6,99% em 1999. Somente a partir de 2000, após a desvalorização do real, é que as exportações nordestinas retomam a trajetória de aumento relativo dentro das exportações nacionais. Em 2005, o total de exportações da Região Nordeste passou a representar 8,92% das exportações nacionais. Em que pese essa tendência recente de aumento da importância das exportações do

Nordeste no âmbito nacional, o Nordeste ainda apresenta uma participação modesta no comércio exterior do Brasil.

GRÁFICO 2
Participação das exportações nordestinas nas exportações brasileiras
1994 a 2005 (em %)



Fonte: SECEX

O caráter intermediário da industrialização nordestina fica patente quando é analisada a estrutura das suas exportações e importações. Como se pode identificar na Tabela 14, a Região Nordeste continua sendo um grande exportador de bens intermediários. Em 2000, eles representavam 74,61% das exportações nordestinas e em 2005, mesmo com uma queda significativa, ainda representavam 60,21% do total das exportações da Região. Dentro dessa categoria, os insumos industriais representam o maior montante. Destaca-se ainda outra classe de mercadorias consideradas como commodities: os combustíveis e os lubrificantes ampliaram o seu peso relativo dentro das exportações, saindo de 4,48% em 2000 para 14,33% em 2005.

Nesse mesmo período, as exportações de bens de capital reduziram-se para menos de 1% do total das exportações do Nordeste. A diferença entre o volume das exportações de bens de capital e a sua importação fornece indícios do reduzido desenvolvimento do departamento produtor de maquinário dentro da estrutura industrial nordestina. Somente em 2005, as importações de bens de capital foram dezesseis vezes superiores às exportações do mesmo tipo de mercadoria (Tabela 15), representando 18,30% do total das importações nordestinas. O principal tipo de mercadoria importado pela economia

nordestina são os insumos industriais, que em 2005 significaram 32,19% do total de importações da Região. A categoria de mercadorias representada por combustíveis e lubrificantes também possui um peso muito significativo dentro da estrutura das importações nordestinas: em 2005, representaram 36,15% das importações totais. Depreende-se disso que a estrutura produtiva industrial do Nordeste está concentrada na transformação intermediária e que o comércio exterior do Nordeste está concentrado nas trocas interindustriais (compra e venda de insumos industriais). Esses números reforçam a tese de que a economia nordestina continua, dentro das estruturas sociais de acumulação nacional, a representar a região tipicamente produtora de commodities industriais para o mercado interno e externo.

TABELA 14
Estrutura das exportações da Região Nordeste
2000 a 2005 (em US\$ FOB)

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	71.964.153	0,68	58.825.274	0,73	54.348.666	0,89
Bens Intermediários	6.354.422.322	60,21	4.994.686.349	62,15	3.624.939.524	59,35
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	1.187.872.277	11,25	950.882.026	11,83	726.206.546	11,89
<i>Insumos Industriais</i>	5.047.939.489	47,83	3.974.644.866	49,46	2.871.091.884	47,01
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	118.610.556	1,12	69.159.457	0,86	27.641.094	0,45
Bens de Consumo	2.487.458.879	23,57	2.059.776.083	25,63	1.666.219.830	27,28
<i>Duráveis</i>	932.428.095	8,83	676.529.539	8,42	439.124.814	7,19
<i>Não-duráveis</i>	1.555.030.784	14,73	1.383.246.544	17,21	1.227.095.016	20,09
Combustíveis e Lubrificantes	1.512.131.683	14,33	843.505.450	10,50	704.469.349	11,53
Outras Operações	128.339.466	1,22	79.648.919	0,99	57.516.795	0,94
TOTAL	10.554.316.503	100,00	8.036.442.075	100,00	6.107.494.164	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	63.248.054	1,36	53.550.485	1,28	64.911.273	1,61
Bens Intermediários	2.959.491.715	63,62	2.723.902.733	65,10	3.002.768.802	74,61
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	510.473.480	10,97	607.485.100	14,52	476.672.831	11,84
<i>Insumos Industriais</i>	2.431.854.601	52,28	2.100.248.675	50,20	2.506.299.151	62,27
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	17.163.634	0,37	16.168.958	0,39	19.796.820	0,49
Bens de Consumo	1.129.275.166	24,28	814.509.867	19,47	704.096.730	17,49
<i>Duráveis</i>	150.109.396	3,23	20.175.424	0,48	14.570.278	0,36
<i>Não-duráveis</i>	979.165.770	21,05	794.334.443	18,98	689.526.452	17,13
Combustíveis e Lubrificantes	440.998.459	9,48	517.021.118	12,36	180.296.087	4,48
Outras Operações	58.683.805	1,26	75.186.962	1,80	72.620.864	1,80
TOTAL	4.651.697.199	100,00	4.184.171.165	100,00	4.024.693.756	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

TABELA 15
Estrutura das importações da Região Nordeste
2000 a 2005 (em US\$ FOB)

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	1.147.158.237	18,30	936.932.871	17,00	846.783.192	19,56
Bens Intermediários	2.467.634.640	39,37	2.546.881.303	46,21	1.990.585.289	45,99
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	<i>353.888.113</i>	<i>5,65</i>	<i>428.044.354</i>	<i>7,77</i>	<i>465.990.059</i>	<i>10,77</i>
<i>Insumos Industriais</i>	<i>2.017.261.937</i>	<i>32,19</i>	<i>2.027.180.893</i>	<i>36,78</i>	<i>1.437.611.673</i>	<i>33,21</i>
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	<i>95.970.395</i>	<i>1,53</i>	<i>91.546.172</i>	<i>1,66</i>	<i>86.653.681</i>	<i>2,00</i>
Bens de Consumo	387.352.859	6,18	392.306.851	7,12	305.201.220	7,05
<i>Duráveis</i>	<i>223.843.760</i>	<i>3,57</i>	<i>257.604.332</i>	<i>4,67</i>	<i>204.027.639</i>	<i>4,71</i>
<i>Não-duráveis</i>	<i>163.509.099</i>	<i>2,61</i>	<i>134.702.519</i>	<i>2,44</i>	<i>101.173.581</i>	<i>2,34</i>
Combustíveis e Lubrificantes	2.265.458.186	36,15	1.635.661.013	29,68	1.186.097.498	27,40
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	6.267.603.922	100,00	5.511.782.038	100,00	4.328.667.199	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	1.192.552.856	25,61	1.117.784.350	21,85	744.001.597	15,52
Bens Intermediários	1.743.050.576	37,43	1.911.584.920	37,36	1.968.819.376	41,07
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	<i>461.748.945</i>	<i>9,91</i>	<i>354.069.515</i>	<i>6,92</i>	<i>380.335.091</i>	<i>7,93</i>
<i>Insumos Industriais</i>	<i>1.224.107.720</i>	<i>26,28</i>	<i>1.502.555.195</i>	<i>29,37</i>	<i>1.557.648.723</i>	<i>32,49</i>
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	<i>57.157.687</i>	<i>1,23</i>	<i>54.959.760</i>	<i>1,07</i>	<i>30.828.429</i>	<i>0,64</i>
Bens de Consumo	362.705.591	7,79	376.431.317	7,36	336.734.174	7,02
<i>Duráveis</i>	<i>263.603.875</i>	<i>5,66</i>	<i>263.842.677</i>	<i>5,16</i>	<i>196.899.058</i>	<i>4,11</i>
<i>Não-duráveis</i>	<i>99.101.716</i>	<i>2,13</i>	<i>112.588.640</i>	<i>2,20</i>	<i>139.835.116</i>	<i>2,92</i>
Combustíveis e Lubrificantes	1.359.133.095	29,18	1.710.730.770	33,44	1.744.752.981	36,39
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	4.657.442.118	100,00	5.116.531.357	100,00	4.794.308.128	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

Dados desagregados por Estado

Alagoas

Durante todo o período compreendido entre os anos de 1994 e 2005, a balança comercial do Estado de Alagoas manteve uma posição superavitária. A partir de 2002, os superávits comerciais alagoanas apresentam claramente uma trajetória ascendente (Gráfico 3). Em 2005, as exportações alagoanas alcançaram o montante de aproximadamente US\$ 583 milhões e as importações atingiram o montante de US\$ 92,6 milhões, o que gerou um superávit comercial de US\$ 491 milhões. Entre 2003 e 2005, a economia alagoana gerou um superávit comercial acumulado de aproximadamente US\$ 1,19 bilhão.

A persistência do caráter agrário da economia alagoana fica patente quando é analisada a estrutura das suas exportações e importações. Como se pode identificar na Tabela 16, o Estado de Alagoas continua sendo um grande exportador de bens intermediários. Em 2000, eles representavam 97,58% das exportações alagoanas e em 2005, mesmo com uma queda significativa, ainda representavam 85,25% do total das exportações do Estado. Dentro dessa categoria, os alimentos e bebidas destinados à indústria representam o maior montante, o que evidencia a dependência do comércio exterior alagoano da produção agrícola, e, principalmente, do complexo sucroalcooleiro.

Destacam-se ainda os bens de consumo não-duráveis, que ampliaram o seu peso relativo dentro das exportações, saindo de 2,39% em 2000 para 14,67% em 2005.

Nesse mesmo período, as exportações alagoanas de bens de capital não foram, em absoluto, expressivas. Somente em 2005, as importações de bens de capital representaram 19,50% do total de importações estaduais (Tabela 15). Ainda nesse ano, as importações de insumos industriais representaram 57,21% do total das importações alagoanas.

GRÁFICO 3
Evolução da balança comercial de Alagoas
1994 a 2005 (em US\$ mil FOB)

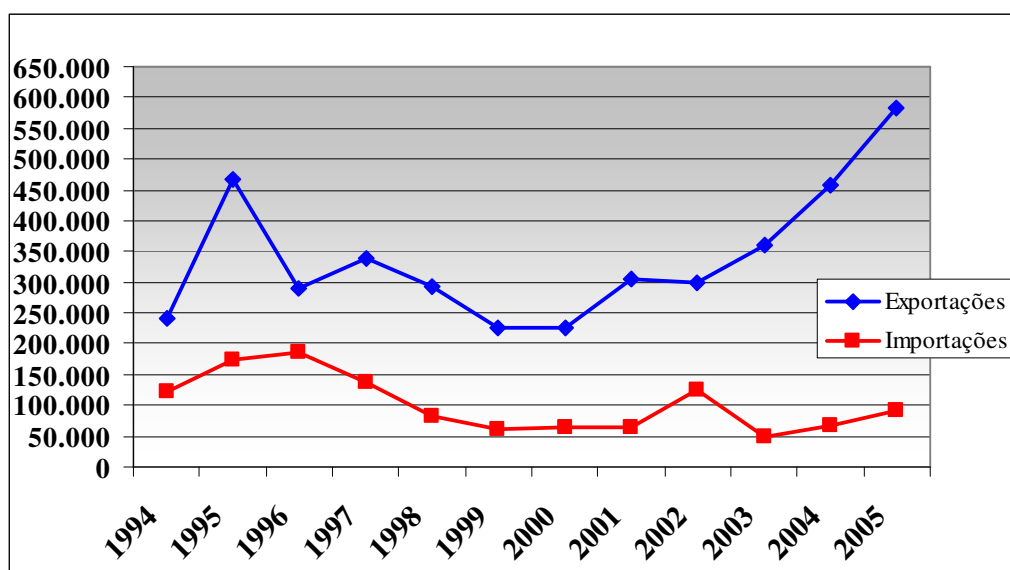


TABELA 16
Estrutura das exportações alagoanas em US\$ FOB –
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	166.133	0,03	42.860	0,01	1.740	0,00
Bens Intermediários	497.654.902	85,25	409.331.782	89,44	318.270.523	88,19
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	313.147.563	53,64	252.473.934	55,17	234.845.476	65,07
<i>Insumos Industriais</i>	184.507.339	31,61	156.857.848	34,27	83.425.047	23,12
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bens de Consumo	85.780.899	14,69	48.270.971	10,55	42.589.343	11,80
<i>Duráveis</i>	131.600	0,02	72.861	0,02	58.836	0,02
<i>Não-duráveis</i>	85.649.299	14,67	48.198.110	10,53	42.530.507	11,78
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	188.522	0,03	12.016	0,00	50.040	0,01
TOTAL	583.790.456	100,00	457.657.629	100,00	360.911.646	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	0	0,00	0	0,00	8.050	0,00
Bens Intermediários	248.161.394	83,09	292.108.196	95,96	218.932.282	97,58
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	181.648.592	60,82	272.818.533	89,62	169.912.276	75,73
<i>Insumos Industriais</i>	66.512.802	22,27	19.289.663	6,34	49.020.006	21,85
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bens de Consumo	50.443.842	16,89	12.186.449	4,00	5.375.152	2,40
<i>Duráveis</i>	35.385	0,01	16.039	0,01	3.067	0,00
<i>Não-duráveis</i>	50.408.457	16,88	12.170.410	4,00	5.372.085	2,39
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	50.040	0,02	123.560	0,04	35.755	0,02
TOTAL	298.655.276	100,00	304.418.205	100,00	224.351.239	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

TABELA 17
Estrutura das importações alagoanas em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	18.064.178	19,50	4.225.687	6,27	1.809.835	3,76
Bens Intermediários	61.792.042	66,71	61.079.220	90,63	44.688.555	92,78
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	8.725.062	9,42	12.932.734	19,19	9.392.323	19,50
<i>Insumos Industriais</i>	52.997.024	57,21	48.116.505	71,40	35.283.932	73,25
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	69.956	0,08	29.981	0,04	12.300	0,03
Bens de Consumo	12.602.972	13,61	2.088.039	3,10	1.668.236	3,46
<i>Duráveis</i>	2.863.887	3,09	0	0,00	830	0,00
<i>Não-duráveis</i>	9.739.085	10,51	2.088.039	3,10	1.667.406	3,46
Combustíveis e Lubrificantes	172.368	0,19	129	0,00	0	0,00
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	92.631.560	100,00	67.393.075	100,00	48.166.626	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	73.539.858	59,07	5.286.764	8,33	6.617.267	10,23
Bens Intermediários	48.792.912	39,19	54.477.486	85,83	55.615.893	86,01
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	9.231.215	7,41	9.828.309	15,49	11.261.484	17,42
<i>Insumos Industriais</i>	38.818.791	31,18	44.638.138	70,33	44.349.276	68,59
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	742.906	0,60	11.039	0,02	5.133	0,01
Bens de Consumo	2.163.998	1,74	2.134.598	3,36	2.056.184	3,18
<i>Duráveis</i>	9.924	0,01	6.030	0,01	3.984	0,01
<i>Não-duráveis</i>	2.154.074	1,73	2.128.568	3,35	2.052.200	3,17
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	1.569.909	2,47	371.438	0,57
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	124.496.768	100,00	63.468.757	100,00	64.660.782	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

Bahia

Durante todo o período compreendido entre os anos de 1994 e 2005, a balança comercial do Estado da Bahia apresentou déficit apenas nos anos de 2000 e 2001. A partir de 2002 que os superávits comerciais baianos apresentam uma trajetória exponencialmente ascendente (Gráfico 4). Em 2005, as exportações do Estado alcançaram o montante de aproximadamente US\$ 5,98 bilhões e as importações atingiram o montante de US\$ 3,33 bilhões, o que gerou um superávit comercial de US\$

2,64 bilhões. Entre 2003 e 2005, a economia baiana gerou um superávit comercial acumulado de aproximadamente US\$ 5 bilhões.

A persistência do caráter intermediário da industrialização baiana fica patente quando é analisada a estrutura das suas exportações e importações. Como se pode identificar na Tabela 18, o Estado da Bahia é um grande exportador de bens intermediários. Em 2000, eles representavam 82,02% das exportações baianas e em 2005, mesmo com uma queda significativa, ainda representavam 56,71% do total das exportações do Estado. Dentro dessa categoria, os insumos industriais representam o maior montante. Destacam-se ainda os bens de consumo duráveis, que ampliaram o seu peso relativo dentro das exportações, saindo de 0,19% em 2000 para 15,04% em 2005, o que se deve, em parte, às exportações de automóveis realizadas pelo Complexo Ford.

Nesse mesmo período, as exportações baianas de bens de capital sofreram redução, passando de 1,46% em 2000 para 0,52% em 2005. Somente em 2005, as importações baianas de bens de capital foram 24 vezes superiores às exportações do mesmo tipo de mercadoria, representando 22,83% do total das importações do Estado (Tabela 19). Ainda nesse ano, as importações de insumos industriais e de combustíveis e lubrificantes representaram, respectivamente, 31,72% e 32,59% do total das importações baianas.

GRÁFICO 4
Evolução da balança comercial da Bahia
1994 a 2005 (em US\$ mil FOB)

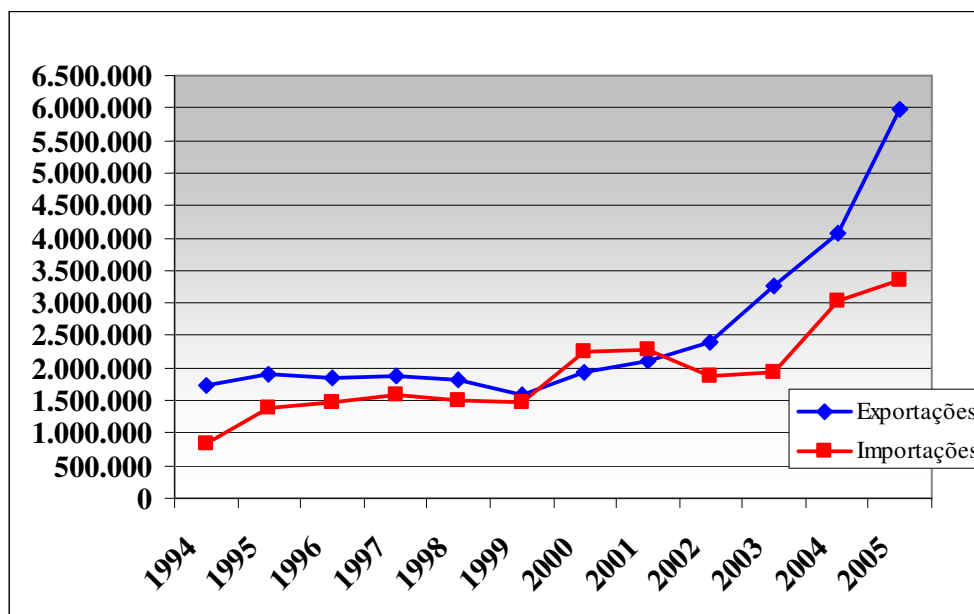


TABELA 18
Estrutura das exportações baianas em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	31.029.599	0,52	27.774.516	0,68	25.152.819	0,77
Bens Intermediários	3.395.868.312	56,71	2.594.555.455	63,86	1.994.911.434	61,22
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	502.118.390	8,39	386.023.054	9,50	275.543.423	8,46
<i>Insumos Industriais</i>	2.800.771.489	46,78	2.157.007.938	53,09	1.705.963.869	52,35
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	92.978.433	1,55	51.524.463	1,27	13.404.142	0,41
Bens de Consumo	1.125.904.420	18,80	853.439.351	21,01	592.711.396	18,19
<i>Duráveis</i>	900.558.991	15,04	651.188.173	16,03	424.170.516	13,02
<i>Não-duráveis</i>	225.345.429	3,76	202.251.178	4,98	168.540.880	5,17
Combustíveis e Lubrificantes	1.370.842.395	22,89	547.080.654	13,47	602.128.823	18,48
Outras Operações	64.098.843	1,07	40.066.284	0,99	43.867.939	1,35
TOTAL	5.987.743.569	100,00	4.062.916.260	100,00	3.258.772.411	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	23.586.276	0,98	22.151.417	1,05	28.382.185	1,46
Bens Intermediários	1.658.068.348	68,80	1.404.751.284	66,27	1.593.624.697	82,02
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	176.641.821	7,33	139.120.818	6,56	148.653.885	7,65
<i>Insumos Industriais</i>	1.476.128.654	61,25	1.259.938.305	59,44	1.432.797.585	73,74
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	5.297.873	0,22	5.692.161	0,27	12.173.227	0,63
Bens de Consumo	272.314.796	11,30	121.380.471	5,73	92.449.760	4,76
<i>Duráveis</i>	137.141.956	5,69	10.106.824	0,48	3.730.184	0,19
<i>Não-duráveis</i>	135.172.840	5,61	111.273.647	5,25	88.719.576	4,57
Combustíveis e Lubrificantes	414.144.084	17,18	517.009.568	24,39	179.127.780	9,22
Outras Operações	41.923.648	1,74	54.358.348	2,56	49.383.476	2,54
TOTAL	2.410.037.152	100,00	2.119.651.088	100,00	1.942.967.898	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

TABELA 19
Estrutura das importações baianas em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	756.009.643	22,83	655.749.864	21,71	350.378.281	18,01
Bens Intermediários	1.244.957.643	37,60	1.306.090.918	43,23	938.934.290	48,27
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	<i>121.757.522</i>	<i>3,68</i>	<i>131.636.854</i>	<i>4,36</i>	<i>173.376.110</i>	<i>8,91</i>
<i>Insumos Industriais</i>	<i>1.050.340.584</i>	<i>31,72</i>	<i>1.107.623.869</i>	<i>36,66</i>	<i>691.978.840</i>	<i>35,57</i>
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	<i>72.859.537</i>	<i>2,20</i>	<i>66.830.195</i>	<i>2,21</i>	<i>73.579.340</i>	<i>3,78</i>
Bens de Consumo	230.960.383	6,98	269.535.487	8,92	214.433.885	11,02
<i>Duráveis</i>	<i>202.979.092</i>	<i>6,13</i>	<i>245.846.971</i>	<i>8,14</i>	<i>198.540.789</i>	<i>10,21</i>
<i>Não-duráveis</i>	<i>27.981.291</i>	<i>0,85</i>	<i>23.688.516</i>	<i>0,78</i>	<i>15.893.096</i>	<i>0,82</i>
Combustíveis e Lubrificantes	1.078.870.867	32,59	789.753.136	26,14	441.462.374	22,69
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	3.310.798.536	100,00	3.021.129.405	100,00	1.945.208.830	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	454.410.148	24,20	713.292.830	31,36	455.099.527	20,22
Bens Intermediários	784.464.891	41,78	784.850.688	34,51	798.641.635	35,48
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	<i>158.980.719</i>	<i>8,47</i>	<i>93.648.389</i>	<i>4,12</i>	<i>120.024.141</i>	<i>5,33</i>
<i>Insumos Industriais</i>	<i>584.945.103</i>	<i>31,15</i>	<i>662.250.521</i>	<i>29,12</i>	<i>672.534.578</i>	<i>29,88</i>
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	<i>40.539.069</i>	<i>2,16</i>	<i>28.951.778</i>	<i>1,27</i>	<i>6.075.783</i>	<i>0,27</i>
Bens de Consumo	282.722.079	15,06	279.582.187	12,29	222.751.960	9,90
<i>Duráveis</i>	<i>259.744.218</i>	<i>13,83</i>	<i>256.202.884</i>	<i>11,26</i>	<i>191.084.165</i>	<i>8,49</i>
<i>Não-duráveis</i>	<i>22.977.861</i>	<i>1,22</i>	<i>23.379.303</i>	<i>1,03</i>	<i>31.667.795</i>	<i>1,41</i>
Combustíveis e Lubrificantes	356.008.851	18,96	496.716.082	21,84	774.463.248	34,41
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	1.877.605.969	100,00	2.274.441.787	100,00	2.250.956.370	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

Ceará

Entre os anos de 1994 e 2002, a economia cearense apresentou persistentes déficits na sua balança comercial. Foi somente a partir de 2003 que os superávits comerciais cearenses apresentaram uma trajetória ascendente (Gráfico 5). Em 2005, as exportações cearenses alcançaram o montante de aproximadamente US\$ 930 milhões e as importações atingiram o montante de US\$ 588 milhões, o que gerou um superávit comercial de US\$ 341 milhões. Entre 2003 e 2005, a economia cearense gerou um superávit comercial acumulado de aproximadamente US\$ 847 milhões.

Como se pode identificar na Tabela 20, o Estado do Ceará é um grande exportador de bens de consumo não-duráveis. Em 2000, eles representavam 58,97% das exportações cearenses mantendo este patamar praticamente inalterado até 2005 (59,33%). Os insumos industriais têm representado o segundo maior montante de mercadorias exportadas: em 2000, representavam 35,67% do total de exportações, e em 2005, 35,16%.

Nesse mesmo período, as exportações cearenses de bens de capital não conseguiram representar mais de 1% do total de exportações do Estado. Somente em 2005, as importações cearenses de bens de capital foram 10 vezes superiores às exportações do mesmo tipo de mercadoria, representando 11,74% do total das importações do Estado (Tabela 21). Ainda nesse ano, as importações de insumos industriais e de combustíveis

e lubrificantes representaram, respectivamente, 45,32% e 26,49% do total das importações cearenses.

GRÁFICO 5
Evolução da Balança Comercial do Ceará –
1994 a 2005 (em US\$ mil FOB)

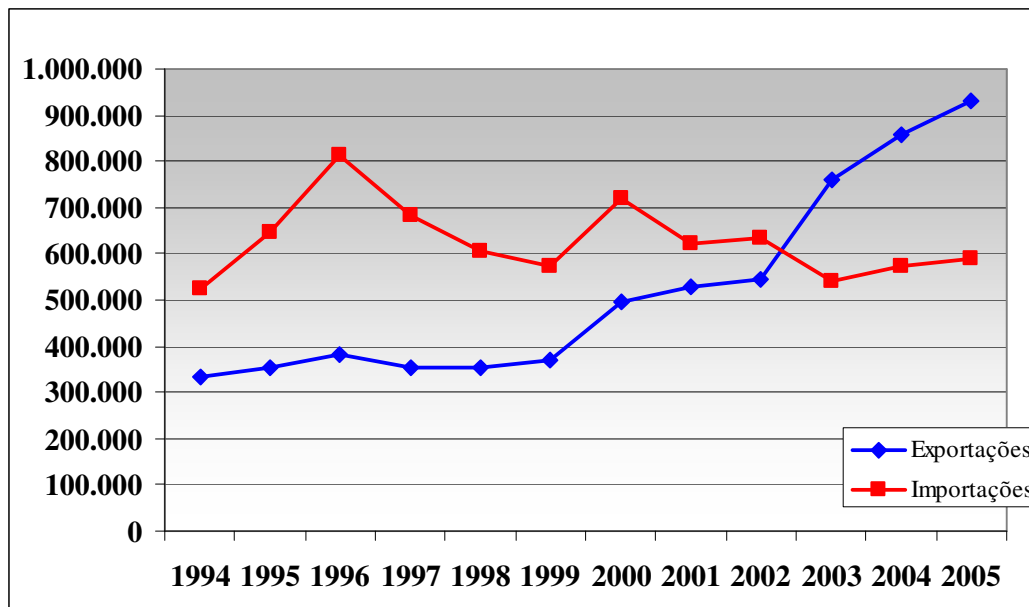


TABELA 20
Estrutura das exportações cearenses em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	6.698.884	0,72	10.809.231	1,26	6.111.599	0,80
Bens Intermediários	343.148.465	36,88	318.853.402	37,10	265.015.852	34,83
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	1.943.904	0,21	2.521.317	0,29	2.170.313	0,29
<i>Insumos Industriais</i>	327.132.171	35,16	308.620.845	35,91	254.357.941	33,43
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	14.072.390	1,51	7.711.240	0,90	8.487.598	1,12
Bens de Consumo	573.755.344	61,66	525.576.686	61,16	457.173.698	60,08
<i>Duráveis</i>	21.731.874	2,34	14.552.715	1,69	6.614.943	0,87
<i>Não-duráveis</i>	552.023.470	59,33	511.023.971	59,47	450.558.755	59,21
Combustíveis e Lubrificantes	665	0,00	0	0,00	24.689.673	3,24
Outras Operações	6.847.498	0,74	4.129.708	0,48	7.936.492	1,04
TOTAL	930.450.856	100,00	859.369.027	100,00	760.927.314	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	4.001.794	0,74	7.271.628	1,38	4.319.444	0,87
Bens Intermediários	188.759.681	34,70	203.169.631	38,55	180.893.726	36,54
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	1.173.553	0,22	527.439	0,10	757.807	0,15
<i>Insumos Industriais</i>	180.589.511	33,20	196.992.904	37,38	176.602.440	35,67
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	6.996.617	1,29	5.649.288	1,07	3.533.479	0,71
Bens de Consumo	340.076.639	62,53	304.734.008	57,82	297.866.550	60,16
<i>Duráveis</i>	7.098.128	1,31	6.523.689	1,24	5.930.116	1,20
<i>Não-duráveis</i>	332.978.511	61,22	298.210.319	56,58	291.936.434	58,97
Combustíveis e Lubrificantes	2	0,00	0	0,00	1.168.262	0,24
Outras Operações	11.064.283	2,03	11.875.878	2,25	10.849.852	2,19
TOTAL	543.902.399	100,00	527.051.145	100,00	495.097.834	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

TABELA 21
Estrutura das importações cearenses em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	69.128.395	11,74	54.987.356	9,59	150.179.215	27,77
Bens Intermediários	339.634.512	57,70	357.381.165	62,31	327.445.554	60,55
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	68.230.699	11,59	94.933.429	16,55	104.347.891	19,30
<i>Insumos Industriais</i>	266.766.626	45,32	260.567.075	45,43	222.150.802	41,08
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	4.637.174	0,79	1.880.656	0,33	946.853	0,18
Bens de Consumo	23.942.572	4,07	23.580.374	4,11	16.518.146	3,05
<i>Duráveis</i>	12.135.899	2,06	9.833.971	1,71	4.310.466	0,80
<i>Não-duráveis</i>	11.806.673	2,01	13.746.403	2,40	12.207.680	2,26
Combustíveis e Lubrificantes	155.950.411	26,49	137.646.941	24,00	46.633.017	8,62
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	588.655.890	100,00	573.595.836	100,00	540.775.932	100,00

Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	257.941.780	40,56	118.590.390	19,02	72.543.481	10,11
Bens Intermediários	281.627.573	44,29	355.683.270	57,05	416.673.097	58,04
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	111.507.661	17,54	99.984.636	16,04	98.644.398	13,74
<i>Insumos Industriais</i>	168.031.669	26,42	250.715.051	40,21	313.607.553	43,69
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	2.080.083	0,33	4.983.583	0,80	4.421.146	0,62
Bens de Consumo	12.246.109	1,93	17.495.036	2,81	17.999.386	2,51
<i>Duráveis</i>	2.196.720	0,35	1.745.073	0,28	1.938.673	0,27
<i>Não-duráveis</i>	10.049.389	1,58	15.749.963	2,53	16.060.713	2,24
Combustíveis e Lubrificantes	84.094.193	13,22	131.722.896	21,13	210.643.185	29,34
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	635.909.655	100,00	623.491.592	100,00	717.859.149	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

Maranhão

No período abarcado pelos anos de 1994 e 2005, a economia maranhense apresentou déficits na sua balança comercial apenas nos anos de 2001 e de 2002. A partir de 2003, os superávits comerciais maranhenses apresentaram clara trajetória ascendente (Gráfico 6). Em 2005, as exportações maranhenses alcançaram o montante de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão e as importações atingiram o montante de US\$ 1,15 bilhão, o que gerou um superávit comercial de US\$ 344 milhões. Entre 2003 e 2005, a economia maranhense gerou um superávit comercial acumulado de aproximadamente US\$ 917 milhões.

A estrutura das exportações e importações maranhenses permite inferir que a industrialização do Estado se concentra na produção de bens intermediários (Tabela 22). Em 2000, eles representavam 99,57% das exportações maranhenses e em 2005, mantiveram praticamente a mesma posição, 98,67% do total das exportações do Estado. Entre os bens intermediários, os insumos industriais representam o maior montante de mercadorias exportadas: em 2000, representavam 87,80% do total de exportações, e em 2005, 83,87%.

Nesse mesmo período, as exportações maranhenses de bens de capital foram, quase que em absoluto, inexistentes. Em 2005, as importações maranhenses de bens de capital representaram 3,31% do total das importações do Estado (Tabela 23), enquanto que as exportações foram praticamente zero. Ainda nesse ano, as importações de combustíveis e lubrificantes representaram 80,94% do total das importações do Maranhão.

GRÁFICO 6
Evolução da Balança Comercial do Maranhão
1994 a 2005 (em US\$ mil FOB)

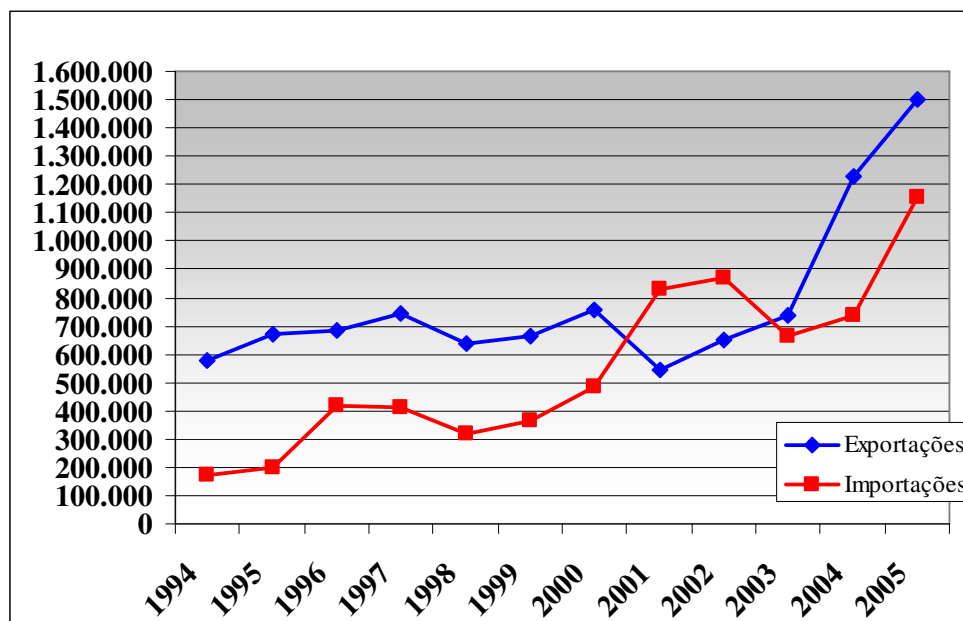


TABELA 22
Estrutura das exportações maranhenses em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	263	0,00	12.220	0,00	0	0,00
Bens Intermediários	1.481.078.956	98,67	1.223.383.084	99,37	733.995.181	99,22
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	<i>222.097.685</i>	<i>14,80</i>	<i>189.558.471</i>	<i>15,40</i>	<i>126.723.782</i>	<i>17,13</i>
<i>Insumos Industriais</i>	<i>1.258.981.271</i>	<i>83,87</i>	<i>1.033.824.613</i>	<i>83,98</i>	<i>607.271.399</i>	<i>82,09</i>
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	<i>0</i>	<i>0,00</i>	<i>0</i>	<i>0,00</i>	<i>0</i>	<i>0,00</i>
Bens de Consumo	7.490.913	0,50	6.370.872	0,52	5.030.556	0,68
<i>Duráveis</i>	<i>3.869.505</i>	<i>0,26</i>	<i>4.320.240</i>	<i>0,35</i>	<i>2.998.070</i>	<i>0,41</i>
<i>Não-duráveis</i>	<i>3.621.408</i>	<i>0,24</i>	<i>2.050.632</i>	<i>0,17</i>	<i>2.032.486</i>	<i>0,27</i>
Combustíveis e Lubrificantes	2.322.559	0,15	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	10.141.228	0,68	1.318.594	0,11	772.212	0,10
TOTAL	1.501.033.919	100,00	1.231.084.770	100,00	739.797.949	100,00

Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	0	0,00	26.331	0,00	0	0,00
Bens Intermediários	647.134.652	99,20	540.165.157	99,24	754.968.925	99,57
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	<i>85.491.979</i>	<i>13,10</i>	<i>74.984.422</i>	<i>13,78</i>	<i>89.247.715</i>	<i>11,77</i>
<i>Insumos Industriais</i>	<i>561.627.963</i>	<i>86,09</i>	<i>465.168.379</i>	<i>85,46</i>	<i>665.721.210</i>	<i>87,80</i>
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	<i>14.170</i>	<i>0,00</i>	<i>12.356</i>	<i>0,00</i>	<i>0</i>	<i>0,00</i>
Bens de Consumo	4.664.450	0,71	3.601.201	0,66	2.702.109	0,36
<i>Duráveis</i>	<i>1.980.798</i>	<i>0,30</i>	<i>177.537</i>	<i>0,03</i>	<i>1.045.229</i>	<i>0,14</i>
<i>Não-duráveis</i>	<i>2.683.652</i>	<i>0,41</i>	<i>3.423.664</i>	<i>0,63</i>	<i>1.656.880</i>	<i>0,22</i>
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	11.550	0,00	45	0,00
Outras Operações	575.607	0,09	524.725	0,10	574.293	0,08
TOTAL	652.374.709	100,00	544.328.964	100,00	758.245.372	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

TABELA 23
Estrutura das importações maranhenses em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	38.279.649	3,31	17.819.724	2,42	17.559.947	2,65
Bens Intermediários	180.906.656	15,64	143.829.845	19,55	111.532.754	16,85
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	<i>15.262.437</i>	<i>1,32</i>	<i>18.455.508</i>	<i>2,51</i>	<i>16.874.570</i>	<i>2,55</i>
<i>Insumos Industriais</i>	<i>164.144.136</i>	<i>14,19</i>	<i>124.711.521</i>	<i>16,95</i>	<i>93.893.284</i>	<i>14,19</i>
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	<i>1.500.083</i>	<i>0,13</i>	<i>662.816</i>	<i>0,09</i>	<i>764.900</i>	<i>0,12</i>
Bens de Consumo	1.243.242	0,11	841.318	0,11	455.917	0,07
<i>Duráveis</i>	<i>667.504</i>	<i>0,06</i>	<i>178.386</i>	<i>0,02</i>	<i>194.268</i>	<i>0,03</i>
<i>Não-duráveis</i>	<i>575.738</i>	<i>0,05</i>	<i>662.932</i>	<i>0,09</i>	<i>261.649</i>	<i>0,04</i>
Combustíveis e Lubrificantes	936.285.944	80,94	573.241.383	77,91	532.261.201	80,43
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	1.156.715.491	100,00	735.732.270	100,00	661.809.819	100,00

Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	64.828.642	7,48	30.240.055	3,64	16.414.187	3,38
Bens Intermediários	93.341.594	10,77	120.364.171	14,49	88.448.067	18,21
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	<i>16.128.269</i>	<i>1,86</i>	<i>14.060.472</i>	<i>1,69</i>	<i>16.920.631</i>	<i>3,48</i>
<i>Insumos Industriais</i>	<i>75.767.244</i>	<i>8,74</i>	<i>105.348.063</i>	<i>12,68</i>	<i>70.787.529</i>	<i>14,58</i>
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	<i>1.446.081</i>	<i>0,17</i>	<i>955.636</i>	<i>0,12</i>	<i>739.907</i>	<i>0,15</i>
Bens de Consumo	1.092.172	0,13	943.861	0,11	1.960.941	0,40
<i>Duráveis</i>	<i>186.924</i>	<i>0,02</i>	<i>165.925</i>	<i>0,02</i>	<i>114.621</i>	<i>0,02</i>
<i>Não-duráveis</i>	<i>905.248</i>	<i>0,10</i>	<i>777.936</i>	<i>0,09</i>	<i>1.846.320</i>	<i>0,38</i>
Combustíveis e Lubrificantes	707.207.902	81,62	678.975.778	81,75	378.806.428	78,00
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	866.470.310	100,00	830.523.865	100,00	485.629.623	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

Paraíba

Entre os anos de 1994 e 2000, a economia paraibana apresentou persistentes déficits na sua balança comercial. Foi somente a partir de 2001 que os superávits comerciais paraibanos apresentaram uma trajetória ascendente (Gráfico 7). Em 2005, as exportações paraibanas alcançaram o montante de aproximadamente US\$ 228 milhões e as importações atingiram o montante de US\$ 94,2 milhões, o que gerou um superávit

comercial de US\$ 133 milhões. Entre 2003 e 2005, a economia paraibana gerou um superávit comercial acumulado de aproximadamente US\$ 357 milhões.

Como se pode identificar na Tabela 24, o Estado da Paraíba é um grande exportador de bens de consumo não-duráveis. Em 2000, eles representavam 61,47% das exportações paraibanas e em 2005, mantiveram praticamente a mesma posição, 61,14% do total das exportações do Estado. Os insumos industriais têm representado o segundo maior montante de mercadorias exportadas: em 2000, representavam 28,11% do total de exportações, e em 2005, 32,16%.

Nesse mesmo período, as exportações cearenses de bens de capital nunca conseguiram representar mais de 3% do total de exportações do Estado. Somente em 2005, as importações cearenses de bens de capital foram quase cinco vezes superiores às exportações do mesmo tipo de mercadoria, representando 16,92% do total das importações do Estado (Tabela 25). Ainda nesse ano, as importações de insumos industriais representaram 66,53% do total das importações do Estado da Paraíba.

GRÁFICO 7
Evolução da Balança Comercial da Paraíba –
1994 a 2005 (em US\$ mil FOB)

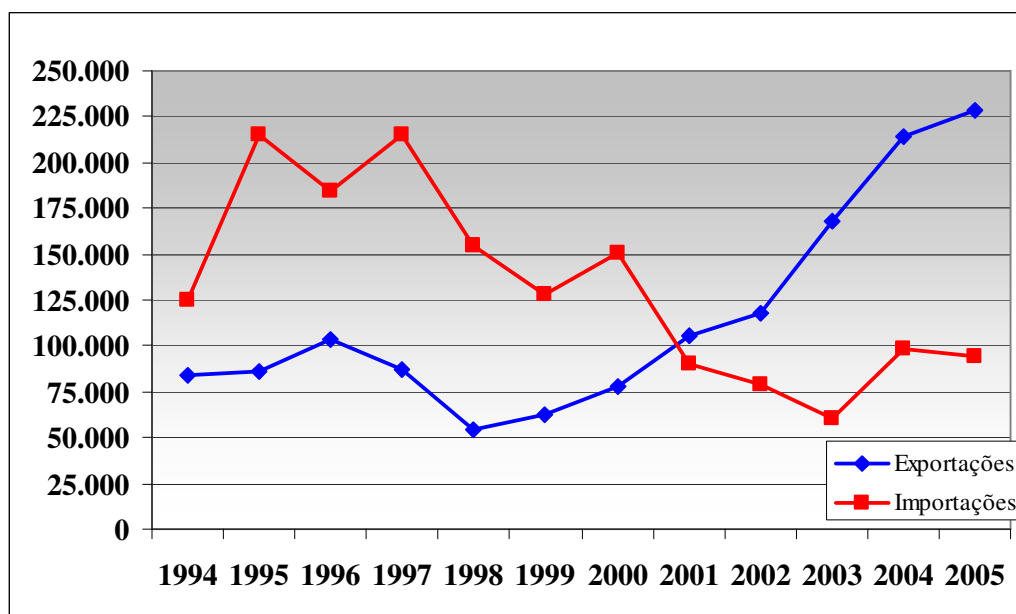


TABELA 24
Estrutura das exportações paraibanas em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	3.305.941	1,45	2.643.581	1,24	2.105.739	1,25
Bens Intermediários	81.443.030	35,72	75.741.375	35,40	56.578.179	33,59
Alimentos e Bebidas destinados à indústria	8.118.306	3,56	7.489.992	3,50	2.937.461	1,74
Insumos Industriais	73.324.724	32,16	68.251.383	31,90	53.640.718	31,85
Peças e acessórios de equipamentos de transporte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bens de Consumo	143.057.051	62,74	135.575.376	63,36	109.753.107	65,16
Duráveis	3.648.135	1,60	4.585.941	2,14	4.365.337	2,59
Não-duráveis	139.408.916	61,14	130.989.435	61,22	105.387.770	62,57
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	201.411	0,09	4.904	0,00	0	0,00
TOTAL	228.007.433	100,00	213.965.236	100,00	168.437.025	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	2.986.052	2,54	1.039.503	0,99	622.763	0,80
Bens Intermediários	33.066.609	28,11	25.898.429	24,59	25.630.210	33,04
Alimentos e Bebidas destinados à indústria	2.782.453	2,37	3.300.101	3,13	3.821.853	4,93
Insumos Industriais	30.284.156	25,74	22.598.328	21,46	21.808.357	28,11
Peças e acessórios de equipamentos de transporte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bens de Consumo	81.555.889	69,33	78.231.393	74,28	51.290.248	66,12
Duráveis	3.380.218	2,87	2.108.982	2,00	3.605.130	4,65
Não-duráveis	78.175.671	66,45	76.122.411	72,28	47.685.118	61,47
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	33.248	0,03	145.916	0,14	33.883	0,04
TOTAL	117.641.798	100,00	105.315.241	100,00	77.577.104	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

TABELA 25
Estrutura das importações paraibanas em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	15.949.249	16,92	24.309.507	24,79	20.741.476	34,17
Bens Intermediários	71.170.107	75,50	63.355.973	64,61	34.415.527	56,69
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	5.151.743	5,47	223.212	0,23	2.362.302	3,89
<i>Insumos Industriais</i>	62.711.713	66,53	62.708.623	63,95	31.831.310	52,43
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	3.306.651	3,51	424.138	0,43	930	0,00
Bens de Consumo	4.487.077	4,76	4.196.946	4,28	3.866.154	6,37
<i>Duráveis</i>	93.877	0,10	118.228	0,12	91.898	0,15
<i>Não-duráveis</i>	4.393.200	4,66	4.078.718	4,16	3.774.256	6,22
Combustíveis e Lubrificantes	2.654.416	2,82	6.193.529	6,32	1.683.480	2,77
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	94.260.849	100,00	98.055.955	100,00	60.706.637	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	43.296.146	54,77	37.453.018	41,73	40.794.772	27,15
Bens Intermediários	30.487.530	38,56	44.434.624	49,51	103.874.096	69,12
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	4.654.168	5,89	9.029.282	10,06	8.515.111	5,67
<i>Insumos Industriais</i>	25.772.969	32,60	35.113.811	39,12	95.144.883	63,31
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	60.393	0,08	291.531	0,32	214.102	0,14
Bens de Consumo	4.054.899	5,13	6.058.348	6,75	3.627.964	2,41
<i>Duráveis</i>	57.694	0,07	781.481	0,87	856.427	0,57
<i>Não-duráveis</i>	3.997.205	5,06	5.276.867	5,88	2.771.537	1,84
Combustíveis e Lubrificantes	1.218.135	1,54	1.807.506	2,01	1.979.698	1,32
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	79.056.710	100,00	89.753.496	100,00	150.276.530	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

Pernambuco

Ao longo de todo o período analisado, a economia pernambucana apresentou persistentes déficits na sua balança comercial. A partir de 2002, os déficits comerciais de Pernambuco começam a apresentar uma leve tendência de queda (Gráfico 8). Em 2005, as exportações pernambucanas alcançaram o montante de aproximadamente US\$ 784,8 milhões e as importações atingiram o montante de US\$ 805,8 milhões, o que gerou um déficit comercial de US\$ 21 milhões. Nos últimos doze anos (1994 a 2005), a economia pernambucana gerou um déficit comercial acumulado de aproximadamente US\$ 4,89 bilhões.

Como se pode identificar na Tabela 26, o Estado de Pernambuco é um exportador de bens intermediários e de bens de consumo não-duráveis. Em 2000, os bens intermediários representavam 53,58% das exportações pernambucanas e em 2005, mantiveram praticamente a mesma posição, 53,96% do total das exportações do Estado. Os bens de consumo não-duráveis têm representado o segundo maior montante de mercadorias exportadas: em 2000, representavam 31,48% do total de exportações, e em 2005, 30,71%.

Nesse mesmo período, as exportações pernambucanas de bens de capital caíram de 11,10% em 2000 para 3,89% em 2005. Somente em 2005, as importações pernambucanas de bens de capital foram mais de cinco vezes superiores às exportações

do mesmo tipo de mercadoria, representando 21,49% do total das importações do Estado (Tabela 27). Ainda nesse ano, as importações de insumos industriais representaram 39,48% do total das importações do Estado de Pernambuco.

GRÁFICO 8
Evolução da balança comercial de Pernambuco
1994 a 2005 (em US\$ mil FOB)

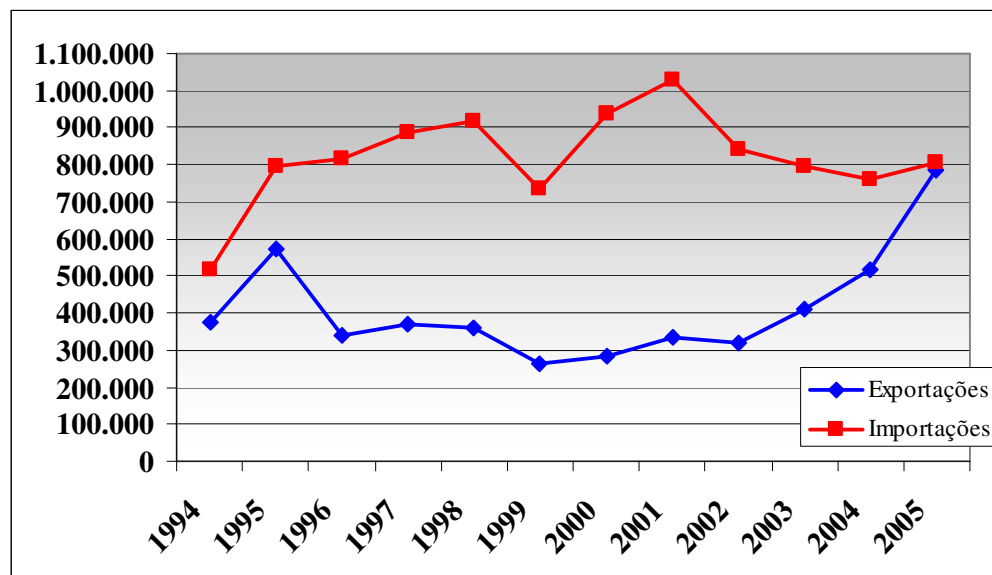


TABELA 26
Estrutura das exportações pernambucanas em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	30.538.383	3,89	17.187.577	3,33	20.861.900	5,08
Bens Intermediários	423.530.525	53,96	271.159.184	52,47	180.805.341	44,02
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	131.015.204	16,69	103.895.530	20,10	69.700.711	16,97
<i>Insumos Industriais</i>	280.973.094	35,80	157.342.855	30,44	105.374.355	25,66
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	11.542.227	1,47	9.920.799	1,92	5.730.275	1,40
Bens de Consumo	242.561.724	30,90	182.381.870	35,29	185.754.045	45,23
<i>Duráveis</i>	1.498.179	0,19	1.188.349	0,23	559.073	0,14
<i>Não-duráveis</i>	241.063.545	30,71	181.193.521	35,06	185.194.972	45,09
Combustíveis e Lubrificantes	42.095.109	5,36	12.182.469	2,36	18.691.679	4,55
Outras Operações	46.162.625	5,88	33.899.179	6,56	4.593.574	1,12
TOTAL	784.888.366	100,00	516.810.279	100,00	410.706.539	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	32.081.830	10,03	22.914.109	6,84	31.511.785	11,10
Bens Intermediários	120.420.508	37,65	196.766.572	58,74	152.139.130	53,58
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	53.785.841	16,82	114.906.636	34,30	58.444.118	20,58
<i>Insumos Industriais</i>	61.780.233	19,32	77.044.847	23,00	89.604.898	31,56
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	4.854.434	1,52	4.815.089	1,44	4.090.114	1,44
Bens de Consumo	160.564.587	50,20	108.400.953	32,36	89.542.374	31,53
<i>Duráveis</i>	335.993	0,11	942.394	0,28	144.476	0,05
<i>Não-duráveis</i>	160.228.594	50,10	107.458.559	32,08	89.397.898	31,48
Combustíveis e Lubrificantes	2.790.877	0,87	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	3.968.047	1,24	6.882.094	2,05	10.753.302	3,79
TOTAL	319.825.849	100,00	334.963.728	100,00	283.946.591	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

TABELA 27
Estrutura das importações pernambucanas em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	173.183.142	21,49	89.901.201	11,85	164.538.760	20,67
Bens Intermediários	435.119.768	53,99	458.361.087	60,41	407.829.221	51,24
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	107.992.996	13,40	134.429.809	17,72	125.959.646	15,82
<i>Insumos Industriais</i>	318.201.643	39,48	311.695.851	41,08	275.255.963	34,58
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	8.917.972	1,11	12.235.427	1,61	6.611.937	0,83
Bens de Consumo	107.568.441	13,35	83.619.981	11,02	61.909.810	7,78
<i>Duráveis</i>	4.901.046	0,61	1.476.546	0,19	768.376	0,10
<i>Não-duráveis</i>	102.667.395	12,74	82.143.345	10,83	61.141.434	7,68
Combustíveis e Lubrificantes	90.016.255	11,17	126.885.455	16,72	161.711.368	20,32
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	805.887.606	100,00	758.767.724	100,00	795.989.159	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	181.481.208	21,51	140.228.864	13,63	103.934.156	11,12
Bens Intermediários	398.633.619	47,25	425.272.020	41,34	383.357.979	41,01
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	132.091.976	15,66	87.961.112	8,55	88.170.227	9,43
<i>Insumos Industriais</i>	258.595.320	30,65	320.352.071	31,14	277.973.847	29,74
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	7.919.159	0,94	16.958.837	1,65	17.213.905	1,84
Bens de Consumo	54.129.542	6,42	63.755.355	6,20	80.321.759	8,59
<i>Duráveis</i>	1.228.473	0,15	4.810.323	0,47	2.713.505	0,29
<i>Não-duráveis</i>	52.901.069	6,27	58.945.032	5,73	77.608.254	8,30
Combustíveis e Lubrificantes	209.388.106	24,82	399.483.321	38,83	367.199.814	39,28
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	843.632.475	100,00	1.028.739.560	100,00	934.813.708	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

Piauí

Durante todo o período compreendido entre os anos de 1994 e 2005, a balança comercial do Estado do Piauí manteve uma posição superavitária. A partir de 2001, os superávits comerciais piauienses apresentam uma trajetória ascendente (Gráfico 9). Em 2005, as exportações piauienses alcançaram o montante de aproximadamente US\$ 58,66

milhões e as importações atingiram o montante de US\$ 14,9 milhões, o que gerou um superávit comercial de US\$ 43,7 milhões. Entre 2003 e 2005, a economia piauiense gerou um superávit comercial acumulado de aproximadamente US\$ 148,88 milhões.

A estrutura das exportações e importações piauienses permite inferir a existência de indústrias produtoras de bens intermediários e de algumas indústrias produtoras de bens leves não-duráveis. Como se pode identificar na Tabela 28, o Estado do Piauí é um exportador de insumos industriais e de bens de consumo não-duráveis. Em 2000, os insumos industriais representavam 63,48% das exportações piauienses e, em 2005, tiveram uma ligeira queda, passando a representar 60,55% do total das exportações do Estado. Os bens de consumo não-duráveis têm representado o segundo maior montante de mercadorias exportadas: em 2000, representavam 27,31% do total de exportações, e em 2005, 25,13%. Praticamente não houve exportação de bens de consumo duráveis pela economia piauiense.

Nesse mesmo período, as exportações piauienses de bens de capital foram, quase que em absoluto, inexistentes. Somente em 2005, as importações piauienses representaram 12,28% do total das importações do Estado (Tabela 29). Ainda nesse ano, as importações de insumos industriais representaram 66,94% do total das importações do Estado do Piauí.

GRÁFICO 9
Evolução da balança comercial do Piauí
1994 a 2005 (em US\$ mil FOB)

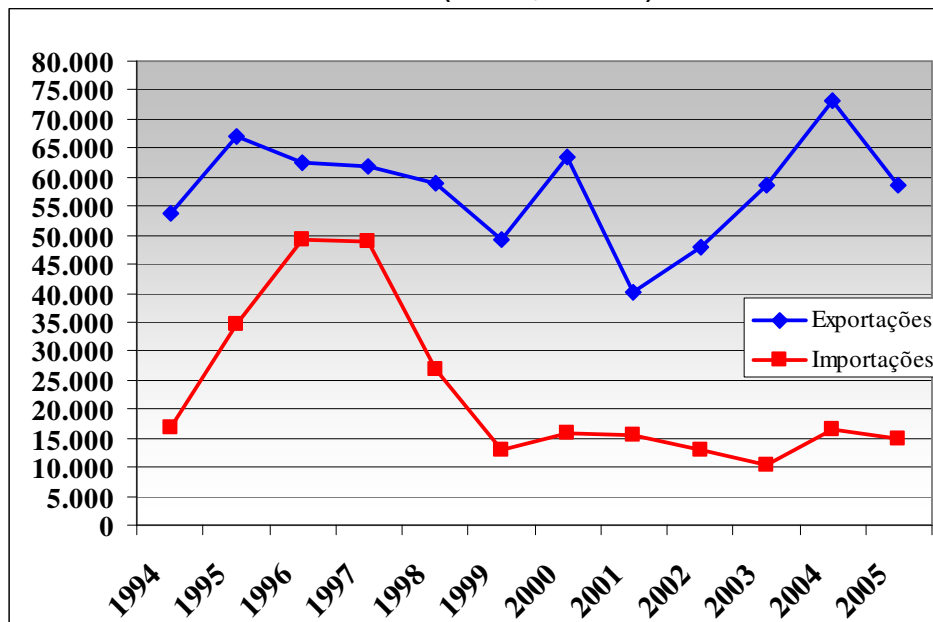


TABELA 28
Estrutura das exportações piauienses em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	0	0,00	439	0,00	0	0,00
Bens Intermediários	43.918.643	74,87	44.836.284	61,14	30.400.440	51,81
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	8.401.887	14,32	8.735.024	11,91	13.791.613	23,50
<i>Insumos Industriais</i>	35.516.756	60,55	36.101.260	49,23	16.608.827	28,30
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bens de Consumo	14.742.004	25,13	28.496.757	38,86	28.281.943	48,19
<i>Duráveis</i>	45	0,00	0	0,00	775	0,00
<i>Não-duráveis</i>	14.741.959	25,13	28.496.757	38,86	28.281.168	48,19
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	58.660.647	100,00	73.333.480	100,00	58.682.383	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	0	0,00	0	0,00	26.169	0,04
Bens Intermediários	26.833.156	55,83	26.075.358	65,05	46.015.327	72,63
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	8.273.817	17,21	1.774.469	4,43	5.797.624	9,15
<i>Insumos Industriais</i>	18.559.339	38,61	24.300.889	60,62	40.217.703	63,48
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bens de Consumo	21.229.782	44,17	14.011.542	34,95	17.304.712	27,31
<i>Duráveis</i>	600	0,00	0	0,00	2.110	0,00
<i>Não-duráveis</i>	21.229.182	44,17	14.011.542	34,95	17.302.602	27,31
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	8.475	0,01
TOTAL	48.062.938	100,00	40.086.900	100,00	63.354.683	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

TABELA 29
Estrutura das importações piauienses em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	1.833.441	12,28	4.620.366	27,88	3.045.043	29,58
Bens Intermediários	12.882.359	86,29	11.538.574	69,63	7.074.637	68,72
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	63.398	0,42	0	0,00	0	0,00
<i>Insumos Industriais</i>	9.993.550	66,94	7.032.552	42,44	4.852.615	47,13
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	2.825.411	18,93	4.506.022	27,19	2.222.022	21,58
Bens de Consumo	212.801	1,43	404.374	2,44	140.408	1,36
<i>Duráveis</i>	18.327	0,12	1.842	0,01	1.574	0,02
<i>Não-duráveis</i>	194.474	1,30	402.532	2,43	138.834	1,35
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	7.469	0,05	35.132	0,34
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	14.928.601	100,00	16.570.783	100,00	10.295.220	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	3.143.054	24,48	4.666.190	30,04	5.718.547	35,93
Bens Intermediários	9.241.301	71,97	10.630.321	68,44	9.842.360	61,83
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	16.160	0,13	2.209.716	14,23	2.521.827	15,84
<i>Insumos Industriais</i>	6.821.110	53,12	6.468.148	41,64	6.360.344	39,96
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	2.404.031	18,72	1.952.457	12,57	960.189	6,03
Bens de Consumo	456.852	3,56	230.424	1,48	343.683	2,16
<i>Duráveis</i>	9.488	0,07	35.912	0,23	71.787	0,45
<i>Não-duráveis</i>	447.364	3,48	194.512	1,25	271.896	1,71
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	6.122	0,04	12.909	0,08
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	12.841.207	100,00	15.533.057	100,00	15.917.499	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

Rio Grande do Norte

A partir de 1998, a economia potiguar apresentou persistentes superávits na sua balança comercial (Gráfico 10). Em 2005, as exportações potiguares alcançaram o montante de aproximadamente US\$ 413,3 milhões e as importações atingiram o montante de US\$ 110,33 milhões, o que gerou um superávit comercial de US\$ 302,9 milhões. Entre 2003 e 2005, a economia potiguar gerou um superávit comercial acumulado de aproximadamente US\$ 878,98 milhões.

A estrutura das exportações e importações pernambucanas permite inferir, parcialmente, a existência de indústrias produtoras de bens leves não-duráveis. Como se pode identificar na Tabela 30, o Estado do Rio Grande do Norte é um exportador de bens de consumo não-duráveis. Em 2000, os bens de consumo não-duráveis representavam 85,57% das exportações potiguares e, em 2005, reduziram-se para 63,09% do total das exportações do Estado. A partir de 2002 os combustíveis e lubrificantes passaram a fazer parte dos produtos exportados pelo Rio Grande do Norte, sendo que em 2005 atingiram o montante de 23,44%.

Nesse mesmo período, as exportações potiguares de bens de capital nunca conseguiram ultrapassar o patamar superior a 0,5% do total das exportações. Somente em 2005, as importações potiguares de bens de capital foram mais de novecentas vezes superiores às exportações do mesmo tipo de mercadoria, representando 38,73% do total das

importações do Estado (Tabela 31). Ainda nesse ano, as importações de insumos industriais representaram 46,75% do total das importações do Estado do Rio Grande do Norte.

GRÁFICO 10
Evolução da balança comercial do Rio Grande do Norte
1994 a 2005 (em US\$ mil FOB)

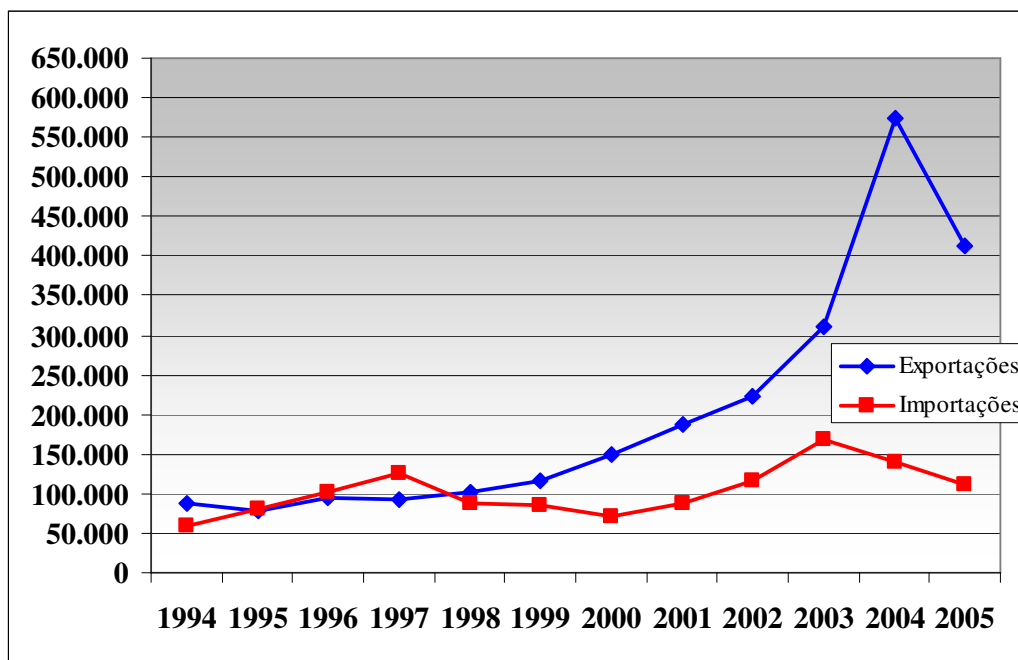


TABELA 30
Estrutura das exportações potiguares em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	46.061	0,01	290.921	0,05	93.177	0,03
Bens Intermediários	54.834.615	13,27	40.883.895	7,13	30.197.392	9,73
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	1.026.934	0,25	184.216	0,03	454.716	0,15
<i>Insumos Industriais</i>	53.808.221	13,02	40.699.679	7,10	29.723.597	9,57
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	0	0,00	0	0,00	19.079	0,01
Bens de Consumo	260.877.435	63,12	247.985.144	43,23	220.928.437	71,16
<i>Duráveis</i>	114.174	0,03	171.357	0,03	111.721	0,04
<i>Não-duráveis</i>	260.763.261	63,09	247.813.787	43,20	220.816.716	71,13
Combustíveis e Lubrificantes	96.870.955	23,44	284.242.327	49,55	58.959.174	18,99
Outras Operações	688.306	0,17	200.668	0,03	267.594	0,09
TOTAL	413.317.372	100,00	573.602.955	100,00	310.445.774	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	237.288	0,11	45.109	0,02	6.342	0,00
Bens Intermediários	25.529.991	11,42	27.096.223	14,44	20.548.464	13,75
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	675.424	0,30	52.559	0,03	5.977	0,00
<i>Insumos Industriais</i>	24.854.567	11,12	27.043.600	14,42	20.542.487	13,75
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	0	0,00	64	0,00	0	0,00
Bens de Consumo	172.730.957	77,25	159.181.773	84,86	127.891.226	85,61
<i>Duráveis</i>	48.236	0,02	33.585	0,02	58.891	0,04
<i>Não-duráveis</i>	172.682.721	77,23	159.148.188	84,84	127.832.335	85,57
Combustíveis e Lubrificantes	24.063.496	10,76	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	1.040.365	0,47	1.261.635	0,67	945.913	0,63
TOTAL	223.602.097	100,00	187.584.740	100,00	149.391.945	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

TABELA 31
Estrutura das importações potiguares em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	42.745.069	38,73	59.763.383	42,85	113.909.953	67,58
Bens Intermediários	64.001.460	57,99	76.723.759	55,00	52.000.688	30,85
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	11.045.871	10,01	20.391.213	14,62	18.127.902	10,75
<i>Insumos Industriais</i>	51.596.352	46,75	52.242.393	37,45	33.237.671	19,72
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	1.351.253	1,22	4.090.153	2,93	635.115	0,38
Bens de Consumo	3.616.493	3,28	2.994.606	2,15	2.638.119	1,57
<i>Duráveis</i>	115.001	0,10	110.679	0,08	66.627	0,04
<i>Não-duráveis</i>	3.501.492	3,17	2.883.927	2,07	2.571.492	1,53
Combustíveis e Lubrificantes	1.027	0,00	4.147	0,00	13.761	0,01
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	110.364.049	100,00	139.485.895	100,00	168.562.521	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	64.608.238	55,92	41.468.512	46,76	26.278.856	37,39
Bens Intermediários	47.493.095	41,10	43.380.823	48,91	39.636.330	56,40
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	18.156.989	15,71	15.497.458	17,47	8.891.468	12,65
<i>Insumos Industriais</i>	28.589.128	24,74	27.552.590	31,07	30.430.470	43,30
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	746.169	0,65	330.325	0,37	314.392	0,45
Bens de Consumo	3.399.589	2,94	3.836.459	4,33	3.541.738	5,04
<i>Duráveis</i>	135.613	0,12	45.351	0,05	87.564	0,12
<i>Não-duráveis</i>	3.263.976	2,82	3.791.108	4,27	3.454.174	4,92
Combustíveis e Lubrificantes	42.069	0,04	1.950	0,00	818.008	1,16
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	115.542.991	100,00	88.687.744	100,00	70.274.932	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

Sergipe

O Estado de Sergipe apresenta, ao longo de todo o período analisado, seguidos déficits na sua balança comercial (Gráfico 11). Em 2005, as exportações sergipanas alcançaram o montante de aproximadamente US\$ 66,42 milhões e as importações atingiram o

montante de US\$ 93,36 milhões, o que gerou um déficit comercial de US\$ 26,93 milhões. Nos últimos doze anos (1994 a 2005), a economia sergipana gerou um déficit comercial acumulado de aproximadamente US\$ 758,97 milhões.

Como se pode identificar na Tabela 32, o Estado de Sergipe é um exportador de bens intermediários e de bens de consumo não-duráveis. Em 2000, os bens intermediários representavam 33,65% das exportações sergipanas e em 2005, ampliaram consideravelmente sua posição, passando para 49,60% do total das exportações do Estado. Os bens de consumo não-duráveis têm representado também um importante item na pauta de exportações de Sergipe: em 2000, representavam 65,94% do total de exportações, e em 2005, 48,80%.

Nesse mesmo período, as exportações sergipanas de bens de capital nunca alcançaram o patamar de 1% das exportações totais do Estado. Somente em 2005, as importações sergipanas de bens de capital foram cento e setenta e oito vezes superiores às exportações do mesmo tipo de mercadoria, representando 34,24% do total das importações do Estado (Tabela 33). Ainda nesse ano, as importações de insumos industriais representaram 43,39% do total das importações do Estado de Sergipe.

GRÁFICO 11
Evolução da Balança Comercial de Sergipe –
1994 a 2005 (em US\$ mil FOB)

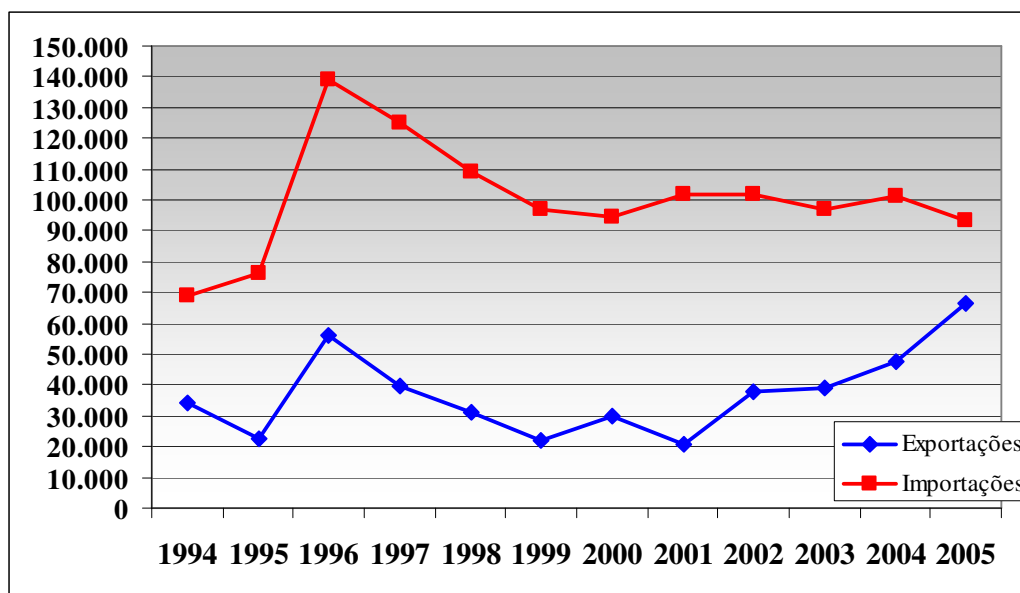


TABELA 32
Estrutura das exportações sergipanas em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	178.889	0,27	63.929	0,13	21.692	0,06
Bens Intermediários	32.944.874	49,60	15.941.888	33,42	14.765.182	38,04
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	2.944	0,00	488	0,00	39.051	0,10
<i>Insumos Industriais</i>	32.924.424	49,57	15.938.445	33,41	14.726.131	37,94
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	17.506	0,03	2.955	0,01	0	0,00
Bens de Consumo	33.289.089	50,12	31.679.056	66,41	23.997.305	61,83
<i>Duráveis</i>	875.592	1,32	449.903	0,94	245.543	0,63
<i>Não-duráveis</i>	32.413.497	48,80	31.229.153	65,47	23.751.762	61,20
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	11.033	0,02	17.566	0,04	28.944	0,07
TOTAL	66.423.885	100,00	47.702.439	100,00	38.813.123	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	354.814	0,94	102.388	0,49	34.535	0,12
Bens Intermediários	11.517.376	30,63	7.871.883	37,90	10.016.041	33,65
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	0	0,00	123	0,00	31.576	0,11
<i>Insumos Industriais</i>	11.517.376	30,63	7.871.760	37,90	9.984.465	33,55
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bens de Consumo	25.694.224	68,33	12.782.077	61,54	19.674.599	66,11
<i>Duráveis</i>	88.082	0,23	266.374	1,28	51.075	0,17
<i>Não-duráveis</i>	25.606.142	68,09	12.515.703	60,26	19.623.524	65,94
Combustíveis e Lubrificantes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Operações	37.179	0,10	14.806	0,07	35.915	0,12
TOTAL	37.603.593	100,00	20.771.154	100,00	29.761.090	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

TABELA 33
Estrutura das importações sergipanas em US\$ FOB
2000 a 2005

Tipo de Mercadoria	2005		2004		2003	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	31.965.471	34,24	25.555.783	25,29	24.620.682	25,34
Bens Intermediários	57.170.093	61,24	68.520.762	67,81	66.664.063	68,62
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	15.658.385	16,77	15.041.595	14,89	15.549.315	16,01
<i>Insumos Industriais</i>	40.510.309	43,39	52.482.504	51,94	49.127.256	50,57
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	502.358	0,54	886.784	0,88	1.880.284	1,94
Bens de Consumo	2.718.878	2,91	5.045.816	4,99	3.570.545	3,68
<i>Duráveis</i>	69.127	0,07	37.709	0,04	52.811	0,05
<i>Não-duráveis</i>	2.649.751	2,84	5.008.107	4,96	3.517.734	3,62
Combustíveis e Lubrificantes	1.506.898	1,61	1.928.824	1,91	2.297.165	2,36
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	93.361.340	100,00	101.051.185	100,00	97.152.455	100,00
Tipo de Mercadoria	2002		2001		2000	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Bens de Capital	49.303.782	48,39	26.557.727	26,06	16.922.194	17,93
Bens Intermediários	48.968.061	48,06	72.491.517	71,15	73.382.928	77,75
<i>Alimentos e Bebidas destinados à indústria</i>	10.981.879	10,78	21.850.141	21,44	25.385.804	26,90
<i>Insumos Industriais</i>	36.766.386	36,09	50.116.802	49,19	47.118.005	49,92
<i>Peças e acessórios de equipamentos de transporte</i>	1.219.796	1,20	524.574	0,51	879.119	0,93
Bens de Consumo	2.440.351	2,40	2.395.049	2,35	4.066.058	4,31
<i>Duráveis</i>	34.821	0,03	49.698	0,05	28.332	0,03
<i>Não-duráveis</i>	2.405.530	2,36	2.345.351	2,30	4.037.726	4,28
Combustíveis e Lubrificantes	1.173.839	1,15	447.206	0,44	10.450	0,01
Outras Operações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	101.886.033	100,00	101.891.499	100,00	94.381.630	100,00

Fonte: SECEX - MDIC

3. CARACTERÍSTICAS E DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO NORDESTE

O processo de assalariamento apresenta-se, dentro da sociedade capitalista, como uma tendência que é sucessivamente atravessada pela incorporação de relações sociais de produção não-capitalista na esfera da reprodução ampliada do capital. A acumulação primitiva não é apenas um momento histórico do desenvolvimento capitalista, ela é também um momento lógico, que ocorre mesmo dentro das formações sociais onde o modo de produção especificamente capitalista é hegemônico.

Sempre que se fala em mercado de trabalho na sociedade capitalista, não se restringe o conceito ao trabalho assalariado (seja ele formalizado do ponto de vista jurídico-institucional ou não), mas também de formas de trabalho autônomas ou não-assalariadas que são funcionais para a reprodução direta ou indireta do capital. Dessa maneira, todo mercado de trabalho apresenta algum grau de desestruturação, entendida aqui como o maior distanciamento qualitativo e quantitativo da relação de assalariamento formal.

É tradicionalmente afirmado, dentro das ciências sociais, que o mercado de trabalho em economias periféricas é caracterizado por uma maior intensidade de desestruturação das relações de assalariamento do que a observada em economias capitalistas desenvolvidas. Essa assertiva é verdadeira e é válida em múltiplas escalas: global, nacional, regional. Essa desestruturação do mercado de trabalho não é consequência de um suposto pequeno amadurecimento do capitalismo na periferia, ela é consequência do caráter desigual e combinado do desenvolvimento do próprio capitalismo, que cria e recria perpetuamente zonas de exploração desenfreada dos produtores diretos, sejam eles trabalhadores assalariados, trabalhadores autônomos, camponeses, entre outros. Essa desestruturação não é uma patologia, uma alteração desordenada, visto que o capital consegue subsumir muitas das relações de produção não-capitalistas dentro das suas esferas produtiva e reprodutiva.

A coleção de indicadores referentes à dinâmica e características do mercado de trabalho na Região Nordeste mostrará que este apresenta elevados níveis de desestruturação, mais intensos, inclusive, do que os números observados para o Brasil e para as demais regiões. Essa maior desestruturação do mercado de trabalho nordestino tem apresentado uma específica funcionalidade dentro da reprodução ampliada do capital em escala

nacional e da recente divisão inter-regional do trabalho: o Nordeste aparece como zona de superexploração da força de trabalho, ou seja, fonte de mais-valia extraordinária (MARINI, 2000).

3.1. Indicadores a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

A População Economicamente Ativa (PEA)² da Região Nordeste foi, em 2004, composta por 26,6 milhões de pessoas (Tabela 34). A PEA do Nordeste é a segunda maior entre as regiões brasileiras e representa 26,5% da PEA nacional. Entre os estados nordestinos, destaca-se a Bahia, com uma PEA de 6,95 milhões de pessoas, o que representa 28,26% da PEA regional. Em seguida, aparecem os estados do Maranhão, Ceará e Pernambuco. O Estado de Sergipe possui a menor PEA da Região, com 1 milhão de pessoas.

A renda real média do trabalho principal da população nordestina com 15 ou mais de idade é a menor entre as regiões brasileiras (Tabela 35). Em 1992, essa renda média do trabalho principal representava apenas 54,01% da renda média do trabalho principal nacional; em 2004, esse percentual manteve-se estável: 55%. A renda média do trabalho principal no Nordeste é inferior a metade da renda média do trabalho principal observada nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Esse indicador mostra como a renda média do trabalho na Região Nordeste é comprimida em relação aos padrões observados nas outras regiões do Brasil. Esse dado, por isso, engendra uma hipótese forte de que a Região Nordeste representa, dentro das estruturas sociais de acumulação em escala nacional, o papel de reservatório de força de trabalho com taxa geral de salário abaixo do valor médio da força de trabalho nacional, o que atestaria a existência da superexploração da força de trabalho.

² Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a PEA é composta pelas pessoas ocupadas e desocupadas em busca de trabalho na semana de referência da pesquisa. A PEA representa, em termos mais coloquiais, o conjunto de pessoas envolvidas com o mercado trabalho, sejam através da realização de algum trabalho ou procurando alguma ocupação.

TABELA 34
População Economicamente Ativa (PEA)
2004

	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	92.860.128	75.741.787	17.118.341
Nordeste	24.614.974	17.014.318	7.600.656
Alagoas	1.262.216	796.962	465.254
Bahia	6.956.339	4.570.951	2.385.388
Ceará	3.913.596	2.903.435	1.010.161
Maranhão	2.913.896	1.880.961	1.032.935
Paraíba	1.671.664	1.218.720	452.944
Pernambuco	3.916.148	2.911.387	1.004.761
Piauí	1.645.253	958.716	686.537
Rio Grande do Norte	1.335.066	974.153	360.913
Sergipe	1.000.796	799.033	201.763
Norte	6.928.229	4.897.374	2.030.855
Centro-Oeste	6.681.719	5.683.176	998.543
Sudeste	39.670.998	36.325.549	3.345.441
Sul	14.964.216	11.821.370	3.142.846

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (PNAD/IBGE).

Ao se observar os dados desagregados por Estado, percebe-se que apenas Sergipe, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia possuem renda média do trabalho superior ao patamar regional. Piauí e Alagoas destacam-se como os estados com as menores rendas médias do trabalho, representando respectivamente, em 2004, 66,19% e 87,5% da média regional. Entre 1995 e 2004, observa-se que as rendas médias do trabalho nos estados nordestinos apresentaram ligeira expansão nos anos de 1995 e 1996, mas, na sequência, apresentaram uma persistente tendência de queda, o que demonstra, em parte, o esgotamento do efeito redistributivo inicialmente emulado pela implantação do Plano Real. Sete dos nove estados nordestinos apresentavam, em 2004, rendas reais médias do trabalho inferiores aos níveis observados em 1995 (as exceções foram os estado de Sergipe e Pernambuco).

TABELA 35
Renda real média do trabalho principal* (pessoas com 15 anos ou mais)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	585	609	743	774	766	760	700	704	681	635	640
Nordeste	316	327	387	417	397	401	374	383	368	338	352
Alagoas	396	347	500	539	529	458	407	346	343	353	308
Bahia	359	373	407	449	419	417	378	397	371	357	356
Ceará	280	312	374	383	379	373	342	363	360	327	334
Maranhão	219	242	280	314	265	276	293	332	314	302	325
Paraíba	278	307	384	391	407	456	476	376	375	341	349
Pernambuco	342	347	437	474	444	455	420	435	408	352	412
Piauí	230	220	249	272	265	290	258	280	265	230	233
Rio Grande do Norte	335	353	435	490	469	479	448	455	475	382	399
Sergipe	365	409	427	477	472	489	412	435	421	405	440
Norte	517	567	688	695	675	648	614	614	590	521	555
Centro-Oeste	606	707	766	818	832	827	762	790	801	743	765
Sudeste	745	757	959	989	994	989	900	894	862	801	786
Sul	600	645	758	777	775	766	722	708	691	674	700

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: * - Valores expressos em reais de outubro de 2004. Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Outra característica do mercado de trabalho nordestino é a presença de elevadas taxas de desocupação³. A Região Nordeste possuía uma taxa de desocupação de 5,4% em 1995, passando para 9,1% em 2004, atingindo um nível ligeiramente superior à taxa nacional – ver Tabela 36. Observa-se que taxas de desocupação para o Brasil e suas regiões apresentam forte tendência de crescimento após a implantação do Plano Real, que engendrou os movimentos de abertura comercial, desindustrialização, reestruturação produtiva e regulação macroeconômica restritiva (CARNEIRO, 2003). Essa tendência expansiva da taxa de desocupação também é observada para todos os estados nordestinos. Entre esses, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas estão acima da taxa regional, sendo que entre 1995 e 2004 Bahia e Pernambuco apresentam as maiores variações nas taxas de desocupação. A taxa de desocupação do Piauí é menor da Região: 3,9% em 2004. É preciso levar em consideração que essa reduzida taxa de desemprego no Piauí traduz-se, na verdade, em estratégias de sobrevivência da população ocupada desse Estado. Como se verá mais adiante (a partir dos dados da Tabela 39), o Piauí possui o menor percentual regional da população ocupada na posição de empregados com carteira assinada e o maior percentual regional de pessoas

³ Percentual de pessoas desocupadas em relação à PEA.

ocupadas sem remuneração (pessoas ocupadas na produção para autoconsumo ou em trabalho interno à unidade familiar sem remuneração, por exemplo).

TABELA 36
Taxa de desocupação de pessoas com 15 anos ou mais (em %)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	6,4	6,0	6,0	6,8	7,7	8,9	9,6	9,4	9,1	9,7	9,0
Nordeste	6,2	6,3	5,4	6,0	6,8	7,3	8,3	9,0	8,4	8,9	9,1
Alagoas	8,7	10,6	8,3	7,8	7,5	11,5	13,9	11,3	8,5	7,7	9,5
Bahia	7,3	6,9	6,6	7,6	7,7	8,3	9,5	10,1	10,0	10,0	10,6
Ceará	4,9	4,5	5,0	5,0	6,1	6,4	6,5	7,3	8,0	8,3	7,8
Maranhão	3,1	3,2	3,1	2,9	3,7	3,7	4,6	7,2	5,4	6,0	6,8
Paraíba	5,3	5,5	2,6	3,0	5,9	5,8	8,0	7,9	7,5	9,4	8,8
Pernambuco	7,6	8,2	5,9	8,1	8,7	8,3	10,3	10,3	10,0	10,8	11,3
Piauí	4,1	2,6	2,5	3,1	4,0	5,0	3,4	5,8	4,8	5,4	3,9
Rio Grande do Norte	7,6	7,2	6,3	6,0	8,7	7,6	9,0	7,9	6,7	10,0	8,6
Sergipe	7,1	9,5	7,2	8,2	6,0	10,3	9,1	11,8	9,7	8,9	10,4
Norte	7,9	8,5	8,3	7,6	9,7	9,7	11,2	9,6	9,9	10,5	8,7
Centro-Oeste	5,7	5,3	6,1	7,8	7,1	8,5	9,3	8,7	8,1	8,8	8,0
Sudeste	7,3	6,6	6,5	7,5	8,7	10,5	11,0	10,7	10,7	11,4	10,4
Sul	4,4	3,9	4,9	5,2	6,3	7,3	7,8	6,5	6,3	6,7	5,7

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

O mercado de trabalho nordestino também é caracterizado pelo maior percentual de crianças (entre 10 e 14 anos) ocupadas entre as regiões brasileiras: em 2004, 3,5% da população ocupada possuía idade entre 10 e 14 anos, muito embora esse percentual tenha se reduzido significativamente desde 1995 (também para o Brasil e as outras regiões – ver Tabela 37). Entre os estados da Região, Maranhão, Paraíba e Piauí apresentam percentuais de trabalho infantil superiores ao observado regionalmente. Sergipe e Rio Grande do Norte apresentam os menores percentuais de trabalho infantil.

TABELA 37
Porcentagem de ocupados com idade entre 10 e 14 anos

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	5,3	5,2	4,7	3,8	3,7	3,6	3,5	2,6	2,4	2,1	1,9
Nordeste	8,4	8,1	7,8	6,5	6,6	6,6	6,5	4,8	4,3	3,9	3,5
Alagoas	6,8	6,1	6,6	5,1	5,3	4,3	3,8	5,4	4,2	4,2	3,3
Bahia	8,0	8,7	7,4	5,9	6,3	6,5	6,3	4,6	3,9	3,7	3,5
Ceará	8,1	7,0	7,7	6,9	6,1	6,0	6,5	4,8	4,8	4,4	3,3
Maranhão	11,0	11,1	11,1	9,4	10,2	11,4	10,3	7,6	5,4	4,6	4,8
Paraíba	9,1	8,7	7,5	7,3	7,1	6,0	5,6	3,5	4,3	4,0	4,1
Pernambuco	8,1	7,3	7,0	5,7	5,3	5,8	5,8	4,4	4,2	3,6	3,2
Piauí	9,9	8,0	8,9	6,6	7,0	6,5	7,8	5,2	4,8	4,2	4,3
Rio Grande do Norte	6,5	6,1	6,1	4,5	4,4	3,0	3,2	3,2	2,6	2,6	2,0
Sergipe	5,4	5,9	6,3	4,6	5,7	4,1	4,9	3,2	2,5	2,8	1,4
Norte	5,5	5,4	5,2	3,8	4,2	4,5	4,5	2,4	2,6	2,4	1,9
Centro-Oeste	5,4	5,3	4,3	3,5	3,2	3,0	3,0	2,2	2,0	1,5	1,6
Sudeste	3,3	3,2	2,6	2,1	1,9	1,6	1,7	1,3	1,2	1,0	0,8
Sul	5,3	5,2	4,9	3,8	3,4	3,3	3,2	2,4	2,5	2,2	2,2

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Em 2004, a maior parte da população ocupada nordestina estava alocada em atividades agrícolas: 36,2%. Esse é o maior percentual da população ocupada em atividades agrícolas entre as regiões brasileiras e bem acima do percentual nacional, que é de 21% – ver Tabela 38. Entre os estados nordestinos, Piauí, Maranhão, Alagoas e Bahia apresentavam os maiores percentuais de população ocupada em atividades agrícolas, que estão, inclusive, acima do percentual regional.

No Nordeste, apenas 9,4% da população ocupada está alocada em atividades industriais. Esse percentual é o menor entre as regiões brasileiras; no Brasil o percentual é de 14,7%. Entre os estados nordestinos, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe apresentavam os maiores percentuais de população ocupada em atividades industriais, todos acima do percentual regional. No grupamento de atividades de comércio e reparação, destacam-se os estados de Sergipe e de Pernambuco, com, respectivamente, 19,3% e 17,3% das suas populações ocupadas alocadas nesse segmento. Nas atividades de construção, destaca-se o Estado do Rio Grande do Norte, com o maior percentual de sua população ocupada alocada nesse segmento: 6,9% (maior do que o percentual nacional e regional). No setor de serviços, destacam-se os estados de Sergipe e do Rio Grande do Norte, com percentuais de sua população ocupada nessas atividades maiores do que os observados para o Brasil e a Região Nordeste.

TABELA 38
Distribuição da população ocupada por grupamentos de atividades
2004 (em %)

	Grupamentos de Atividades					
	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e Reparação	Serviços	Outras atividades
Brasil	21,0	14,7	6,3	17,3	33,7	6,8
Nordeste	36,2	9,4	5,3	15,5	29,4	3,9
Alagoas	42,1	5,8	4,9	13,9	29,8	3,4
Bahia	40,0	7,5	5,7	14,6	28,1	3,8
Ceará	31,4	15,6	5,0	15,7	27,9	4,2
Maranhão	42,4	6,7	5,1	16,1	27,0	2,7
Paraíba	31,9	10,9	6,1	14,4	33,1	3,4
Pernambuco	30,8	8,9	5,0	17,3	32,0	5,1
Piauí	48,7	7,2	4,1	12,8	24,8	1,8
Rio Grande do Norte	25,2	11,4	6,9	16,9	35,0	4,6
Sergipe	24,0	10,2	5,8	19,3	35,3	5,3
Norte	28,6	11,4	6,5	17,4	31,7	3,8
Centro-Oeste	17,3	10,7	7,3	19,0	38,0	7,6
Sudeste	10,0	17,7	7,0	18,3	37,7	9,0
Sul	22,6	18,5	5,8	17,0	29,3	6,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (PNAD/IBGE).

A Tabela 39 permite visualizar o grau de desestruturação do mercado de trabalho da Região Nordeste. Em 2004, apenas 17,1% da população ocupada nordestina era constituída de empregados com carteira assinada. No Brasil, esse percentual era de 30,4% da população ocupada. Soma-se a isso o fato de que 27,4% da população nordestina estava na posição de trabalhadores por conta própria e que 12,6% constituía-se de não-remunerados, sendo que os percentuais nacionais eram de 22,0% e 7,0%, respectivamente. Os empregados sem carteira assinada eram 21,1% da população ocupada nordestina; aqui também se apresenta o maior percentual entre as regiões brasileiras. Em síntese, a Região Nordeste apresenta os maiores percentuais da população ocupada em situações precárias, como emprego sem carteira assinada, trabalho por conta própria e ocupação não-remunerada; acrescido do menor percentual de formalização do emprego (carteira assinada). O Nordeste possui, portanto, o mercado de trabalho mais desestruturação entre as regiões brasileiras.

Entre os estados da Região Nordeste, destacam-se Piauí, Maranhão e Alagoas como aqueles que apresentam os mercados de trabalho mais desestruturados. No Piauí, 17,2%

da população ocupada eram de não-remunerados, 31,5% era de trabalhadores por conta própria e 15,9% era de empregados sem carteira assinada. No Maranhão, 13,4% da população ocupada era de não-remunerados, 33,3% era de trabalhadores por conta própria e 19% era de empregados sem carteira assinada. Em Alagoas, 16,7% da população ocupada era de não-remunerados, 25,1% era de trabalhadores por conta própria e 17,5% eram de empregados sem carteira assinada.

TABELA 39
Distribuição da população ocupada por posição na ocupação
2004 (em %)

	Posição na Ocupação						
	Empregados		Militares ou Estatutários	Trabalhadores Domésticos	Conta Própria	Empregadores	Não-remunerados
	Com carteira	Sem Carteira					
Brasil	30,4	18,3	6,6	7,7	22,0	4,1	7,0
Nordeste	17,1	21,1	6,0	6,4	27,4	2,9	12,6
Alagoas	18,2	17,5	10,0	6,4	25,1	1,7	16,7
Bahia	18,0	23,2	4,9	5,9	26,7	2,8	14,3
Ceará	18,0	20,9	5,0	7,2	28,2	3,0	12,2
Maranhão	10,8	19,0	5,1	6,4	33,3	2,4	13,4
Paraíba	15,4	23,5	8,0	7,3	24,1	2,4	10,0
Pernambuco	21,0	21,5	6,1	6,7	24,5	2,7	9,9
Piauí	9,9	15,9	4,9	5,5	31,5	4,7	17,2
Rio Grande do Norte	19,5	21,4	9,8	6,2	25,5	3,7	8,1
Sergipe	22,4	21,4	9,3	5,4	27,2	2,4	6,9
Norte	17,8	20,5	7,9	7,0	26,5	3,7	11,0
Centro-Oeste	28,7	20,6	9,4	9,7	19,7	4,6	4,3
Sudeste	39,4	17,4	6,6	8,8	18,6	4,5	2,5
Sul	35,1	13,7	5,7	6,3	20,6	5,2	8,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (PNAD/IBGE).

A partir da Tabela 40, identifica-se que, 2004, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população ocupada nordestina (R\$ 472,90) é o menor entre as regiões brasileiras, equivalendo a 61,74% do rendimento médio mensal da população ocupada nacional e a 53,24% do rendimento médio da população ocupada do Sudeste. Entre os estados nordestinos, Piauí, Alagoas e Ceará apresentavam os menores rendimentos médios da população ocupada, abaixo, inclusive, do valor médio regional. O Estado da Alagoas apresentava o menor rendimento médio mensal para os empregados com carteira assinada e para os militares ou estatutários dentro da Região: respectivamente, R\$ 475,80 e R\$ 709,70. O Estado da Paraíba apresentava o menor rendimento médio

mensal para os empregados sem carteira assinada (R\$ 255,50). O Estado do Piauí apresentava, na Região, o menor rendimento médio mensal para os trabalhadores por conta própria e para os empregadores: respectivamente, R\$ 222,20 e R\$ 791,40.

TABELA 40
Rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população ocupada por posição na ocupação 2004 (em R\$)

	TOTAL	Posição na Ocupação					
		Empregados		Militares ou Estatutários	Trabalhadores Domésticos	Conta Própria	Empregadores
		Com carteira	Sem Carteira				
Brasil	765,90	784,60	435,70	1.300,10	355,20	598,50	2.366,30
Nordeste	472,90	564,20	297,30	1.036,10	289,90	308,60	1.677,40
Alagoas	419,60	475,80	266,40	709,70	283,50	297,20	1.698,80
Bahia	465,10	603,00	297,10	925,40	277,90	337,30	1.488,10
Ceará	438,90	510,20	293,20	1.047,60	313,90	278,40	1.589,10
Maranhão	472,80	563,10	370,50	1.185,90	289,50	255,90	2.318,80
Paraíba	477,90	551,70	255,50	1.137,50	270,90	274,30	2.058,10
Pernambuco	538,70	605,00	295,10	1.141,10	306,10	374,50	2.149,10
Piauí	388,50	495,50	277,90	1.208,50	285,90	222,20	791,40
Rio Grande do Norte	508,70	509,60	300,40	993,30	294,30	337,40	1.679,70
Sergipe	536,40	603,70	262,20	1.077,70	262,90	405,10	1.875,60
Norte	633,60	655,90	405,20	1.102,00	305,10	502,00	1.830,70
Centro-Oeste	898,60	794,70	525,80	1.712,50	351,90	702,00	2.689,30
Sudeste	888,10	863,40	522,60	1.376,80	374,80	793,30	2.595,10
Sul	858,00	761,50	461,70	1.358,30	344,30	783,40	2.523,90

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (PNAD/IBGE).

A população ocupada nordestina também apresenta o menor rendimento médio por hora trabalho entre as regiões brasileiras (Tabela 41). No Nordeste, o valor médio da hora de trabalho da população ocupada era de R\$ 3,00 em 2004; no Brasil, esse valor era de R\$ 4,70. Entre os estados nordestinos, Piauí, Ceará, Alagoas e Maranhão são os possuem os menores valores médios da hora de trabalho. O Ceará se destaca por possuir, na Região Nordeste, o menor valor médio da hora de trabalho para a faixa da população ocupada mais escolarizada (12 anos ou mais de estudo). Os estados do Piauí e de Sergipe também estão próximos do valor observado na faixa da população ocupada mais escolariza no Ceará (o valor no Ceará é de R\$ 9,30, enquanto nos dois estados citados é de R\$ 9,40). Ao que parece, o recente crescimento da economia nordestina está centrado, também, no preço reduzido da força de trabalho, mesmo aquela mais escolarizada.

TABELA 41
Rendimento-hora da população ocupada por grupos de anos de estudo
2004 (em R\$)

	TOTAL	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	De 5 a 8 anos	De 9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	4,70	2,40	3,10	4,50	13,00
Nordeste	3,00	1,50	2,10	3,40	11,70
Alagoas	2,80	1,60	2,30	3,60	10,70
Bahia	3,00	1,70	2,40	3,50	13,60
Ceará	2,70	1,40	1,90	3,20	9,30
Maranhão	2,90	1,30	2,40	3,00	13,40
Paraíba	3,10	1,60	2,20	3,50	11,20
Pernambuco	3,50	1,60	2,00	3,60	13,50
Piauí	2,40	1,20	1,80	3,20	9,40
Rio Grande do Norte	3,10	1,80	2,00	3,50	10,20
Sergipe	3,30	1,80	2,20	3,80	9,40
Norte	3,80	2,60	2,90	4,00	11,70
Centro-Oeste	5,20	2,80	3,10	5,00	14,80
Sudeste	5,40	2,90	3,50	4,80	13,50
Sul	5,20	3,10	3,50	5,10	12,10

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (PNAD/IBGE).

Outro relevante indicador do grau de precarização do trabalho na Região Nordeste refere-se ao percentual da população ocupada que não contribui para a Previdência Social (Tabela 42). No Nordeste, 71,4% da população ocupada não contribui para a Previdência Social, no Brasil, esse percentual, embora também seja elevado, ainda está distante do percentual verificado no Nordeste (53,3%). O grau de desproteção previdenciária da população nordestina é o maior entre as regiões brasileiras. Entres os estados nordestinos, destacam-se o Piauí, o Maranhão, o Ceará e a Bahia, todos com graus de desproteção previdenciária maiores do que 70%. No caso do Piauí, o número chega a ser alarmante: 80,8% da população ocupada não têm acesso à Previdência Social.

TABELA 42
Porcentagem da população ocupada que contribui ou não para a Previdência Social
2004 (em %)

	Previdência Social	
	Contribui	Não Contribui
Brasil	46,4	53,3
Nordeste	28,0	71,4
Alagoas	31,4	67,7
Bahia	28,3	71,2
Ceará	27,0	72,5
Maranhão	20,2	79,1
Paraíba	29,6	70,0
Pernambuco	32,7	66,6
Piauí	18,0	80,8
Rio Grande do Norte	34,1	65,3
Sergipe	37,7	62,3
Norte	31,1	68,4
Centro-Oeste	46,7	53,1
Sudeste	58,2	41,7
Sul	52,9	46,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (PNAD/IBGE).

3.2. Indicadores a partir do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é o instrumento pelo qual todo empregador deve fornecer, obrigatoriamente, às entidades governamentais da área social, especialmente ao Ministério do Trabalho e Emprego, um relatório com as variadas informações sócio-econômicas referentes a cada um dos seus empregados, com quem manteve relação de emprego durante qualquer período do ano-base. Dessa maneira, a RAIS permite traçar o perfil do mercado de trabalho formal, sendo esta a sua principal limitação analítica.

A partir da Tabela 43, observa-se que, na Região Nordeste, a administração pública tem o maior peso na geração dos postos de trabalho formal, representando 34,55% do total de empregos formais na Região em 2004. Este é o segundo maior percentual entre as regiões brasileiras, perdendo apenas para o Norte. Essa é uma das especificidades da economia nordestina: o peso relativamente grande o setor público tanto na formação do PIB quanto na geração de empregos formais. Outros setores relevantes na estrutura do emprego formal na Região são os serviços (26,72% do total de postos de trabalho), o comércio (15,34%) e a indústria de transformação (13,61%). Observa-se que em relação aos demais setores o peso da agropecuária na estrutura do emprego formal nordestino é relativamente baixa: 4,24% dos postos formais de trabalho na Região estão alocados nesse setor. Esse é o segundo maior percentual entre as regiões brasileiras, ficando atrás apenas do Centro-Oeste, a mais dinâmica fronteira agrícola nacional.

TABELA 43
Distribuição dos postos de trabalho por setores
Grandes regiões
2004

Setores da Economia	Postos de Trabalho por Grandes Regiões - 2004					
	Brasil		Nordeste		Norte	
	Postos de Trabalho	% do Total	Postos de Trabalho	% do Total	Postos de Trabalho	% do Total
Total	31.407.576	100,00	5.394.730	100,00	1.529.195	100,00
Indústria Extrativa Mineral	140.519	0,45	23.391	0,43	7.595	0,50
Indústria de Transformação	5.926.857	18,87	734.227	13,61	217.179	14,20
Serviços Industriais de Utilidade Pública	327.708	1,04	65.702	1,22	16.485	1,08
Construção Civil	1.118.570	3,56	209.000	3,87	59.394	3,88
Comércio	5.587.263	17,79	827.756	15,34	253.400	16,57
Serviços	9.901.216	31,52	1.441.667	26,72	336.923	22,03
Administração Pública	7.099.804	22,61	1.864.022	34,55	586.302	38,34
Agropecuária	1.305.639	4,16	228.965	4,24	51.917	3,40
Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Setores da Economia	Postos de Trabalho por Grandes Regiões - 2004					
	Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Postos de Trabalho	% do Total	Postos de Trabalho	% do Total	Postos de Trabalho	% do Total
Total	16.259.719	100,00	5.632.349	100,00	2.591.583	100,00
Indústria Extrativa Mineral	85.887	0,53	15.968	0,28	7.678	0,30
Indústria de Transformação	3.117.477	19,17	1.585.073	28,14	272.901	10,53
Serviços Industriais de Utilidade Pública	168.967	1,04	52.453	0,93	24.101	0,93
Construção Civil	583.053	3,59	173.216	3,08	93.907	3,62
Comércio	2.991.497	18,40	1.058.104	18,79	456.506	17,61
Serviços	5.792.942	35,63	1.595.410	28,33	734.274	28,33
Administração Pública	2.895.281	17,81	940.212	16,69	813.987	31,41
Agropecuária	624.615	3,84	211.913	3,76	188.229	7,26
Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Na Tabela 44, observa-se que a remuneração média mensal dos empregados formais na Região Nordeste era a menor entre as regiões brasileiras em 2004: representando 65,50% da remuneração média dos empregados no Sudeste e 62,64% da remuneração média dos empregados no Centro-Oeste. Em alguns importantes setores, a Região Nordeste apresenta as menores remunerações médias entre as regiões brasileiras; são exemplos os seguintes setores: administração pública, ensino, construção civil, serviços de utilidade pública, alojamento e comunicação, medicina, odontologia e veterinária.

TABELA 44
Remuneração média mensal nominal dos empregados por setores da economia
Grandes Regiões
ano de 2004

Setores da Economia	Remuneração Média Mensal Nominal dos Empregados por Grandes Regiões - ano de 2004 (em R\$)				
	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	726,74	892,16	1.109,46	926,45	1.160,18
Indústria Extrativa Mineral	1.513,50	2.049,91	2.015,79	932,76	1.032,12
Minerais não-metálicos	491,7	511,63	922,54	757,41	567,14
Indústria Metalúrgica	953,76	1.152,06	1.314,97	1.032,09	707,56
Indústria Mecânica	919,82	900,99	1.579,13	1.272,82	1.138,02
Material elétrico e de comunicações	962,33	1.130,10	1.478,19	1.112,47	814,9
Material de Transporte	1.139,11	1.477,83	2.114,86	1.510,48	797,33
Madeira e Móveis	410,12	481,49	678,22	607,21	535,98
Papel e Gráfica	875,36	829,41	1.476,44	980,29	945,65
Borracha, Fumo e Couro	536,12	724,9	1.187,84	838,97	573,81
Indústria Química	1.521,63	1.061,93	1.759,69	1.126,13	761,61
Indústria Têxtil	426,9	401,92	632,38	593,53	413,07
Indústria de Calçados	413,26	425,71	511,54	611,9	355,42
Alimentação e Bebidas	517,51	580,25	913,42	707,28	663,68
Serviços de Utilidade Pública	1.619,57	1.942,78	1.965,55	2.309,54	2.295,96
Construção Civil	616,93	711,63	864,96	741	721,73
Comércio Varejista	440,45	483,44	647,73	599,85	548,47
Comércio Atacadista	596,98	585,04	1.133,40	809,38	709,49
Instituições Financeiras	2.621,71	2.452,66	2.851,73	2.538,84	3.427,24
Administração e Técnicos	631,67	716,42	1.059,31	795,46	856,75
Transportes e Comunicação	870,42	844,41	1.185,69	966,47	1.036,04
Alojamento e Comunicação	478,75	601,46	720,81	658,39	667,32
Medicina, Odontologia e Veterinária	652,85	810,66	1.006,92	922,51	846,05
Ensino	890,22	1.093,52	1.515,34	1.439,63	1.148,55
Administração Pública	880,88	1.148,63	1.401,09	1.375,31	1.941,11
Agricultura	415,12	445,4	493,58	556,17	596,27
Outros/Ignorado	0	0	0	0	0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

A maioria dos empregos formais na Região Nordeste se concentra na faixa entre 1,01 e 2,00 salários mínimos. Em 1995, os empregos formais nessa faixa representavam 35,09% do total dos empregos formais da Região, crescendo para 52,38% em 2004 (Tabela 45). Nesse mesmo período, o percentual de empregos formais na faixa acima de cinco salários mínimos reduziu de 19,64% em 1995 para 11,03% em 2004 (esse era o menor percentual dos postos de trabalho na faixa acima de cinco salários mínimos entre as regiões brasileiras). Em 2004, a Região Nordeste possuía o maior montante e o maior percentual de empregos formais situados na faixa de até um salário mínimo: haviam 608.397 postos de trabalho nessa faixa, o que equivalia a 11,28% do total do emprego formal na Região. Os dados comprovam as péssimas condições de remuneração até mesmo dos trabalhadores formais em relação aos padrões observados nas outras regiões brasileiras.

TABELA 45
Distribuição dos empregos formais por faixas de salário-mínimo
Brasil e Grandes Regiões
1995, 1998, 2002 e 2004

1995					
Grandes Regiões	Remuneração Média Mensal				
	Total	Até 1,00 SM	De 1,01 a 2,00	De 2,01 a 5,00	5,01 ou mais
Total	23.755.736	1.019.296	5.457.734	9.362.358	7.446.702
Norte	910.152	40.435	273.068	319.206	266.960
Nordeste	3.854.070	477.545	1.352.549	1.100.652	756.913
Sudeste	13.253.259	334.259	2.473.032	5.531.090	4.711.671
Sul	4.100.397	117.878	927.178	1.856.476	1.145.805
Centro-Oeste	1.627.908	47.095	427.113	552.515	564.965
1998					
Grandes Regiões	Remuneração Média Mensal				
	Total	Até 1,00 SM	De 1,01 a 2,00	De 2,01 a 5,00	5,01 ou mais
Total	24.491.635	962.559	5.980.855	10.221.857	7.172.940
Norte	1.008.776	42.264	328.702	374.440	260.884
Nordeste	4.059.894	439.339	1.618.063	1.225.847	728.702
Sudeste	13.276.634	300.274	2.486.263	5.906.790	4.504.805
Sul	4.291.365	121.984	1.034.542	2.011.172	1.104.964
Centro-Oeste	1.852.536	58.083	512.295	702.955	573.465
2002					
Grandes Regiões	Remuneração Média Mensal				
	Total	Até 1,00 SM	De 1,01 a 2,00	De 2,01 a 5,00	5,01 ou mais
Total	28.683.913	1.224.201	10.088.636	11.053.529	6.255.494
Norte	1.296.597	63.990	534.482	441.538	254.705
Nordeste	4.859.397	527.213	2.420.417	1.282.084	613.139
Sudeste	15.128.474	400.726	4.398.485	6.403.330	3.896.849
Sul	5.075.659	148.192	1.880.365	2.130.688	904.653
Centro-Oeste	2.323.786	84.080	854.887	795.889	586.148
2004					
Grandes Regiões	Remuneração Média Mensal				
	Total	Até 1,00 SM	De 1,01 a 2,00	De 2,01 a 5,00	5,01 ou mais
Total	31.407.576	1.457.386	12.187.346	11.756.741	5.887.411
Norte	1.529.195	88.801	685.967	494.511	257.059
Nordeste	5.394.730	608.397	2.825.542	1.344.712	595.219
Sudeste	16.259.719	491.809	5.412.707	6.729.999	3.555.628
Sul	5.632.349	170.022	2.221.483	2.314.097	907.385
Centro-Oeste	2.591.583	98.357	1.041.647	873.422	572.120

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

A Região Nordeste responde por 14,84% dos empregos formais regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no Brasil e por 25,60% dos empregos formais estatutários no Brasil (Tabela 46). Esse percentual relativamente alto nos empregos estatutários deve-se ao peso da Administração Pública, que, no Nordeste, possui 1,68 milhões de empregados estatutários, ou seja, 31,20% do total de empregos formais da Região.

TABELA 46
Distribuição dos postos de trabalho por tipo de vínculo empregatício
Brasil e Grandes Regiões
2004

Distribuição dos postos de trabalho por tipo de vínculo empregatício - 2004								
Setor da Economia	Brasil				Nordeste			
	Tipo do Vínculo				Tipo do Vínculo			
	Total	CLT	Estatutário	Outros	Total	CLT	Estatutário	Outros
Total	31.407.576	24.269.801	6.712.002	425.773	5.394.730	3.601.792	1.718.878	74.060
Indústria Extrativa Mineral	140.519	139.819	395	305	23.391	23.311	9	71
Indústria de Transformação	5.926.857	5.898.986	1.100	26.771	734.227	729.085	245	4.897
Serviços Industriais de Utilidade Pública	327.708	301.071	25.100	1.537	65.702	58.765	6.557	380
Construção Civil	1.118.570	1.109.395	5.907	3.268	209.000	207.488	713	799
Comércio	5.587.263	5.569.156	2.659	15.448	827.756	824.181	979	2.596
Serviços	9.901.216	9.405.516	183.977	311.723	1.441.667	1.376.681	24.860	40.126
Administração Pública	7.099.804	548.473	6.488.183	63.148	1.864.022	156.686	1.683.465	23.871
Agropecuária	1.305.639	1.297.385	4.681	3.573	228.965	225.595	2.050	1.320
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuição dos postos de trabalho por tipo de vínculo empregatício - 2004								
Setor da Economia	Norte				Sudeste			
	Tipo do Vínculo				Tipo do Vínculo			
	Total	CLT	Estatutário	Outros	Total	CLT	Estatutário	Outros
Total	1.529.195	931.234	579.721	18.240	16.259.719	13.323.050	2.709.166	227.503
Indústria Extrativa Mineral	7.595	7.571	1	23	85.887	85.333	382	172
Indústria de Transformação	217.179	216.354	130	695	3.117.477	3.104.402	556	12.519
Serviços Industriais de Utilidade Pública	16.485	16.124	269	92	168.967	154.671	13.601	695
Construção Civil	59.394	58.918	195	281	583.053	576.956	4.811	1.286
Comércio	253.400	251.842	120	1.438	2.991.497	2.983.241	843	7.413
Serviços	336.923	308.992	17.132	10.799	5.792.942	5.520.014	93.286	179.642
Administração Pública	586.302	19.545	561.868	4.889	2.895.281	276.201	2.594.231	24.849
Agropecuária	51.917	51.888	6	23	624.615	622.232	1.456	927
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuição dos postos de trabalho por tipo de vínculo empregatício - 2004								
Setor da Economia	Sul				Centro-Oeste			
	Tipo do Vínculo				Tipo do Vínculo			
	Total	CLT	Estatutário	Outros	Total	CLT	Estatutário	Outros
Total	5.632.349	4.664.572	888.028	79.749	2.591.583	1.749.153	816.209	26.221
Indústria Extrativa Mineral	15.968	15.933	1	34	7.678	7.671	2	5
Indústria de Transformação	1.585.073	1.577.341	103	7.629	272.901	271.804	66	1.031
Serviços Industriais de Utilidade Pública	52.453	47.997	4.131	325	24.101	23.514	542	45
Construção Civil	173.216	172.659	144	413	93.907	93.374	44	489
Comércio	1.058.104	1.055.169	585	2.350	456.506	454.723	132	1.651
Serviços	1.595.410	1.505.609	28.125	61.676	734.274	694.220	20.574	19.480
Administração Pública	940.212	80.078	854.008	6.126	813.987	15.963	794.611	3.413
Agropecuária	211.913	209.786	931	1.196	188.229	187.884	238	107
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Em 2004, a Região Nordeste respondia por 22,40% dos estabelecimentos com 500 ou mais empregados, sendo o segundo maior percentual entre as regiões brasileiras (ver Tabela 47). Esse dado fornece indícios da relativa penetração do grande capital na Região. Setores como alimentação e bebidas, alojamento, transportes e comunicação possuem quantidades expressivas de grandes estabelecimentos. Os estabelecimentos com número de empregados entre 100 e 499 representavam, em 2004, apenas 1,37% do total de estabelecimentos do Nordeste (um percentual ligeiramente superior ao do Sudeste, que é de 1,14%). No Nordeste, os pequenos estabelecimentos (com até 19 empregados) estão concentrados no comércio varejista, esse peso é tão relevante, que os pequenos estabelecimentos nesse segmento representam 39,61% do total de estabelecimentos da Região.

TABELA 47
Distribuição dos estabelecimentos por quantidade de empregados
Grandes Regiões
2004

2004					
Região / Subsetor	Faixa de Tamanho				
	Total	Até 19 empregados	De 20 a 99	De 100 a 499	500 ou mais
Brasil	2.626.176	2.432.898	156.906	29.915	6.457
Nordeste	358.814	329.815	22.615	4.937	1.447
Indústria Extrativa Mineral	957	726	187	36	8
Minerais não-metálicos	2.769	2.109	593	65	2
Indústria Metalúrgica	2.222	1.961	219	34	8
Indústria Mecânica	645	521	102	20	2
Material elétrico e de comunicações	296	226	53	13	4
Material de Transporte	369	295	57	14	3
Madeira e Móveis	2.530	2.273	237	20	0
Papel e Gráfica	2.328	2.104	175	45	4
Borracha, Fumo e Couro	1.192	982	168	38	4
Indústria Química	2.267	1.703	439	117	8
Indústria Têxtil	6.302	5.314	835	125	28
Indústria de Calçados	506	352	76	54	24
Alimentação e Bebidas	9.714	8.585	820	224	85
Serviços de Utilidade Pública	1.270	972	201	67	30
Construção Civil	15.077	13.018	1.672	350	37
Comércio Varejista	147.140	142.159	4.604	360	17
Comércio Atacadista	14.254	12.943	1.157	151	3
Instituições Financeiras	4.959	4.163	748	42	6
Administração e Técnicos	37.378	34.829	1.965	488	96
Transportes e Comunicação	11.292	9.811	1.111	310	60
Alojamento e Comunicação	39.192	35.791	2.936	395	70
Medicina, Odontologia e Veterinária	17.973	16.857	865	215	36
Ensino	8.773	6.900	1.627	214	32
Administração Pública	3.936	1.411	416	1.273	836
Agricultura	25.473	23.810	1.352	267	44
Outros/Ignorado	0	0	0	0	0
Norte	89.035	80.447	6.615	1.599	374
Sudeste	1.365.728	1.261.276	85.675	15.691	3.086
Sul	580.679	543.881	30.141	5.617	1.040
Centro-Oeste	231.920	217.479	11.860	2.071	510

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

4. CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO NORDESTINA

A Região Nordeste possuía aproximadamente 49,8 milhões de habitantes em 2003 (Tabela 48), o que representava 27,84% da população brasileira, colocando o Nordeste como a segunda região brasileira em contingente populacional (pouco mais de um em cada quatro brasileiros era nordestino). Entre 1994 e 2003, a Região Nordeste apresentou uma variação populacional de 11,31%, abaixo da variação da população brasileira que foi de 14,17% no mesmo período. Entre os estados nordestinos, Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão apresentaram as maiores variações. A Bahia continua sendo o Estado com o maior contingente populacional: em 2003 eram 13,54 milhões de habitantes (27,17% do total da população nordestina). Sergipe é o Estado com a menor população: são 1,9 milhão de habitantes, representando apenas 3,81% da população nordestina.

TABELA 48
População do Brasil, por Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1994 e 2003

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1994	2003	Varição entre 1994 e 2003 (em %)
NORTE	11.281.859	14.049.222	24,53
NORDESTE	44.768.376	49.833.207	11,31
Maranhão	5.241.748	5.940.079	13,32
Piauí	2.695.364	2.947.776	9,36
Ceará	6.826.359	7.856.436	15,09
Rio Grande do Norte	2.571.148	2.921.326	13,62
Paraíba	3.305.235	3.540.948	7,13
Pernambuco	7.470.545	8.234.666	10,23
Alagoas	2.647.435	2.946.079	11,28
Sergipe	1.618.552	1.901.561	17,49
Bahia	12.391.990	13.544.336	9,30
SUDESTE	66.917.357	76.282.758	14,00
SUL	23.423.251	26.299.387	12,28
CENTRO-OESTE	10.384.387	12.520.732	20,57
BRASIL	156.775.230	178.985.306	14,17

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a Região Nordeste tem expandido a sua população a taxas menores do que a média nacional e as taxas observadas para as outras regiões (Tabela 49). Entre 1991 e 2000 e entre 2000 e 2004, a taxa média de incremento anual da Região Nordeste foi a menor do Brasil. A Paraíba se destaca como o Estado nordestino com as menores taxas de

incremento populacional anual. Bahia, Pernambuco e Piauí apresentaram taxas inferiores à taxa regional. Entre 2000 e 2004, apenas Sergipe e Ceará tiveram as taxas médias anuais superiores à do Brasil.

TABELA 49
Taxa de incremento médio anual da população
por Regiões e Estados

Região e UF	1991-2000	2000-2004
Brasil	1,64	1,73
Região Nordeste	1,31	1,41
Maranhão	1,54	1,63
Piauí	1,09	1,18
Ceará	1,75	1,83
Rio Grande do Norte	1,58	1,66
Paraíba	0,82	0,91
Pernambuco	1,19	1,28
Alagoas	1,31	1,4
Sergipe	2,03	2,09
Bahia	1,09	1,17
Região Norte	2,86	2,8
Região Centro-Oeste	2,39	2,4
Região Sudeste	1,62	1,71
Região Sul	1,43	1,52

Fonte: IBGE/Censo, contagem populacional e projeções demográficas preliminares

A população nordestina tem ampliado o seu perfil urbano ao longo dos últimos anos (Tabela 50). Em 1991, a percentagem da população nordestina vivendo em áreas urbanas era de 60,65%. Em 2004, esse percentual era de 71,50%. Mesmo diante dessa evolução, a Região Nordeste ainda possui o menor grau de urbanização entre as regiões do Brasil (o percentual nacional é de 83,00% e o do Sudeste é de 92,06%). Entre os estados nordestinos, Sergipe destaca-se como o Estado com o maior grau de urbanização: em 2004, 82,14% da população vivia em áreas urbanas. Piauí, Alagoas, Bahia e Maranhão são os estados que apresentam grau de urbanização inferior ao grau regional.

TABELA 50
Grau de urbanização da população
Estado e Região
1991, 1997 a 2004 (em % da população total)

Região e UF	1991	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	75,59	77,60	77,58	77,68	81,25	83,90	84,14	82,59	83,00
Região Nordeste	60,65	63,70	63,47	63,57	69,07	70,48	70,54	70,84	71,50
Maranhão	40,01	43,40	42,29	43,56	59,53	65,30	66,34	67,69	68,10
Piauí	52,95	58,60	58,81	57,48	62,91	62,80	60,93	61,96	62,41
Ceará	65,37	66,50	67,55	67,02	71,53	74,52	75,08	75,67	76,52
Rio Grande do Norte	69,10	66,00	64,89	65,52	73,35	73,19	74,69	72,41	73,96
Paraíba	64,10	66,20	65,99	66,09	71,06	74,92	73,32	76,35	75,80
Pernambuco	70,87	76,20	76,09	76,27	76,51	74,69	75,55	75,02	75,48
Alagoas	58,95	65,40	64,87	65,30	68,01	67,69	67,76	66,94	66,24
Sergipe	67,22	71,40	70,46	70,14	71,35	79,94	81,37	81,33	82,14
Bahia	59,12	62,10	61,53	61,61	67,12	67,07	66,30	66,41	67,62
Região Norte	59,05	63,10	63,63	64,19	69,87	64,55	72,04	71,68	73,52
Região Centro-Oeste	81,28	82,40	81,56	81,82	86,73	86,70	87,33	86,14	86,28
Região Sudeste	88,02	88,70	88,73	88,70	90,52	91,46	91,78	91,88	92,06
Região Sul	74,12	78,00	78,05	78,37	80,94	81,44	81,43	82,13	82,05

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e Censos Demográficos 1991 e 2000.

A população nordestina possui a menor esperança de vida ao nascer⁴ entre as regiões brasileiras, estando abaixo da esperança de vida ao nascer brasileira (Tabela 51). A expectativa de vida do nordestino foi de 68,63 anos em 2004 (era de 63,79 em 1994), enquanto a expectativa de vida do brasileiro era de 71,74 anos. A Bahia é o Estado do Nordeste com a maior expectativa de vida em 2004: 71,15 anos (ainda assim, ligeiramente abaixo da média nacional). Os estados do Piauí, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Alagoas apresentavam, em 2004, expectativas de vida inferiores à média nordestina, sendo o Estado de Alagoas aquele com a menor esperança de vida da região.

⁴ Número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

TABELA 51
Esperança de vida ao nascer
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1994 a 2004

Região e UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	66,92	67,22	67,53	67,78	68,04	68,40	70,44	70,77	71,10	71,42	71,74
Região Nordeste	63,79	64,15	64,52	64,83	65,14	65,46	67,15	67,52	67,90	68,27	68,63
Maranhão	62,95	63,29	63,64	63,93	64,23	64,52	64,75	65,19	65,19	65,60	66,42
Piauí	63,70	64,06	64,42	64,72	65,03	65,34	66,22	66,60	66,60	67,00	67,78
Ceará	64,43	64,78	65,14	65,44	65,74	66,05	67,81	68,15	68,15	68,51	69,22
Rio Grande do Norte	64,46	64,82	65,18	65,49	65,79	66,10	67,98	68,33	68,33	68,69	69,40
Paraíba	62,43	62,79	63,16	63,48	63,80	64,12	66,35	66,72	66,72	67,11	67,88
Pernambuco	61,66	62,03	62,41	62,72	63,04	63,36	65,51	65,93	65,93	66,33	67,12
Alagoas	61,15	61,52	61,89	62,20	62,52	62,84	63,84	64,27	64,27	64,69	65,53
Sergipe	65,27	65,63	65,99	66,29	66,60	66,91	68,50	68,88	68,88	69,23	69,92
Bahia	65,77	66,12	66,47	66,76	67,06	67,37	69,99	70,28	70,28	70,57	71,15
Região Norte	66,53	66,88	67,25	67,55	67,85	68,16	69,53	69,84	70,14	70,44	70,73
Região Centro-Oeste	67,83	68,12	68,42	68,67	68,92	69,17	71,75	72,06	72,34	72,63	72,91
Região Sudeste	68,30	68,54	68,77	68,97	69,17	70,80	71,99	72,29	72,60	72,90	73,20
Região Sul	69,58	69,84	70,11	70,34	70,57	70,80	72,74	73,05	73,34	73,62	73,90

Fonte: IBGE/Projeções demográficas preliminares

Na Tabela 52, pode-se observar que, em 2003, a Região Nordeste possuía o segundo maior número médio de filhos por mulher entre as regiões Brasileiras: 2,43 filhos por mulher em um ano (valor médio), perdendo apenas para a média da Região Norte. Desde 1994, o número médio anual de filhos por mulher tem se reduzido sistematicamente em todas as regiões brasileiras. Entre os estados nordestinos, o Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe possuíam os menores valores médios (em 2003). Por outro lado, os estados mais empobrecidos são justamente aqueles com os maiores valores médios na Região: Alagoas, Maranhão e Piauí.

TABELA 52
Número médio de filhos por mulher
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1994 a 2003

Região e UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	2,54	2,49	2,44	2,40	2,36	2,33	2,36	2,23	2,14	2,06
Região Nordeste	3,00	2,90	2,81	2,72	2,65	2,59	2,73	2,65	2,54	2,43
Maranhão	3,56	3,40	3,26	3,12	2,99	2,88	3,34	3,20	2,99	2,85
Piauí	2,96	2,85	2,75	2,66	2,58	2,51	2,91	2,85	2,75	2,68
Ceará	3,30	3,23	3,17	3,12	3,07	3,03	2,92	2,79	2,65	2,53
Rio Grande do Norte	2,83	2,76	2,69	2,63	2,58	2,53	2,25	2,10	2,57	1,99
Paraíba	2,97	2,86	2,76	2,68	2,60	2,53	2,75	2,63	2,49	2,38
Pernambuco	2,53	2,46	2,39	2,34	2,29	2,25	2,24	2,23	2,08	2,00
Alagoas	3,44	3,34	3,25	3,17	3,10	3,03	3,33	3,27	3,17	3,10
Sergipe	3,07	2,99	2,91	2,85	2,80	2,75	2,45	2,33	2,15	2,09
Bahia	2,85	2,73	2,62	2,52	2,43	2,36	2,64	2,59	2,48	2,43
Região Norte	3,58	3,47	3,37	3,28	3,21	3,14	3,14	2,99	2,79	2,64
Região Centro-Oeste	2,38	2,33	2,27	2,23	2,19	2,15	2,12	2,05	1,98	1,93
Região Sudeste	2,19	2,17	2,15	2,13	2,11	2,10	2,10	1,95	1,88	1,83
Região Sul	2,32	2,28	2,25	2,21	2,19	2,16	2,09	1,90	1,84	1,75

Fonte: Estimativa: IBGE/Projeções demográficas preliminares. Dados Diretos: MS/Funasa/SVS/Sistema de Informações sobre nascidos vivos

A Região Nordeste possuía, em 2004, uma proporção de idosos⁵ na sua população total inferior à proporção observada nacionalmente (Tabela 53). Em 2004, o percentual de pessoas com 60 anos ou mais na população nordestina era de 8,9%; em 1996, essa proporção era de 7,8%. Todas as regiões brasileiras e todos os estados nordestinos apresentam a tendência ao aumento do peso populacional dos idosos, o que reflete o já adiantado processo de transição demográfica no Brasil. Entre os estados nordestinos, a Paraíba era o Estado que possuía o maior percentual de idosos: 10,7% em 2004. Alagoas, Sergipe e Maranhão, por sua vez, eram aqueles com as menores proporções de idosos.

TABELA 53
Proporção de Idosos na População Total (em %)
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1996 a 2004

Região e UF	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	7,9	8,6	8,8	9	8,6	9,1	8,9	9	9,1
Região Nordeste	7,8	8,4	8,5	8,8	8,4	8,7	8,7	8,8	8,9
Maranhão	6,6	7,3	7,8	7,7	7,2	7,3	7,4	7,5	7,6
Piauí	7,6	7,6	8,8	8,2	8,3	9,8	8,8	8,9	9,1
Ceará	8,2	8,2	8,8	9	8,9	9,2	9,1	9,3	9,4
Rio Grande do Norte	8,5	8,1	8,3	8,6	9	8,8	9,2	9,3	9,4
Paraíba	9,5	10,6	10,1	11	10,2	10,5	10,5	10,6	10,7
Pernambuco	8,3	8,3	8,6	9,2	8,9	8,5	9,2	9,3	9,4
Alagoas	6,8	7,9	8,2	7,8	7,2	8,2	7,4	7,4	7,5
Sergipe	7	7,7	7,2	7,9	7,4	7,2	7,5	7,5	7,6
Bahia	7,5	9	8,2	8,9	8,2	8,9	8,6	8,7	8,8
Região Norte	5	5,8	6	6	5,5	5,6	5,7	5,7	5,8
Região Centro-Oeste	5,9	6,1	6,5	7	6,6	6,9	6,9	7	7,2
Região Sudeste	8,6	9,5	9,6	10	9,3	9,8	9,6	9,7	9,9
Região Sul	8,4	8,6	9	8,9	9,2	9,8	9,5	9,7	9,8

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, (1997-1999 e 2001), Censos Demográfico (1991 e 2000), Contagem Populacional (1996) e projeções e estimativas demográficas (2002-2004).

4.1. Indicadores educacionais

Na seção 4, ficou evidente que o mercado de trabalho do Nordeste apresenta as mais graves características de desestruturação em relação aos mercados de trabalho das outras regiões brasileiras. Neste item, ver-se-á que os indicadores educacionais do Nordeste também estão entre os piores do Brasil.

⁵ Percentual de pessoas com 60 e mais anos de idade, na população total e residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado, sendo que a definição de idoso como pessoa maior de sessenta anos de idade é estabelecida pela legislação brasileira: Brasil. Lei N.º 8842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso. Está regulamentada pelo Decreto N.º 1948, de 3 de julho de 1996.

O primeiro deles, e o mais conhecido, refere-se à taxa de analfabetismo⁶ das pessoas com 15 ou mais de idade. A taxa de analfabetismo do Nordeste, segundo dados da PNAD, compilados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), era o dobro da taxa de analfabetismo do Brasil no ano de 2004: 22,4% contra 11,2% (Tabela 54). Essa taxa de analfabetismo, em que pese a continuada redução desde 1992, ainda é a maior taxa observada entre as regiões brasileiras. Entre os estados nordestinos, Alagoas, Piauí, Paraíba e Maranhão apresentaram, em 2004, taxas de analfabetismo maiores do que a observada para o Nordeste. No caso do Estado de Alagoas, é a maior taxa de analfabetismo da Região. Sergipe é o Estado nordestino com a menor taxa de analfabetismo na Região.

TABELA 54
Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	17,2	16,4	15,5	14,6	14,7	13,8	13,3	12,3	11,8	11,5	11,2
Nordeste	32,8	31,8	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,2	23,4	23,2	22,4
Alagoas	35,9	33,8	34,8	36,2	36,2	34,7	32,8	30,6	31,2	30,4	29,5
Bahia	31,1	30,4	28,3	24,5	26,9	24,9	24,5	22,8	21,7	21,3	20,4
Ceará	34,5	32,5	31,5	31,0	30,8	29,6	27,9	24,8	22,6	22,7	21,8
Maranhão	35,3	36,6	31,7	33,1	35,8	29,6	28,8	23,4	22,9	23,8	23,1
Paraíba	35,4	32,4	32,2	31,3	29,7	28,7	25,9	27,2	27,1	25,2	25,3
Pernambuco	31,0	29,1	29,8	26,2	26,4	24,4	24,8	22,0	21,5	21,7	21,3
Piauí	36,8	37,2	35,1	34,4	32,7	34,2	31,6	29,4	29,6	28,4	27,3
Rio Grande do Norte	30,0	29,9	29,5	28,4	27,1	26,6	25,5	24,2	22,7	23,4	22,3
Sergipe	27,5	28,5	26,2	25,1	25,3	24,0	23,9	21,4	20,2	19,2	19,4
Norte¹	14,2	14,8	13,3	12,5	13,5	12,6	12,2	11,2	10,4	10,6	10,2
Centro-Oeste	14,5	14,0	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,6	9,5	9,2
Sudeste	10,9	9,9	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,5	7,2	6,8	6,6
Sul	10,2	9,8	9,1	8,9	8,3	8,1	7,7	7,1	6,7	6,4	6,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Quando se trata de analfabetismo infantil (crianças com idade entre 10 e 14 anos), a situação da população nordestina também não é favorável. A taxa de analfabetismo infantil do Nordeste, segundo dados da PNAD, era mais que o dobro da taxa de analfabetismo infantil do Brasil no ano de 2004: 8,0% contra 3,6% (Tabela 55). A taxa de analfabetismo infantil, que era de 29,1% em 1992, tem apresentado uma forte trajetória de redução, porém, ainda é a maior taxa observada entre as regiões brasileiras.

⁶ De acordo com terminologia do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), refere-se a analfabetismo no sentido de que a pessoa analfabeta é incapaz de ler ou escrever um bilhete simples.

Entre os estados nordestinos, apenas Ceará, Bahia e Sergipe apresentaram, em 2004, taxas de analfabetismo infantil menores do que a observada para o Nordeste. Alagoas e Maranhão apresentam as maiores taxas de analfabetismo infantil da Região: 11,3% e 11,0%, respectivamente. É importante observar ainda que, entre 2003 e 2004, os seguintes estados apresentaram elevação da taxa de analfabetismo infantil: Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

TABELA 55
Taxa de analfabetismo infantil (crianças entre 10 e 14 anos)

	1992	1993	1995	1996	19997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	12,4	11,3	9,9	8,3	8,7	6,9	5,5	4,2	3,8	3,5	3,6
Nordeste	29,1	26,7	23,9	20,2	21,1	16,8	12,8	9,5	8,6	8,1	8,0
Alagoas	36,8	32,9	34,3	30,5	36,3	28,6	18,3	12,0	9,0	11,4	11,3
Bahia	26,5	24,5	20,5	13,5	14,3	13,3	9,7	6,8	7,6	5,5	6,3
Ceará	28,9	23,8	23,8	22,8	21,0	17,0	13,1	7,5	7,3	7,7	5,3
Maranhão	32,8	35,1	28,2	29,5	33,5	21,5	16,3	11,0	7,6	9,8	11,0
Paraíba	29,6	25,2	21,8	18,9	21,1	14,2	8,4	8,8	9,6	5,5	8,6
Pernambuco	26,3	24,4	21,7	17,6	18,2	14,1	14,0	11,6	9,0	9,8	9,0
Piauí	40,9	41,1	36,5	31,1	26,2	26,0	16,5	16,6	15,4	13,5	9,7
Rio Grande do Norte	20,1	18,5	18,5	15,8	18,6	15,2	12,2	10,5	10,1	7,7	9,1
Sergipe	25,9	19,2	20,5	13,6	12,1	11,5	10,0	7,4	7,9	6,6	7,4
Norte¹	11,4	9,3	8,7	6,3	8,0	5,9	5,0	4,7	4,9	4,5	4,0
Centro-Oeste	5,9	5,6	4,6	2,8	4,0	2,4	2,8	1,9	1,5	1,3	1,4
Sudeste	3,6	3,2	2,4	2,0	1,8	1,6	1,4	1,2	1,2	1,0	1,4
Sul	2,6	2,1	1,9	1,7	1,5	1,2	1,3	1,2	1,0	0,8	1,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Ao longo dos anos 90, ocorreu um movimento de universalização do ensino fundamental em todas as regiões brasileiras. Nesse sentido, a proporção de crianças entre 7 e 14 anos de idade freqüentando a escola aumentou de forma persistente entre 1992 e 2004 em todas as regiões brasileiras. Em 1995, 76,4% das crianças nordestinas entre 7 e 14 anos de idade freqüentavam a escola; esse percentual subiu para 92,2% em 2004 (Tabela 56). Embora a diferença seja pequena, o Nordeste ainda apresenta o menor percentual de crianças na escola quando comparado as outras regiões brasileiras. Entre os estados nordestinos, o Maranhão e a Bahia apresentaram, em 2004, os menores percentuais de crianças freqüentando a escola no Nordeste: 89,3% e 90,2%. Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará eram os estados nordestinos com os maiores percentuais de crianças na escola.

TABELA 56
Porcentagem de crianças entre 7 e 14 anos que freqüentam a escola

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	81,8	83,4	85,9	87,1	89,0	91,5	93,0	93,9	94,5	94,7	94,8
Nordeste	70,2	72,9	76,4	78,3	82,2	86,9	89,6	91,1	92,1	92,1	92,2
Alagoas	65,1	69,9	67,8	71,2	77,3	81,2	84,8	90,9	91,5	90,1	91,6
Bahia	69,4	71,1	75,9	80,2	82,1	85,7	90,4	90,8	91,6	92,0	90,2
Ceará	66,9	68,0	71,4	76,3	84,2	89,0	90,8	92,1	93,1	92,4	94,2
Maranhão	64,7	70,6	73,0	72,7	76,3	84,5	85,4	87,1	88,4	86,7	89,3
Paraíba	70,0	73,2	77,8	78,0	83,4	88,3	92,9	93,5	93,6	95,8	94,5
Pernambuco	76,0	77,8	81,0	81,6	83,5	88,2	89,5	90,7	93,0	93,3	93,3
Piauí	71,4	78,3	79,6	76,8	83,1	88,0	89,6	93,5	93,3	94,6	93,3
Rio Grande do Norte	79,1	79,7	85,7	85,6	87,9	90,2	93,2	94,2	95,0	95,6	95,8
Sergipe	78,2	81,4	84,0	83,2	87,0	90,1	90,5	91,5	92,1	94,4	92,6
Norte¹	82,8	83,9	86,6	86,9	87,1	90,5	92,1	92,7	92,7	93,5	93,7
Centro-Oeste	86,3	86,1	88,4	90,4	91,0	93,7	94,2	95,4	94,9	95,0	95,5
Sudeste	88,4	89,5	91,3	91,7	92,8	93,8	94,7	95,4	95,8	96,0	96,1
Sul	87,6	89,1	91,0	93,1	94,2	95,1	96,1	96,4	97,3	97,3	97,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Mesmo com a recente universalização do acesso ao ensino fundamental, a Região Nordeste ainda apresenta a maior defasagem escolar média em anos de estudo para as crianças de 10 a 14 anos: em 2004, eram 1,5 anos, em média, de defasagem escolar (Tabela 57). Mesmo sendo verdadeiro o fato de que essa defasagem escolar reduziu-se pela meta entre 1992 e 2004, a Região Nordeste ainda supera todas as regiões brasileiras nesse indicador desfavorável (seguido de perto pela Região Norte). As maiores defasagens escolares médias para os estados nordestinos ocorreram entre Alagoas, Maranhão, Bahia, Paraíba, Piauí. As menores defasagens escolares ocorreram entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Nenhuma dos estados nordestinos consegue atingir a média de defasagem escolar nacional.

TABELA 57
Defasagem escolar média em anos de estudo (crianças entre 10 e 14 anos de idade)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	2,1	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,4	1,2	1,1	1,0	1,0
Nordeste	3,0	2,9	2,9	2,8	2,7	2,5	2,3	1,9	1,8	1,6	1,5
Alagoas	3,1	2,8	3,1	3,0	3,0	2,8	2,4	2,3	2,0	1,9	1,7
Bahia	3,2	3,1	3,0	2,8	2,7	2,6	2,3	2,0	1,8	1,6	1,6
Ceará	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	2,4	2,1	1,5	1,4	1,3	1,1
Maranhão	3,2	3,1	3,0	3,0	3,0	2,7	2,6	2,3	2,0	1,8	1,7
Paraíba	3,0	2,7	2,9	2,9	2,7	2,5	2,1	2,0	1,9	1,5	1,6
Pernambuco	2,6	2,6	2,5	2,4	2,3	2,2	2,1	1,8	1,7	1,6	1,4
Piauí	3,3	3,3	3,0	3,1	2,9	2,9	2,7	2,3	2,3	1,9	1,6
Rio Grande do Norte	2,5	2,4	2,3	2,2	2,1	1,9	1,9	1,6	1,5	1,4	1,2
Sergipe	3,0	2,8	2,7	2,6	2,5	2,2	2,2	2,1	1,9	1,6	1,5
Norte¹	2,4	2,3	2,2	2,1	2,2	2,0	1,8	1,6	1,5	1,4	1,3
Centro-Oeste	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,3	1,2	1,0	0,9	0,8	0,8
Sudeste	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,1	0,9	0,8	0,7	0,7	0,7
Sul	1,3	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Soma-se a isso o fato de que a Região Nordeste possui a maior proporção de crianças entre 7 e 14 anos com mais de 2 anos de atraso escolar: 22,9% das crianças nordestinas entre 10 e 14 anos possuem mais de 2 anos de atraso na escola, enquanto que a proporção nacional é de 12,8% (Tabela 58). Aqui também se verifica uma persistente tendência de queda do percentual, em 1995, a proporção era de 57% das crianças nordestinas de 10 a 14 anos com defasagem escolar superior a 2 anos. Contudo, todos os estados nordestinos ainda possuem percentuais superiores ao índice nacional. Entre os maiores percentuais estão Alagoas (o maior da Região Nordeste), Maranhão e Piauí. O Estado do Ceará apresentou a menor proporção entre os Estados do Nordeste.

TABELA 58
Porcentagem de crianças entre 10 e 14 anos de idade que possuem mais de 2 anos de atraso escolar

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	37,4	36,1	33,4	31,3	29,8	26,4	22,8	18,3	16,1	14,2	12,8
Nordeste	61,5	59,0	57,0	54,4	52,7	48,0	42,1	34,0	30,2	25,8	22,9
Alagoas	64,1	56,0	62,3	59,9	59,4	56,0	43,5	43,1	35,8	34,5	29,9
Bahia	65,6	63,4	60,3	55,8	53,2	50,9	43,9	34,1	29,8	24,8	25,1
Ceará	63,9	61,1	58,4	55,8	53,0	43,3	36,9	23,7	20,8	16,6	13,3
Maranhão	66,9	64,1	61,9	59,0	61,7	54,4	48,9	43,8	36,2	32,8	28,7
Paraíba	61,4	53,2	56,7	55,6	54,9	48,4	39,1	35,3	35,1	25,2	24,7
Pernambuco	50,1	49,6	47,7	45,5	43,8	41,5	37,8	32,1	28,1	25,4	20,6
Piauí	66,8	67,5	61,8	64,0	59,2	57,2	52,2	40,7	42,3	34,1	26,1
Rio Grande do Norte	45,8	47,0	41,0	39,9	37,7	32,7	33,8	24,9	23,7	20,2	17,9
Sergipe	60,1	57,8	54,7	51,1	49,6	40,2	42,2	36,1	32,6	28,8	23,4
Norte¹	46,9	43,6	40,4	38,9	39,4	34,7	29,9	25,7	22,9	21,3	17,7
Centro-Oeste	31,7	30,6	28,3	26,2	23,3	19,7	16,1	13,0	10,7	8,9	8,6
Sudeste	24,2	23,8	19,9	18,0	15,7	13,6	11,2	8,5	7,5	7,1	7,1
Sul	19,0	17,7	16,9	15,1	14,1	11,9	10,2	8,9	7,8	6,8	6,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Na Tabela 59, observa-se a taxa de matrícula líquida no ensino fundamental⁷ para o Brasil, as grandes regiões e os estados do Nordeste. Constatam-se que, também aqui, a Região Nordeste, embora a distância seja pequena, possui a menor taxa de matrícula líquida no ensino fundamental entre as regiões brasileiras. Pode-se identificar também que, desde 1995, manifesta-se uma tendência de crescimento desse percentual para todas as regiões brasileiras e para os estados nordestinos. Maranhão e Bahia eram os Estados nordestinos, em 2004, que apresentaram as menores taxas líquidas de matrícula no ensino fundamental. Rio Grande do Norte e Paraíba, por sua vez, eram os estados com os mais amplos percentuais.

⁷ A taxa de matrícula líquida no ensino fundamental representa o percentual de crianças entre 7 e 14 anos de idade que estão frequentando o ensino fundamental dentro da totalidade da população (do país, da Região ou do Estado) com idade entre 7 e 14 anos.

TABELA 59
Taxa de matrícula líquida no ensino fundamental

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	81,4	83,0	85,5	86,6	88,6	91,0	92,5	93,4	93,9	94,0	94,1
Nordeste	69,7	72,7	76,1	78,0	81,9	86,7	89,2	90,7	91,6	91,7	91,7
Alagoas	64,8	69,5	67,6	70,5	77,1	81,0	84,7	90,6	91,4	89,7	91,3
Bahia	69,0	70,9	75,8	80,0	81,7	85,5	90,0	90,5	91,3	91,6	89,9
Ceará	66,4	67,6	71,0	75,8	83,9	88,8	90,6	91,9	92,6	91,9	93,7
Maranhão	63,8	70,5	72,7	72,4	75,9	84,5	85,0	86,6	88,1	86,5	88,8
Paraíba	69,4	73,0	77,4	77,6	83,3	88,2	92,5	93,2	93,2	95,4	94,1
Pernambuco	75,6	77,4	80,8	81,5	83,0	88,0	89,1	90,0	92,5	92,6	92,8
Piauí	71,2	78,2	79,4	76,8	82,7	87,8	89,1	93,1	92,7	94,3	93,1
Rio Grande do Norte	78,5	79,2	85,5	85,6	87,6	89,6	93,0	93,5	93,9	95,6	94,7
Sergipe	77,9	81,0	83,9	82,9	87,0	90,0	90,5	91,2	91,4	94,1	92,2
Norte¹	82,6	83,7	86,3	86,5	86,8	90,1	91,6	92,2	92,2	92,8	92,8
Centro-Oeste	85,9	85,6	88,1	89,8	90,5	93,1	93,6	94,7	93,9	94,0	94,5
Sudeste	88,1	89,2	91,0	91,2	92,3	93,2	94,2	94,8	95,2	95,3	95,5
Sul	86,9	88,6	90,3	92,2	93,3	94,2	95,2	95,5	95,9	95,8	95,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD. 2 - O indicador considera as pessoas de 7 a 14 anos frequentando o ensino fundamental sobre a população de 7 a 14 anos.

Na Tabela 60, observa-se a taxa de matrícula líquida no ensino médio⁸ para o Brasil, as grandes regiões e os estados do Nordeste. Constata-se que a Região Nordeste apresenta a menor taxa de matrícula líquida no ensino médio entre as regiões brasileiras, muito abaixo inclusive da taxa nacional. No Brasil, a taxa de matrícula líquida no ensino médio foi de 45,6% em 2004, enquanto a taxa nordestina era de apenas 28,2%. Pode-se identificar também que, desde 1995, manifesta-se uma tendência de crescimento desse percentual para todas as regiões brasileiras e para os estados nordestinos. Alagoas e Piauí eram os estados nordestinos, em 2004, que apresentaram as menores taxas líquidas de matrícula no ensino fundamental. Ceará e Rio Grande do Norte, por sua vez, eram os estados com os maiores percentuais. Há de se destacar ainda que, entre 2003 e 2004, Pernambuco e Piauí apresentaram redução das suas taxas líquidas de matrícula no ensino médio.

⁸ A taxa de matrícula líquida no ensino médio representa o percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos de idade que estão frequentando o ensino médio dentro da totalidade da população (do país, da Região ou do Estado) com idade entre 15 e 17 anos.

TABELA 60
Taxa de matrícula líquida no ensino médio

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	18,3	19,0	22,3	24,3	26,6	30,0	33,0	37,5	40,4	43,5	45,6
Nordeste	9,5	10,3	11,4	12,9	13,4	15,0	16,9	20,9	23,0	25,7	28,2
Alagoas	9,0	8,9	12,6	10,3	11,3	10,0	13,6	13,7	18,6	16,6	21,0
Bahia	8,7	9,0	9,5	10,9	11,8	14,3	15,4	19,4	23,2	25,2	27,6
Ceará	7,6	9,7	12,0	14,8	13,5	19,9	19,5	25,0	28,7	29,9	34,2
Maranhão	9,1	9,1	10,7	12,1	12,5	12,4	14,7	18,1	18,8	21,7	25,7
Paraíba	9,8	10,7	13,4	14,3	16,6	17,2	19,7	18,8	18,3	21,5	24,7
Pernambuco	13,1	13,2	13,7	14,6	16,0	16,3	18,5	22,3	24,8	27,4	27,3
Piauí	7,4	6,9	10,0	11,4	11,6	9,2	13,9	21,8	16,3	25,5	23,0
Rio Grande do Norte	10,1	17,0	15,8	19,5	18,1	16,8	20,3	29,0	29,5	33,6	36,4
Sergipe	11,2	10,8	8,7	11,0	10,1	14,9	17,1	19,9	23,2	28,4	30,9
Norte¹	11,8	13,5	16,8	16,1	17,7	20,9	24,7	27,0	29,4	31,9	32,7
Centro-Oeste	17,6	18,3	21,3	23,7	27,3	29,4	32,6	37,5	40,4	44,5	45,5
Sudeste	24,4	25,0	29,1	31,7	34,9	39,8	42,8	48,7	52,9	56,0	58,6
Sul	23,2	24,5	29,4	32,5	35,7	39,0	44,9	48,5	51,1	53,1	54,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD. 2 - O indicador considera as pessoas de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio sobre a população de 15 a 17 anos.

Na Tabela 61, observa-se a taxa de matrícula líquida no ensino superior⁹ para o Brasil, as grandes regiões e os estados do Nordeste. Observa-se que, também aqui, a Região Nordeste possui a menor taxa de matrícula líquida no ensino superior entre as regiões brasileiras: a taxa nordestina equivale a praticamente a metade do percentual nacional. Pode-se identificar que, desde 1995, manifesta-se uma tendência de crescimento desse percentual para todas as regiões brasileiras e para os estados nordestinos. Alagoas e Maranhão foram os estados nordestinos, em 2004, que apresentaram as menores taxas líquidas de matrícula no ensino superior. Sergipe foi o Estado com a maior taxa líquida de matrícula no ensino superior no ano de 2004: 7,3%. Esse reduzido acesso dos jovens nordestinos ao ensino superior é um dos pontos atuais e futuros de estrangulamento e relativa estagnação da economia nordestina: esse fenômeno é claramente um fator de redução da oferta de força de trabalho mais qualificada, o que impede a ampliação das possibilidades de atração/geração de investimentos em setores mais modernos tecnologicamente.

⁹ A taxa de matrícula líquida no ensino superior representa o percentual de jovens entre 18 e 24 anos de idade que estão frequentando o ensino superior dentro da totalidade da população (do país, da Região ou do Estado) com idade entre 18 e 24 anos.

TABELA 61
Taxa de matrícula líquida no ensino superior

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	4,6	5,0	6,1	6,0	6,6	7,0	7,7	9,2	10,2	10,8	11,0
Nordeste	2,4	2,4	2,9	3,0	3,1	3,2	3,7	5,0	5,0	5,5	5,6
Alagoas	1,4	3,8	1,9	4,1	2,8	4,0	4,0	5,5	4,2	5,3	4,3
Bahia	1,5	2,1	2,2	2,6	2,8	2,6	2,9	3,8	4,0	4,8	5,4
Ceará	2,9	2,7	2,7	2,8	3,0	2,7	4,2	5,5	6,2	6,0	6,5
Maranhão	0,2	0,7	2,2	1,6	0,9	0,8	1,6	4,2	4,1	4,7	4,4
Paraíba	4,2	4,8	4,5	4,2	5,1	5,4	7,8	4,2	5,5	7,4	5,1
Pernambuco	4,1	3,0	4,4	3,8	3,1	4,6	4,4	5,5	5,0	5,4	6,3
Piauí	2,0	0,9	2,0	1,4	3,7	2,3	1,8	7,1	5,4	6,3	5,9
Rio Grande do Norte	3,8	2,8	3,1	4,6	6,0	4,2	4,5	6,3	7,1	6,0	5,2
Sergipe	2,3	1,3	2,7	4,0	3,8	3,8	5,0	7,4	6,8	7,3	7,3
Norte¹	3,1	2,2	3,1	3,2	3,1	3,5	3,6	5,0	6,6	5,8	7,1
Centro-Oeste	4,6	5,1	5,3	6,7	7,0	7,0	8,0	10,1	13,2	13,2	12,9
Sudeste	6,2	6,7	8,2	7,5	8,8	9,2	10,0	11,4	12,6	13,2	13,7
Sul	5,1	6,3	8,1	8,3	8,7	10,0	11,1	13,2	14,5	16,5	16,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD. 2 - O indicador considera as pessoas de 18 a 22 anos frequentando o ensino superior sobre a população de 18 a 22 anos.

Outro fator redutor da produtividade da força de trabalho nordestina é apresentado na Tabela 62. Nela, identifica-se o fato de que a população nordestina com 25 anos ou mais de idade possui a menor escolaridade média em anos de estudo entre as regiões brasileiras: a escolaridade média da população adulta do Nordeste é de apenas 4,9 anos de estudo, contra 6,4 de escolaridade média para a população adulta brasileira. Mesmo apresentando uma variação positiva ao longo dos últimos anos, a escolaridade média dos nordestinos cresce a taxas reduzidas: entre 1995 e 2004, ela cresceu em pouco mais de um ano, na média. Sergipe e Pernambuco foram os estados nordestinos, em 2004, com as maiores escolaridades médias na Região Nordeste. Por outro lado, Alagoas e Piauí formam aqueles com as menores escolaridades médias para a população adulta.

TABELA 62
Escolaridade média em anos de estudo (pessoas com 25 anos ou mais)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	4,9	5,1	5,2	5,4	5,5	5,6	5,7	6,0	6,1	6,3	6,4
Nordeste	3,5	3,7	3,8	3,9	4,0	4,1	4,2	4,4	4,6	4,7	4,9
Alagoas	3,7	3,8	3,9	3,9	4,3	4,2	4,2	3,9	4,0	4,3	4,2
Bahia	3,2	3,6	3,6	3,8	3,8	3,9	4,0	4,3	4,5	4,7	4,9
Ceará	3,4	3,4	3,6	3,7	3,8	4,0	4,0	4,4	4,6	4,7	4,9
Maranhão	2,9	3,1	3,2	3,4	3,4	3,6	3,6	4,1	4,1	4,3	4,6
Paraíba	3,6	4,3	4,0	4,0	4,4	4,6	4,9	4,3	4,4	4,6	4,8
Pernambuco	4,0	4,1	4,2	4,5	4,5	4,6	4,7	5,0	5,1	5,2	5,4
Piauí	3,2	3,2	3,3	3,5	3,6	3,5	3,7	3,9	4,0	4,1	4,4
Rio Grande do Norte	3,9	3,9	4,2	4,4	4,5	4,6	4,8	5,0	5,2	5,2	5,2
Sergipe	4,1	4,1	4,2	4,4	4,6	4,7	4,7	5,0	5,2	5,6	5,8
Norte¹	5,2	5,0	5,2	5,4	5,4	5,5	5,7	6,0	6,1	6,2	6,5
Centro-Oeste	5,2	5,3	5,4	5,5	5,7	5,9	5,9	6,1	6,4	6,5	6,6
Sudeste	5,6	5,7	5,9	6,1	6,2	6,3	6,4	6,7	6,8	7,0	7,1
Sul	5,2	5,3	5,6	5,7	5,8	5,9	6,0	6,3	6,4	6,7	6,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

4.2. Indicadores de saúde pública e de infra-estrutura de serviços de saúde

Ao longo deste item perceber-se que a Região Nordeste, mesmo possuindo um gasto público em saúde (como proporção do PIB) relativamente mais elevado do que a média brasileira, ainda está muito atrás da realidade nacional em termos de infra-estrutura geral de serviços de saúde. Contudo, a incidência das principais doenças que afligem a população da Região Nordeste apresenta percentuais inferiores à média nacional.

Na Tabela 63, percebe-se que o número de médicos disponíveis por mil habitantes na Região Nordeste em 2004 é o segundo menor entre as regiões brasileiras: em 2004, era de 0,95 médico para cada mil nordestinos, um índice menor do que o nacional, que foi de 1,61 médicos por mil brasileiros. Entre os estados nordestinos, o Estado de Pernambuco apresentava o maior número de médicos por mil habitantes: 1,25 médicos por mil habitantes. Maranhão, Piauí e Ceará eram os estados nordestinos com o menor número de médicos por mil habitantes. Deve-se atentar para o fato de que, entre 1994 e 2004, manifestou-se uma tendência de crescimento do número de médicos para cada mil habitantes tanto entre os estados do Nordeste quanto para as regiões brasileiras.

TABELA 63
Médicos por 1.000 habitantes
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1994 a 2004

Região e UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	1,24	1,27	1,32	1,35	1,34	1,44	1,39	1,43	1,44	1,42	1,61
Região Nordeste	0,71	0,73	0,75	0,80	0,81	0,82	0,81	0,83	0,85	0,88	0,95
Maranhão	0,38	0,39	0,40	0,38	0,38	0,38	0,42	0,45	0,46	0,49	0,53
Piauí	0,49	0,50	0,53	0,56	0,56	0,62	0,57	0,60	0,64	0,66	0,72
Ceará	0,67	0,68	0,70	0,73	0,76	0,77	0,72	0,75	0,77	0,77	0,89
Rio Grande do Norte	0,83	0,85	0,89	0,94	0,95	0,96	0,89	0,90	0,93	0,98	1,13
Paraíba	0,83	0,85	0,88	0,98	0,98	0,98	0,92	0,94	0,95	1,00	1,10
Pernambuco	0,92	0,95	0,99	1,16	1,16	1,16	1,06	1,09	1,12	1,16	1,25
Alagoas	0,87	0,88	0,92	1,00	1,04	1,02	0,94	0,95	0,96	0,99	1,10
Sergipe	0,76	0,78	0,80	0,95	0,77	0,92	0,83	0,85	0,87	0,92	1,07
Bahia	0,70	0,72	0,75	0,72	0,76	0,76	0,84	0,86	0,87	0,91	0,91
Região Norte	0,49	0,50	0,52	0,61	0,56	0,63	0,42	0,51	0,46	0,57	0,77
Região Centro-Oeste	1,08	1,11	1,12	1,22	1,27	1,27	1,24	1,29	1,31	1,39	1,57
Região Sudeste	1,75	1,80	1,86	1,86	1,83	2,05	1,97	2,00	2,03	2,08	2,19
Região Sul	1,24	1,28	1,31	1,36	1,34	1,37	1,43	1,45	1,46	1,02	1,63

Fonte: DATASUS

No quesito dentistas por mil habitantes (Tabela 64), é perceptível que o número de odontólogos disponíveis por mil habitantes na Região Nordeste é o segundo menor entre as regiões brasileiras: em 2004, era de 0,46 dentista para cada mil nordestinos, um índice menor do que o nacional, que foi de 0,98 dentista por mil brasileiros. Entre os estados nordestinos, Paraíba e Rio Grande do Norte apresentavam os maiores números de dentistas por mil habitantes: 0,69 e 0,62 dentista por mil habitantes, respectivamente. Maranhão, Bahia, Piauí e Ceará eram os estados nordestinos com os menores números de dentistas por mil habitantes, em 2004. Deve-se atentar para o fato de que, entre 1997 e 2004, manifestou-se uma tendência muito reduzida de crescimento do número de dentistas para cada mil habitantes tanto entre os estados do Nordeste, enquanto para as regiões brasileiras a variação foi substancial.

TABELA 64
Dentistas por 1.000 habitantes
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1997 a 2004

Região e UF	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	0,64	0,85	0,89	0,86	0,90	0,93	0,96	0,98
Região Nordeste	0,27	0,40	0,41	0,40	0,42	0,43	0,44	0,46
Maranhão	0,13	0,19	0,20	0,21	0,21	0,22	0,22	0,23
Piauí	0,27	0,39	0,40	0,40	0,41	0,42	0,43	0,43
Ceará	0,24	0,38	0,39	0,37	0,39	0,40	0,41	0,43
Rio Grande do Norte	0,43	0,56	0,56	0,55	0,56	0,58	0,59	0,62
Paraíba	0,44	0,62	0,63	0,64	0,65	0,66	0,67	0,69
Pernambuco	0,34	0,52	0,54	0,49	0,51	0,52	0,54	0,56
Alagoas	0,33	0,49	0,50	0,49	0,51	0,51	0,53	0,54
Sergipe	0,35	0,45	0,47	0,49	0,50	0,51	0,52	0,52
Bahia	0,22	0,32	0,33	0,34	0,35	0,37	0,39	0,41
Região Norte	0,26	0,33	0,34	0,35	0,36	0,37	0,38	0,40
Região Centro-Oeste	0,70	0,87	0,91	0,92	0,97	1,01	1,05	1,08
Região Sudeste	0,96	1,25	1,30	1,25	1,29	1,33	1,37	1,40
Região Sul	0,61	0,83	0,87	0,85	0,90	0,94	0,98	1,01

Fonte: DATASUS

A partir da Tabela 65, identifica-se que o número de enfermeiros disponíveis por mil habitantes na Região Nordeste é o segundo menor entre as regiões brasileiras: em 2004, era de 0,46 enfermeiro para cada mil nordestinos, um índice menor do que o nacional, que foi de 0,54 enfermeiro por mil brasileiros. Entre os estados nordestinos, Paraíba e Ceará apresentavam os maiores números de enfermeiros por mil habitantes: 0,76 e 0,61 enfermeiro por mil habitantes, respectivamente. Maranhão, Piauí e Alagoas eram os estados nordestinos com os menores números de enfermeiros por mil habitantes, em 2004: bem inferiores ao índice verificado para a Região. Deve-se atentar para o fato de que, entre 1994 e 2004, manifestou-se uma tendência generalizada, tanto nos estados do Nordeste quanto nas outras Regiões brasileiras, de aumento do número de enfermeiros por mil habitantes.

Tabela 65
Enfermeiros por 1.000 habitantes
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1994 a 2004

Região e UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	0,29	0,31	0,35	0,39	0,41	0,44	0,46	0,48	0,51	0,55	0,54
Região Nordeste	0,24	0,25	0,29	0,35	0,37	0,39	0,39	0,42	0,44	0,46	0,46
Maranhão	0,11	0,13	0,13	0,14	0,16	0,17	0,18	0,20	0,22	0,25	0,25
Piauí	0,17	0,19	0,22	0,24	0,27	0,29	0,29	0,34	0,36	0,39	0,38
Ceará	0,64	0,64	0,63	0,63	0,62	0,61	0,59	0,58	0,59	0,62	0,61
Rio Grande do Norte	0,05	0,07	0,13	0,17	0,27	0,30	0,37	0,51	0,53	0,56	0,55
Paraíba	0,47	0,48	0,52	0,55	0,60	0,63	0,66	0,70	0,73	0,76	0,76
Pernambuco	0,23	0,27	0,31	0,34	0,38	0,41	0,40	0,41	0,44	0,46	0,46
Alagoas	0,04	0,05	0,09	0,17	0,22	0,28	0,29	0,30	0,32	0,34	0,34
Sergipe	0,28	0,29	0,31	0,33	0,35	0,36	0,37	0,38	0,40	0,45	0,45
Bahia	0,10	0,12	0,17	0,34	0,34	0,34	0,35	0,38	0,40	0,42	0,41
Região Norte	0,10	0,11	0,13	0,15	0,18	0,25	0,29	0,34	0,36	0,38	0,37
Região Centro-Oeste	0,32	0,33	0,35	0,37	0,39	0,40	0,42	0,46	0,50	0,54	0,53
Região Sudeste	0,34	0,36	0,42	0,45	0,47	0,51	0,52	0,55	0,58	0,62	0,61
Região Sul	0,35	0,37	0,38	0,40	0,42	0,46	0,48	0,52	0,55	0,60	0,60

Fonte: DATASUS

Os dados dispostos na Tabela 66 mostram um quadro grave de redução relativa dos leitos hospitalares por mil habitantes, tanto para as regiões brasileiras quanto para os estados do Nordeste. Essa constatação é fruto, em parte, da contenção dos investimentos em serviços públicos universais na recente conjuntura de ajuste fiscal do orçamento da União, estados e municípios. Nesse contexto, a Região Nordeste apresentava, em 2002, o segundo menor número de leitos hospitalares por mil habitantes entre as regiões brasileiras, superando apenas a Região Norte. Entre os estados nordestinos, Sergipe, Ceará, Bahia e Alagoas possuíam, em 2002, os menores números de leitos hospitalares por mil habitantes. A Paraíba era o Estado nordestino com o maior número de leitos hospitalares por mil habitantes, superando, inclusive, o índice nacional.

TABELA 66
Leitos Hospitalares por 1.000 habitantes
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1990 a 2002

Região e UF	1990	1992	1999	2002
Brasil	3,71	3,66	2,96	2,67
Região Nordeste	2,92	3,06	2,74	2,48
Maranhão	3,76	4,27	3,44	2,52
Piauí	2,45	2,75	2,75	2,70
Ceará	3,10	3,05	2,57	2,21
Rio Grande do Norte	2,96	2,84	2,63	2,59
Paraíba	3,98	4,24	3,50	3,25
Pernambuco	3,35	3,46	2,96	2,76
Alagoas	2,94	3,14	2,65	2,36
Sergipe	2,56	2,44	2,30	2,18
Bahia	2,04	2,20	2,30	2,24
Região Norte	2,15	2,25	2,24	2,01
Região Centro-Oeste	4,49	4,19	3,46	3,01
Região Sudeste	4,20	4,10	3,03	2,73
Região Sul	4,18	3,98	3,31	3,06

Fonte: DATASUS

Entre 1994 e 2003, os leitos hospitalares vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) por mil habitantes também sofreram, tanto entre as regiões brasileiras quanto entre os estados do Nordeste, redução generalizada, fruto de investimentos incapazes de acompanhar a variação populacional e o aumento da pressão sobre os serviços de saúde. Assim, a Região Nordeste, em 2003, possuía 2,52 leitos hospitalares vinculados ao SUS por mil habitantes, perdendo apenas para os índices das Regiões Centro-Oeste e Sul (Tabela 67). Maranhão e Paraíba eram os estados com maior número de leitos vinculados ao SUS por mil habitantes na Região Nordeste. Por sua vez, Sergipe e Ceará eram os estados da Região com os menores números de leitos por mil habitantes, no ano de 2003.

TABELA 67
Leitos Hospitalares vinculados ao SUS por 1.000 habitantes –
Grandes Regiões e Estados do Nordeste –
1994 a 2003

Região e UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	3,32	3,29	3,20	3,15	3,05	3,02	2,88	2,84	2,62	2,45
Região Nordeste	2,87	2,90	2,90	2,90	2,83	2,81	2,75	2,73	2,57	2,52
Maranhão	4,70	4,79	4,81	4,68	4,67	4,64	4,47	4,40	3,65	3,15
Piauí	2,68	2,72	2,79	3,37	2,93	2,99	2,96	2,97	2,92	2,59
Ceará	2,68	2,77	2,56	2,48	2,41	2,38	2,29	2,26	2,17	2,20
Rio Grande do Norte	2,79	2,84	2,96	2,94	2,65	2,62	2,62	2,64	2,48	2,46
Paraíba	3,31	3,36	3,41	3,49	3,50	3,50	3,45	3,51	3,38	2,94
Pernambuco	2,98	2,96	2,98	2,94	2,91	2,88	2,77	2,72	2,57	2,69
Alagoas	2,90	2,81	2,84	2,88	2,86	2,72	2,39	2,34	2,31	2,36
Sergipe	2,23	2,25	2,30	2,08	2,03	2,05	1,96	1,94	1,99	2,12
Bahia	2,17	2,18	2,21	2,21	2,18	2,19	2,22	2,25	2,19	2,31
Região Norte	2,03	2,10	2,13	2,10	2,05	2,11	1,98	1,94	1,84	1,77
Região Centro-Oeste	3,88	3,89	3,76	3,70	3,57	3,53	3,36	3,34	3,14	2,74
Região Sudeste	3,58	3,52	3,42	3,35	3,23	3,17	3,00	2,94	2,61	2,40
Região Sul	3,81	3,69	3,44	3,30	3,21	3,17	3,04	3,01	2,92	2,65

Fonte: DATASUS

Embora a infra-estrutura de serviços da Região Nordeste não esteja entre as mais adequadas e amplas do Brasil, o gasto público como porcentagem do PIB, tanto na contabilização total quanto desagregado por despesa exclusivamente estadual, apresenta-se em patamares mais elevados do que o percentual nacional e do que os níveis observados para a maioria das regiões brasileiras. Na Tabela 68, disponibiliza-se o gasto total (realizado por todas as esferas: federal, estadual e municipal) em Saúde como percentual do PIB¹⁰ de cada estado ou região. Observa-se que a Região Nordeste tem apresentado os maiores percentuais do PIB em despesas totais na função saúde: em 2003, a despesa global em Saúde equivalia a 5,05% do PIB nordestino. Sobressaem-se os estados do Piauí e Maranhão, com os maiores percentuais entre os estados nordestinos (2003), o que se deve, em parte, às transferências do Governo Federal para complementação do atendimento. O Estado da Bahia, em 2003, foi o que apresentou o menor percentual na Região.

¹⁰ Conforme o DATASUS, sistema de informações gerais do SUS, o gasto público com saúde, em cada esfera de governo, corresponde ao somatório das despesas diretas com saúde efetuadas pela administração pública direta e indireta, mais as transferências a instituições privadas. Excluem-se os gastos com encargos da dívida (juros e amortização), e os realizados com inativos e pensionistas do setor saúde. As transferências intergovernamentais são contabilizadas somente no nível de governo que as financiam, para evitar dupla entrada dos valores (na origem e na esfera receptora).

TABELA 68
Gasto Público Total em Saúde como porcentagem do PIB
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
2000 a 2003

Região e UF	2000	2001	2002	2003
Brasil	3,09	3,34	3,53	3,40
Região Nordeste	4,75	5,23	5,34	5,05
Maranhão	6,81	7,08	7,91	7,12
Piauí	6,87	8,22	8,28	8,15
Ceará	5,46	6,00	6,29	5,99
Rio Grande do Norte	5,87	6,37	6,24	6,06
Paraíba	5,53	7,14	6,85	5,89
Pernambuco	4,36	4,78	4,94	4,54
Alagoas	5,80	6,45	7,20	6,47
Sergipe	4,18	3,91	4,21	4,09
Bahia	3,60	3,94	3,89	3,87
Região Norte	4,74	5,31	5,06	5,03
Região Centro-Oeste	2,79	3,04	3,27	3,08
Região Sudeste	2,46	2,68	2,91	2,79
Região Sul	2,29	2,43	2,48	2,42

Fonte: DATASUS

A Tabela 69 mostra o gasto em saúde realizado exclusivamente com os recursos de cada governo estadual como proporção do PIB de cada Estado. A principal interpretação a se extrair dela é que as transferências federais fazem uma diferença substancial nos gastos em saúde tanto para as regiões brasileiras quanto para os estados nordestinos. A título de exemplo, o gasto em saúde realizado exclusivamente pelos estados nordestinos representou, em 2003, apenas 1,15% do PIB regional (o percentual sobe para mais de 5% quando incorporamos as transferências federais). Nos gastos estaduais em saúde, destaca-se o Estado do Rio Grande do Norte, com 2% do seu PIB despendido em saúde (o maior percentual da Região Nordeste). Bahia e Pernambuco apresentavam, em 2003, os menores percentuais de despesas estaduais em saúde na Região Nordeste. Entre 2000 e 2003, é identificável uma leve tendência de ampliação dos gastos estaduais como proporção do PIB na função saúde.

TABELA 69
Gasto Público Estadual em Saúde como porcentagem do PIB
Grandes Regiões e estados nordestinos
2000 a 2003

Região e UF	2000	2001	2002	2003
Brasil	0,57	0,69	0,80	0,79
Região Nordeste	0,87	1,06	1,22	1,15
Maranhão	0,27	0,34	1,14	1,06
Piauí	0,93	1,47	1,31	1,47
Ceará	1,22	1,05	1,21	1,25
Rio Grande do Norte	1,74	1,74	2,00	2,00
Paraíba	0,62	1,97	1,61	1,10
Pernambuco	0,79	1,11	1,24	0,96
Alagoas	1,03	1,32	1,57	1,39
Sergipe	0,58	0,85	1,22	1,34
Bahia	0,78	0,83	0,94	0,98
Região Norte	1,62	1,90	2,05	2,08
Região Centro-Oeste	0,70	0,79	0,86	0,98
Região Sudeste	0,47	0,57	0,70	0,65
Região Sul	0,37	0,43	0,40	0,48

Fonte: DATASUS

A Tabela 70 apresenta a mortalidade proporcional por diarreia aguda em crianças menores de 5 anos de idade¹¹ para as regiões brasileiras e os estados do Nordeste, entre 1994 e 2003. A partir desse indicador, pode-se inferir que percentuais elevados são indicativos de insatisfatórias condições socioeconômicas e de saneamento, além de insuficiente cobertura e qualidade da utilização de procedimentos básicos de atenção à saúde da criança, como a reidratação. Dessa forma, a situação da Região Nordeste comprova as ainda precárias condições de vida da população, bem como as deficiências dos serviços coletivos de saúde, visto que a referida Região apresenta a maior proporção de óbitos por diarreia aguda em crianças entre as regiões brasileiras: 6,86%, enquanto o percentual nacional, em 2003, foi de 4,29%. Entretanto, deve-se atentar para o fato de que, nos últimos dez anos, há uma forte tendência à redução desse indicador desfavorável (tanto na Região Nordeste quanto nas outras regiões brasileiras). O Estado de Alagoas, em particular, ainda apresenta, em 2003, uma taxa de mortalidade infantil por diarreia aguda que está muito acima até mesmo da média nordestina: 11,43%. Os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte apresentaram, em 2003, as menores taxas entre os estados do Nordeste.

¹¹ Percentual dos óbitos por doença diarreica aguda, em relação ao total de óbitos de menores de cinco anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

TABELA 70
Mortalidade proporcional por diarreia aguda em crianças menores de 5 anos de idade
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1994 a 2003

Região e UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	9,21	8,27	6,89	5,65	6,81	5,51	4,53	4,39	4,44	4,29
Região Nordeste	13,90	12,96	10,91	9,25	11,80	9,69	6,68	6,65	6,84	6,86
Maranhão	10,02	10,15	3,87	5,23	7,03	5,65	4,05	5,65	5,66	5,82
Piauí	13,89	10,98	7,55	7,62	8,37	8,06	6,80	6,37	6,79	5,43
Ceará	13,70	13,58	13,72	13,20	16,97	17,61	9,20	8,75	9,53	6,37
Rio Grande do Norte	12,57	13,29	13,87	8,04	8,11	5,49	5,02	2,84	4,27	4,96
Paraíba	8,70	6,93	7,84	5,09	7,60	6,26	4,80	4,58	5,31	4,68
Pernambuco	15,11	13,21	11,61	10,10	12,57	9,60	7,77	6,61	8,21	8,82
Alagoas	12,20	15,71	11,07	10,52	15,14	12,63	9,25	10,38	8,14	11,43
Sergipe	13,87	13,19	10,22	7,49	11,02	8,87	4,82	8,25	5,48	6,68
Bahia	16,00	13,96	10,02	7,65	9,28	6,12	5,50	5,49	5,39	6,04
Região Norte	10,19	9,21	7,84	7,12	7,59	5,32	5,04	4,90	5,34	4,76
Região Centro-Oeste	7,71	6,79	6,21	5,22	4,95	4,15	4,45	4,19	4,32	3,89
Região Sudeste	6,12	5,38	4,49	3,22	3,32	2,66	2,59	2,45	2,15	2,08
Região Sul	6,92	5,82	4,59	3,75	4,21	3,20	3,23	2,52	2,34	1,96

Fonte: DATASUS

A taxa de mortalidade específica por doenças do aparelho circulatório representa o número de óbitos por doenças do aparelho circulatório, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, em um ano específico. A Tabela 71 contém esse indicador, e nela se pode observar que a Região Nordeste apresenta a segunda menor taxa entre as regiões brasileiras, desde 1994: em 2003, eram 113,15 mortes por 100 mil habitantes causadas por problemas do aparelho circulatório. O único Estado nordestino que está acima da taxa nacional é o Estado de Pernambuco. Entre 1994 e 2003, percebe-se uma ligeira tendência de crescimento na taxa de mortalidade específica por doenças do aparelho circulatório na Região Nordeste: isso pode estar associado, em parte, com o avanço continuado da urbanização com um conseqüente aumento do sedentarismo e de mudanças no padrão de alimentação populacional, com tendências à reprodução do padrão insalubre comumente percebido em grandes metrópoles. Isso é identificável nos casos da Bahia e Maranhão, onde o peso relativamente menor do processo de urbanização contribuiu, em parte, para a manutenção das menores taxas na Região Nordeste.

TABELA 71
Taxa de mortalidade específica por doenças do aparelho circulatório
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1994 a 2003

Região e UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	159,36	156,97	158,92	156,38	158,55	156,87	153,48	152,81	151,65	153,12
Região Nordeste	90,67	92,76	92,03	95,13	101,01	100,15	101,98	108,53	110,96	113,15
Maranhão	43,64	44,96	41,34	46,40	50,55	47,65	52,82	62,40	63,84	66,89
Piauí	70,03	68,81	61,54	75,71	78,79	78,93	95,95	110,62	117,54	125,25
Ceará	74,43	73,43	78,47	85,82	101,66	111,67	106,13	110,15	108,13	109,72
Rio Grande do Norte	96,60	101,11	98,45	96,25	101,66	105,78	97,20	103,05	109,81	108,28
Paraíba	82,15	90,81	83,46	79,96	77,74	72,34	85,05	98,20	105,94	120,06
Pernambuco	142,70	143,96	146,60	156,97	160,76	153,98	155,06	156,10	158,43	165,33
Alagoas	93,52	98,05	88,75	98,72	107,85	99,74	100,65	108,59	109,61	111,24
Sergipe	88,17	89,39	86,88	86,47	88,97	90,73	93,30	98,33	106,45	105,97
Bahia	93,25	95,92	97,12	92,42	97,48	96,21	96,99	103,59	105,39	101,74
Região Norte	63,67	65,79	62,16	63,89	66,44	67,16	67,02	71,05	67,68	71,94
Região Centro-Oeste	130,59	125,23	121,07	126,86	127,35	128,37	128,93	129,71	134,10	137,33
Região Sudeste	211,61	205,74	211,19	204,14	200,69	199,39	191,05	187,71	183,90	185,37
Região Sul	201,35	200,17	200,67	194,81	206,81	200,34	198,83	189,47	188,14	186,24

Fonte: DATASUS

A taxa de mortalidade específica por diabetes melito representa o número de óbitos por diabetes melito, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, em um ano específico. A Tabela 72 apresenta esse indicador, e nela se pode observar que a Região Nordeste apresenta a terceira maior taxa entre as regiões brasileiras: em 2003, eram 19,89 mortes por 100 mil habitantes causadas pela evolução e por complicações da diabetes melito, abaixo da taxa verificada nacionalmente. Os estados de Pernambuco, Sergipe e Paraíba apresentaram, em 2003, taxas de mortalidade específica por diabetes melito superiores à taxa nacional. Observa-se também que, entre 1994 e 2003, manifesta-se uma clara tendência de elevação dessa taxa, tanto entre os estados da Região Nordeste quanto entre as regiões brasileiras. Uma explicação possível está relacionada com o fato de que a elevação da taxa de mortalidade por diabetes acompanha o envelhecimento da população. Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil, mais de 85% dos óbitos por diabetes ocorrem a partir dos 40 anos de idade, em ambos os sexos. Os casos de Pernambuco e Paraíba sustentam essa hipótese, visto se tratarem dos estados com os maiores percentuais de população idosa na Região Nordeste (rever Tabela 53). Logo, a tendência é que, com o envelhecimento da população brasileira e nordestina, os problemas decorrentes do surgimento da diabetes melito se tornem mais recorrentes.

TABELA 72
Taxa de mortalidade específica por diabetes melito
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1994 a 2003

Região e UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	14,59	15,42	16,75	17,24	17,52	19,30	20,78	20,35	20,77	20,95
Região Nordeste	10,35	11,50	12,79	13,60	13,97	15,31	17,73	18,82	19,49	19,89
Maranhão	3,39	4,86	5,09	6,82	6,68	6,26	8,85	10,26	10,98	12,22
Piauí	5,68	5,83	5,87	7,31	7,26	7,72	12,91	12,18	15,90	16,05
Ceará	5,94	7,00	8,71	9,75	12,63	14,25	15,71	17,85	16,00	16,19
Rio Grande do Norte	14,86	18,63	16,81	16,11	16,96	14,09	19,52	19,04	20,59	18,62
Paraíba	8,31	10,57	9,92	13,06	10,23	10,93	17,22	19,95	20,41	23,61
Pernambuco	17,32	17,66	20,29	21,25	20,93	25,26	27,61	27,77	28,95	30,08
Alagoas	11,38	12,81	13,94	15,17	16,37	16,51	18,56	20,58	21,23	18,97
Sergipe	15,90	27,22	14,04	15,99	17,09	18,74	23,31	21,68	24,62	23,82
Bahia	11,17	10,75	14,80	14,34	14,53	16,12	16,59	17,98	18,69	18,98
Região Norte	7,05	7,03	6,71	7,50	7,68	10,04	9,87	11,27	10,90	11,03
Região Centro-Oeste	10,47	10,92	11,04	12,39	13,72	15,17	16,33	15,46	17,17	17,09
Região Sudeste	19,51	20,26	21,81	21,92	21,63	23,69	24,70	23,22	23,12	23,36
Região Sul	14,15	15,20	17,26	17,70	19,07	20,81	22,93	21,96	23,30	23,08

Fonte: DATASUS

A taxa de mortalidade específica por síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) representa o número de óbitos por AIDS, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, em um ano específico. Os dados constantes na Tabela 73 representam esse indicador, e se pode observar que a Região Nordeste apresenta a menor taxa entre as regiões brasileiras: em 2003, eram 2,82 mortes por 100 mil habitantes causadas por complicações da AIDS, um índice inferior ao verificado nacionalmente. O Estado de Pernambuco apresentou, em 2003, a maior taxa de mortalidade específica por AIDS na Região Nordeste.

TABELA 73
Taxa de mortalidade específica por AIDS
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1994 a 2003

Região e UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	8,71	9,73	9,56	7,57	6,66	6,42	6,32	6,35	6,27	6,30
Região Nordeste	2,25	2,58	2,68	2,17	2,08	2,14	2,40	2,61	2,72	2,82
Maranhão	0,89	1,24	1,34	0,94	1,29	1,27	1,63	2,11	2,22	2,69
Piauí	1,11	1,17	1,35	1,45	1,11	0,91	1,55	1,60	1,75	1,76
Ceará	2,05	2,47	2,76	2,25	1,55	1,89	2,33	1,99	2,64	2,60
Rio Grande do Norte	3,03	3,72	2,62	1,43	0,88	1,05	1,40	1,74	1,35	1,64
Paraíba	2,51	2,28	1,66	1,23	1,46	1,36	1,45	2,02	1,94	2,65
Pernambuco	4,49	5,12	5,50	4,02	4,57	4,12	4,28	4,63	4,85	4,57
Alagoas	1,17	1,53	1,71	1,65	1,04	0,88	1,45	2,21	2,06	2,10
Sergipe	2,03	3,11	2,16	1,81	1,25	2,16	2,35	2,04	1,93	1,47
Bahia	1,88	1,99	2,37	2,26	2,19	2,42	2,50	2,69	2,67	2,80
Região Norte	1,57	1,87	2,39	1,90	1,95	2,02	2,40	2,94	3,02	3,52
Região Centro-Oeste	4,56	6,73	6,29	5,34	5,02	4,87	4,64	4,59	4,54	4,94
Região Sudeste	15,74	17,06	16,29	12,47	10,39	9,73	9,35	9,03	8,64	8,40
Região Sul	6,37	7,73	8,39	7,59	7,73	7,96	7,81	8,31	8,65	8,96

Fonte: DATASUS

A taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas (câncer em seus mais variados tipos) representa o número de óbitos por neoplasia maligna, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, em um ano específico. A Tabela 74 apresenta esse indicador, e nela se pode observar que a Região Nordeste apresenta a segunda menor taxa entre as regiões brasileiras: em 2003, eram 45,61

mortes por 100 mil habitantes causadas pela evolução dos mais variados tipos de câncer, um índice abaixo do nacional. Os estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte apresentaram, em 2003, as maiores taxas de mortalidade específica por neoplasia maligna dentro da Região Nordeste. Entre 1994 e 2003, manifesta-se uma tendência de elevação dessa taxa entre os estados da Região Nordeste. Uma explicação possível está relacionada com o fato de que a elevação da taxa de mortalidade por neoplasias malignas relaciona-se com o envelhecimento da população e com o aumento da incidência de câncer, que depende não só de fatores genéticos, mas também de fatores comportamentais e ambientais, ligados ao aumento da urbanização.

TABELA 74
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1994 a 2003

Região e UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	61,06	61,93	64,88	66,38	67,84	69,68	70,14	71,85	72,66	74,30
Região Nordeste	28,68	30,37	32,26	32,80	34,88	35,96	38,80	41,70	43,57	45,61
Maranhão	12,73	13,19	13,29	13,96	15,74	14,93	18,03	19,77	20,86	23,43
Piauí	18,39	18,24	17,36	20,66	22,65	25,53	30,53	34,22	37,11	39,73
Ceará	29,41	29,97	38,68	41,70	44,63	49,70	52,14	56,61	57,56	58,04
Rio Grande do Norte	37,35	41,44	43,66	40,28	41,53	39,90	43,72	49,84	50,55	53,03
Paraíba	23,01	27,84	22,39	23,86	23,17	21,69	24,77	33,04	37,60	44,42
Pernambuco	42,71	45,21	48,74	50,25	52,30	53,09	56,34	55,12	59,79	61,81
Alagoas	23,85	24,84	24,08	25,72	28,64	29,19	30,57	33,78	33,29	35,03
Sergipe	37,05	38,37	32,45	29,93	31,81	35,56	37,38	41,87	43,78	44,18
Bahia	28,53	30,14	32,11	30,80	33,34	33,78	36,00	38,43	39,23	40,77
Região Norte	26,84	26,66	28,36	29,08	30,82	31,49	32,08	33,54	34,10	36,35
Região Centro-Oeste	45,96	48,96	49,64	52,39	53,21	58,24	56,25	60,02	60,70	62,12
Região Sudeste	80,35	80,88	85,13	86,60	86,85	89,15	88,46	89,41	89,71	91,08
Região Sul	91,62	91,74	93,61	96,97	100,96	102,08	102,87	103,85	104,48	106,09

Fonte: DATASUS

A Tabela 75 apresenta a taxa de mortalidade específica por acidentes de trabalho, o que significa o número de óbitos por acidentes de trabalho, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, em um ano específico¹². Observa-se que a Região Nordeste apresenta a terceira menor taxa entre as regiões brasileiras: em 2004, eram 11,08 mortes por 100 mil habitantes causadas por acidentes no trabalho, um índice ligeiramente abaixo do nacional. Os estados de Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Sergipe apresentaram, em 2004, as maiores taxas de mortalidade específica por acidentes de trabalho dentro da Região Nordeste, taxas essas acima da taxa nacional. No caso específico do Piauí e Maranhão, é plausível afirmar que essa taxa soma-se aos péssimos indicadores referentes ao mercado de trabalho desses

¹² O indicador, construído pelo DATASUS, baseia-se exclusivamente em informações da Previdência Social, não incluindo, portanto, os militares, os servidores públicos e os trabalhadores informais. Entre os beneficiários da Previdência Social, são considerados apenas os trabalhadores cobertos pelo Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Não está coberta pelo SAT a categoria de contribuintes individuais (inclui trabalhadores autônomos e empregados domésticos).

estados. Deve-se atentar para o fato de que, entre 1997 e 2004, manifesta-se uma clara tendência de redução dessa taxa entre os estados da Região Nordeste e entre as regiões brasileiras.

TABELA 75
Taxa de mortalidade específica por acidentes de trabalho
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1997 a 2004

Região e UF	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	16,93	20,21	21,34	17,40	13,10	13,36	11,74	11,49
Região Nordeste	19,88	21,91	21,12	19,36	13,43	12,65	11,95	11,08
Maranhão	16,40	22,92	18,77	21,36	14,01	16,52	14,22	16,72
Piauí	15,05	21,08	24,20	17,39	20,37	12,53	18,08	15,96
Ceará	18,05	18,43	17,82	9,54	8,28	5,12	7,78	6,82
Rio Grande do Norte	19,85	22,47	11,14	17,61	11,32	10,90	12,11	7,88
Paraíba	21,35	20,71	21,97	13,44	7,59	9,26	8,33	4,98
Pernambuco	22,41	23,58	29,18	26,33	13,71	12,99	14,55	16,53
Alagoas	21,13	25,48	27,21	22,70	19,22	21,27	20,30	17,09
Sergipe	27,44	24,44	14,24	22,84	20,81	11,05	5,32	12,70
Bahia	18,76	21,54	20,07	21,02	14,67	15,92	11,79	9,23
Região Norte	24,31	33,42	37,51	41,49	26,52	22,87	24,60	20,62
Região Centro-Oeste	30,02	35,96	36,37	30,49	19,97	21,99	20,65	21,17
Região Sudeste	13,42	16,99	18,73	14,04	11,41	12,05	9,74	9,82
Região Sul	20,49	21,70	21,96	18,20	12,91	12,61	11,33	10,88

Fonte: DATASUS

Complementando os dados contidos na tabela anterior, a Tabela 76 apresenta a taxa de incidência de doenças relacionadas ao trabalho¹³, por 10 mil trabalhadores segurados, em determinado espaço geográfico, em um ano específico. A Região Nordeste apresentou, em 2004, uma taxa de incidência de doenças ocupacionais idêntica à taxa nacional. Pode-se identificar, entre 1997 e 2004, uma tendência não-linear de redução da incidência de doenças ocupacionais tanto nas regiões brasileiras quanto entre os estados nordestinos. O Estado da Bahia apresentou, em 2004, uma taxa de incidência de doenças ocupacionais que foi praticamente o dobro da taxa nacional.

¹³ Considera-se doença do trabalho, de acordo com o Ministério da Previdência Social, aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho, peculiar a determinado ramo constante de relação existente no Regulamento de Benefícios da Previdência Social. O indicador, construído pelo DATASUS, baseia-se exclusivamente em informações da Previdência Social, não incluindo, portanto, os militares, os servidores públicos e os trabalhadores informais. Entre os beneficiários da Previdência Social, são considerados apenas os trabalhadores cobertos pelo Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Não está coberta pelo SAT a categoria de contribuintes individuais (inclui trabalhadores autônomos e empregados domésticos).

TABELA 76
Taxa de incidência de doenças relacionadas ao trabalho
Grandes Regiões e Estados do Nordeste
1997 a 2004

Região e UF	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	22,01	16,24	13,09	11,03	8,79	10,04	10,47	11,32
Região Nordeste	12,30	9,50	8,86	10,61	8,90	9,32	10,33	11,32
Maranhão	3,88	2,55	4,48	5,22	3,03	4,51	4,27	5,33
Piauí	1,05	0,96	1,74	1,94	1,96	2,06	3,18	3,72
Ceará	5,63	6,08	7,87	5,02	5,38	4,75	4,87	8,00
Rio Grande do Norte	1,74	2,57	3,29	2,78	2,87	3,46	4,88	4,04
Paraíba	6,81	8,12	7,24	9,34	6,68	5,38	7,32	7,31
Pernambuco	6,57	5,64	7,87	5,31	8,81	8,11	8,53	7,37
Alagoas	6,66	6,00	7,70	6,43	4,02	1,60	2,69	4,41
Sergipe	13,91	12,06	11,55	11,33	10,34	12,53	11,12	10,60
Bahia	31,68	20,74	13,65	24,55	15,99	18,28	20,53	22,15
Região Norte	8,81	13,40	11,70	9,42	8,30	10,35	10,56	9,39
Região Centro-Oeste	11,09	8,02	6,83	6,54	5,30	5,65	6,86	7,86
Região Sudeste	27,54	19,91	15,42	11,31	9,40	10,94	11,28	12,14
Região Sul	17,65	13,05	11,22	12,21	8,24	9,57	9,61	10,74

Fonte: DATASUS

4.3. Pobreza e desigualdade social

Os dados apresentados neste item mostrarão como a economia nordestina está assentada sobre a pior distribuição de renda em relação às demais regiões brasileiras.

A Região Nordeste, embora seja o terceiro maior PIB entre as regiões brasileiras, possuía, em 2004, uma renda domiciliar per capita¹⁴ que equivalia a apenas 57,57% da renda domiciliar per capita nacional e a menor renda domiciliar per capita entre as regiões Brasileiras (Tabela 77). Entre os estados nordestinos, Alagoas e Maranhão responderam, em 2004, pelas menores rendas domiciliares per capita; e Sergipe, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba estavam acima da média regional. A renda domiciliar per capita de Alagoas, por exemplo, valia 82,33% da renda domiciliar per capita nordestina. Observa-se também que a renda domiciliar per capita sofre expansões e retrações; entre 1998 e 1999, há uma retração generalizada da renda domiciliar tanto entre as regiões quanto entre os estados nordestinos. É somente entre 2003 e 2004 que haverá uma elevação da renda domiciliar per capita para todas as regiões brasileiras e para oito dos nove estados nordestinos (apenas Alagoas apresentou retração da renda domiciliar entre 2003 e 2004).

¹⁴ Somatório de todas as rendas dos moradores de determinado domicílio dividido pelo número total de moradores.

TABELA 77
Renda real domiciliar per capita²

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	362	381	474	484	484	491	465	473	473	447	462
Nordeste	199	211	255	257	258	269	261	261	265	248	266
Alagoas	214	200	293	267	281	270	242	235	233	227	219
Bahia	211	233	256	262	267	264	258	260	264	256	263
Ceará	182	202	252	246	249	264	245	267	262	239	257
Maranhão	158	154	185	207	184	206	205	214	216	212	231
Paraíba	181	224	291	266	295	325	354	259	286	261	284
Pernambuco	214	227	277	285	274	298	284	291	295	255	291
Piauí	150	171	198	195	202	215	210	243	258	235	254
Rio Grande do Norte	227	209	301	306	300	315	300	293	297	268	295
Sergipe	248	255	264	305	295	324	309	273	291	301	327
Norte¹	266	300	374	358	357	353	333	342	338	305	336
Centro-Oeste	375	428	468	491	518	535	493	506	530	484	515
Sudeste	456	467	609	623	625	626	587	598	594	558	562
Sul	416	454	537	547	534	549	530	554	549	546	574

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD. 2 - Valores expressos em Reais de 2004, utilizando o INPC para o deflacionamento.

Combina-se com um patamar reduzido de renda domiciliar per capita, a elevadíssima proporção de pobres na população total do Nordeste. Considera-se, de acordo com orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como pobre a parcela da população residente com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo. Assim, a Região Nordeste se mantém líder, desde 1992, em termos de porcentagem de pobres na população total: em 2004, 55,47% da população nordestina possuía renda familiar mensal per capita de até ½ salário mínimo (desde 1995, não se tem verificado uma redução que seja significativa – ver Tabela 78). Esse percentual é bem superior ao observado nacionalmente, que foi de 31,96% em 2004. Entre os estados nordestinos, sobressaem-se negativamente Alagoas, Maranhão, Piauí e Ceará, todos com percentuais de pobres nas suas respectivas populações acima do percentual regional. O Estado de Sergipe apresentava, em 2004, o menor percentual de pobres entre os estados nordestinos: 45,32% dos sergipanos eram pobres em 2004, ainda assim um percentual bem acima do nacional.

TABELA 78
Porcentagem de pobres na população total

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	42,99	52,63	33,45	33,20	33,59	32,73	33,55	33,30	32,98	37,82	31,96
Nordeste	68,11	77,56	58,21	58,51	59,35	57,33	57,87	57,23	57,13	62,66	55,47
Alagoas	66,79	79,84	59,12	60,31	57,41	60,23	59,52	62,64	64,02	69,04	63,12
Bahia	66,60	75,86	58,18	58,65	58,12	55,93	56,60	56,23	56,70	62,18	53,12
Ceará	70,98	78,55	59,39	60,95	60,89	58,85	60,28	57,42	57,01	62,47	56,80
Maranhão	72,05	81,22	67,73	64,87	71,92	68,23	67,15	62,27	62,94	69,03	61,68
Paraíba	69,36	78,43	54,13	55,56	55,51	53,11	52,55	59,24	55,86	62,17	55,12
Pernambuco	64,47	75,52	51,76	53,27	54,10	51,72	53,58	55,15	55,19	59,89	54,49
Piauí	76,61	81,68	65,55	65,24	68,57	63,78	64,86	59,49	59,90	65,95	58,60
Rio Grande do Norte	66,46	77,22	52,90	50,71	50,57	52,27	50,91	49,95	49,33	55,70	49,29
Sergipe	62,25	72,10	54,81	53,27	53,93	51,13	53,15	51,81	49,70	54,74	45,32
Norte	54,00	57,87	39,36	40,52	43,18	42,30	42,55	40,86	42,65	48,66	43,23
Centro-Oeste	41,44	45,50	30,13	30,22	28,08	26,95	29,11	28,32	27,68	32,97	24,88
Sudeste	29,72	40,82	20,12	19,58	19,69	19,76	20,48	21,38	21,04	25,35	20,43
Sul	33,09	39,62	23,68	22,77	23,99	22,75	24,04	21,42	20,15	24,50	17,84

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1992 a 1993, 1995 a 1999 e 2001 a 2004.

Notas: 1 - Os valores do salário mínimo foram deflacionados com base no INPC de setembro de 2004 para todos os anos anteriores, alterando o valor da linha de pobreza e consequentemente a proporção de pobres. 2 - Informações não disponíveis para capitais e, até o ano de 2003, para as áreas rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

A desigualdade na distribuição de renda no Nordeste é maior do que a observada nas outras regiões brasileiras. Ao se analisar a razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e a renda apropriada pelos 40% mais pobres, observa-se que a Região Nordeste apresentava a maior disparidade no cenário nacional: em 2004, os 10% mais ricos ganhavam 21,1 vezes mais do que os 40% mais pobres, e essa distância tem sofrido reduções muito modestas nos últimos anos (Tabela 79). Entre 1992 e 2004, a Região Nordeste se manteve como a mais desigual, de acordo com esse critério analítico, entre as regiões brasileiras. Os estados de Pernambuco e Maranhão eram, ainda de acordo com o critério analítico aqui exposto, os mais desiguais entre os estados nordestinos em 2004. Apenas Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte estavam abaixo do patamar nacional. O Estado de Alagoas, que em 1995 era o de maior desigualdade na distribuição de renda, conseguiu, em 2004, atingir uma posição intermediária na Região.

TABELA 79
Razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e os 40% mais pobres

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	21,8	24,5	24,1	24,6	24,5	24,1	23,2	23,5	22,4	21,7	20,1
Nordeste	23,1	28,1	23,6	26,2	25,6	24,5	23,8	23,3	22,4	21,4	21,1
Alagoas	20,8	28,0	28,6	27,5	25,3	26,2	21,8	24,7	23,6	23,7	20,5
Bahia	22,6	29,6	23,7	29,2	24,3	22,3	21,2	22,4	21,9	21,9	18,0
Ceará	25,7	28,5	25,7	28,0	27,1	26,0	25,0	25,2	22,1	19,7	20,1
Maranhão	15,8	24,9	20,9	22,3	25,8	23,7	19,0	19,4	18,4	19,8	24,2
Paraíba	23,0	32,4	25,1	23,0	28,9	29,2	33,1	22,3	22,6	19,3	22,5
Pernambuco	22,3	27,1	19,7	23,8	22,1	22,9	23,6	26,0	24,5	22,4	24,3
Piauí	28,4	26,8	22,1	22,4	26,7	22,9	23,4	24,2	26,7	25,3	22,1
Rio Grande do Norte	24,1	20,1	22,6	24,5	22,8	22,2	23,1	20,9	21,1	18,5	19,6
Sergipe	23,0	24,7	21,2	23,7	26,7	25,8	27,7	20,2	18,5	20,8	18,9
Norte¹	18,6	19,5	20,7	20,2	21,1	21,0	18,6	18,6	18,4	16,3	15,3
Centro-Oeste	21,2	23,4	21,2	23,2	22,7	23,1	22,2	22,6	22,4	20,7	19,4
Sudeste	17,2	19,5	19,2	18,8	19,1	19,2	18,3	19,4	18,8	18,3	16,7
Sul	17,1	17,8	18,7	18,4	18,0	18,1	18,7	17,3	15,5	15,5	14,8

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003.

Um critério mais restrito para se analisar a desigualdade na distribuição de renda é a razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e a renda apropriada pelos 10% mais pobres. Assim, a partir da Tabela 80, observa-se que a Região Nordeste também apresentava, segundo esse outro critério, a maior disparidade na distribuição de renda entre as regiões brasileiras: em 2004, os 10% mais ricos ganhavam 55,4 vezes mais do que os 10% mais pobres, e essa distância tem sofrido reduções muito modestas desde 1998. Entre 1992 e 2004, a Região Nordeste se manteve como a mais desigual, de acordo com esse outro critério analítico, entre as regiões brasileiras. Os estados do Maranhão e de Pernambuco eram, ainda de acordo com esse critério analítico, os mais desiguais entre os estados nordestinos para o ano de 2004. Sergipe, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte estavam entre os estados nordestinos de menor desigualdade. O Estado do Piauí, que em 1995 era o de maior desigualdade na distribuição de renda, conseguiu, em 2004, atingir a terceira pior posição na Região, mas variando de uma relação de desigualdade de 102,4 vezes para 57,6 vezes.

TABELA 80
Razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e os 10% mais pobres

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	70,1	75,4	69,4	77,1	74,7	69,7	65,8	71,6	61,7	62,4	54,4
Nordeste	73,6	87,2	64,5	80,5	73,0	60,3	60,2	68,0	58,1	59,3	55,4
Alagoas	51,2	80,6	60,7	72,0	67,9	55,3	42,0	66,9	58,1	53,8	53,4
Bahia	63,1	81,6	59,8	106,4	55,8	56,4	51,0	63,9	55,8	58,4	45,2
Ceará	87,2	102,7	73,6	90,6	84,1	61,8	78,0	77,9	63,4	57,0	48,3
Maranhão	46,2	70,9	54,7	56,0	81,1	51,7	37,4	48,8	44,4	55,4	71,1
Paraíba	82,9	88,3	68,2	63,0	89,3	67,6	83,5	58,4	49,0	47,4	53,5
Pernambuco	74,0	90,0	48,7	67,7	56,5	58,4	63,4	83,7	63,9	71,0	67,4
Piauí	104,4	92,9	102,4	107,5	100,1	59,2	68,9	82,2	78,4	71,7	57,6
Rio Grande do Norte	64,5	48,6	52,1	48,1	56,0	43,8	56,4	60,4	61,9	46,9	48,9
Sergipe	60,0	64,5	57,0	55,6	82,0	71,0	90,8	56,3	40,8	51,6	42,9
Norte¹	51,6	44,2	51,9	55,8	53,0	56,5	49,6	46,6	42,9	39,5	35,3
Centro-Oeste	53,5	54,7	54,4	63,8	59,1	56,2	54,6	59,4	57,3	52,7	44,1
Sudeste	46,2	50,5	52,0	51,8	52,3	51,5	48,0	55,3	48,2	48,0	40,9
Sul	46,8	41,5	49,5	50,4	45,8	49,2	50,9	46,3	37,5	38,8	36,3

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas à área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Outro indicador da concentração de renda refere-se ao percentual da renda apropriada pelo 1% mais rico da população. Segundo esse critério, a Região Nordeste apresenta, desde 1995, o maior percentual de renda apropriada por essa faixa entre as regiões brasileiras, estando sempre acima do patamar nacional (Tabela 81). Os ricos do Nordeste são, proporcionalmente, mais ricos do que os de outras regiões brasileiras. Em 2004, o 1% mais rico da população apropriava-se de 15,7% da renda regional. Entre os estados nordestinos, aqueles com os maiores percentuais, em 2004, foram Maranhão, Paraíba, Piauí e Pernambuco; todos com percentuais acima do patamar nordestino. O Estado de Sergipe foi o que apresentou, em 2004, o menor percentual de renda apropriada pelo 1% mais rica de sua população. Identifica-se, tanto para os estados do Nordeste quanto para as regiões brasileiras, uma queda muito modesta do percentual da renda apropriada pelo 1% mais rico entre 1995 e 2004.

TABELA 81
Porcentagem da renda apropriada pelo 1% mais rico da distribuição de renda

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	13,3	15,1	13,9	13,6	13,8	13,9	13,3	13,9	13,5	13,1	13,0
Nordeste	14,7	17,9	16,6	17,0	16,4	16,6	16,5	16,3	16,5	15,4	15,7
Alagoas	13,6	16,6	17,1	15,4	15,9	16,7	15,0	18,2	18,8	17,6	15,1
Bahia	15,3	18,8	18,1	18,5	17,9	16,6	15,6	15,8	16,7	16,3	13,9
Ceará	15,8	18,7	17,0	17,6	16,9	16,7	17,7	18,0	15,1	14,0	15,3
Maranhão	9,4	14,7	13,9	19,1	15,4	16,2	15,7	14,9	17,0	16,3	18,9
Paraíba	12,3	18,1	15,0	15,0	15,0	17,2	16,2	16,8	18,4	14,7	17,0
Pernambuco	14,0	17,0	13,5	15,6	14,7	16,3	16,7	16,2	16,0	15,4	16,9
Piauí	16,1	18,2	16,4	13,0	17,8	17,1	16,8	16,1	19,7	15,7	16,9
Rio Grande do Norte	14,1	12,6	15,9	14,5	14,3	14,6	14,4	13,7	11,8	12,4	13,2
Sergipe	13,2	17,4	11,4	14,3	14,2	14,6	15,1	10,8	11,8	12,6	11,0
Norte¹	12,4	15,5	14,4	12,8	14,8	13,5	12,2	14,1	13,6	12,3	12,0
Centro-Oeste	17,2	15,8	12,9	14,6	14,8	15,0	14,4	14,7	13,5	13,3	13,8
Sudeste	11,5	13,7	12,5	12,0	12,5	12,5	12,0	12,6	12,3	12,1	11,8
Sul	13,3	14,1	12,8	12,4	11,9	12,3	11,9	12,4	11,4	11,6	11,7

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Uma das medidas de desigualdade de renda mais utilizadas nas Ciências Sociais é o Coeficiente de Gini. Este indicador consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de renda (todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada)¹⁵. Conforme os dados expostos na Tabela 82, a Região Nordeste ostenta, desde 1992, o maior coeficiente de Gini entre as regiões brasileiras, o que a coloca na posição de Região mais desigual. O coeficiente de Gini da Região Nordeste, em 2004, foi maior do que o coeficiente de Gini calculado para países como Burquina Fasso, Etiópia, Guiné-Bissau, Burundi, Moçambique, Costa do Marfim, Zâmbia, Tanzânia, Quênia, Ruanda, Nigéria e Senegal (de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2005, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Entre os estados nordestinos, em 2004, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Paraíba eram os mais desiguais. A Bahia, por outro lado, era o Estado que, em 2004, ostentava o menor coeficiente de Gini da Região, sendo inclusive inferior ao coeficiente de Gini calculado para o Brasil. Entre 1995 e 2004, percebe-se que a redução do coeficiente de Gini para as regiões brasileiras e estados nordestinos ocorre de forma ainda muito gradual.

¹⁵ O coeficiente de Gini se calcula como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é A, e a área abaixo da curva de Lorenz é B, então o coeficiente de Gini é igual a A/(A+B). Esta razão se expressa como percentagem ou como equivalente numérico dessa percentagem, que é sempre um número entre 0 e 1.

TABELA 82
Evolução do Coeficiente de Gini

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	0,58	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,59	0,58	0,57
Nordeste	0,60	0,63	0,61	0,62	0,62	0,61	0,61	0,60	0,60	0,59	0,59
Alagoas	0,58	0,63	0,65	0,63	0,62	0,62	0,59	0,62	0,61	0,61	0,58
Bahia	0,60	0,64	0,61	0,63	0,61	0,60	0,59	0,59	0,59	0,59	0,56
Ceará	0,61	0,63	0,62	0,63	0,63	0,62	0,62	0,61	0,59	0,57	0,58
Maranhão	0,53	0,61	0,58	0,60	0,62	0,61	0,58	0,57	0,57	0,58	0,61
Paraíba	0,59	0,65	0,62	0,60	0,63	0,64	0,66	0,60	0,60	0,57	0,60
Pernambuco	0,59	0,62	0,58	0,61	0,59	0,60	0,61	0,62	0,61	0,59	0,61
Piauí	0,62	0,62	0,59	0,59	0,62	0,60	0,60	0,60	0,62	0,61	0,60
Rio Grande do Norte	0,61	0,58	0,60	0,61	0,60	0,60	0,60	0,58	0,58	0,57	0,57
Sergipe	0,60	0,61	0,59	0,61	0,62	0,62	0,63	0,58	0,56	0,58	0,57
Norte¹	0,56	0,58	0,58	0,58	0,59	0,58	0,56	0,57	0,56	0,54	0,53
Centro-Oeste	0,59	0,61	0,59	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,58	0,57
Sudeste	0,55	0,57	0,57	0,56	0,57	0,57	0,56	0,57	0,56	0,56	0,55
Sul	0,55	0,56	0,57	0,56	0,56	0,56	0,56	0,55	0,53	0,53	0,52

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Outro indicador também muito conhecido é o índice de Theil, que mede o grau de desigualdade da distribuição de renda entre indivíduos segundo a renda domiciliar per capita (o raciocínio para o índice de Theil é similar ao do coeficiente de Gini; quanto maior for o índice de Theil, maior a desigualdade). Conforme os dados expostos na Tabela 83, a Região Nordeste ostenta, desde 1995, o maior índice de Theil entre as regiões brasileiras, o que a coloca, mais uma vez, na posição de Região brasileira mais desigual. Entre os estados nordestinos, em 2004, Maranhão, Pernambuco, Paraíba e Piauí eram os mais desiguais. Sergipe, por outro lado, era o Estado que, em 2004, ostentava o menor índice de Theil da Região, sendo inclusive inferior ao índice de Theil calculado para o Brasil. Entre 1995 e 2004, percebe-se que a redução do índice de Theil para as regiões brasileiras e estados nordestinos também ocorre de forma ainda muito gradual.

TABELA 83
Evolução do Índice de Theil

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	0,70	0,77	0,73	0,73	0,74	0,74	0,72	0,73	0,71	0,69	0,67
Nordeste	0,74	0,88	0,82	0,85	0,83	0,82	0,81	0,79	0,79	0,74	0,75
Alagoas	0,71	0,87	0,98	0,87	0,84	0,85	0,74	0,86	0,89	0,85	0,73
Bahia	0,76	0,94	0,85	0,91	0,85	0,78	0,75	0,77	0,78	0,77	0,66
Ceará	0,78	0,89	0,85	0,88	0,85	0,83	0,85	0,85	0,75	0,68	0,73
Maranhão	0,53	0,77	0,70	0,84	0,81	0,81	0,73	0,71	0,74	0,72	0,86
Paraíba	0,69	0,93	0,82	0,77	0,85	0,90	0,92	0,80	0,86	0,69	0,82
Pernambuco	0,72	0,84	0,71	0,79	0,75	0,79	0,81	0,83	0,81	0,75	0,83
Piauí	0,80	0,84	0,77	0,70	0,86	0,78	0,81	0,81	0,91	0,77	0,80
Rio Grande do Norte	0,76	0,68	0,79	0,79	0,75	0,78	0,75	0,70	0,69	0,65	0,68
Sergipe	0,73	0,82	0,68	0,77	0,80	0,80	0,84	0,64	0,63	0,68	0,63
Norte¹	0,62	0,73	0,71	0,68	0,73	0,71	0,64	0,67	0,66	0,60	0,58
Centro-Oeste	0,83	0,80	0,70	0,76	0,77	0,78	0,75	0,76	0,73	0,69	0,70
Sudeste	0,60	0,68	0,65	0,63	0,64	0,65	0,62	0,65	0,65	0,62	0,59
Sul	0,64	0,67	0,65	0,63	0,62	0,62	0,63	0,61	0,56	0,56	0,56

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

4.4. Padrão de vida nos domicílios

Ao longo deste item, será possível visualizar que, embora as condições de vida nos domicílios da Região Nordeste tenham melhorado nos últimos anos, diversos indicadores que medem, de forma geral, o padrão de vida nos domicílios (através do acesso a um conjunto de bens e serviços), ainda se encontram em posições inferiores às observadas nos domicílios de outras regiões brasileiras, o que atesta a persistência do caráter periférico da formação social do Nordeste.

Seguindo a lógica acima exposta, tem-se um primeiro indicador do padrão de vida presente nos domicílios de um dado espaço geográfico: o acesso adequado a escoamento de esgoto sanitário¹⁶. A partir da Tabela 84, percebe-se que a Região Nordeste possui o segundo menor percentual de domicílios com acesso adequado a esgotamento sanitário, e que esse percentual é claramente inferior ao percentual nacional: em 2004, somente 45% dos domicílios nordestinos possuíam acesso adequado a esgotamento sanitário, enquanto no Brasil o percentual foi de 69%. Contudo, é perceptível uma tendência ao aumento da porcentagem de domicílios com acesso considerado adequado a esgotamento sanitário, tanto entre os estados da Região Nordeste quanto entre as regiões brasileiras (em 1995, apenas 31,8% dos domicílios do

Nordeste possuíam acesso adequado a tal serviço). Quando se observa a realidade em separado de cada Estado nordestino, impressiona-se com o fato de que o Estado de Alagoas está muito abaixo do percentual nacional e regional, possuindo, em 2004, a menor cobertura de serviços adequados de esgotamento sanitário entre os estados do Nordeste e que esse percentual tem se reduzido por três anos consecutivos (2002, 2003 e 2004). O Estado de Sergipe, por outro lado, apresenta o maior percentual da Região, sendo superior inclusive ao percentual nacional.

TABELA 84
Porcentagem de domicílios com acesso adequado a escoamento de esgoto sanitário

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	54,9	57,1	58,5	62,3	61,2	62,7	63,7	65,9	67,3	68,1	69,0
Nordeste	29,2	31,7	31,8	36,9	34,0	35,2	35,9	42,4	42,4	43,6	45,0
Alagoas	12,5	16,5	22,3	36,6	20,9	24,0	30,4	25,7	24,0	20,9	14,1
Bahia	28,4	33,4	33,5	38,3	33,5	35,5	38,1	44,5	48,7	47,4	48,5
Ceará	34,9	38,3	33,9	25,4	28,7	31,0	30,9	36,6	40,7	42,6	38,7
Maranhão	21,1	24,3	23,3	30,1	26,8	27,8	28,3	37,1	39,7	42,6	47,6
Paraíba	36,2	33,1	41,6	32,8	42,6	39,3	45,6	45,7	48,6	42,6	54,0
Pernambuco	30,5	30,3	30,2	45,9	37,6	35,1	33,4	40,4	35,6	40,5	38,4
Piauí	31,6	35,6	33,6	36,0	40,2	44,4	43,4	43,9	41,2	44,4	51,2
Rio Grande do Norte	33,3	31,7	32,3	40,4	43,8	44,5	41,1	57,4	42,8	51,6	52,1
Sergipe	31,8	35,9	34,6	56,4	43,3	52,0	43,7	66,3	61,2	58,8	73,6
Norte¹	36,5	40,2	40,8	43,1	45,9	47,1	50,9	49,3	53,9	51,0	56,4
Centro-Oeste	31,2	34,6	33,8	38,2	39,2	42,2	40,1	42,6	44,0	44,6	41,0
Sudeste	74,3	76,1	78,1	81,4	81,0	82,5	83,2	83,8	84,9	85,6	86,3
Sul	56,5	57,6	61,1	64,8	63,1	64,6	67,9	68,6	72,0	73,9	75,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Outro indicador relevante para medir o padrão de vida presente nos domicílios de um dado espaço geográfico é o acesso adequado à água canalizada¹⁷. A partir da Tabela 85, identifica-se que a Região Nordeste possui o menor percentual de domicílios com acesso adequado à água canalizada, e que esse percentual é inferior ao percentual nacional: em 2004, 72,4% dos domicílios nordestinos possuíam acesso adequado a água canalizada, enquanto no Brasil o percentual foi de 89,9%. Todavia, é perceptível uma persistente trajetória de aumento da percentagem de domicílios com acesso considerado adequado a água canalizada, tanto entre os estados da Região Nordeste quanto entre as regiões brasileiras (em 1995, apenas 53,6% dos domicílios nordestinos possuíam acesso adequado a tal serviço). Quando se observa a realidade em separado de cada estado nordestino, percebe-se que Maranhão e Piauí estavam muito abaixo do percentual nacional e regional, possuindo, em 2004, as menores coberturas de serviços adequados

¹⁶ Seguindo as definições do IETS, consideram-se adequadas as instalações de esgoto quando não são compartilhadas com outro domicílio e com escoamento através de fossa séptica ou rede geral de esgoto.

¹⁷ Seguindo as definições do IETS, considera-se adequado o abastecimento de água através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna.

de água canalizada entre os estados do Nordeste; respectivamente, 51,7% e 60,9%. Os estados de Sergipe e do Rio Grande do Norte destacam-se por obterem os maiores percentuais de cobertura domiciliar de canalização adequada de água na Região Nordeste, estando próximos do percentual nacional.

TABELA 85
Porcentagem de domicílios com acesso adequado à água canalizada

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	77,0	78,2	80,4	83,4	83,2	84,6	85,5	87,2	88,6	89,0	89,9
Nordeste	49,7	50,7	53,6	59,3	58,0	61,2	62,4	66,8	69,3	70,8	72,4
Alagoas	58,9	60,3	60,8	65,3	65,9	67,3	70,4	66,3	66,3	68,2	70,1
Bahia	49,2	50,8	54,7	60,5	58,5	61,4	62,8	66,2	69,8	70,0	74,3
Ceará	44,3	46,2	47,5	53,2	52,8	57,8	59,0	67,0	70,2	72,4	75,4
Maranhão	26,4	26,8	31,4	37,8	36,9	41,0	41,3	51,1	55,3	55,7	51,7
Paraíba	59,4	63,7	65,0	67,6	66,4	69,1	69,3	72,0	74,1	78,6	79,0
Pernambuco	61,6	61,3	64,2	69,7	68,1	70,3	69,6	72,6	74,1	74,2	74,7
Piauí	39,3	38,0	40,6	46,2	45,3	45,9	51,1	53,6	53,9	58,9	60,9
Rio Grande do Norte	55,3	53,2	57,3	65,9	66,6	72,7	74,3	76,7	78,1	82,8	81,6
Sergipe	60,9	64,4	66,1	73,9	68,7	72,9	75,4	83,5	84,7	84,5	87,5
Norte¹	60,7	62,3	62,4	69,8	68,2	70,4	73,2	71,3	75,7	74,7	78,1
Centro-Oeste	76,0	77,8	81,0	83,9	86,1	87,4	88,1	90,3	92,2	93,3	94,0
Sudeste	90,5	91,2	92,9	94,6	94,7	95,2	95,9	96,7	97,2	97,3	98,0
Sul	87,9	89,7	92,1	93,8	94,1	94,7	95,5	96,4	97,4	97,1	97,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

O acesso à coleta de lixo adequada¹⁸ é mais um importante indicador para se medir o padrão de vida presente nos domicílios de um dado espaço geográfico. A partir da Tabela 86, observa-se que a Região Nordeste possui o menor percentual de domicílios com acesso à coleta de lixo adequada, e que esse percentual é inferior ao percentual nacional: em 2004, 69,8% dos domicílios nordestinos possuíam acesso adequado a água canalizada, enquanto no Brasil o percentual foi de 85,8%. Porém, é perceptível, entre 1995 e 2004, uma continuada tendência de aumento da percentagem de domicílios com acesso a coleta de lixo adequada, tanto entre os estados da Região Nordeste quanto entre as regiões brasileiras (em 1995, apenas 50,2% dos domicílios nordestinos possuíam acesso adequado a tal serviço). Quando se observa a realidade em separado de cada Estado nordestino, percebe-se que Piauí e do Maranhão estavam muito abaixo do percentual nacional e regional (possuindo, em 2004, as menores coberturas de coleta adequada de lixo entre os estados do Nordeste; respectivamente, 50% e 54,1%). Os estados do Rio Grande do Norte e de Sergipe destacam-se por obterem os maiores percentuais de cobertura domiciliar de coleta adequada de lixo na Região Nordeste, estando muito próximos do percentual nacional.

¹⁸ Seguindo as definições do IETS, considera-se adequado o lixo coletado de forma direta ou indireta, sendo qualquer outra forma irregular (queimado, enterrado, jogado em terreno baldio ou rio, por exemplo).

TABELA 86
Porcentagem de domicílios com coleta de lixo adequada

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	66,6	70,0	72,1	73,3	76,3	78,3	80,0	83,2	84,8	85,7	85,8
Nordeste	43,8	48,7	50,2	50,0	55,1	57,8	59,8	66,3	68,5	70,1	69,8
Alagoas	54,8	58,9	62,7	62,3	68,5	70,5	73,7	67,9	68,6	72,4	71,3
Bahia	41,9	47,6	50,4	49,6	54,0	56,6	58,9	66,6	68,1	69,4	69,3
Ceará	44,2	48,1	50,5	49,5	54,2	57,8	59,3	66,3	69,6	71,1	70,9
Maranhão	17,7	21,2	20,9	21,6	24,5	29,0	29,7	47,9	51,0	56,8	54,1
Paraíba	47,6	59,2	58,3	57,4	64,0	66,2	70,3	71,6	74,4	75,4	75,0
Pernambuco	53,8	58,0	60,0	61,4	67,2	69,4	70,8	72,5	75,8	75,9	76,3
Piauí	27,3	28,3	27,5	27,5	34,6	36,1	38,2	49,5	49,7	50,3	50,0
Rio Grande do Norte	65,3	69,1	67,8	67,3	73,4	74,6	77,6	81,3	82,5	83,3	82,9
Sergipe	53,3	61,5	60,6	62,4	67,3	71,4	70,2	77,9	78,7	79,1	79,7
Norte¹	53,1	57,5	61,3	62,0	69,4	74,3	78,8	82,2	85,1	85,6	85,9
Centro-Oeste	63,4	68,9	71,6	75,2	78,9	80,1	82,1	84,4	85,8	86,1	86,8
Sudeste	80,0	81,9	83,8	85,4	87,1	88,8	90,1	92,3	93,6	93,9	94,2
Sul	70,8	73,8	77,4	78,9	81,0	82,1	83,3	84,5	85,4	86,8	87,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

O desenvolvimento da urbanização em sociedades capitalistas está diretamente associado à expansão do acesso à eletricidade, constuindo-se o percentual de domicílios com acesso à energia elétrica em um robusto índice para a aferição do padrão de vida presente nos domicílios de um dado espaço geográfico. A partir da Tabela 87, tem-se que a Região Nordeste ainda possui o menor percentual de domicílios com acesso à eletricidade (em que pese o fato de este acesso ter praticamente se universalizado nos últimos anos), estando em posição inferior ao percentual nacional: em 2004, 92,8% dos domicílios nordestinos possuíam acesso à energia elétrica, enquanto no Brasil o percentual foi de 97,4%. Porém, é perceptível, desde 1995, uma trajetória perene de aumento da percentagem de domicílios com acesso à energia elétrica, tanto entre os estados da Região Nordeste quanto entre as regiões brasileiras, culminando com a quase universalização do acesso a esse importante serviço (em 1995, 79,1% dos domicílios nordestinos possuíam acesso adequado a tal serviço). Quando se observa a realidade em separado de cada Estado nordestino, percebe-se que Piauí, Bahia e Maranhão estavam abaixo do percentual nacional e regional, possuindo, em 2004, as menores coberturas de eletrificação entre os estados do Nordeste (86,6%, 89,7% e 85,2%, respectivamente). Os Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte destacam-se por obterem os maiores percentuais de cobertura da eletrificação na Região Nordeste, estando no mesmo patamar do percentual nacional.

TABELA 87
Porcentagem de domicílios que possuem energia elétrica

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	88,8	90,0	91,8	92,9	93,4	94,2	94,8	96,0	96,7	97,0	97,4
Nordeste	73,3	75,8	79,1	81,7	82,6	84,5	85,9	89,4	90,9	91,7	92,8
Alagoas	81,8	86,2	86,5	89,1	88,7	90,7	90,5	92,1	93,1	93,4	95,8
Bahia	71,3	73,0	75,9	77,5	77,7	78,7	79,7	84,8	86,8	87,9	89,7
Ceará	65,4	69,4	73,2	75,6	78,5	80,4	83,2	91,2	93,5	94,1	95,0
Maranhão	59,3	63,4	66,3	71,1	71,6	77,0	79,1	81,3	82,7	84,0	85,2
Paraíba	78,9	81,9	89,0	92,2	93,9	95,2	96,4	96,4	98,1	98,0	98,1
Pernambuco	83,6	84,9	89,0	91,9	91,8	94,1	95,3	96,1	97,2	97,6	97,4
Piauí	60,1	62,2	65,0	69,1	73,9	73,4	75,7	80,9	81,9	82,9	86,6
Rio Grande do Norte	88,7	89,7	91,8	92,5	93,5	95,0	95,0	95,5	96,3	97,5	97,2
Sergipe	84,0	87,6	89,4	92,6	92,3	94,2	95,3	94,7	95,2	94,9	95,9
Norte¹	89,1	90,9	93,4	93,9	94,4	94,8	95,4	96,2	96,6	96,9	97,1
Centro-Oeste	88,4	90,0	92,2	93,3	93,7	94,6	94,9	96,3	96,7	97,2	97,5
Sudeste	96,1	96,5	97,3	97,8	98,1	98,4	98,7	99,1	99,2	99,4	99,4
Sul	94,0	94,7	96,0	96,8	97,1	97,7	98,0	97,9	98,5	98,7	98,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

A partir deste ponto, a análise concentrar-se-á na identificação dos diferenciais, entre regiões e entre estados nordestinos, com relação à posse de alguns bens disseminados pelo desenvolvimento do consumo de massas no capitalismo contemporâneo. Como será possível identificar, a realidade dentro dos domicílios nordestinos ainda é muito precária em termos de posse de bens duráveis, que, por si, também significa acesso a algumas facilidades que permeiam a moderna vida urbana em sociedades capitalistas medianamente desenvolvidas. Eis aqui mais uma vez a manifestação da persistência do caráter periférico da Região Nordeste dentro da formação social brasileira, que é resultado fortemente influenciado pelos níveis comprimidos de renda do trabalho e domiciliar, o que freia as possibilidades de expansão do mercado consumidor.

Telefone Fixo – Em 2004, apenas 27,3% dos domicílios nordestinos possuíam telefone fixo, um percentual muito menor do que o nacional (49,6%) e que representava o menor percentual entre as regiões brasileiras (menos da metade, por exemplo, do percentual de domicílios do Sudeste que possuíam telefone fixo – ver Tabela 88). Identifica-se, entre 1995 e 2002, trajetória de ampliação na posse domiciliar de telefone fixo, tanto entre os estados do Nordeste quanto entre as regiões brasileiras. Nos anos de 2003 e de 2004, observa-se uma pequena, mas generalizada, queda na posse domiciliar de telefone fixo nos estados do Nordeste e nas outras regiões do Brasil. Entre os estados nordestinos, Alagoas, Maranhão e Piauí eram os estados que apresentaram os menores percentuais

de domicílios com posse de telefone fixo. Pernambuco era o Estado com maior percentual de domicílios proprietários de telefone fixo na Região Nordeste.

TABELA 88
Porcentagem de domicílios que possuem telefone fixo

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	19,0	19,8	22,4	25,5	27,9	32,0	37,6	51,2	52,9	50,8	49,6
Nordeste	9,3	10,2	11,5	13,8	15,9	18,0	21,0	30,8	30,4	28,1	27,3
Alagoas	8,3	11,5	12,2	14,0	17,8	18,6	21,5	26,9	24,8	23,9	20,2
Bahia	9,6	10,7	12,2	14,6	15,8	17,5	20,4	30,5	32,5	29,7	29,3
Ceará	10,4	11,2	12,2	15,4	19,5	22,1	23,1	29,8	29,0	26,0	25,3
Maranhão	6,6	7,2	7,8	9,1	11,0	12,2	12,5	25,7	22,6	23,5	22,8
Paraíba	12,3	14,8	15,4	16,8	20,9	23,5	27,8	32,1	32,5	29,1	29,2
Pernambuco	7,4	8,0	9,0	12,5	13,7	16,5	22,7	33,7	34,3	30,9	30,4
Piauí	9,8	9,3	12,8	13,2	15,1	17,1	16,0	28,3	25,5	24,9	23,6
Rio Grande do Norte	10,4	9,9	11,8	13,3	15,9	19,0	24,7	36,3	32,9	29,3	29,5
Sergipe	12,6	11,7	13,8	16,7	15,3	18,0	22,9	36,8	35,1	32,0	28,0
Norte¹	17,5	16,8	19,8	21,0	22,4	26,2	32,2	43,6	39,7	36,4	34,9
Centro-Oeste	19,3	20,6	26,1	28,8	32,2	36,9	41,8	50,3	53,7	52,0	48,6
Sudeste	24,8	25,5	28,0	31,9	34,3	38,6	45,4	63,2	64,9	62,4	61,9
Sul	18,9	19,7	22,9	25,9	28,8	35,4	42,1	52,6	58,3	58,6	55,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Televisão a Cores – Em 2004, 75% dos domicílios nordestinos possuíam televisão a cores, um percentual inferior ao nacional (87,5%) e que representava o menor percentual entre as regiões brasileiras (bem inferior, por exemplo, ao percentual de domicílios do Sudeste que possuíam televisão a cores – ver Tabela 89). Identifica-se, entre 1995 e 2004, forte trajetória de ampliação na posse domiciliar de televisão a cores, tanto entre os estados do Nordeste quanto entre as regiões brasileiras. Entre os estados nordestinos, Maranhão e Piauí eram os estados que apresentaram os menores percentuais de domicílios com posse de televisão a cores. Sergipe e Rio Grande do Norte eram os Estados com os maiores percentuais de domicílios proprietários de televisão a cores na Região Nordeste.

TABELA 89
Porcentagem de domicílios que possuem televisão a cores

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	46,7	50,2	61,0	69,4	74,1	78,1	79,7	83,0	85,1	85,9	87,5
Nordeste	23,9	26,7	35,0	45,4	52,9	58,6	61,2	67,0	70,5	71,7	75,0
Alagoas	27,5	30,9	38,8	48,4	58,3	60,6	65,1	67,1	68,7	70,7	75,3
Bahia	23,6	26,4	32,9	42,2	49,3	55,1	57,3	63,0	67,4	67,9	71,5
Ceará	22,7	25,6	34,4	44,8	53,0	57,3	58,9	69,1	73,3	75,2	77,8
Maranhão	15,5	18,8	25,4	33,9	38,7	45,7	47,1	57,6	63,2	64,5	68,0
Paraíba	24,0	30,1	39,3	50,5	60,2	66,3	71,8	71,3	76,1	75,9	80,3
Pernambuco	28,8	30,9	42,0	54,7	62,1	68,4	70,2	73,2	75,5	75,9	78,4
Piauí	20,4	21,1	28,0	37,1	44,8	50,9	51,1	59,0	60,4	62,9	68,5
Rio Grande do Norte	25,1	27,2	39,1	52,3	61,5	66,8	70,9	75,3	77,2	79,4	81,4
Sergipe	29,2	32,9	40,3	50,8	58,2	65,2	72,9	75,7	77,7	81,2	83,8
Norte¹	39,8	40,8	52,3	60,7	66,3	72,5	75,3	80,0	82,2	83,6	84,7
Centro-Oeste	44,6	48,3	60,6	67,7	73,8	78,9	80,2	83,5	85,2	86,5	87,5
Sudeste	60,6	63,9	75,3	83,0	86,0	88,6	89,6	91,2	92,4	92,9	93,9
Sul	47,9	52,5	64,9	72,6	77,3	81,2	82,8	86,4	88,4	89,4	90,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Rádio – Em 2004, 80,7% dos domicílios nordestinos possuíam rádio, um percentual ainda inferior ao nacional (88,1%) e que representava o segundo menor percentual entre as regiões brasileiras (bem inferior, por exemplo, ao percentual de domicílios do Sudeste que possuíam rádio; a Região Nordeste superava apenas a Região Norte nesse quesito – ver Tabela 90). Identifica-se, entre 1995 e 1999, uma trajetória de ampliação na posse domiciliar de rádio entre os estados do Nordeste. A partir de 2001, segue uma ligeira redução no percentual de domicílios com posse de rádio nas regiões brasileiras e nos estados nordestinos (o que pode ser explicado, em parte, pelo vertiginoso crescimento da televisão como principal meio de comunicação e entretenimento da população brasileira em geral, substituindo paulatinamente o rádio). Entre os estados nordestinos, o Maranhão apresentava o menor percentual de domicílios com posse de rádio. Paraíba, Sergipe e Pernambuco eram os estados com os maiores percentuais de domicílios proprietários de rádio na Região Nordeste.

TABELA 90
Porcentagem de domicílios que possuem rádio

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	84,9	85,1	88,9	90,4	90,3	90,5	89,9	88,1	87,9	87,8	88,1
Nordeste	72,8	72,8	79,9	83,4	83,3	83,5	83,4	81,0	80,1	80,3	80,7
Alagoas	70,5	70,7	80,0	82,9	83,4	81,3	82,1	80,3	78,3	79,3	79,6
Bahia	74,9	74,5	80,4	84,5	84,7	84,9	83,3	80,9	80,5	80,9	81,9
Ceará	75,9	75,9	81,5	85,5	84,9	85,9	84,0	82,4	83,1	82,2	81,9
Maranhão	55,0	54,4	62,0	67,9	63,5	67,1	70,4	68,6	65,3	65,3	65,1
Paraíba	76,7	79,3	86,2	89,3	89,4	89,1	88,8	85,6	85,4	85,2	86,0
Pernambuco	78,0	78,5	85,3	87,6	89,3	88,7	89,4	85,3	84,5	84,5	85,0
Piauí	67,0	65,6	75,8	77,8	79,3	78,6	78,9	81,0	79,8	80,7	80,9
Rio Grande do Norte	73,9	73,6	83,9	85,4	85,6	84,2	85,0	80,1	79,0	80,1	78,2
Sergipe	74,7	75,2	84,3	86,8	86,8	85,9	87,3	84,6	82,5	83,1	85,7
Norte¹	70,7	71,3	77,3	79,1	79,0	79,3	77,6	75,0	73,2	73,3	75,2
Centro-Oeste	82,1	83,4	86,1	87,8	87,2	88,2	85,6	83,8	84,4	84,3	85,0
Sudeste	91,0	91,0	93,4	94,3	94,3	94,3	93,8	92,3	92,5	92,3	92,5
Sul	92,3	92,6	94,4	94,8	94,8	94,9	94,5	93,4	93,5	93,4	93,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Exclusão Digital – Os dados dispostos nas Tabelas 91 e 92 mostram que a Região Nordeste é a mais atingida pela exclusão digital (reduzido acesso da população local às novas tecnologias de informação, materializadas na posse de computador e no acesso doméstico à Internet). Em 2004, apenas 6,8% dos domicílios nordestinos possuíam computador, um percentual inferior ao nacional (16,6%) e que representava o menor percentual entre as regiões brasileiras (bem inferior, por exemplo, ao percentual de domicílios do Sudeste que possuíam computador – ver Tabela 91). No percentual de domicílios com computador acessando a Internet, a posição do Nordeste é desfavorável: apenas 4,9% dos domicílios nordestinos, em 2004, possuíam computador com acesso à Internet (o percentual nacional foi de 12,4% - ver Tabela 92). Identifica-se, entre 2001 e 2004, uma trajetória de ampliação na posse domiciliar de computador e de acesso à Internet, tanto entre os estados do Nordeste quanto entre as regiões brasileiras. Entre os estados nordestinos, Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas apresentaram os maiores índices de exclusão digital. Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco eram os estados com os maiores percentuais de domicílios incluídos digitalmente, na Região Nordeste.

TABELA 91
Porcentagem de domicílios com acesso a computador

	2001	2002	2003	2004
Brasil	12,6	14,2	15,3	16,6
Nordeste	5,2	5,7	6,2	6,8
Alagoas	5,3	4,1	5,4	5,5
Bahia	5,4	6,1	6,4	7,4
Ceará	5,0	5,6	6,1	6,4
Maranhão	2,6	3,0	3,8	3,9
Paraíba	5,8	6,3	6,6	6,6
Pernambuco	6,8	7,1	7,4	8,2
Piauí	3,5	4,3	3,3	5,4
Rio Grande do Norte	5,9	7,3	7,6	7,9
Sergipe	6,0	6,4	8,6	9,0
Norte	6,5	7,6	7,5	8,6
Centro-Oeste	10,6	12,9	13,8	14,9
Sudeste	17,3	19,1	20,6	22,0
Sul	13,9	16,3	18,0	20,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

TABELA 92
Porcentagem de domicílios com acesso a computador com internet

	2001	2002	2003	2004
Brasil	8,6	10,3	11,5	12,4
Nordeste	3,5	4,2	4,5	4,9
Alagoas	2,9	3,3	4,3	4,4
Bahia	3,8	4,6	4,6	5,2
Ceará	3,4	4,0	4,1	4,4
Maranhão	1,7	2,1	3,0	2,7
Paraíba	4,0	4,4	4,4	5,2
Pernambuco	4,6	5,3	5,4	5,9
Piauí	2,0	2,9	2,6	4,0
Rio Grande do Norte	4,3	5,8	5,3	5,9
Sergipe	3,9	4,3	6,3	6,7
Norte	4,0	4,7	4,9	5,3
Centro-Oeste	7,3	9,4	10,8	11,1
Sudeste	12,0	14,3	15,7	16,8
Sul	8,8	11,0	13,1	15,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Geladeira – Em 2004, 70,7% dos domicílios nordestinos possuíam geladeira, um percentual inferior ao nacional (88,1%) e que representava o menor percentual entre as regiões brasileiras (bem inferior, por exemplo, ao percentual de domicílios do Sudeste que possuíam geladeira – ver Tabela 93). Identifica-se, entre 1995 e 2004, uma duradoura trajetória de ampliação na posse domiciliar de geladeira, tanto entre os estados do Nordeste quanto entre as regiões brasileiras. Entre os estados nordestinos, Maranhão e Piauí apresentaram os menores percentuais de domicílios com posse de geladeira. Sergipe era o Estado com o maior percentual de domicílios proprietários de geladeira na Região Nordeste.

TABELA 93
Porcentagem de domicílios que possuem geladeira

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	71,6	71,8	74,9	78,4	80,3	81,9	82,8	85,2	86,7	87,3	88,1
Nordeste	44,0	44,3	47,8	53,0	56,6	58,5	60,3	65,0	67,6	69,1	70,7
Alagoas	51,6	52,8	54,0	58,1	61,9	63,0	65,7	64,1	64,5	67,2	69,3
Bahia	43,2	44,0	46,2	49,9	53,8	54,6	56,7	61,5	63,5	64,9	67,3
Ceará	40,6	40,1	43,2	49,4	53,2	54,4	56,3	63,1	67,6	68,9	70,3
Maranhão	31,7	32,8	37,8	41,3	43,2	45,7	48,6	59,3	63,5	65,1	66,9
Paraíba	42,9	46,2	49,6	57,1	60,8	65,1	67,8	70,2	72,3	72,1	73,2
Pernambuco	50,3	49,6	54,2	60,7	64,3	67,4	67,8	70,8	72,5	73,8	75,0
Piauí	40,1	37,8	43,2	48,0	51,6	55,2	54,8	60,6	62,4	65,0	66,9
Rio Grande do Norte	50,2	49,5	54,4	62,7	68,7	68,2	71,3	72,0	75,8	77,4	76,9
Sergipe	56,5	57,5	61,5	67,1	68,2	73,4	72,3	74,5	77,0	79,7	81,0
Norte¹	65,5	64,2	69,4	73,1	74,1	77,0	78,2	80,9	82,1	82,8	84,0
Centro-Oeste	71,3	71,0	75,0	78,9	81,3	83,7	84,4	87,0	89,3	89,9	90,4
Sudeste	84,2	84,2	87,0	89,6	90,9	92,1	92,8	94,0	94,8	95,2	95,6
Sul	82,6	83,4	85,9	88,5	89,8	91,0	91,6	92,9	94,5	94,6	95,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Fogão – Em 2004, 97,8% dos domicílios nordestinos possuíam fogão, um percentual apenas marginalmente inferior ao nacional (99,1%) e que representava o menor percentual entre as regiões brasileiras (Tabela 94). Identifica-se, entre 1995 e 2004, uma duradoura tendência à universalização da posse de fogão nos domicílios dos estados do Nordeste e das regiões brasileiras.

TABELA 94
Porcentagem de domicílios que possuem fogão

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	97,5	98,2	98,5	98,5	98,7	98,8	99,0	99,0	99,0	98,9	99,1
Nordeste	92,8	95,1	96,0	96,0	96,7	97,0	97,5	97,4	97,7	97,4	97,8
Alagoas	94,5	95,4	97,9	97,3	98,4	98,8	98,3	98,6	97,8	98,5	99,0
Bahia	95,7	96,8	96,6	96,4	97,1	98,4	98,1	97,1	97,7	97,6	97,4
Ceará	94,5	95,0	96,3	97,2	96,9	97,9	98,0	98,2	98,1	97,7	98,0
Maranhão	71,1	86,6	86,0	87,0	90,5	86,4	90,7	94,5	94,6	93,2	95,8
Paraíba	98,3	98,5	97,9	97,7	97,9	98,6	99,2	97,1	98,6	98,5	98,4
Pernambuco	97,5	97,6	99,1	98,4	98,7	99,0	98,9	98,6	98,6	98,5	98,5
Piauí	88,2	92,3	97,7	94,1	95,2	97,8	97,8	97,4	98,6	98,8	99,0
Rio Grande do Norte	95,2	93,4	95,4	98,1	97,3	97,0	97,2	97,1	96,9	96,1	97,5
Sergipe	96,0	97,1	97,2	97,6	98,7	98,7	99,2	99,0	98,2	99,1	98,9
Norte¹	97,3	97,4	98,4	97,7	98,4	98,7	98,4	98,3	98,4	98,3	98,6
Centro-Oeste	98,6	98,5	97,8	98,4	98,3	98,4	98,9	98,9	98,9	99,0	99,2
Sudeste	99,5	99,6	99,7	99,5	99,6	99,6	99,7	99,7	99,6	99,6	99,6
Sul	99,2	99,6	99,6	99,6	99,7	99,7	99,7	99,6	99,6	99,6	99,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Máquina de Lavar – Em 2004, somente 10,2% dos domicílios nordestinos possuíam máquina de lavar roupas, um percentual inferior ao nacional (88,1%) e que representava o menor percentual entre as regiões brasileiras (bem inferior, por exemplo, ao percentual de domicílios do Sudeste que possuíam máquina de lavar – ver Tabela 95). Identifica-se, entre 1995 e 2003, uma razoável trajetória de ampliação na posse domiciliar de máquina de lavar, tanto entre os estados do Nordeste quanto entre as regiões brasileiras. Em 2004, percebe-se uma queda na posse desse bem nas Regiões Norte e Centro-Oeste e nos estados de Alagoas, Maranhão e Pernambuco. No Nordeste, Maranhão e Piauí apresentaram os menores percentuais de domicílios com posse de máquina de lavar roupas. Sergipe e Rio Grande do Norte eram os estados com os maiores percentuais de domicílios proprietários de máquina de lavar na Região Nordeste.

TABELA 95
Porcentagem de domicílios que possuem máquina de lavar

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	24,1	24,3	26,7	30,5	31,7	32,3	32,8	33,7	34,0	34,5	34,9
Nordeste	4,3	4,7	5,7	7,1	8,2	8,7	9,0	9,3	9,7	10,0	10,2
Alagoas	5,7	5,1	5,8	8,5	8,5	10,9	7,2	6,9	7,2	7,8	7,1
Bahia	4,2	5,6	6,1	7,7	9,2	8,9	9,4	9,4	11,0	9,9	10,4
Ceará	3,1	3,5	4,4	4,6	5,4	6,0	6,2	7,6	7,4	7,8	8,4
Maranhão	2,5	3,0	3,7	3,7	4,8	6,2	5,3	5,3	5,0	7,3	6,3
Paraíba	3,4	3,9	6,0	7,6	9,3	10,5	12,3	9,3	9,9	10,8	10,9
Pernambuco	6,2	6,1	7,9	10,4	11,4	11,0	12,6	12,9	12,5	14,4	13,9
Piauí	2,4	1,6	2,1	3,3	4,7	4,6	5,0	5,6	6,1	3,9	6,1
Rio Grande do Norte	5,6	5,7	6,7	8,5	9,5	11,3	12,4	15,6	15,5	13,2	14,2
Sergipe	7,5	6,8	7,4	8,6	8,7	10,1	10,2	9,3	11,0	12,6	14,9
Norte¹	15,3	12,2	17,1	22,4	23,5	21,5	21,4	25,2	22,8	22,7	20,3
Centro-Oeste	27,1	22,7	20,6	23,3	25,5	26,2	25,8	28,1	27,3	29,4	25,9
Sudeste	31,9	32,5	36,2	41,0	42,2	43,0	43,8	44,0	44,7	45,6	46,3
Sul	35,1	36,3	38,7	43,5	45,0	45,7	46,2	48,9	48,7	47,9	51,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Freezer – Em 2004, somente 6,7% dos domicílios nordestinos possuíam freezer, um percentual muito inferior ao nacional (17,2%) e que representava o menor percentual entre as regiões brasileiras (bem inferior, por exemplo, ao percentual de domicílios do Sul que possuíam freezer – ver Tabela 96). Identifica-se, entre 1995 e 1998, uma razoável trajetória de ampliação na posse domiciliar de freezer, tanto entre os estados do Nordeste quanto entre as regiões brasileiras. Entre 1999 e 2004, percebe-se tendência não-linear de queda na posse desse bem nas regiões brasileiras e nos estados do Nordeste. Ceará e Alagoas apresentaram os menores percentuais de domicílios com posse de freezer na Região Nordeste. Rio Grande do Norte e Pernambuco eram os estados com os maiores percentuais de domicílios proprietários de freezer no Nordeste.

TABELA 96
Porcentagem de domicílios que possuem freezer

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil	12,3	13,0	15,4	18,1	18,8	19,7	19,6	18,8	18,5	17,7	17,2
Nordeste	4,0	4,3	5,1	6,5	7,0	7,2	7,7	7,1	7,5	7,1	6,7
Alagoas	5,7	6,1	6,3	7,2	8,7	8,8	8,7	6,7	6,0	6,3	5,5
Bahia	3,7	5,0	5,5	7,0	7,0	7,6	7,9	7,7	8,3	7,0	6,9
Ceará	3,4	3,1	4,5	5,4	5,6	5,8	5,9	5,5	5,9	5,8	5,3
Maranhão	3,3	3,4	4,7	5,8	5,9	6,6	7,3	6,7	7,5	7,7	6,6
Paraíba	3,6	4,0	5,1	5,6	8,0	7,5	9,2	6,4	6,3	7,0	6,1
Pernambuco	4,3	4,4	5,3	7,4	7,7	8,3	7,9	7,8	8,1	8,3	7,6
Piauí	4,7	3,3	3,5	5,1	6,3	5,8	6,7	6,7	8,4	6,4	6,8
Rio Grande do Norte	4,6	4,3	5,8	6,7	8,2	7,4	10,0	7,7	8,8	8,6	8,8
Sergipe	4,6	4,2	4,3	6,7	6,5	7,0	8,1	7,7	7,0	6,9	5,8
Norte¹	10,2	10,7	15,3	16,7	17,0	18,4	17,9	15,9	16,7	15,1	14,0
Centro-Oeste	14,3	15,3	17,3	19,8	20,1	21,7	21,0	19,3	19,3	19,2	18,8
Sudeste	12,1	12,6	15,4	19,1	20,0	21,0	20,9	19,8	18,8	17,7	17,3
Sul	26,0	27,4	31,1	33,0	34,2	35,1	35,1	35,1	35,0	34,5	33,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Os estados da região Norte, exceto o estado de Tocantins, referem-se apenas a área urbana entre 1992 e 2003. Em 2004 a área rural desses estados passou a integrar a amostra da PNAD.

Telefone Celular – Em 2004, 30,5% dos domicílios nordestinos possuíam telefone celular, um percentual inferior ao nacional (48,3%) e que representava o menor percentual entre as regiões brasileiras (bem inferior, por exemplo, ao percentual de domicílios do Sudeste que possuíam telefone celular – ver Tabela 97). Identifica-se, entre 2001 e 2004, uma clara tendência à ampliação da posse domiciliar de telefone celular, tanto entre os estados do Nordeste quanto entre as regiões brasileiras: essa elevação da posse de telefones celulares pode ser um dos fatores a explicar a queda ligeiramente generalizada na posse telefone fixo (pode estar havendo uma substituição parcial de telefones fixos por linhas de celulares). Entre os estados nordestinos, Maranhão e Piauí apresentaram os menores percentuais de domicílios com posse de telefone celular. Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte eram os estados com os maiores percentuais de domicílios proprietários de telefone celular na Região Nordeste.

TABELA 97
Porcentagem de domicílios que possuem telefone celular

	2001	2002	2003	2004
Brasil	31,1	34,7	38,6	48,3
Nordeste	18,2	20,6	23,3	30,5
Alagoas	17,5	19,9	20,5	27,0
Bahia	15,8	18,5	19,9	26,3
Ceará	15,2	19,7	23,3	32,3
Maranhão	14,7	14,3	17,8	23,8
Paraíba	18,0	22,0	24,5	33,6
Pernambuco	27,5	28,9	32,0	38,0
Piauí	11,4	13,0	15,7	21,4
Rio Grande do Norte	21,7	24,1	29,6	37,9
Sergipe	23,2	26,0	30,0	39,5
Norte	26,2	29,2	34,6	43,4
Centro-Oeste	33,9	40,4	46,4	58,8
Sudeste	36,2	39,6	43,2	53,2
Sul	37,5	42,2	47,7	59,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

5. O SETOR PÚBLICO NOS ESTADOS DO NORDESTE: ESTRUTURA GERAL DAS RECEITAS E DESPESAS POR FUNÇÃO

O setor público, como já foi visto anteriormente, tem para todos os estados do Nordeste uma importância que está longe de ser desprezível: a administração pública tem pesos relativamente elevados nos valores adicionados em cada economia estadual (seção 1) e é um grande empregador (especialmente dos empregos ditos formais, conforme seção 3, item 3.2). Portanto, em uma radiografia sócio-econômica da Região Nordeste não poderia faltar dados e comentários sobre a estrutura do gasto público, o perfil da dívida pública e sobre as transferências voluntárias feitas pelo Governo Federal nos últimos anos. Optou-se por coletar e analisar as informações desagregadas por estado, podendo-se, com isso, identificar os diferentes padrões de gasto público entre os estados nordestinos, bem como os volumes diferenciados de recursos financeiros disponíveis.

5.1. Balanços orçamentários resumidos por estado

Alagoas

Entre 1995 e 2005, a receita total do governo do Estado de Alagoas saiu de R\$ 741 milhões para R\$ 2,969 bilhões, o que significou um crescimento nominal de mais de 300% em uma década (Tabelas 98 e 99). Observa-se que as receitas do governo de

Alagoas têm crescido, ininterruptamente, desde 2001. A receita com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representava 36,3% da receita total em 1995, passando para 33,18%, o que, em uma década, atesta uma relativa estabilidade do peso da arrecadação de ICMS nas receitas estaduais. As transferências constitucionais referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) perderam peso relativo dentro das receitas globais do Estado de Alagoas: em 1995, representavam 43,35% das receitas totais, caindo para 35,63% em 2005 (ainda assim, são maiores do que todas as receitas tributárias, o que atesta a dependência das finanças públicas estaduais frente às transferências de recursos da União).

Com relação às despesas, constata-se uma volumosa expansão entre 1995 e 2005: crescimento nominal também superior a 300% (Tabelas 98 e 99). As despesas com pessoal, que representavam 59,14% das despesas totais do governo de Alagoas em 1995, retraíram-se para 47,85% em 2005. Os investimentos, por sua vez, representavam apenas 3,44% das despesas totais do Estado, expandindo-se para 12,31% em 2005. Nesse mesmo período, as despesas com juros e encargos da dívida variaram de 7,42% do total das despesas (em 1995) para 5,24% em 2005. Entre 1995 e 2005, o Estado de Alagoas apresentou resultado primário (diferença entre o total das receitas obtidas e o total das despesas realizadas pelo Governo do Estado em um determinado exercício) deficitário seis vezes, sendo que, desde 2003, os déficits persistem.

As Tabelas 100 e 101 mostram as despesas desagregadas por funções, permitindo identificar quais são as áreas que mais recursos receberam do governo estadual. Entre 1995 e 2000, “Administração e Planejamento” foi a função que mais recursos recebeu, vindo em seguida a função “Educação e Cultura”. Nesse mesmo período, funções como “Agricultura”, “Habitação e Urbanismo” e “Indústria, Comércio e Serviços” nunca representaram, cada uma, mais do que 10% das despesas totais em cada ano. Já no período 2002 a 2005, percebe-se que a soma dos valores das funções “Urbanismo”, “Habitação” e “Saneamento” nunca atingiram o peso de 10% das despesas totais realizadas em cada ano. Observou-se, na seção 5, item 5.4, que o Estado de Alagoas ainda apresenta péssimos indicadores no acesso domiciliar a serviços de saneamento básico, o que torna o percentual (inferior a 10%) das despesas públicas alocadas nessa esfera, algo, no mínimo, equivocado. Outras funções que apresentam reduzido peso

dentro das despesas totais do governo estadual (menos de 5% da despesa total) são, por exemplo, “Trabalho”, “Ciência e Tecnologia”, “Desporto e Lazer”.

TABELA 98
Balço Orçamentário Resumido do Estado de Alagoas
1995 a 1999 (em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
I - RECEITA TOTAL	741.028	1.276.808	1.082.233	1.185.856	1.190.358
I.A - RECEITA CORRENTE	671.021	824.369	867.899	1.069.203	1.148.388
I.A.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	284.727	347.797	405.198	445.601	450.742
I.A.1.1 - ICMS	269.067	330.483	382.907	423.403	423.890
I.A.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	365.939	399.351	456.997	600.798	578.955
I.A.2.1 - FPE	321.235	363.425	407.873	454.298	503.151
I.A.3 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	20.355	77.221	5.704	22.804	118.692
I.B - RECEITA DE CAPITAL	70.007	452.439	214.334	116.653	41.970
II - DESPESA TOTAL	684.133	1.251.330	825.400	1.007.582	1.292.627
II.A - DESPESA CORRENTE	627.806	1.183.206	772.444	881.793	1.201.573
II.A.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS	404.592	698.925	500.554	515.132	719.018
JUROS E ENCARGOS	50.787	143.605	82.030	61.550	111.835
II.B - DESPESA DE CAPITAL	56.328	68.124	52.957	125.789	91.054
II.B.1 - INVESTIMENTOS E INVERSÕES	23.548	10.196	15.225	70.140	63.982
II.B.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	32.780	57.928	37.732	55.649	27.072
II.B.2.1 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	0	0	0	0	2.629
RESULTADO PRIMÁRIO	49.787	(252.088)	170.013	178.667	(4.723)

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 99
Balço Orçamentário Resumido do Estado de Alagoas
2000 a 2005 (em R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Receitas Correntes	1.427.104.732	1.504.151.335	1.926.165.441	2.136.606.151	2.516.923.116	2.827.145.826
1.1 Receitas Próprias	580.953.709	675.446.446	914.656.973	1.175.532.751	1.296.332.516	1.455.795.437
ICMS	517.600.714	584.523.526	665.566.866	787.086.823	949.553.546	985.564.814
IRRF	34.515.381	37.540.692	38.400.233	49.409.565	62.317.626	81.586.038
Outras Receitas Próprias	28.837.614	53.382.228	210.689.874	339.036.363	284.461.344	388.644.586
1.2 Transferências	614.836.907	823.620.519	990.281.990	961.073.400	1.220.590.600	1.331.559.921
FPE	596.238.185	701.672.506	871.578.546	903.363.683	995.759.207	1.058.235.863
Outras Transferências	18.598.722	121.948.013	118.703.443	57.709.717	224.831.393	273.324.058
2. Receitas de Capital	7.035.017	48.087.987	488.863.726	167.840.475	90.808.626	142.787.082
Operações de Crédito	2.000.000	5.688.000	120.178.872	12.023.989	9.952.870	947.219
Alienação de Bens	21.221	5.465	78.270	117.753	505.007	283.471
Outras Receitas de Capital	5.013.796	42.394.522	368.606.583	155.698.733	80.350.748	141.556.392
Total das Receitas (1+2)	1.434.139.749	1.552.239.322	2.415.029.167	2.304.446.626	2.607.731.741	2.969.932.908
3. Despesas Correntes	1.328.293.268	1.191.777.459	1.852.215.843	2.046.102.954	2.320.161.023	2.523.293.770
3.1 Despesas com Pessoal	720.724.724	715.228.183	945.125.905	1.130.130.891	1.190.886.512	1.493.095.731
Pessoal Ativo	513.329.771	489.349.317	591.428.680	670.587.818	831.946.001	957.019.275
Inativos e Pensionistas	196.732.888	191.659.614	262.016.408	353.241.702	308.238.747	470.711.305
Outras despesas com pessoal	10.662.065	34.219.252	91.680.817	106.301.371	50.701.764	65.365.151
3.2 Outras Despesas Correntes	607.568.543	476.549.276	907.089.938	915.972.063	1.129.274.511	1.030.198.039
Juros Pagos	105.711.921	103.840.331	170.639.287	132.874.161	151.522.429	163.767.499
Demais Despesas Correntes	501.856.623	372.708.946	736.450.651	783.097.902	977.752.082	866.430.540
4. Despesas de Capital	169.542.535	257.942.113	436.510.020	323.926.890	327.536.459	597.055.662
Investimentos	128.147.488	201.484.550	229.798.141	209.858.582	204.646.352	384.123.548
Amortizações Pagas	0	55.640.863	206.711.879	112.496.542	120.590.840	212.292.114
Outras Despesas de Capital	41.395.047	816.700	0	1.571.767	2.299.266	640.000
Total das Despesas (3+4)	1.497.835.802	1.449.719.572	2.288.725.863	2.370.029.844	2.647.697.481	3.120.349.432
Superávit	0	102.519.750	126.303.305	0	0	0
Déficit	63.696.053	0	0	65.583.218	39.965.740	150.416.524
Total	1.497.835.802	1.552.239.322	2.415.029.167	2.370.029.844	2.647.697.481	3.120.349.432

Fonte: Balços Orçamentários do Estado de Alagoas

TABELA 100
Despesas por Função
Estado de Alagoas
1995 a 2000 (em R\$ mil)

DESPESA POR FUNÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	684.133	1.251.330	825.400	1.007.582	1.292.627	1.497.836
LEGISLATIVA	29.966	82.598	83.001	83.270	84.458	86.145
JUDICIÁRIA	53.873	79.916	98.478	100.017	98.783	108.614
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	202.871	578.031	304.075	318.815	330.191	389.678
AGRICULTURA	18.565	22.337	9.805	13.648	18.069	19.211
COMUNICAÇÃO	7.150	10.233	3.964	4.489	4.154	6.619
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	51.158	94.093	85.633	105.639	135.964	161.124
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	514	0	0	0	0	0
EDUCAÇÃO E CULTURA	136.282	154.868	118.740	179.524	227.597	260.971
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	0	0	0	0	0	0
HABITAÇÃO E URBANISMO	5.180	3.615	6.461	2.942	2.555	8.190
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.730	3.653	2.368	1.537	1.682	4.272
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0
SAÚDE E SANEAMENTO	71.121	71.031	16.500	96.321	188.077	237.554
TRABALHO	2.627	3.560	1.131	5.500	3.488	7.179
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	66.411	108.481	95.245	95.878	180.617	185.492
TRANSPORTE	34.686	38.916	0	0	16.991	22.786

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela 101
Despesas por Função
Estado de Alagoas
2002 a 2005 (em R\$)

DESPESA POR FUNÇÃO	2002	2003	2004	2005
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	2.288.725.863	2.370.029.844	2.647.697.481	3.120.349.432
LEGISLATIVA	97.637.594	100.622.542	124.897.739	132.543.131
JUDICIÁRIA	10.779.767	121.504.892	22.690.533	18.808.226
ESSENCIAL À JUSTIÇA	37.080.060	44.586.723	52.034.944	59.329.651
ADMINISTRAÇÃO	471.991.366	479.181.184	638.377.854	717.487.973
DEFESA NACIONAL	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA	210.482.118	232.300.346	267.767.203	326.008.111
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.381.352	17.637.478	6.533.215	5.169.462
PREVIDÊNCIA SOCIAL	194.771.121	218.352.641	239.205.233	248.419.693
SAÚDE	204.582.842	240.967.121	304.882.888	383.239.937
TRABALHO	2.865.010	2.785.107	3.718.422	2.828.960
EDUCAÇÃO	403.776.535	435.481.567	460.036.050	383.674.418
CULTURA	6.104.868	7.387.795	5.612.848	5.341.968
DIREITO DA CIDADANIA	13.964.495	13.219.406	14.203.621	18.103.644
URBANISMO	2.702.977	2.409.514	6.066.711	36.222.089
HABITAÇÃO	508.045	64.986	710.000	127.669
SANEAMENTO	32.965.484	7.356.703	27.721.437	155.475.740
GESTÃO AMBIENTAL	76.145.601	31.249.947	6.273.119	8.548.991
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.737.489	6.828.398	8.353.301	10.875.781
AGRICULTURA	17.384.936	16.000.763	31.776.294	42.220.481
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.361.535	3.028.206	3.312.376	3.946.472
INDÚSTRIA	0	0	520.363	3.154
COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.504.031	4.088.620	11.482.202	4.688.825
COMUNICAÇÕES	5.839.416	6.782.194	11.883.488	15.425.381
ENERGIA	2.947.672	3.547.569	4.684.796	0
TRANSPORTE	49.610.529	120.514.220	118.149.841	151.712.962
DESPORTO E LAZER	551.681	1.163.086	2.254.279	2.490.778
ENCARGOS ESPECIAIS	419.049.340	252.968.835	274.548.725	387.655.933

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Bahia

Entre 1995 e 2005, a receita total do governo do Estado da Bahia saiu de R\$ 3,7 bilhões para R\$ 14,4 bilhões, o que significou um crescimento nominal de mais de 200% em uma década (Tabelas 102 e 103). Observa-se que as receitas do governo da Bahia têm crescido, ininterruptamente, desde 2001. A receita com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representava 55,90% da receita total em 1995, passando

para 42,31% em 2005. As transferências constitucionais referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), embora tenham perdido peso relativo dentro das receitas globais do Estado da Bahia, mantiveram-se em um percentual próximo: em 1995, representavam 19,55% das receitas totais, caindo para 16,56% em 2005. As receitas tributárias representam, de longe, a categoria mais importante na composição das receitas totais do governo da Bahia, o que atesta a relativa autonomia das finanças públicas estaduais frente às transferências de recursos federais.

Com relação às despesas, constata-se uma volumosa expansão entre 1995 e 2005: crescimento nominal também superior a 200% (Tabelas 102 e 103). As despesas com pessoal, que representavam 37,85% das despesas totais do governo da Bahia em 1995, expandiram-se para 43,85% em 2005. Os investimentos, por sua vez, representavam 13,64% das despesas totais do Estado, reduziram-se para apenas 7,00% em 2005. Nesse mesmo período, as despesas com juros e encargos da dívida variaram de 5,19% do total das despesas (em 1995) para 4,17% em 2005. Entre 1995 e 2005, o Estado da Bahia apresentou resultado primário deficitário sete vezes, sendo que, desde 2004, observa-se consecutivos superávits (entre 1995 e 1999, foram observados déficits para todos os anos).

Nas Tabelas 104 e 105 identifica-se que, entre 1995 e 2000, “Administração e Planejamento” foi a função que mais recursos recebeu, vindo em seguida a função “Educação e Cultura”. Nesse mesmo período, funções como “Agricultura”, “Habitação e Urbanismo” e “Indústria, Comércio e Serviços”, “Trabalho” e “Defesa Nacional e Segurança Pública” nunca representaram, cada uma, mais do que 10% das despesas totais em cada ano. Já no período 2002 a 2005, percebe-se que a soma dos valores das funções “Urbanismo”, “Habitação” e “Saneamento” nunca atingiram o peso de 5% das despesas totais realizadas em cada ano. A função “Segurança Pública” nunca atingiu mais de 8% das despesas totais do Estado. Outras funções que apresentaram reduzido peso dentro das despesas totais do governo estadual (menos de 2% da despesa total) foram, por exemplo, “Assistência Social”, “Cultura”, “Trabalho”, “Ciência e Tecnologia”, “Organização Agrária”, “Desporto e Lazer” e “Energia”.

TABELA 102
Balço Orçamentário Resumido
Estado da Bahia
1995 a 1999 (em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
I - RECEITA TOTAL	3.710.215	4.466.918	7.472.594	8.159.860	6.573.297
I.A - RECEITA CORRENTE	3.295.848	3.974.231	5.209.581	5.413.673	5.633.827
I.A.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	2.149.164	2.644.359	2.727.843	2.865.878	3.182.124
I.A.1.1 - ICMS	2.074.343	2.503.153	2.537.451	2.663.121	2.970.475
I.A.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.046.560	1.241.360	1.945.534	2.111.808	2.127.388
I.A.2.1 - FPE	725.593	821.390	921.380	1.027.700	1.136.441
I.A.3 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	100.124	88.511	536.204	435.987	324.315
I.B - RECEITA DE CAPITAL	414.367	492.687	2.263.014	2.746.187	939.470
II - DESPESA TOTAL	3.994.265	4.647.909	6.327.920	9.034.553	6.793.518
II.A -DESPESA CORRENTE	2.914.514	3.627.789	4.794.864	5.114.174	5.259.416
II.A.1.1 -PESSOAL E ENCARGOS	1.512.002	1.773.208	2.275.199	2.328.050	2.394.001
JUROS E ENCARGOS	207.557	234.695	282.759	344.393	387.307
II.B -DESPESA DE CAPITAL	1.079.751	1.020.120	1.533.056	3.920.379	1.534.102
II.B.1 -INVESTIMENTOS E INVERSÕES	544.842	590.569	1.233.223	2.801.267	1.081.184
II.B.2 -TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	534.909	429.551	299.833	1.119.112	452.917
II.B.2.1 -TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	98	5.202	1.524	8.350	4.977
RESULTADO PRIMÁRIO	(41.479)	(51.362)	(455.444)	(2.511.030)	(161.828)

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 103
Balço Orçamentário Resumido
Estado da Bahia
2000 a 2005 (em R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Receitas Correntes	6.010.634.199	7.755.075.291	9.113.919.805	10.385.146.848	12.522.783.675	13.918.445.955
1.1 Receitas Próprias	3.999.731.349	5.563.156.224	6.337.547.798	8.273.094.001	9.539.059.589	10.339.259.700
ICMS	3.670.291.622	4.187.239.903	4.399.331.906	5.712.366.724	5.890.444.597	6.112.767.150
IRRF	102.775.024	120.941.350	138.405.875	179.897.065	205.258.931	272.116.770
Outras Receitas Próprias	226.664.702	1.254.974.972	1.799.810.018	2.380.830.212	3.443.356.061	3.954.375.780
1.2 Transferências	1.727.840.534	2.180.426.199	2.650.341.540	2.112.052.848	2.983.724.085	3.579.178.310
FPE	1.010.257.998	1.584.816.832	1.667.132.015	1.736.291.310	1.911.708.796	2.392.601.567
Outras Transferências	717.582.537	595.609.367	983.209.525	375.761.538	1.072.015.289	1.186.576.743
2. Receitas de Capital	409.075.282	564.909.328	754.881.686	528.769.503	525.864.823	528.547.311
Operações de Crédito	332.836.342	443.354.362	444.943.782	420.428.805	314.140.013	253.844.558
Alienação de Bens	1.650.326	2.767.627	69.666.506	4.846.115	40.148.884	245.446.846
Outras Receitas de Capital	74.588.614	118.787.339	240.271.398	103.494.583	171.575.926	29.255.907
Total das Receitas (1+2)	6.419.709.481	8.319.984.619	9.868.801.491	10.913.916.351	13.048.648.498	14.446.993.266
3. Despesas Correntes	4.956.412.472	6.766.850.875	7.888.033.742	9.305.827.256	11.121.603.728	12.385.058.830
3.1 Despesas com Pessoal	2.252.025.592	3.815.964.437	4.104.100.570	4.887.666.525	5.643.222.779	6.292.211.182
Pessoal Ativo	1.996.917.515	2.777.906.094	2.252.669.782	2.679.062.288	3.014.298.318	3.509.094.540
Inativos e Pensionistas	4.818.897	709.308.204	872.241.412	1.004.260.347	1.199.040.661	1.379.616.356
Outras despesas com pessoal	250.289.180	328.750.139	979.189.376	1.204.343.890	1.429.883.800	1.403.500.286
3.2 Outras Despesas Correntes	2.704.386.879	2.950.886.438	3.783.933.172	4.418.160.731	5.478.380.949	6.092.847.648
Juros Pagos	426.335.522	448.998.632	475.998.345	624.280.785	568.711.606	598.149.594
Demais Despesas Correntes	2.278.051.357	2.501.887.806	3.307.934.826	3.793.879.946	4.909.669.343	5.494.698.054
4. Despesas de Capital	1.408.683.249	1.697.599.212	1.744.653.028	1.873.108.867	1.840.282.611	1.963.083.982
Investimentos	810.276.051	901.114.318	943.405.732	863.729.711	861.057.129	1.005.243.418
Amortizações Pagas	272.708.305	432.253.920	551.668.560	727.821.729	804.373.552	859.421.348
Outras Despesas de Capital	325.698.893	364.230.973	249.578.736	281.557.427	174.851.930	98.419.216
Total das Despesas (3+4)	6.365.095.721	8.464.450.086	9.632.686.770	11.178.936.124	12.961.886.339	14.348.142.812
Superávit	54.613.760	0	236.114.721	0	86.762.159	98.850.453
Déficit	0	144.465.467	0	265.019.772	0	0
Total	6.419.709.481	8.464.450.086	9.868.801.491	11.178.936.124	13.048.648.498	14.446.993.266

Fonte: Balanços Orçamentários do Estado da Bahia

TABELA 104
Despesas por Função
Estado da Bahia
1995 a 2000 (em R\$ mil)

DESPESA POR FUNÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	3.994.265	4.647.909	6.327.920	9.034.553	6.793.518	6.365.096
LEGISLATIVA	66.488	77.699	94.531	105.033	107.082	113.432
JUDICIÁRIA	193.925	252.484	336.690	399.815	400.208	359.266
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.004.489	1.009.178	1.006.341	3.068.451	1.366.121	2.228.586
AGRICULTURA	115.274	121.014	144.096	158.164	141.843	204.700
COMUNICAÇÃO	2.051	2.172	5.258	6.318	2.458	5.901
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	243.028	346.113	485.866	463.570	485.307	541.770
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	615.360	766.652	808.403	868.178	966.540	0
EDUCAÇÃO E CULTURA	684.307	795.231	1.086.536	1.305.418	1.369.432	1.318.855
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	23.611	33.806	56.628	31.292	37.782	28.080
HABITAÇÃO E URBANISMO	27.654	83.329	197.616	171.286	102.635	212.153
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	35.641	71.605	146.981	200.115	223.326	412.797
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0
SAÚDE E SANEAMENTO	498.523	510.462	727.681	713.600	718.670	676.083
TRABALHO	16.016	26.611	40.976	41.465	37.018	46.297
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	317.457	382.831	588.141	1.079.303	561.981	132.629
TRANSPORTE	150.440	168.724	602.177	422.546	273.116	84.548

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 105
Despesas por Função
Estado da Bahia
2002 a 2005 (em R\$)

DESPESA POR FUNÇÃO	2002	2003	2004	2005
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	9.632.686.770	11.178.936.124	12.961.886.339	14.348.142.812
LEGISLATIVA	164.417.121	197.949.350	238.737.513	270.037.751
JUDICIÁRIA	316.862.456	414.838.152	492.227.370	679.670.864
ESSENCIAL À JUSTIÇA	109.551.784	130.421.348	183.563.753	249.421.919
ADMINISTRAÇÃO	580.262.491	599.169.114	651.797.607	700.292.810
DEFESA NACIONAL	0	0	0	1.242.761.334
SEGURANÇA PÚBLICA	760.588.586	857.568.443	1.019.585.529	0
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA SOCIAL	96.005.220	93.594.703	73.260.156	84.225.127
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.151.130.943	1.466.532.201	1.663.469.161	1.382.021.526
SAÚDE	1.057.696.761	1.357.470.656	2.073.122.959	2.246.508.008
TRABALHO	44.631.077	46.230.158	52.722.852	87.087.841
EDUCAÇÃO	1.518.822.837	1.608.730.521	1.731.897.973	2.045.756.232
CULTURA	63.457.915	79.001.508	80.251.646	113.976.711
DIREITO DA CIDADANIA	138.997.471	125.811.031	124.513.610	176.895.357
URBANISMO	176.223.480	210.910.882	175.418.768	100.288.846
HABITAÇÃO	7.388.064	4.521.834	70.749.084	117.439.914
SANEAMENTO	226.334.533	165.945.046	124.750.042	160.345.006
GESTÃO AMBIENTAL	46.570.597	87.480.255	106.150.052	112.463.446
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	14.773.416	22.865.980	38.914.779	52.259.701
AGRICULTURA	220.183.077	257.054.313	323.871.537	291.821.532
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	7.226.235	8.025.842	3.420.026	6.245.790
INDÚSTRIA	177.655.932	104.828.260	114.276.521	116.020.965
COMÉRCIO E SERVIÇOS	137.243.350	204.106.609	69.275.643	76.213.626
COMUNICAÇÕES	1.418.522	2.290.691	1.866.076	2.669.742
ENERGIA	34.322.321	39.953.554	29.407.449	114.656.263
TRANSPORTE	210.696.271	184.915.277	146.761.596	222.798.972
DESPORTO E LAZER	16.327.917	7.798.192	12.895.237	19.161.037
ENCARGOS ESPECIAIS	2.353.898.391	2.900.922.207	3.358.979.398	3.677.102.491

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Ceará

A receita total do governo do Estado do Ceará, entre 1995 e 2005, saiu de R\$ 1,9 bilhões para R\$ 7,7 bilhões, o que significou um crescimento nominal de mais de 300% em uma década (Tabelas 106 e 107). Observa-se que as receitas do governo do Ceará têm crescido, ininterruptamente, desde 2002. A receita com o Imposto sobre Circulação

de Mercadorias e Serviços (ICMS) representava 49,96% da receita total em 1995, passando para 39,77% em 2005. As transferências constitucionais referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), mantiveram-se praticamente estáveis: em 1995, representavam 29,77% das receitas totais, apresentando uma ligeira queda para 28,22% em 2005. As receitas tributárias representavam a categoria mais importante na composição das receitas totais do governo do Ceará, o que atesta a relativa autonomia das finanças públicas estaduais frente às transferências de recursos federais.

Com relação às despesas, constata-se que as despesas com pessoal, que representavam 31,15% das despesas totais do governo do Ceará em 1995, obtiveram significativa expansão, passando a representar 43,77% em 2005 (Tabelas 106 e 107). Os investimentos, por sua vez, representavam 9,31% das despesas totais do Estado, reduziram-se para 7,10% em 2005. Nesse mesmo período, as despesas com juros e encargos da dívida variaram de 4,86% do total das despesas (em 1995) para 3,44% em 2005. Depois de oito anos consecutivos apresentando déficits no resultado primário, em 2005, o Estado do Ceará apresentou resultado superavitário.

Nas Tabelas 108 e 109 identifica-se que, entre 1995 e 2000, “Administração e Planejamento” foi a função que mais recursos recebeu, vindo em seguida a função “Educação e Cultura”. Nesse mesmo período, funções como “Agricultura”, “Habitação e Urbanismo” e “Indústria, Comércio e Serviços”, “Trabalho” e “Defesa Nacional e Segurança Pública” nunca representaram, cada uma, mais do que 10% das despesas totais em cada ano. Já no período 2002 a 2005, percebe-se que a soma dos valores das funções “Urbanismo”, “Habitação” e “Saneamento” nunca atingiram o peso de 3% das despesas totais realizadas em cada ano. A função “Segurança Pública” nunca atingiu mais de 6% das despesas totais do Estado. Outras funções que apresentaram reduzido peso dentro das despesas totais do governo estadual (menos de 1% da despesa total) foram, por exemplo, “Cultura”, “Trabalho”, “Ciência e Tecnologia”, “Organização Agrária”, “Desporto e Lazer” e “Energia”.

TABELA 106
Balço Orçamentário Resumido
Estado do Ceará
1995 a 1999 (em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
I - RECEITA TOTAL	1.902.585	2.313.284	2.653.844	4.202.939	5.020.334
I.A - RECEITA CORRENTE	1.744.882	2.180.448	2.203.188	2.634.731	3.224.207
I.A.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	985.458	1.226.917	1.302.602	1.414.015	1.601.341
I.A.1.1 - ICMS	950.665	1.182.979	1.242.053	1.344.086	1.526.927
I.A.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	658.785	799.445	843.791	1.003.999	1.061.785
I.A.2.1 - FPE	566.570	640.950	719.320	801.215	887.375
I.A.3 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	100.640	154.086	56.795	216.717	561.080
I.B - RECEITA DE CAPITAL	157.703	132.836	450.656	1.568.208	1.796.127
II - DESPESA TOTAL	1.955.340	2.368.220	2.737.907	3.452.132	4.885.613
II.A - DESPESA CORRENTE	1.547.477	1.973.847	2.060.004	2.375.337	2.541.395
II.A.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS	609.146	700.715	955.273	961.101	1.305.649
JUROS E ENCARGOS	95.010	106.962	118.025	141.818	201.263
II.B - DESPESA DE CAPITAL	407.863	394.373	677.903	1.076.795	2.344.218
II.B.1 - INVESTIMENTOS E INVERSÕES	182.047	118.505	209.088	526.087	488.725
II.B.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	225.816	275.868	468.816	550.708	1.855.492
II.B.2.1 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	0	2.465	123	164	0
RESULTADO PRIMÁRIO	(27.688)	25.906	(168.585)	(493.433)	(898.297)

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 107
Balço Orçamentário Resumido
Estado do Ceará
2000 a 2005 (em R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Receitas Correntes	3.468.407.782	4.556.660.000	5.364.990.867	5.886.070.603	6.461.089.633	7.345.057.330
1.1 Receitas Próprias	2.051.050.387	2.619.143.000	3.087.309.757	3.761.953.445	4.111.420.745	4.423.407.532
ICMS	1.838.435.051	2.089.231.000	2.368.019.661	2.585.224.347	2.930.037.954	3.097.416.554
IRRF	88.807.791	113.137.000	109.572.881	134.228.860	159.268.124	200.600.836
Outras Receitas Próprias	123.807.545	416.775.000	609.717.215	1.042.500.238	1.022.114.668	1.125.390.143
1.2 Transferências	1.175.045.174	1.864.567.000	2.095.935.425	2.124.117.158	2.349.668.888	2.921.560.974
FPE	1.051.546.823	1.237.476.000	1.531.480.296	1.593.204.252	1.756.156.277	2.197.919.614
Outras Transferências	123.498.350	627.091.000	564.455.130	530.912.907	593.512.611	723.641.360
2. Receitas de Capital	330.292.881	372.733.000	524.159.155	532.119.673	473.629.615	442.325.193
Operações de Crédito	193.460.502	117.498.000	217.926.376	273.337.134	243.846.081	267.613.989
Alienação de Bens	629.820	1.360.000	1.069.979	1.800.870	911.675	1.889.478
Outras Receitas de Capital	136.202.558	253.875.000	305.162.800	256.981.669	228.871.859	172.821.726
Total das Receitas (1+2)	3.798.700.663	4.929.393.000	5.889.150.022	6.418.190.276	6.934.719.248	7.787.382.523
3. Despesas Correntes	2.960.301.928	4.058.708.000	4.726.879.956	5.235.869.159	5.848.140.013	6.442.619.905
3.1 Despesas com Pessoal	1.519.828.997	2.035.971.000	2.413.765.320	2.736.602.323	2.997.199.868	3.278.110.566
Pessoal Ativo	1.117.882.193	1.313.847.000	1.271.946.302	1.421.675.883	1.596.407.960	1.728.275.540
Inativos e Pensionistas	397.446.104	546.721.000	592.434.972	693.792.130	796.676.209	883.791.854
Outras despesas com pessoal	4.500.700	175.403.000	549.384.046	621.134.310	604.115.699	666.043.171
3.2 Outras Despesas Correntes	1.440.472.930	2.022.737.000	2.313.114.636	2.499.266.836	2.850.940.145	3.164.509.340
Juros Pagos	217.221.439	250.325.000	295.313.329	305.443.145	280.224.264	257.697.088
Demais Despesas Correntes	1.223.251.491	1.772.412.000	2.017.801.307	2.193.823.691	2.570.715.881	2.906.812.252
4. Despesas de Capital	982.153.471	1.197.077.000	1.500.362.774	1.334.283.949	1.134.537.879	1.046.435.579
Investimentos	489.743.673	631.733.000	753.823.422	627.152.391	663.769.806	532.027.126
Amortizações Pagas	213.572.265	255.633.000	368.504.103	382.404.662	379.575.957	420.073.516
Outras Despesas de Capital	278.837.533	309.711.000	378.035.249	324.726.896	91.192.116	94.334.936
Total das Despesas (3+4)	3.942.455.398	5.255.785.000	6.227.242.729	6.570.153.108	6.982.677.892	7.489.055.484
Superávit	0	0	0	0	0	298.327.039
Déficit	143.754.735	326.392.000	338.092.707	151.962.832	47.958.644	0
Total	3.942.455.398	5.255.785.000	6.227.242.729	6.570.153.108	6.982.677.892	7.787.382.523

Fonte: Balanços Orçamentários do Estado do Ceará

TABELA 108
Despesas por Função
Estado do Ceará
1995 a 2000 (em R\$ mil)

DESPESA POR FUNÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	1.955.340	2.368.220	2.737.907	3.452.132	4.885.613	3.942.455
LEGISLATIVA	46.896	7.676	30.975	37.818	39.679	82.866
JUDICIÁRIA	106.487	1.532	98.974	122.953	127.149	196.275
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	437.686	1.490.437	1.016.628	995.039	2.626.086	1.188.564
AGRICULTURA	47.708	2.917	53.900	92.307	62.273	86.718
COMUNICAÇÃO	285	157	4.735	3.836	3.484	5.274
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	98.083	3.043	144.949	175.130	183.252	203.612
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	263.269	445	2.466	714	1.099	0
EDUCAÇÃO E CULTURA	342.067	292.589	439.981	597.194	609.084	763.584
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	24.074	25.801	54.452	127.739	83.643	1.007
HABITAÇÃO E URBANISMO	18.705	17.037	28.895	56.311	76.561	80.194
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	74.631	113.316	160.005	202.428	264.748	310.341
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0
SAÚDE E SANEAMENTO	184.258	98.789	213.059	215.451	102.246	276.388
TRABALHO	13.055	0	32.489	33.752	24.276	22.990
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	240.941	260.201	299.978	504.530	488.457	526.956
TRANSPORTE	57.195	54.278	156.422	286.930	193.575	197.686

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 109
Despesas por Função
Estado do Ceará
2002 a 2005 (em R\$)

DESPESA POR FUNÇÃO	2002	2003	2004	2005
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	6.227.242.729	6.570.153.108	6.982.677.892	7.489.055.484
LEGISLATIVA	110.479.007	126.182.505	139.396.707	156.468.625
JUDICIÁRIA	200.374.931	238.568.455	236.846.329	274.507.980
ESSENCIAL À JUSTIÇA	56.636.220	62.530.689	77.754.951	87.857.389
ADMINISTRAÇÃO	322.800.406	326.355.762	438.320.147	509.431.618
DEFESA NACIONAL	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA	295.451.932	304.681.185	333.876.506	388.845.574
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA SOCIAL	108.507.575	108.473.071	131.842.505	120.535.511
PREVIDÊNCIA SOCIAL	823.513.334	1.017.763.019	1.116.309.297	1.234.324.300
SAÚDE	561.934.685	603.506.595	693.044.621	723.363.702
TRABALHO	15.916.736	15.932.486	23.568.041	25.049.719
EDUCAÇÃO	1.245.146.631	1.318.390.482	1.371.341.999	1.511.773.716
CULTURA	57.077.638	16.153.346	24.014.589	40.200.504
DIREITO DA CIDADANIA	12.544.589	12.988.240	53.088.072	65.861.012
URBANISMO	116.815.696	83.780.536	64.587.681	9.388.515
HABITAÇÃO	22.493.709	8.889.199	13.028.747	23.481.783
SANEAMENTO	29.277.474	28.028.304	83.680.603	104.010.553
GESTÃO AMBIENTAL	208.143.768	271.589.241	239.938.613	123.626.288
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	15.639.605	34.608.261	49.177.522	69.288.217
AGRICULTURA	78.879.544	83.643.786	118.338.882	158.478.683
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	9.473.837	8.465.755	5.756.935	6.284.035
INDÚSTRIA	379.828.759	326.631.998	86.157.671	92.337.997
COMÉRCIO E SERVIÇOS	14.853.318	13.136.528	15.444.316	23.428.131
COMUNICAÇÕES	7.163.989	4.413.262	5.217.000	0
ENERGIA	13.597.256	652.678	506.926	661.387
TRANSPORTE	149.040.455	134.421.978	152.619.159	162.151.995
DESPORTO E LAZER	1.250.361	3.453.187	7.085.592	12.112.250
ENCARGOS ESPECIAIS	1.370.401.274	1.416.912.560	1.501.734.481	1.565.586.000

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Maranhão

A receita total do governo do Estado do Maranhão, entre 1995 e 2005, saiu de R\$ 1,06 bilhões para R\$ 4,38 bilhões, o que significou um crescimento nominal de mais de 300% em uma década (Tabelas 110 e 111). Observa-se que as receitas do governo do Maranhão têm crescido, sem interrupções, desde 1995. A receita com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representava 31,42% da receita total em

1995, passando para 29,46% em 2005. As transferências constitucionais referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) reduziram o seu peso, embora continuem sendo, isoladamente, a fonte de receita mais importante: em 1995, representavam 52,20% das receitas totais, apresentando uma redução para 41,93% em 2005. As transferências correntes (que incluem o FPE), ao longo de período tratado, continuam apresentando volumes maiores do que as receitas tributárias, o que atesta a relativa dependência das finanças públicas estaduais frente às transferências de recursos do governo federal.

Com relação às despesas, constata-se que as despesas com pessoal mantiveram-se praticamente na mesma posição, uma vez que representavam 53,48% das despesas totais do governo do Maranhão em 1995, passando a representar 51,30% em 2005 (Tabelas 110 e 111). Os investimentos, por sua vez, representavam 7,63% das despesas totais do Estado, e se reduziram para apenas 5,02% em 2005. Nesse mesmo período, as despesas com juros e encargos da dívida variaram de 6,29% do total das despesas (em 1995) para 5,82% em 2005. Entre 1995 e 2005, o governo do Estado do Maranhão apresentou, por quatro vezes, déficits no resultado primário; a partir de 2004, contudo, tem-se observado resultados superavitários.

Nas Tabelas 112 e 113 identifica-se que, entre 1995 e 2000, “Administração e Planejamento” foi a função que mais recursos recebeu, vindo em seguida a função “Educação e Cultura”. Nesse mesmo período, funções como “Agricultura”, “Habitação e Urbanismo” e “Indústria, Comércio e Serviços”, “Trabalho” e “Defesa Nacional e Segurança Pública” nunca representaram, cada uma, mais do que 10% das despesas totais em cada ano. Já no período 2002 a 2005, percebe-se que a soma dos valores das funções “Urbanismo”, “Habitação” e “Saneamento” nunca atingiram o peso de 8% das despesas totais realizadas em cada ano. A função “Segurança Pública” nunca atingiu mais de 9% das despesas totais do Estado. Outras funções que apresentaram reduzido peso dentro das despesas totais do governo estadual (menos de 1% da despesa total) foram, por exemplo, “Assistência Social”, “Cultura”, “Trabalho”, “Ciência e Tecnologia”, “Agricultura”, “Organização Agrária”, “Desporto e Lazer”, “Energia”. A função “Transporte” nunca atingiu mais de 5% das despesas totais do Estado.

TABELA 110
Balço Orçamentário Resumido
Estado do Maranhão
1995 a 1999 (em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
I - RECEITA TOTAL	1.067.784	1.425.444	1.509.018	1.630.250	2.167.950
I.A - RECEITA CORRENTE	1.009.648	1.246.351	1.250.972	1.411.296	1.727.400
I.A.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	355.834	466.969	430.008	452.881	487.477
I.A.1.1 - ICMS	335.555	441.464	397.030	426.665	451.486
I.A.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	633.766	724.991	797.981	917.633	1.208.838
I.A.2.1 - FPE	557.404	630.580	707.702	788.253	873.019
I.A.3 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	20.048	54.391	22.983	40.782	31.085
I.B - RECEITA DE CAPITAL	58.136	179.093	258.046	218.954	440.550
II - DESPESA TOTAL	1.039.479	1.419.241	1.239.684	1.387.991	2.121.815
II.A - DESPESA CORRENTE	893.872	1.187.084	1.099.009	1.113.617	1.549.195
II.A.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS	555.996	716.419	646.176	710.735	837.811
JUROS E ENCARGOS	65.462	119.780	145.086	81.671	111.101
II.B - DESPESA DE CAPITAL	145.608	232.157	140.675	274.374	572.620
II.B.1 - INVESTIMENTOS E INVERSÕES	79.404	129.445	95.949	212.031	466.838
II.B.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	66.203	102.711	44.727	62.344	105.782
II.B.2.1 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	203	420	4.371	440	398
RESULTADO PRIMÁRIO	120.068	50.766	278.196	268.856	(180.405)

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 111
Balço Orçamentário Resumido
Estado do Maranhão
2000 a 2005 (em R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Receitas Correntes	2.105.231.682	2.766.227.155	3.265.104.296	3.355.228.972	3.516.313.560	4.362.097.154
1.1 Receitas Próprias	709.423.293	1.153.376.508	1.356.100.253	1.449.423.398	1.554.876.685	2.095.040.730
ICMS	625.401.665	798.496.698	897.073.003	965.388.773	1.050.597.122	1.291.359.896
IRRF	38.755.612	51.968.303	63.976.551	91.149.047	100.965.976	100.658.224
Outras Receitas Próprias	45.266.017	302.911.507	395.050.699	392.885.578	403.313.588	703.022.610
1.2 Transferências	1.339.597.221	1.572.665.754	1.900.671.692	1.905.805.574	1.961.436.875	2.267.056.424
FPE	1.034.534.378	1.217.454.647	1.506.703.249	1.567.428.604	1.468.582.664	1.838.006.495
Outras Transferências	305.062.843	355.211.107	393.968.443	338.376.969	492.854.210	429.049.929
2. Receitas de Capital	540.624.733	105.198.291	132.562.677	97.458.418	29.980.931	21.279.737
Operações de Crédito	73.898.735	35.254.120	30.034.953	50.863.698	11.850.635	5.066.478
Alienação de Bens	397.156.230	807.958	7.804.206	661.490	51.806	2.222.252
Outras Receitas de Capital	69.569.768	69.136.213	94.723.518	45.933.230	18.078.490	13.991.007
Total das Receitas (1+2)	2.645.856.415	2.871.425.447	3.397.666.973	3.452.687.390	3.546.294.491	4.383.376.891
3. Despesas Correntes	1.628.698.743	2.327.345.407	2.708.210.601	3.105.544.337	2.964.443.368	3.317.103.690
3.1 Despesas com Pessoal	842.751.562	1.140.163.517	1.387.843.782	1.599.658.319	1.879.331.533	1.939.537.525
Pessoal Ativo	655.839.712	729.047.246	863.780.696	956.016.688	1.083.619.105	1.232.428.154
Inativos e Pensionistas	168.111.404	283.761.900	319.936.396	355.589.136	395.090.538	429.938.464
Outras despesas com pessoal	18.800.445	127.354.371	204.126.690	288.052.495	400.621.889	277.170.907
3.2 Outras Despesas Correntes	785.947.182	1.187.181.890	1.320.366.818	1.505.886.018	1.085.111.835	1.377.566.165
Juros Pagos	102.488.118	118.362.379	129.877.579	141.071.220	198.209.685	220.099.265
Demais Despesas Correntes	683.459.064	1.068.819.511	1.190.489.240	1.364.814.798	886.902.150	1.157.466.900
4. Despesas de Capital	544.563.430	634.725.482	756.027.449	587.272.773	357.517.401	463.248.691
Investimentos	256.144.952	466.596.165	524.465.094	321.090.167	108.938.512	189.902.281
Amortizações Pagas	287.288.074	162.806.714	223.424.542	261.637.916	244.853.852	271.419.489
Outras Despesas de Capital	1.130.403	5.322.604	8.137.813	4.544.690	3.725.037	1.926.920
Total das Despesas (3+4)	2.173.262.173	2.962.070.890	3.464.238.049	3.692.817.110	3.321.960.770	3.780.352.380
Superávit	472.594.242	0	0	0	224.333.721	603.024.511
Déficit	0	90.645.443	66.571.076	240.129.720	0	0
Total	2.645.856.415	2.962.070.890	3.464.238.049	3.692.817.110	3.546.294.491	4.383.376.891

Fonte: Balanços Orçamentários do Estado do Maranhão

TABELA 112
Despesas por Função
Estado do Maranhão
1995 a 2000 (em R\$ mil)

DESPESA POR FUNÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	1.039.479	1.419.241	1.239.684	1.387.991	2.121.815	2.173.262
LEGISLATIVA	49.426	49.263	55.790	69.499	120.435	72.511
JUDICIÁRIA	87.815	112.881	98.369	125.446	65.944	116.694
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	240.983	388.577	412.618	385.843	986.478	1.172.703
AGRICULTURA	27.660	30.714	26.234	35.983	15.240	7.074
COMUNICAÇÃO	607	93	0	0	0	0
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	65.303	82.389	89.578	99.405	97.157	4.167
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	114.224	167.452	124.665	154.560	160.370	0
EDUCAÇÃO E CULTURA	255.495	323.154	287.123	293.226	350.241	301.164
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	8.598	0	0	0	0	15.832
HABITAÇÃO E URBANISMO	8.823	10.422	31.244	61.237	30.581	51.859
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.855	2.084	2.976	16.071	8.927	49.313
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0
SAÚDE E SANEAMENTO	63.874	68.998	43.501	43.818	66.143	27.792
TRABALHO	78	46.643	8.696	6.400	5.237	9.811
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	79.533	81.800	54.136	78.579	170.411	221.032
TRANSPORTE	31.205	54.771	4.755	17.927	44.651	123.309

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 113
Despesas por Função
Estado do Maranhão
2002 a 2005 (em R\$)

DESPESA POR FUNÇÃO	2002	2003	2004	2005
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	3.464.218.049	3.692.817.110	3.321.960.770	3.780.352.380
LEGISLATIVA	96.047.536,15	95.689.828	144.673.267	176.050.182
JUDICIÁRIA	108.689.790,48	122.333.568	200.110.522	180.952.601
ESSENCIAL À JUSTIÇA	55.279.377,06	69.821.642	96.757.384	113.907.548
ADMINISTRAÇÃO	215.489.198,25	244.561.305	233.119.093	218.406.097
DEFESA NACIONAL	0,00	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA	231.574.643,64	288.103.176	293.398.406	314.976.276
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0	0	0
ASSISTÊNCIA SOCIAL	26.962.396,87	27.711.690	21.055.329	18.671.790
PREVIDÊNCIA SOCIAL	397.283.440,03	468.658.462	562.964.921	619.873.284
SAÚDE	235.108.701,07	259.288.028	182.714.840	328.768.252
TRABALHO	10.963.538,39	7.940.693	2.110.802	4.300.345
EDUCAÇÃO	828.307.512,43	949.044.600	570.376.474	668.407.902
CULTURA	24.859.712,71	34.387.202	25.489.962	26.010.617
DIREITO DA CIDADANIA	9.072.315,63	10.581.185	23.519.778	26.868.139
URBANISMO	66.712.543,75	49.690.592	13.707.602	39.294.934
HABITAÇÃO	5.805.609,37	7.791.676	2.898.944	5.808.931
SANEAMENTO	199.970.929,99	110.180.162	45.646.626	17.016.411
GESTÃO AMBIENTAL	331.229,71	2.608.931	2.696.075	3.233.376
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.101.236,37	20.423.647	6.556.256	11.076.564
AGRICULTURA	24.738.999,54	31.824.194	17.108.076	21.978.934
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.129.208,73	3.278.312	2.775.097	3.777.216
INDÚSTRIA	1.340.401,91	1.970.655	3.324.151	2.981.702
COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.381.855,66	16.275.487	7.226.399	5.292.602
COMUNICAÇÕES	0,00	0	0	0
ENERGIA	31.173.577,85	9.835.932	6.032.073	0
TRANSPORTE	153.888.654,32	83.148.001	29.120.053	47.720.706
DESPORTO E LAZER	2.929.254,17	6.158.422	4.736.884	6.442.589
ENCARGOS ESPECIAIS	714.076.385,38	771.509.718	823.841.755	918.535.378

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Paraíba

A receita total do governo do Estado da Paraíba, entre 1995 e 2005, saiu de R\$ 853 milhões para R\$ 3,7 bilhões, o que significou um crescimento nominal de mais de 300% em uma década (Tabelas 114 e 115). Observa-se que as receitas do governo da Paraíba têm crescido, sem interrupções, desde 2003. A receita com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representava 41,06% da receita total em 1995, passando para 31,45% em 2005. As transferências constitucionais referentes ao Fundo

de Participação dos Estados (FPE) reduziram o seu peso, embora continuem sendo, isoladamente, a fonte de receita mais importante: em 1995, representavam 43,34% das receitas totais, apresentando uma redução para 32,93% em 2005. As transferências correntes (que incluem o FPE), entre 1995 e 2002, apresentaram volumes maiores do que as receitas próprias, o que atesta a relativa dependência das finanças públicas estaduais frente às transferências de recursos do governo federal.

Com relação às despesas, constata-se que as despesas com pessoal ampliaram-se, já que representavam 41,18% das despesas totais do governo da Paraíba em 1995, passando a representar 45,81% em 2005 (Tabelas 114 e 115). Os investimentos, por sua vez, representavam 8,04% das despesas totais do Estado, e se reduziram para apenas 6,39% em 2005. Nesse mesmo período, as despesas com juros e encargos da dívida variaram de 7,73% do total das despesas (em 1995) para 3,72% em 2005. Entre 1995 e 2005, o governo do Estado da Paraíba apresentou, por quatro vezes, déficits no resultado primário; depois de sucessivos déficits entre 2002 e 2004, o governo do Estado da Paraíba obteve resultado primário superavitário em 2005.

Nas Tabelas 116 e 117 identifica-se que, entre 1995 e 2000, “Administração e Planejamento” e “Educação e Cultura” foram as funções que mais recursos receberam. Nesse mesmo período, funções como “Agricultura”, “Energia e Recursos Minerais”, “Habitação e Urbanismo” e “Indústria, Comércio e Serviços”, “Trabalho” e “Defesa Nacional e Segurança Pública” nunca representaram, cada uma, mais do que 10% das despesas totais em cada ano. Já no período 2002 a 2005, percebe-se que a soma dos valores das funções “Urbanismo”, “Habitação” e “Saneamento” nunca atingiram o peso de 3% das despesas totais realizadas em cada ano. A função “Segurança Pública” nunca atingiu mais de 10% das despesas totais do Estado. Outras funções que apresentaram reduzido peso dentro das despesas totais do governo estadual (menos de 1% da despesa total) foram, por exemplo, “Cultura”, “Trabalho”, “Ciência e Tecnologia”, “Organização Agrária”, “Desporto e Lazer”, “Energia”. A função “Transporte” nunca atingiu mais de 3% das despesas totais do Estado.

TABELA 114
Balço Orçamentário Resumido
Estado do Paraíba
1995 a 1999 (em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
I - RECEITA TOTAL	853.201	1.044.605	1.140.152	1.520.380	1.634.899
I.A - RECEITA CORRENTE	824.776	1.044.605	1.138.384	1.489.685	1.591.961
I.A.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	364.082	463.885	511.277	569.004	628.765
I.A.1.1 - ICMS	350.392	447.390	492.639	544.646	601.562
I.A.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	434.747	544.503	593.363	859.298	927.602
I.A.2.1 - FPE	369.790	418.357	469.524	522.965	579.203
I.A.3 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	25.948	36.217	33.744	61.383	35.594
I.B - RECEITA DE CAPITAL	28.425	0	1.769	30.695	42.938
II - DESPESA TOTAL	923.453	1.096.754	1.225.749	1.605.767	1.721.610
II.A - DESPESA CORRENTE	741.496	842.166	1.010.803	1.360.026	1.471.115
II.A.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS	380.367	505.823	514.372	714.061	747.291
JUROS E ENCARGOS	71.442	57.651	67.614	72.048	88.561
II.B - DESPESA DE CAPITAL	181.956	254.588	214.946	245.741	250.495
II.B.1 - INVESTIMENTOS E INVERSÕES	74.304	100.114	71.600	115.991	91.262
II.B.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	107.653	154.474	143.346	129.750	159.233
II.B.2.1 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	360	8.688	0	3.111	1.023
RESULTADO PRIMÁRIO	45.480	60.029	42.481	(8.241)	14.947

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 115
Balço Orçamentário Resumido
Estado do Paraíba
2000 a 2005 (em R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Receitas Correntes	1.874.682.326	2.316.791.261	2.255.131.452	2.592.347.342	2.818.246.427	3.628.938.009
1.1 Receitas Próprias	794.837.816	1.080.248.837	1.008.957.422	1.577.938.309	1.505.789.615	2.098.353.310
ICMS	721.597.061	899.732.702	811.763.436	1.007.196.337	1.011.494.477	1.164.823.181
IRRF	44.444.272	53.814.872	61.303.435	95.083.476	89.518.477	110.117.312
Outras Receitas Próprias	28.796.483	126.701.263	135.890.550	475.658.496	404.776.661	823.412.818
1.2 Transferências	1.036.490.790	1.207.289.969	1.182.618.338	1.014.409.033	1.312.456.811	1.530.584.699
FPE	686.359.713	807.718.291	849.676.306	883.921.202	974.328.160	1.219.421.643
Outras Transferências	350.131.076	399.571.678	332.942.031	130.487.831	338.128.651	311.163.056
2. Receitas de Capital	176.562.569	368.501.143	36.133.138	30.232.805	64.127.477	74.030.109
Operações de Crédito	31.370.181	30.542.632	36.133.138	9.599.320	48.944.035	72.286.936
Alienação de Bens	145.192.388	337.958.511	0	44.170	9.900	414.780
Outras Receitas de Capital	0	0	0	20.589.315	15.173.542	1.328.393
Total das Receitas (1+2)	2.051.244.895	2.685.292.404	2.291.264.590	2.622.580.147	2.882.373.904	3.702.968.119
3. Despesas Correntes	1.570.035.516	1.950.216.221	1.935.751.995	2.501.804.400	2.754.369.550	3.167.174.528
3.1 Despesas com Pessoal	584.860.051	872.320.626	1.163.107.184	1.569.877.355	1.710.641.734	1.661.393.155
Pessoal Ativo	354.294.225	573.612.886	753.215.995	981.019.966	1.126.140.220	1.211.466.438
Inativos e Pensionistas	229.907.451	297.991.021	361.809.201	509.615.953	501.438.216	206.334.217
Outras despesas com pessoal	658.374	716.719	48.081.988	79.241.436	83.063.298	243.592.500
3.2 Outras Despesas Correntes	985.175.465	1.077.895.595	772.644.811	931.927.046	1.043.727.816	1.505.781.373
Juros Pagos	83.410.634	107.768.487	144.585.393	139.775.368	128.115.156	135.003.215
Demais Despesas Correntes	901.764.831	970.127.108	628.059.418	792.151.678	915.612.660	1.370.778.158
4. Despesas de Capital	355.375.687	599.861.265	595.441.138	317.533.718	371.598.961	459.466.407
Investimentos	82.641.656	290.328.754	400.008.721	123.914.610	185.057.231	231.955.888
Amortizações Pagas	94.655.423	92.038.056	128.409.555	153.920.504	178.569.479	204.513.680
Outras Despesas de Capital	178.078.608	217.494.455	67.022.863	39.698.605	7.972.250	22.996.838
Total das Despesas (3+4)	1.925.411.202	2.550.077.486	2.531.193.133	2.819.338.118	3.125.968.510	3.626.640.935
Superávit	125.833.693	135.214.918	0	0	0	76.327.184
Déficit	0	0	239.928.543	196.757.971	243.594.606	0
Total	2.051.244.895	2.685.292.404	2.531.193.133	2.819.338.118	3.125.968.510	3.702.968.119

Fonte: Balços Orçamentários do Estado da Paraíba

TABELA 116
Despesas por Função
Estado da Paraíba
1995 a 2000 (em R\$ mil)

DESPESA POR FUNÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	923.453	1.096.754	1.225.749	1.605.767	1.721.610	1.925.411
LEGISLATIVA	34.323	38.727	42.461	49.355	50.633	51.707
JUDICIÁRIA	49.087	56.903	54.420	75.106	74.551	81.573
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	219.395	202.753	316.469	348.847	372.733	660.813
AGRICULTURA	31.496	81.760	62.703	88.966	90.698	87.832
COMUNICAÇÃO	2.998	5.454	8.680	4.809	7.340	7.730
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	47.046	45.615	8.506	9.955	10.898	115.615
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	95.358	127.667	136.800	154.774	167.220	0
EDUCAÇÃO E CULTURA	180.417	237.397	259.296	379.221	418.458	459.271
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	12.894	17.612	16.519	2.090	1.484	200
HABITAÇÃO E URBANISMO	164	1.065	803	320	232	600
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	17.805	17.054	19.686	39.785	55.051	15.632
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0
SAÚDE E SANEAMENTO	39.530	54.757	71.330	97.137	97.030	152.960
TRABALHO	6.052	10.904	8.077	7.453	5.085	5.859
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	169.008	175.492	199.665	326.375	333.444	237.954
TRANSPORTE	17.880	23.593	20.334	21.574	36.753	47.664

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 117
Despesas por Função
Estado da Paraíba
2002 a 2005 (em R\$)

DESPESA POR FUNÇÃO	2002	2003	2004	2005
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	2.531.193.133	2.819.338.118	3.125.968.510	3.626.640.935
LEGISLATIVA	72.948.187	90.247.294	97.948.217	154.992.265
JUDICIÁRIA	116.988.340	155.481.742	203.773.642	341.372.928
ESSENCIAL À JUSTIÇA	481.913	369.723	0	0
ADMINISTRAÇÃO	249.213.708	299.275.319	296.045.795	314.305.765
DEFESA NACIONAL	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA	165.637.515	256.919.770	258.346.674	280.568.951
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA SOCIAL	44.964.533	42.593.836	74.787.564	90.326.279
PREVIDÊNCIA SOCIAL	287.544.435	406.806.822	464.185.974	359.764.249
SAÚDE	311.988.067	280.788.769	308.534.169	407.025.593
TRABALHO	2.440.234	1.382.422	2.439.556	1.877.543
EDUCAÇÃO	426.231.249	435.732.551	485.391.282	600.063.703
CULTURA	4.096.655	9.162.123	8.166.816	8.851.464
DIREITO DA CIDADANIA	11.141.578	12.122.605	14.482.502	22.204.230
URBANISMO	0	0	13.932.023	13.900.303
HABITAÇÃO	769.252	500.000	1.698.144	2.639.219
SANEAMENTO	0	0	7.550.996	64.797.689
GESTÃO AMBIENTAL	7.943.337	5.645.663	16.479.926	3.915.731
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	931.103	1.740.843	2.105.216	3.565.210
AGRICULTURA	94.167.224	76.045.180	57.186.697	55.585.452
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	6.271.925	0	6.425.892	5.800.888
INDÚSTRIA	288.666	14.191.147	26.262.588	24.964.496
COMÉRCIO E SERVIÇOS	8.875.419	6.567.710	9.047.895	9.964.120
COMUNICAÇÕES	14.547.184	13.155.232	16.165.341	22.612.388
ENERGIA	1.131.980	984.531	1.044.676	1.472.024
TRANSPORTE	61.772.877	28.875.747	53.457.324	57.585.646
DESPORTO E LAZER	43.000	171.235	1.160.143	2.107.062
ENCARGOS ESPECIAIS	640.774.752	680.577.856	699.349.458	776.377.737

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Pernambuco

A receita total do governo do Estado de Pernambuco, entre 1995 e 2005, saiu de R\$ 1,99 bilhões para R\$ 9,47 bilhões, o que significou um crescimento nominal de mais de 350% em uma década (Tabelas 118 e 119). Observa-se que as receitas do governo de Pernambuco têm crescido, sem interrupções, desde 2002. A receita com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representava 59,17% da receita

total em 1995, passando para 40,05% em 2005. As transferências constitucionais referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) reduziram o seu peso: em 1995, representavam 26,58% das receitas totais, passando para 18,53% em 2005. O governo do Estado de Pernambuco depende mais das suas próprias receitas do que de transferências correntes, o que atesta a relativa autonomia das finanças públicas estaduais.

Com relação às despesas, constata-se que as despesas com pessoal reduziram-se proporcionalmente, já que representavam 61,38% das despesas totais do governo de Pernambuco em 1995, passando a representar 51,88% em 2005 (Tabelas 118 e 119). Os investimentos, por sua vez, representavam 6,25% das despesas totais do Estado, e se reduziram para apenas 4,95% em 2005. Nesse mesmo período, as despesas com juros e encargos da dívida variaram de 3,20% do total das despesas (em 1995) para 2,98% em 2005. Entre 1995 e 2005, o governo do Estado de Pernambuco apresentou, por oito vezes, déficits no resultado primário; depois de sucessivos déficits entre 2001 e 2004, o governo do Estado de Pernambuco obteve resultado primário superavitário em 2005.

Nas Tabelas 120 e 121 identifica-se que, entre 1995 e 2000, “Administração e Planejamento”, “Educação e Cultura” e “Planejamento Regional” foram as funções que mais recursos receberam. Nesse mesmo período, funções como “Agricultura”, “Energia e Recursos Minerais”, “Habitação e Urbanismo” e “Indústria, Comércio e Serviços”, “Trabalho” e “Transporte” nunca representaram, cada uma, mais do que 10% das despesas totais em cada ano. Já no período 2002 a 2005, percebe-se que a soma dos valores das funções “Urbanismo”, “Habitação” e “Saneamento” nunca atingiram o peso de 1% das despesas totais realizadas em cada ano. A função “Segurança Pública” nunca atingiu mais de 9% das despesas totais do Estado. Outras funções que apresentaram reduzido peso dentro das despesas totais do governo estadual (menos de 1% da despesa total) foram, por exemplo, “Indústria”, “Comércio e Serviços”, “Cultura”, “Trabalho”, “Ciência e Tecnologia”, “Organização Agrária”, “Desporto e Lazer”, “Energia”. A função “Transporte” nunca atingiu mais de 8% das despesas totais do Estado.

TABELA 118
Balço Orçamentário Resumido
Estado de Pernambuco
1995 a 1999 (em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
I - RECEITA TOTAL	1.996.442	3.045.610	2.756.127	4.496.548	3.628.018
I.A - RECEITA CORRENTE	1.941.218	2.385.705	2.710.014	2.986.350	3.183.735
I.A.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	1.231.275	1.524.122	1.691.248	1.815.957	1.902.041
I.A.1.1 - ICMS	1.181.327	1.450.380	1.592.327	1.701.954	1.776.714
I.A.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	628.187	751.628	892.794	1.060.190	1.147.884
I.A.2.1 - FPE	532.847	602.801	676.525	753.587	834.558
I.A.3 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	81.756	109.955	125.972	110.203	133.810
I.B - RECEITA DE CAPITAL	55.225	659.905	46.113	1.510.198	444.283
II - DESPESA TOTAL	2.163.172	2.747.246	2.829.890	5.075.057	3.535.245
II.A -DESPESA CORRENTE	1.953.069	2.421.813	2.617.452	3.106.518	3.193.563
II.A.1.1 -PESSOAL E ENCARGOS	1.327.802	1.527.987	1.599.803	1.749.304	1.856.546
JUROS E ENCARGOS	69.195	117.885	99.240	120.495	161.224
II.B -DESPESA DE CAPITAL	210.102	325.432	212.438	1.968.539	341.682
II.B.1 -INVESTIMENTOS E INVERSÕES	135.378	225.051	141.314	1.437.559	201.398
II.B.2 -TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	74.724	100.381	71.124	530.980	140.285
II.B.2.1 -TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICIPIOS	2.491	11.475	2.209	7.007	6.535
RESULTADO PRIMÁRIO	(88.373)	(185.049)	21.620	(1.433.403)	(58.409)

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 119
Balço Orçamentário Resumido
Estado de Pernambuco
2000 a 2005 (em R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Receitas Correntes	3.711.626.432	5.368.220.658	6.079.991.025	6.493.872.963	7.679.487.089	9.265.230.161
1.1 Receitas Próprias	2.373.902.151	3.719.311.532	4.211.182.380	4.935.761.592	5.300.426.005	6.693.518.450
ICMS	2.116.784.349	2.365.983.408	2.505.620.937	3.135.393.876	3.219.027.353	3.797.616.273
IRRF	113.974.991	141.347.778	178.728.696	171.106.255	188.987.724	242.236.455
Outras Receitas Próprias	143.142.812	1.211.980.347	1.526.832.747	1.629.261.461	1.892.410.928	2.653.665.722
1.2 Transferências	1.161.620.648	1.512.908.792	1.847.078.718	1.558.111.371	2.379.061.084	2.571.635.023
FPE	988.958.253	1.163.820.032	1.224.276.232	1.273.618.801	1.403.883.808	1.757.032.559
Outras Transferências	172.662.395	349.088.760	622.802.486	284.492.569	975.177.276	814.602.464
2. Receitas de Capital	2.148.970.679	432.766.351	414.221.074	235.473.647	234.698.889	214.738.069
Operações de Crédito	26.103.879	27.906.671	30.682.638	30.739.358	70.537.348	64.253.705
Alienação de Bens	1.852.818.408	79.843.476	15.507.161	926.363	2.878.638	6.044.119
Outras Receitas de Capital	270.048.393	325.016.204	368.031.274	203.807.926	161.282.903	144.440.245
Total das Receitas (1+2)	5.860.597.111	5.800.987.009	6.494.212.098	6.729.346.609	7.914.185.978	9.479.968.230
3. Despesas Correntes	3.678.970.093	5.232.713.303	5.811.446.638	6.217.733.329	7.180.361.948	8.405.799.628
3.1 Despesas com Pessoal	2.022.705.137	3.062.640.471	3.477.580.961	3.683.571.741	4.211.750.920	4.843.035.939
Pessoal Ativo	1.382.467.881	1.427.919.071	1.551.953.257	1.637.923.134	1.811.985.266	2.096.569.357
Inativos e Pensionistas	165.093.946	865.156.613	1.013.893.241	1.076.666.364	1.288.638.946	1.427.251.218
Outras despesas com pessoal	475.143.310	769.564.787	911.734.463	968.982.243	1.111.126.708	1.319.215.365
3.2 Outras Despesas Correntes	1.656.264.956	2.170.072.831	2.333.865.677	2.534.161.588	2.968.611.029	3.562.763.689
Juros Pagos	208.262.714	231.349.092	262.920.444	283.305.643	263.792.520	278.368.162
Demais Despesas Correntes	1.448.002.241	1.938.723.739	2.070.945.232	2.250.855.945	2.704.818.509	3.284.395.527
4. Despesas de Capital	1.002.468.439	1.023.259.168	1.288.100.585	760.107.329	790.797.921	927.826.218
Investimentos	528.906.482	683.644.739	900.725.022	421.086.710	407.647.699	462.051.036
Amortizações Pagas	177.307.983	241.908.577	312.362.897	318.493.624	351.854.893	405.775.519
Outras Despesas de Capital	296.253.974	97.705.851	75.012.665	20.526.995	31.295.328	59.999.663
Total das Despesas (3+4)	4.681.438.532	6.255.972.470	7.099.547.223	6.977.840.658	7.971.159.869	9.333.625.847
Superávit	1.179.158.579	0	0	0	0	146.342.383
Déficit	0	454.985.462	605.335.124	248.494.049	56.973.891	0
Total	5.860.597.111	6.255.972.470	7.099.547.223	6.977.840.658	7.971.159.869	9.479.968.230

Fonte: Balanços Orçamentários do Estado de Pernambuco

TABELA 120
Despesas por Função
Estado de Pernambuco
1995 a 2000 (em R\$ mil)

DESPESA POR FUNÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	2.163.172	2.747.246	2.829.890	5.075.057	3.535.245	4.681.439
LEGISLATIVA	55.139	66.798	80.684	90.423	89.633	103.696
JUDICIÁRIA	120.471	156.908	169.841	212.246	227.300	234.082
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	272.774	546.888	419.815	1.238.968	571.123	3.237.683
AGRICULTURA	57.559	64.468	58.201	165.074	168.163	30.271
COMUNICAÇÃO	3.716	3.704	4.211	4.049	3.507	0
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	225.587	219.019	242.883	316.336	375.349	443.142
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	345.800	432.607	455.089	504.185	520.994	0
EDUCAÇÃO E CULTURA	316.026	335.700	448.771	559.294	525.969	413.795
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	357	65	3	622	3.927	122
HABITAÇÃO E URBANISMO	22.287	19.501	20.916	26.271	23.421	23.823
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	20.063	33.385	51.100	1.009.234	73.687	6.774
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0
SAÚDE E SANEAMENTO	181.096	213.024	212.193	228.348	269.380	118.700
TRABALHO	23.746	36.621	46.579	50.972	23.711	26.309
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	440.322	543.390	570.144	634.439	632.042	26.183
TRANSPORTE	78.228	75.171	49.460	34.596	27.039	16.859

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 121
Despesas por Função
Estado de Pernambuco
2002 a 2005 (em R\$)

DESPESA POR FUNÇÃO	2002	2003	2004	2005
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	7.099.547.223	6.977.840.658	7.971.159.869	9.333.625.847
LEGISLATIVA	148.964.978	163.470.674	184.136.769	223.586.236
JUDICIÁRIA	213.859.806	235.500.750	298.305.369	400.537.374
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO	331.647.013	351.777.863	452.528.507	532.442.884
DEFESA NACIONAL	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA	587.171.599	555.867.280	692.899.467	809.180.408
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA SOCIAL	70.669.558	37.994.881	32.809.166	27.597.889
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.023.562.651	1.098.241.213	1.299.847.745	1.445.150.956
SAÚDE	713.001.699	761.779.170	997.247.635	1.335.477.580
TRABALHO	68.516.757	56.395.615	62.714.032	72.795.051
EDUCAÇÃO	690.714.030	644.606.883	748.174.857	911.438.900
CULTURA	15.675.389	13.029.670	24.145.394	23.653.625
DIREITO DA CIDADANIA	152.873.043	160.182.811	172.795.411	211.947.891
URBANISMO	18.770.345	13.133.743	27.626.429	27.834.892
HABITAÇÃO	28.889.380	7.635.696	6.560.705	12.244.015
SANEAMENTO	11.033.680	1.896.873	9.384.909	419.432
GESTÃO AMBIENTAL	45.655.304	21.286.188	21.441.160	32.171.979
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	22.682.659	25.662.299	8.854.844	18.414.552
AGRICULTURA	92.949.434	76.663.054	120.405.567	129.785.671
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.134.295	252.221	475.076	1.323.526
INDÚSTRIA	10.322.369	9.578.177	10.292.465	14.197.304
COMÉRCIO E SERVIÇOS	37.282.779	25.769.234	32.762.780	41.341.980
COMUNICAÇÕES	3.770.027	2.919.248	622.401	850.387
ENERGIA	272.932	164.237	261.048	232.069
TRANSPORTE	537.515.186	321.472.463	292.457.474	253.967.347
DESPORTE E LAZER	5.696.100	3.636.834	5.713.058	5.162.518
ENCARGOS ESPECIAIS	2.266.916.208	2.388.923.580	2.468.697.601	2.801.871.379

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Piauí

A receita total do governo do Estado do Piauí, entre 1995 e 2005, saiu de R\$ 751 milhões para R\$ 2,75 bilhões, o que significou um crescimento nominal de mais de 250% em uma década (Tabelas 122 e 123). A receita com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representava apenas 29,14% da receita total em 1995, sofreu uma pequena perda de peso relativo, passando para 28,98% em 2005. As transferências constitucionais referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE)

reduziram o seu peso, embora continuem sendo, isoladamente, a fonte de receita mais importante: em 1995, representavam 44,40% das receitas totais, apresentando uma redução para 39,88% em 2005. As transferências correntes (que incluem o FPE), entre 1995 e 2005, apresentaram volumes maiores do que as receitas próprias, o que atesta a relativa dependência das finanças públicas estaduais frente às transferências de recursos da União.

Com relação às despesas, constata-se que as despesas com pessoal reduziram-se, visto que representavam 60,18% das despesas totais do governo do Piauí em 1995, passando a representar 47,59% em 2005 (Tabelas 122 e 123). Os investimentos, por sua vez, representavam 5,30% das despesas totais do Estado, e se ampliaram para 7,12% em 2005. Nesse mesmo período, as despesas com juros e encargos da dívida variaram de 7,14% do total das despesas (em 1995) para 4,36% em 2005. Entre 1995 e 2005, o governo do Estado do Piauí apresentou, por cinco vezes, déficits no resultado primário; depois de sucessivos déficits entre 2001 e 2004, o governo do Estado do Piauí obteve resultado primário superavitário em 2005.

Nas Tabelas 124 e 125 identifica-se que, entre 1995 e 2000, “Administração e Planejamento” e “Educação e Cultura” foram as funções que mais recursos receberam. Nesse mesmo período, funções como “Agricultura”, “Energia e Recursos Minerais”, “Habitação e Urbanismo” e “Indústria, Comércio e Serviços”, “Trabalho” e “Defesa Nacional e Segurança Pública” nunca representaram, cada uma, mais do que 10% das despesas totais em cada ano. Já no período 2002 a 2005, percebe-se que a soma dos valores das funções “Urbanismo”, “Habitação” e “Saneamento” nunca atingiram o peso de 1% das despesas totais realizadas em cada ano. Outras funções que apresentaram reduzido peso dentro das despesas totais do governo estadual (menos de 1% da despesa total) foram, por exemplo, “Cultura”, “Trabalho”, “Ciência e Tecnologia”, “Organização Agrária”, “Desporto e Lazer”, “Energia”, “Indústria”, “Comércio e Serviços”. A função “Transporte” nunca atingiu mais de 3% das despesas totais do Estado.

TABELA 122
Balço Orçamentário Resumido do
Estado do Piauí
1995 a 1999 (em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
I - RECEITA TOTAL	751.481	918.902	1.101.698	1.098.151	1.203.773
I.A - RECEITA CORRENTE	677.182	814.323	952.417	1.016.668	1.117.884
I.A.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	236.750	309.722	342.217	362.341	386.083
I.A.1.1 - ICMS	219.047	281.135	305.512	320.629	340.620
I.A.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	433.892	500.954	529.872	592.690	659.357
I.A.2.1 - FPE	333.707	377.517	424.173	471.912	522.874
I.A.3 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	6.540	3.648	80.328	61.637	72.445
I.B - RECEITA DE CAPITAL	74.299	104.580	149.280	81.482	85.889
II - DESPESA TOTAL	843.796	951.945	1.061.608	1.109.807	1.180.159
II.A - DESPESA CORRENTE	776.218	850.156	959.584	967.186	1.076.766
II.A.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS	507.839	528.272	602.998	604.747	633.623
JUROS E ENCARGOS	60.285	84.880	69.917	67.477	62.667
II.B - DESPESA DE CAPITAL	67.578	101.789	102.024	142.621	103.393
II.B.1 - INVESTIMENTOS E INVERSÕES	44.786	52.602	64.132	106.101	53.284
II.B.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.792	49.187	37.892	36.521	50.109
II.B.2.1 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	53	431	869	3.914	510
RESULTADO PRIMÁRIO	(60.996)	18.831	25.993	43.576	71.195

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 123
Balço Orçamentário Resumido
Estado do Piauí
2000 a 2005 (em R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Receitas Correntes	1.225.245.988	1.496.351.971	1.636.378.331	1.593.095.380	2.123.543.788	2.687.390.665
1.1 Receitas Próprias	483.843.394	589.640.132	587.281.151	687.996.378	1.108.665.825	1.218.893.872
ICMS	426.821.065	467.972.606	479.957.707	458.021.271	674.805.354	799.432.634
IRRF	29.588.991	30.947.651	51.462	219.351	49.648.570	42.948.524
Outras Receitas Próprias	27.433.338	90.719.875	107.271.983	229.755.757	384.211.901	376.512.713
1.2 Transferências	731.297.350	841.906.098	934.607.345	905.099.002	1.014.877.963	1.468.249.272
FPE	619.356.192	619.537.420	766.729.560	846.080.373	879.212.702	1.100.379.772
Outras Transferências	111.941.158	222.368.678	167.877.784	59.018.629	135.665.261	367.869.500
2. Receitas de Capital	224.638.823	51.637.413	75.275.393	35.109.181	87.904.264	71.155.472
Operações de Crédito	163.537.074	16.641.267	18.065.802	13.046.392	32.474.465	29.740.682
Alienação de Bens	30.219.788	40.850	86.786	461.080	246.720	5.585.223
Outras Receitas de Capital	30.881.961	34.955.296	57.122.805	21.601.710	55.183.079	35.829.567
Total das Receitas (1+2)	1.449.884.811	1.547.989.384	1.711.653.723	1.628.204.562	2.211.448.052	2.758.546.137
3. Despesas Correntes	1.067.035.363	1.339.615.766	1.610.753.936	1.859.494.964	2.173.139.514	2.267.560.930
3.1 Despesas com Pessoal	587.668.754	756.151.683	932.408.746	1.109.473.854	1.255.258.745	1.232.467.119
Pessoal Ativo	398.866.154	477.977.436	601.702.588	729.495.918	793.732.205	843.631.350
Inativos e Pensionistas	153.993.492	214.463.672	256.939.046	317.725.622	356.572.423	258.717.514
Outras despesas com pessoal	34.809.109	63.710.575	73.767.112	62.252.313	104.954.117	130.118.255
3.2 Outras Despesas Correntes	479.366.608	583.464.083	678.345.190	750.021.111	917.880.769	1.035.093.811
Juros Pagos	92.324.611	88.522.388	81.276.136	97.805.982	145.255.017	112.865.262
Demais Despesas Correntes	387.041.997	494.941.695	597.069.054	652.215.129	772.625.752	922.228.549
4. Despesas de Capital	170.138.082	230.387.584	276.241.239	173.182.614	240.078.665	321.967.958
Investimentos	34.059.574	114.138.709	92.931.897	52.726.024	108.796.971	184.522.002
Amortizações Pagas	69.239.512	115.947.900	178.048.684	115.174.070	124.183.011	112.409.349
Outras Despesas de Capital	66.838.995	300.975	5.260.658	5.282.520	7.098.683	25.036.608
Total das Despesas (3+4)	1.237.173.444	1.570.003.350	1.886.995.175	2.032.677.578	2.413.218.179	2.589.528.888
Superávit	212.711.367	0	0	0	0	169.017.249
Déficit	0	22.013.966	175.341.452	404.473.017	201.770.127	0
Total	1.449.884.811	1.570.003.350	1.886.995.175	2.032.677.578	2.413.218.179	2.758.546.137

Fonte: Balanços Orçamentários do Estado do Piauí

TABELA 124
Despesas por Função
Estado do Piauí
1995 a 2000 (em R\$ mil)

DESPESA POR FUNÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	843.796	951.945	1.061.608	1.109.807	1.180.159	1.237.173
LEGISLATIVA	52.843	57.069	61.553	66.741	61.521	63.254
JUDICIÁRIA	83.526	89.069	96.430	103.536	107.328	109.468
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	220.946	256.496	287.663	231.955	223.339	486.304
AGRICULTURA	26.920	18.986	14.984	39.689	24.131	13.581
COMUNICAÇÃO	362	419	587	807	352	7.770
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	74.010	75.615	82.142	93.545	103.070	106.227
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	67.958	70.447	91.747	82.408	98.120	0
EDUCAÇÃO E CULTURA	152.142	192.850	171.192	190.343	276.886	264.204
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	0	0	0	2.979	396	102
HABITAÇÃO E URBANISMO	0	6.791	825	311	507	1.331
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	7.118	7.107	7.402	11.820	5.614	750
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0
SAÚDE E SANEAMENTO	100.863	108.584	93.986	103.973	108.721	121.306
TRABALHO	331	158	705	347	153	0
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	45.905	55.564	123.499	137.463	139.645	62.876
TRANSPORTE	10.872	12.788	28.895	43.891	30.377	0

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 125
Despesas por Função
Estado do Piauí
2002 a 2005 (em R\$)

DESPESA POR FUNÇÃO	2002	2003	2004	2005
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	1.886.995.145	2.032.677.578	2.413.218.179	2.589.528.888
LEGISLATIVA	64.976.992	77.725.851	67.003.492	100.596.615
JUDICIÁRIA	141.441.430	173.072.957	122.148.836	150.759.322
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0	0	68.618	7.511.867
ADMINISTRAÇÃO	240.600.055	180.101.668	816.644.266	247.499.296
DEFESA NACIONAL	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA	192.764.457	211.397.946	2.292.297	197.700.521
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA SOCIAL	75.838.848	50.302.774	5.557.274	43.184.971
PREVIDÊNCIA SOCIAL	50.381.818	127.490.043	199.221.399	184.350.440
SAÚDE	174.086.766	216.855.882	163.333.817	356.349.235
TRABALHO	0	2.246.438	665.933	8.115.137
EDUCAÇÃO	425.683.540	525.226.748	459.796.976	558.665.244
CULTURA	4.862.093	5.143.627	1.058.427	8.403.419
DIREITO DA CIDADANIA	4.137.367	2.741.584	3.213.917	23.750.680
URBANISMO	4.823.326	1.545.991	523.156	1.353.111
HABITAÇÃO	0	0	0	0
SANEAMENTO	1.989.463	127.651	4.181.331	13.085.753
GESTÃO AMBIENTAL	360.966	761.451	2.776.966	49.110.855
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	792.009	2.032.596	1.747.595	2.629.700
AGRICULTURA	43.675.335	29.099.427	45.708.168	58.564.342
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.118.618	2.245.644	1.497.110	3.727.127
INDÚSTRIA	33.642	34.846	89.404	342.500
COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.660.877	4.225.131	404.718	6.579.671
COMUNICAÇÕES	17.528.589	9.708.057	0	15.989.713
ENERGIA	200.000	0	0	0
TRANSPORTE	18.775.016	37.794.774	31.975.193	68.799.979
DESPORTO E LAZER	1.721.181	746.571	610.937	6.128.644
ENCARGOS ESPECIAIS	415.542.758	372.049.923	482.698.349	476.330.743

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Rio Grande do Norte

A receita total do governo do Estado do Rio Grande do Norte, entre 1995 e 2005, saiu de R\$ 728 milhões para R\$ 3,94 bilhões, o que significou um crescimento nominal de mais de 400% em uma década (Tabelas 126 e 127). A receita com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representava 40,32% da receita total em 1995, e sofreu uma pequena perda de peso relativo, passando para 36,36% em 2005. As transferências constitucionais referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE)

reduziram o seu peso: em 1995, representavam 44,31% das receitas totais, apresentando uma redução para 26,95% em 2005. As transferências correntes (que incluem o FPE), entre 1995 e 2005, apresentaram volumes próximos dos volumes correspondentes às receitas próprias, o que atesta uma suave dependência das finanças públicas estaduais frente às transferências de recursos da União.

Com relação às despesas, constata-se que as despesas com pessoal reduziram-se, visto que representavam 58,91% das despesas totais do governo do Rio Grande do Norte em 1995, passando a representar 47,47% em 2005 (Tabelas 126 e 127). Os investimentos, por sua vez, representavam 8,26% das despesas totais do Estado, e se reduziram para 7,50% em 2005. Nesse mesmo período, as despesas com juros e encargos da dívida variaram de 1,41% do total das despesas (em 1995) para 1,58% em 2005. Entre 1995 e 2005, o governo do Estado do Rio Grande do Norte somente apresentou resultado primário superavitário em 2000 e em 2005.

Nas Tabelas 128 e 129 identifica-se que, entre 1995 e 2000, “Administração e Planejamento”, “Educação e Cultura” e “Saúde e Saneamento” foram as funções que mais recursos receberam. Nesse mesmo período, funções como “Agricultura”, “Energia e Recursos Minerais”, “Habitação e Urbanismo” e “Indústria, Comércio e Serviços”, “Trabalho” e “Defesa Nacional e Segurança Pública” nunca representaram, cada uma, mais do que 10% das despesas totais em cada ano. Já no período 2002 a 2005, percebe-se que a soma dos valores das funções “Urbanismo”, “Habitação” e “Saneamento” nunca atingiram o peso de 1% das despesas totais realizadas em cada ano. Outras funções que apresentaram reduzido peso dentro das despesas totais do governo estadual (menos de 1% da despesa total) foram, por exemplo, “Cultura”, “Trabalho”, “Ciência e Tecnologia”, “Organização Agrária”, “Desporto e Lazer”, “Energia” e “Comércio e Serviços”. A função “Transporte” nunca atingiu mais de 5% das despesas totais do Estado.

TABELA 126
Balço Orçamentário Resumido
Estado do Rio Grande do Norte
1995 a 1999 (em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
I - RECEITA TOTAL	728.053	962.365	1.812.318	1.435.257	1.768.627
I.A - RECEITA CORRENTE	718.240	906.758	1.054.380	1.384.539	1.561.943
I.A.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	313.690	403.430	485.745	545.111	669.907
I.A.1.1 - ICMS	293.563	381.445	459.312	512.532	613.100
I.A.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	389.449	475.166	531.353	724.931	830.424
I.A.2.1 - FPE	322.626	364.980	409.619	456.241	505.304
I.A.3 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	15.101	28.162	37.282	114.497	61.612
I.B - RECEITA DE CAPITAL	9.813	55.607	757.938	50.719	206.684
II - DESPESA TOTAL	833.827	1.062.122	1.398.774	1.957.252	1.730.774
II.A - DESPESA CORRENTE	720.270	933.388	1.099.068	1.410.440	1.449.282
II.A.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS	494.211	594.242	663.339	732.484	742.525
JUROS E ENCARGOS	11.773	34.622	95.158	32.905	43.985
II.B - DESPESA DE CAPITAL	113.558	128.734	299.706	546.812	281.492
II.B.1 - INVESTIMENTOS E INVERSÕES	68.948	104.421	196.728	498.739	195.547
II.B.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	44.610	24.313	102.978	48.073	85.944
II.B.2.1 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	121	0	0	153	0
RESULTADO PRIMÁRIO	(55.123)	(86.017)	(136.889)	(556.531)	(3.998)

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 127
Balço Orçamentário Resumido
Estado do Rio Grande do Norte
2000 a 2005 (em R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Receitas Correntes	1.843.280.414	2.254.488.079	2.383.206.650	2.626.080.770	3.147.354.804	3.814.458.474
1.1 Receitas Próprias	899.280.751	1.103.763.469	1.259.525.308	1.716.429.977	1.876.053.226	2.196.454.472
ICMS	788.077.608	908.011.175	897.456.186	1.184.696.940	1.240.709.915	1.435.123.490
IRRF	48.844.681	64.611.115	80.837.583	97.390.831	120.070.748	137.678.070
Outras Receitas Próprias	62.358.462	131.141.179	281.231.539	434.342.206	515.272.563	623.652.912
1.2 Transferências	879.845.915	1.044.366.231	1.056.228.430	909.650.792	1.271.301.578	1.618.004.002
FPE	598.789.335	704.664.171	740.816.704	771.143.139	850.016.835	1.063.839.647
Outras Transferências	281.056.580	339.702.060	315.411.726	138.507.653	421.284.743	554.164.356
2. Receitas de Capital	153.129.978	20.815.685	25.827.189	35.119.300	27.331.317	131.733.267
Operações de Crédito	20.267.778	15.105.685	14.174.965	4.253.964	21.033.315	93.646.611
Alienação de Bens	43.018.648	0	4.911.532	21.387.112	1.514.893	23.108.502
Outras Receitas de Capital	89.843.552	5.710.000	6.740.692	9.478.223	4.783.109	14.978.154
Total das Receitas (1+2)	1.996.410.392	2.275.303.764	2.409.033.839	2.661.200.069	3.174.686.121	3.946.191.741
3. Despesas Correntes	1.601.613.340	1.932.877.244	2.157.198.646	2.415.912.944	2.833.313.908	3.284.612.060
3.1 Despesas com Pessoal	823.670.760	1.004.467.660	1.334.418.057	1.503.644.941	1.719.025.608	1.806.008.660
Pessoal Ativo	656.316.220	788.023.584	790.433.915	946.045.252	1.107.051.317	1.266.373.168
Inativos e Pensionistas	147.285.372	187.938.812	400.445.508	470.774.575	521.690.211	416.083.426
Outras despesas com pessoal	20.069.169	28.505.264	143.538.633	86.825.113	90.284.080	123.552.066
3.2 Outras Despesas Correntes	777.942.580	928.409.584	822.780.590	912.268.004	1.114.288.300	1.478.603.400
Juros Pagos	50.163.853	52.234.052	66.160.665	67.363.282	61.416.767	60.389.244
Demais Despesas Correntes	727.778.726	876.175.532	756.619.925	844.904.721	1.052.871.533	1.418.214.156
4. Despesas de Capital	355.487.498	358.162.799	307.955.363	278.584.400	402.943.799	519.209.466
Investimentos	222.801.866	231.078.438	155.399.742	92.035.300	196.180.134	285.217.651
Amortizações Pagas	53.748.761	65.739.459	90.284.775	103.516.300	116.053.072	120.613.334
Outras Despesas de Capital	78.936.871	61.344.902	62.270.846	83.032.801	90.710.592	113.378.481
Total das Despesas (3+4)	1.957.100.838	2.291.040.043	2.465.154.009	2.694.497.344	3.236.257.707	3.803.821.526
Superávit	39.309.554	0	0	0	0	142.370.215
Déficit	0	15.736.279	56.120.170	33.297.275	61.571.586	0
Total	1.996.410.392	2.291.040.043	2.465.154.009	2.694.497.344	3.236.257.707	3.946.191.741

Fonte: Balços Orçamentários do Estado do Rio Grande do Norte

TABELA 128
Despesas por Função
Estado do Rio Grande do Norte
1995 a 2000 (em R\$ mil)

DESPESA POR FUNÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	833.827	1.062.122	1.398.774	1.957.252	1.730.774	1.957.101
LEGISLATIVA	30.095	37.152	44.191	54.694	66.921	71.886
JUDICIÁRIA	29.391	35.653	62.556	76.352	82.804	105.365
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	378.710	473.035	667.508	583.069	628.068	491.488
AGRICULTURA	24.820	26.538	32.130	79.089	109.481	47.973
COMUNICAÇÃO	0	0	0	0	0	0
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	36.575	41.754	49.548	74.454	98.947	121.864
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	24.264	256	31.292	288.445	14.923	0
EDUCAÇÃO E CULTURA	162.542	190.076	224.483	390.938	407.451	471.626
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	3.115	18.209	45.887	88.389	30.829	14.937
HABITAÇÃO E URBANISMO	970	0	3.831	3.339	4.973	14.696
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	17.212	25.961	29.376	35.207	32.988	47.161
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0
SAÚDE E SANEAMENTO	96.116	136.133	132.493	170.937	153.525	293.863
TRABALHO	11.215	51.033	562	4.021	440	9.840
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	16.659	18.666	70.121	97.920	81.992	211.566
TRANSPORTE	2.142	7.655	4.796	10.399	17.433	54.835

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 129
Despesas por Função
Estado do Rio Grande do Norte
2002 a 2005 (em R\$)

DESPESA POR FUNÇÃO	2002	2003	2004	2005
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	2.465.154.009	2.694.497.344	3.236.257.707	3.803.821.526
LEGISLATIVA	106.968.315	112.156.019	129.342.678	138.122.081
JUDICIÁRIA	188.676.482	220.955.614	278.285.700	316.663.281
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO	203.768.134	206.982.717	237.373.796	282.466.730
DEFESA NACIONAL	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA	172.384.881	197.718.524	221.179.625	253.401.936
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA SOCIAL	111.059.796	115.459.688	138.916.326	164.703.012
PREVIDÊNCIA SOCIAL	273.332.831	311.714.793	343.300.528	401.844.756
SAÚDE	271.839.408	338.205.076	459.698.379	524.405.915
TRABALHO	2.881.098	1.146.245	9.171.401	5.536.119
EDUCAÇÃO	437.142.580	447.397.538	510.846.293	611.464.140
CULTURA	11.646.991	14.795.412	17.142.458	28.071.375
DIREITO DA CIDADANIA	11.384.234	8.929.260	27.888.997	33.884.033
URBANISMO	257.578	2.746.992	1.876.418	720.561
HABITAÇÃO	4.934.316	449.074	17.368.548	11.606.387
SANEAMENTO	14.338.615	9.521.872	0	294.373
GESTÃO AMBIENTAL	24.242.672	10.845.358	32.973.015	31.915.122
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.509.669	62.046	2.184.833	5.037.702
AGRICULTURA	43.207.662	46.662.793	55.385.403	61.916.596
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.229.919	3.115.241	3.509.673	5.606.632
INDÚSTRIA	58.327.136	82.596.050	81.354.119	90.785.459
COMÉRCIO E SERVIÇOS	20.354.003	8.459.539	14.139.573	17.304.440
COMUNICAÇÕES	0	0	0	0
ENERGIA	2.622.126	112.623	415.492	5.710.196
TRANSPORTE	50.413.166	32.029.390	83.679.715	158.175.353
DESPORTO E LAZER	3.182.267	1.291.031	855.026	4.349.312
ENCARGOS ESPECIAIS	447.450.130	521.144.450	569.369.710	649.836.016

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Sergipe

A receita total do governo do Estado de Sergipe, entre 1995 e 2005, saiu de R\$ 810 milhões para R\$ 3 bilhões, o que significou um crescimento nominal de mais de 250% em uma década (Tabelas 130 e 131). A receita com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representava 31,00% da receita total em 1995, mantendo-se praticamente no mesmo patamar em 2005: 30,07%. As transferências

constitucionais referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) reduziram o seu peso: em 1995, representavam 39,60% das receitas totais, apresentando uma redução para 36,07% em 2005. Foi somente a partir de 2003 que as transferências correntes (que incluem o FPE) apresentaram volumes ligeiramente inferiores aos volumes correspondentes às receitas próprias, o que atesta ainda uma relativa dependência das finanças públicas estaduais frente às transferências de recursos da União.

Com relação às despesas, constata-se que as despesas com pessoal reduziram-se, uma vez que representavam 58,26% das despesas totais do governo de Sergipe em 1995, passando a representar 51,80% em 2005 (Tabelas 130 e 131). Os investimentos, por sua vez, representavam 7,15% das despesas totais do Estado, e se reduziram para 6,58% em 2005. Nesse mesmo período, as despesas com juros e encargos da dívida variaram de 4,04% do total das despesas (em 1995) para 3,40% em 2005. Entre 1995 e 2005, o governo do Estado de Sergipe apresentou resultado primário deficitário em seis oportunidades; mas, observa-se que, desde 2003, são registrados resultados primários superavitários.

Nas Tabelas 132 e 133 identifica-se que, entre 1995 e 2000, “Administração e Planejamento”, “Educação e Cultura” e “Assistência e Previdência” foram as funções que mais recursos receberam. Nesse mesmo período, funções como “Agricultura”, “Energia e Recursos Minerais”, “Habitação e Urbanismo” e “Indústria, Comércio e Serviços”, “Trabalho” e “Defesa Nacional e Segurança Pública” nunca representaram, cada uma, mais do que 10% das despesas totais em cada ano. Já no período 2002 a 2005, percebe-se que a soma dos valores das funções “Urbanismo”, “Habitação” e “Saneamento” nunca atingiram o peso de 6% das despesas totais realizadas em cada ano. Outras funções que apresentaram reduzido peso dentro das despesas totais do governo estadual (menos de 1% da despesa total) foram, por exemplo, “Cultura”, “Trabalho”, “Ciência e Tecnologia”, “Organização Agrária”, “Desporto e Lazer”, “Energia” e “Comércio e Serviços”. A função “Transporte” nunca atingiu mais de 4% das despesas totais do Estado.

TABELA 130
Balço Orçamentário Resumido
Estado de Sergipe
1995 a 1999 (em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
I - RECEITA TOTAL	810.165	1.031.016	1.690.071	1.212.201	1.354.135
I.A - RECEITA CORRENTE	719.842	826.773	972.584	1.085.658	1.160.630
I.A.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	262.202	313.344	373.138	367.531	407.185
I.A.1.1 - ICMS	251.171	301.781	359.170	353.446	392.271
I.A.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	355.716	396.943	442.241	549.562	616.042
I.A.2.1 - FPE	320.880	363.006	407.403	453.773	502.571
I.A.3 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	101.924	116.486	157.205	168.565	137.402
I.B - RECEITA DE CAPITAL	90.323	204.243	717.486	126.543	193.505
II - DESPESA TOTAL	852.609	1.041.157	1.363.786	1.589.793	1.379.074
II.A - DESPESA CORRENTE	782.364	812.920	945.520	1.013.285	1.094.526
II.A.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS	496.815	486.888	519.475	561.569	640.531
JUROS E ENCARGOS	34.475	40.725	43.661	49.011	52.288
II.B - DESPESA DE CAPITAL	70.246	228.237	418.266	576.508	284.548
II.B.1 - INVESTIMENTOS E INVERSÕES	61.014	145.415	242.480	456.783	246.040
II.B.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.232	82.822	175.786	119.725	38.508
II.B.2.1 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	201	375	383	48.050	7.100
RESULTADO PRIMÁRIO	(52.331)	(25.737)	(115.921)	(353.340)	-68.907

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 131
Balço Orçamentário Resumido
Estado de Sergipe
2000 a 2005 (em R\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Receitas Correntes	1.422.069.821	1.653.830.916	1.927.495.466	2.073.791.757	2.382.127.898	2.971.012.731
1.1 Receitas Próprias	543.529.664	779.816.142	860.370.703	1.217.492.638	1.325.987.355	1.668.403.257
ICMS	487.336.694	563.435.266	586.642.943	761.312.031	781.312.337	907.401.344
IRRF	36.113.359	44.995.986	38.862.041	54.203.734	67.606.123	86.302.528
Outras Receitas Próprias	20.079.610	171.384.891	234.865.719	401.976.873	477.068.895	674.699.386
1.2 Transferências	703.285.937	819.089.922	1.008.266.189	856.299.119	1.056.140.543	1.302.487.473
FPE	595.550.234	700.852.349	737.259.069	766.973.161	845.418.740	1.058.084.896
Outras Transferências	107.735.703	118.237.573	271.007.120	89.325.958	210.721.803	244.402.577
2. Receitas de Capital	129.071.543	95.129.934	117.351.517	25.734.750	149.927.069	45.639.704
Operações de Crédito	29.489.343	17.769.298	26.278.662	14.009.022	109.641.703	27.643.910
Alienação de Bens	36.807.816	450.021	1.318.492	13.200	101.081	193.060
Outras Receitas de Capital	62.774.384	76.910.616	89.754.363	11.712.528	40.184.285	17.802.734
Total das Receitas (1+2)	1.551.141.364	1.748.960.850	2.044.846.984	2.099.526.507	2.532.054.967	3.016.652.435
3. Despesas Correntes	1.181.746.677	1.486.230.014	1.689.186.248	1.884.172.262	2.200.720.624	2.504.607.763
3.1 Despesas com Pessoal	664.431.227	820.817.561	961.936.316	1.095.799.399	1.264.328.196	1.494.812.153
Pessoal Ativo	428.349.576	549.076.594	541.304.227	695.901.558	750.551.342	915.355.790
Inativos e Pensionistas	186.200.634	208.139.487	246.270.574	276.059.108	315.715.409	357.915.844
Outras despesas com pessoal	49.881.017	63.601.480	174.361.515	123.838.732	198.061.445	221.540.519
3.2 Outras Despesas Correntes	517.315.451	665.412.453	727.249.932	788.372.863	936.392.429	1.009.795.610
Juros Pagos	55.270.674	65.018.248	76.791.004	82.620.249	82.886.730	98.362.832
Demais Despesas Correntes	462.044.777	600.394.205	650.458.928	705.752.614	853.505.699	911.432.778
4. Despesas de Capital	285.257.356	225.039.096	299.582.603	240.401.247	331.308.504	380.832.020
Investimentos	178.216.852	145.805.095	161.603.094	85.214.728	110.991.169	189.989.715
Amortizações Pagas	32.980.753	49.011.690	64.060.474	69.531.167	77.301.294	92.240.060
Outras Despesas de Capital	74.059.751	30.222.311	73.919.035	85.655.352	143.016.040	98.602.245
Total das Despesas (3+4)	1.467.004.034	1.711.269.111	1.988.768.851	2.124.573.509	2.532.029.128	2.885.439.783
Superávit	84.137.331	37.691.739	56.078.132	0	25.839	131.212.652
Déficit	0	0	0	25.047.001	0	0
Total	1.551.141.364	1.748.960.850	2.044.846.984	2.124.573.509	2.532.054.967	3.016.652.435

Fonte: Balanços Orçamentários do Estado de Sergipe

TABELA 132
Despesas por Função
Estado de Sergipe
1995 a 2000 (em R\$ mil)

DESPESA POR FUNÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	852.609	1.041.157	1.363.786	1.589.793	1.379.074	1.467.004
LEGISLATIVA	38.873	44.632	38.488	45.374	49.443	63.960
JUDICIÁRIA	60.452	68.263	79.688	89.611	80.328	92.605
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	174.121	259.862	458.116	432.596	291.769	455.078
AGRICULTURA	33.667	25.071	36.785	48.925	39.181	41.298
COMUNICAÇÃO	0	0	0	0	0	0
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	55.242	66.051	72.962	91.248	100.294	103.339
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	71.683	83.680	99.690	97.348	109.868	0
EDUCAÇÃO E CULTURA	143.732	162.263	159.854	208.669	218.640	264.644
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	1.711	1.125	10.325	0	0	378
HABITAÇÃO E URBANISMO	14.115	22.164	25.078	36.873	22.087	46.218
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	16.976	13.499	22.049	53.199	59.387	21.402
RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0
SAÚDE E SANEAMENTO	61.311	75.661	140.240	177.135	146.074	150.012
TRABALHO	1.199	4.074	4.785	5.419	4.000	4.827
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	152.933	174.757	175.192	183.108	207.255	172.409
TRANSPORTE	26.594	40.056	40.532	120.288	50.749	50.833

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 133
Despesas por Função
Estado de Sergipe
2002 a 2005 (em R\$)

DESPESA POR FUNÇÃO	2002	2003	2004	2005
DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	1.988.768.851	2.124.573.509	2.532.029.128	2.885.439.783
LEGISLATIVA	74.617.893,16	90.639.564	123.207.297	127.840.605
JUDICIÁRIA	121.380.085,64	159.292.479	179.641.126	180.219.100
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0	0	10.594.137
ADMINISTRAÇÃO	162.392.907,87	174.602.192	230.760.854	315.776.085
DEFESA NACIONAL	0,00	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA	154.777.917,13	165.976.617	191.124.632	209.892.467
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0	0	0
ASSISTÊNCIA SOCIAL	22.806.587,43	20.097.934	38.388.443	37.981.802
PREVIDÊNCIA SOCIAL	200.769.487,07	211.541.825	259.279.433	298.227.653
SAÚDE	195.458.462,95	269.939.401	298.296.344	312.481.083
TRABALHO	1.735.148,25	12.578.162	11.620.508	14.476.645
EDUCAÇÃO	316.638.170,95	331.474.747	347.218.501	428.552.540
CULTURA	5.029.089,07	4.705.206	4.730.393	6.377.182
DIREITO DA CIDADANIA	15.463.826,44	9.759.093	20.384.015	36.267.531
URBANISMO	9.386.886,73	8.959.969	24.701.308	19.164.795
HABITAÇÃO	43.900.821,64	20.771.648	9.809.883	728.400
SANEAMENTO	52.097.130,54	50.750.315	108.600.402	86.697.117
GESTÃO AMBIENTAL	34.777.982,16	6.275.364	28.938.660	18.550.767
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.303.696,56	6.776.606	7.074.530	9.520.170
AGRICULTURA	82.563.476,84	62.194.341	68.464.257	86.880.594
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0	0	0
INDÚSTRIA	19.916.512,80	16.970.316	21.064.391	24.841.348
COMÉRCIO E SERVIÇOS	10.698.381,34	16.851.795	15.394.532	5.141.960
COMUNICAÇÕES	18.336.211,33	18.959.968	28.423.331	19.492.700
ENERGIA	909.086,09	134.771	0	0
TRANSPORTE	73.280.387,15	34.548.390	58.766.807	113.047.024
DESPORTO E LAZER	6.042.538,13	746.679	669.249	691.823
ENCARGOS ESPECIAIS	360.486.163,90	430.026.127	455.470.231	521.996.257

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Como se pode perceber, na Tabela 134, é somente entre 2004 e 2005 que todos os governos dos estados nordestinos passaram a apresentar resultados primários superavitários. Em um outro contexto, isso poderia se traduzir em maiores investimentos em infra-estrutura social (melhoria e extensão dos serviços públicos de

saúde e educação, por exemplo). Mas, boa parte dessa mudança na economia política do setor público dos estados do Nordeste se deve à Lei de Responsabilidade Fiscal, que radicalizou (e institucionalizou) o ajuste fiscal dos primeiros anos do Plano Real. Assim, boa parte desses recursos financeiros excedentes é reconcentrada na esfera federal, uma vez que a renegociação das dívidas estaduais com a União absorve parcela considerável dos recursos disponíveis nos estados.

TABELA 134
Resultado Primário
Estados da Região Nordeste
1995 a 2005 (em R\$ mil)

Estados	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alagoas	49.787	(252.088)	170.013	178.667	(4.723)	35.681	250.649	375.044	140.652	210.716	212.153
Bahia	(41.479)	(51.362)	(455.444)	(2.511.030)	(161.828)	366.829	166.817	639.756	477.533	978.400	900.578
Ceará	(27.688)	25.906	(168.585)	(493.433)	(898.297)	(60.576)	(65.575)	37.870	221.537	337.942	649.499
Maranhão	120.068	50.766	278.196	268.856	(180.405)	391.315	78.494	190.105	42.058	623.085	1.044.530
Paraíba	45.480	60.029	42.481	(8.241)	14.947	108.315	(77.107)	(39.016)	61.378	3.027	319.382
Pernambuco	(88.373)	(185.049)	21.620	(1.433.403)	(58.409)	(338.187)	(174.710)	(76.948)	308.437	402.659	646.965
Piauí	(60.996)	18.831	25.993	43.576	71.195	174.773	152.588	50.366	(220.400)	25.775	344.839
Rio Grande do Norte	(55.123)	(86.017)	(136.889)	(556.531)	(3.998)	65.615	59.254	53.319	70.368	66.727	158.690
Sergipe	(52.331)	(25.737)	(115.921)	(353.340)	(68.907)	93.040	117.147	148.914	81.627	26.469	293.979
TOTAL	(110.656)	(444.721)	(338.536)	(4.864.879)	(1.290.424)	836.806	507.556	1.379.410	1.183.190	2.674.801	4.570.615

5.2. Dívida pública dos estados nordestinos

Entre dezembro de 2002 e dezembro de 2005, a dívida consolidada líquida do governo do Estado de Alagoas sofreu variação positiva de 59,37% (Tabela 135). Ao longo do período analisado, observou-se a ultrapassagem do limite legal de endividamento estabelecido pelo Senado Federal: o qual implica um teto de 200,00% para a relação Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida (DC/RCL). A relação Dívida Consolidada Líquida / Receita Coerente Líquida (DCL/RCL), embora tenha apresentado queda entre 2002 e 2005, também se manteve acima do teto legal estabelecido pelo Senado Federal. Entre 2002 e 2005 houve redução desta relação, passando de 275,67% para o patamar de 225,55% em 2005. Esse grau de endividamento do governo estadual alagoano inviabiliza qualquer possibilidade de financiamento tanto com o Governo Federal quanto com financiadores externos uma vez que o limite do Senado é parâmetro para concessões de empréstimos. A redução da relação DCL/RCL só foi possível porque a receita corrente líquida (o denominador da relação) cresceu mais rápido do que o estoque da dívida pública: entre 2002 e 2005, ocorreu um crescimento de 65,30% da receita corrente líquida. O Estado de Alagoas apresenta os maiores percentuais de endividamento entre os estados da Região Nordeste (tanto na relação DC/RCL quanto na DCL/RCL).

TABELA 135
Demonstrativo da Dívida Consolidada
Estado de Alagoas (em R\$ mil)
2002 a 2005

Especificação	2005	2004	2003	2002
Dívida Consolidada - DC (I)	5.509.984,56	5.081.916,00	4.496.586,00	4.074.129,00
Dívida Mobiliária	69.891,06	57.021,00	49.206,00	4.074.112,00
Dívida Contratual	4.975.215,84	4.902.091,00	4.447.360,00	0
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	0	0	0	0
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses	0	0	0	0
Parcelamentos de Dívidas	338.593,65	0	0	0
Outras Dívidas	126.284,02	122.804,00	20	17
Deduções (II)	22.201,44	8.996,00	14.336,00	630.726,00
Ativo Disponível	137.007,22	77.812,00	55.685,00	73.717,00
Haveres Financeiros	0,92	11.680,00	10.048,00	557.009,00
(-) Restos a Pagar Processados	114.806,70	80.496,00	51.397,00	0
Dív. consolidada Líquida (DCL)=(I-II)	5.487.783,13	5.072.920,00	4.482.250,00	3.443.403,00
Receita Corrente Líquida - RCL	2.442.958,51	1.918.255,00	1.619.021,00	1.477.875,00
% da DC sobre a RCL	225,55	264,92	277,73	275,67
% da DCL sobre a RCL	224,64	264,45	276,85	233
Limite definido por Resolução do Senado Federal	4.885.917,01	3.836.510,00	3.238.042,00	2.955.750,00

Fonte: Relatórios fiscais do estado.

Entre dezembro de 2002 e dezembro de 2005, a dívida consolidada líquida baiana permaneceu praticamente estagnada, girando em torno dos R\$ 12 bilhões (Tabela 136). Soma-se a essa estagnação do estoque da dívida pública baiana o fato de que não houve ultrapassagem do limite legal estabelecido pelo Senado Federal (que implica um teto de 200,00% para a relação Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida). Observou-se a significativa redução, entre 2002 e 2005, tanto da DC/RCL quanto da DCL/RCL. Essa relativa folga para o endividamento do governo estadual baiano só foi possível porque a receita corrente líquida (o denominador da relação) cresceu mais rápido do que o estoque da dívida pública baiana; assim, entre 2002 e 2005, ocorreu um crescimento de 54,32% da receita corrente líquida.

TABELA 136
Demonstrativo da Dívida Consolidada
Estado da Bahia (em R\$ mil)
2002 a 2005

Especificação	2005	2004	2003	2002
Dívida Consolidada - DC (I)	12.493.073,90	13.181.357,00	12.419.123,00	12.626.092,00
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	11.678.547,73	12.376.914,00	12.112.334,00	12.410.008,00
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	407.444,28	423.301,00	19.539,00	622
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses	0	0	0	0
Parcelamentos de Dívidas	360.786,22	334.846,00	282.886,00	211.098,00
Outras Dívidas	46.295,67	46.296,00	4.364,00	4.364,00
Deduções (II)	444.699,52	302.945,00	173.075,00	469.635,00
Ativo Disponível	755.064,77	681.031,00	542.647,00	631.160,00
Haveres Financeiros	103.174,11	48.698,00	19.392,00	14.112,00
(-) Restos a Pagar Processados	413.539,35	426.784,00	388.964,00	175.637,00
Dív. consolidada Líquida (DCL)=(I-II)	12.048.374,38	12.878.412,00	12.246.048,00	12.156.457,00
Receita Corrente Líquida - RCL	10.329.111,37	9.075.419,00	7.506.520,00	6.693.303,00
% da DC sobre a RCL	120,95	145,24	165,44	188,64
% da DCL sobre a RCL	116,64	141,9	163,14	181,62
Limite definido por Resolução do Senado Federal	20.658.222,74	18.150.838,00	15.013.040,00	13.386.606,00

Fonte: Relatórios fiscais do estado.

No estado do Ceará, entre 2002 e 2005, a dívida consolidada líquida sofreu variação negativa de 17,65% (Tabela 137). Juntamente com essa redução da dívida pública cearense, foi observada uma redução das relações DC/RCL e DCL/RCL, mantendo o endividamento estadual dentro do limite legal estabelecido pelo Senado Federal. Dessa maneira, a relação Dívida Consolidada Líquida /Receita Coerente Líquida saiu de 117,5% em 2002 para 73,09% em 2005. Essa relativa folga para o endividamento do governo estadual cearense deu-se também através do crescimento considerável da receita corrente líquida (o denominador da relação): entre 2002 e 2005, houve um crescimento de 37,19% da receita corrente líquida.

TABELA 137
Demonstrativo da Dívida Consolidada
Estado do Ceará (em R\$ mil)
2002 a 2005

Especificação	2005	2004	2003	2002
Dívida Consolidada - DC (I)	4.030.731,79	4.320.918,00	4.448.874,00	4.894.768,00
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	3.885.369,81	4.214.470,00	4.374.188,00	4.829.124,00
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	145.361,98	106.448,00	74.686,00	65.644,00
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses	0	0	0	0
Parcelamentos de Dívidas	0	0	0	0
Outras Dívidas	0	0	0	0
Deduções (II)	153.998,24	44.391,00	0	351.579,00
Ativo Disponível	320.563,94	186.609,00	79.472,00	351.579,00
Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	166.565,70	142.218,00	144.083,00	0
Dív. consolidada Líquida (DCL)=(I-II)	3.876.733,55	4.276.527,00	4.448.874,00	4.543.189,00
Receita Corrente Líquida - RCL	5.304.380,36	4.636.442,00	4.209.618,00	3.866.405,00
% da DC sobre a RCL	75,99	93,19	105,68	126,6
% da DCL sobre a RCL	73,09	92,24	105,68	117,5
Limite definido por Resolução do Senado Federal	10.608.760,71	9.272.884,00	8.419.236,00	7.732.810,00

Fonte: Relatórios fiscais do estado.

Entre 2002 e 2005, a dívida consolidada líquida do estado do Maranhão permaneceu praticamente estagnada, apresentando uma leve variação positiva de 2,77% (Tabela 138). Contudo, o perfil da dívida pública maranhense, nesse mesmo período, no que se refere ao limite legal estabelecido pelo Senado Federal, melhorou, uma vez que o estado conseguiu reduzir a sua relação DC/RCL para níveis inferiores ao teto estabelecido pela legislação vigente: a DC/RCL passou de 240,36% em 2002 para 158,36% em 2005. O fator preponderante para atingir essa meta foi o aumento considerável da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado, que entre 2002 e 2005 obteve uma variação positiva de 56,10%. Isso propiciou uma relativa folga para o endividamento do governo estadual maranhense tendo em vista que o denominador da relação cresceu mais rápido do que o estoque da dívida pública do estado.

TABELA 138
Demonstrativo da Dívida Consolidada
Estado do Maranhão (em R\$ mil)
2002 a 2005

Especificação	2005	2004	2003	2002
Dívida Consolidada - DC (I)	5.855.429,60	5.840.375,00	5.696.688,00	5.697.444,00
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	5.577.389,94	5.694.862,00	5.587.569,00	5.589.627,00
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses	0	0	0	0
Parcelamentos de Dívidas	107.517,02	104.226,00	94.869,00	97.232,00
Outras Dívidas	170.522,64	41.287,00	14.250,00	10.585,00
Deduções (II)	1.505.697,78	698.860,00	235.380,00	212.633,00
Ativo Disponível	1.526.877,00	718.658,00	263.597,00	256.689,00
Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	21.179,22	19.798,00	28.217,00	44.056,00
Dív. consolidada Líquida (DCL)=(I-II)	4.349.731,82	5.141.515,00	5.461.308,00	5.484.811,00
Receita Corrente Líquida - RCL	3.700.426,87	2.950.836,00	2.447.055,00	2.370.422,00
% da DC sobre a RCL	158,24	197,92	232,8	240,36
% da DCL sobre a RCL	117,55	174,24	223,18	231,39
Limite definido por Resolução do Senado Federal	74.008,54	59.016,00	0	47.408,00

Fonte: Relatórios fiscais do estado.

O governo do Estado da Paraíba obteve uma redução da sua dívida consolidada líquida em torno de 6,68% entre 2002 e 2005 (Tabela 139). Quanto ao limite legal estabelecido pelo Senado Federal (que implica um teto de 200,00% para a relação Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida), o governo do estado da Paraíba permaneceu dentro do limite entre 2002 e 2005, observando-se uma persistente redução do índice DCL/RCL, que era de 142,22% em 2002, e passou para 88,76% em 2005. Identifica-se também um aumento de 49,75% da receita corrente líquida (RCL) no mesmo período, sendo este um dos fatores que contribuíram para a redução percentual do endividamento paraibano.

TABELA 139
Demonstrativo da Dívida Consolidada
Estado da Paraíba (em R\$ mil)
2002 a 2005

Especificação	2005	2004	2003	2002
Dívida Consolidada - DC (I)	2.606.488,56	2.663.290,00	2.735.665,00	2.893.129,00
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	2.405.908,34	2.570.672,00	2.639.914,00	2.805.268,00
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	111.693,48	0	0	0
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses	0	0	0	0
Parcelamentos de Dívidas	88.886,74	92.618,00	95.751,00	87.861,00
Outras Dívidas	0	0	0	0
Deduções (II)	21.862,68	149.473,00	117.259,00	123.344,00
Ativo Disponível	243.369,84	113.340,00	116.000,00	122.999,00
Haveres Financeiros	30.512,21	36.133,00	1.259,00	345
(-) Restos a Pagar Processados	252.019,37	0	0	0
Dív. consolidada Líquida (DCL)=(I-II)	2.584.625,88	2.513.817,00	2.618.406,00	2.769.785,00
Receita Corrente Líquida - RCL	2.912.034,00	2.335.662,00	2.234.882,00	1.944.563,00
% da DC sobre a RCL	89,51	114,03	122,41	148,78
% da DCL sobre a RCL	88,76	107,63	117,16	142,44
Limite definido por Resolução do Senado Federal	5.824.068,00	4.671.324,00	4.469.764,00	3.889.126,00

Fonte: Relatórios fiscais do estado.

O governo do Estado de Pernambuco obteve uma redução da sua dívida consolidada líquida em torno de 4,81% entre 2002 e 2005 (Tabela 140). Quanto ao limite legal estabelecido pelo Senado Federal (que implica um teto de 200,00% para a relação Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida), o governo do estado de Pernambuco permaneceu dentro do limite entre 2002 e 2005, observando-se uma persistente redução do índice DC/RCL, que era de 129,82% em 2002, e passou para 83,27% em 2005. Observou-se também um aumento de 43,28% da receita corrente líquida (RCL) no mesmo período, sendo este um dos fatores que contribuíram para a redução percentual do endividamento pernambucano.

TABELA 140
Demonstrativo da Dívida Consolidada
Estado de Pernambuco (em R\$ mil)
2002 a 2005

Especificação	2005	2004	2003	2002
Dívida Consolidada - DC (I)	5.230.443,50	5.506.006,00	5.612.262,00	5.691.020,00
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	5.133.355,73	5.448.653,00	5.376.490,00	5.490.004,00
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	0	0	0	0
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses	0	0	0	0
Parcelamentos de Dívidas	97.087,78	57.353,00	51.731,00	48.580,00
Outras Dívidas	0	0	184.041,00	152.436,00
Deduções (II)	0	0	0	195.997,00
Ativo Disponível	561.550,89	392.516,00	521.419,00	645.442,00
Haveres Financeiros	133.916,54	125.001,00	118.139,00	138.153,00
(-) Restos a Pagar Processados	727.570,22	666.715,00	683.297,00	587.598,00
Dív. consolidada Líquida (DCL)=(I-II)	5.230.443,50	5.506.006,00	5.612.262,00	5.495.023,00
Receita Corrente Líquida - RCL	6.281.378,99	5.294.428,00	4.629.449,00	4.383.769,00
% da DC sobre a RCL	83,27	104	121,23	129,82
% da DCL sobre a RCL	83,27	104	121,23	125,35
Limite definido por Resolução do Senado Federal	12.562.757,97	10.588.856,00	9.258.898,00	8.767.538,00

Fonte: Relatórios fiscais do estado.

O governo do Estado do Piauí obteve uma redução da sua dívida consolidada líquida em torno de 4,75% entre 2002 e 2005 (Tabela 141). Quanto ao limite legal estabelecido pelo Senado Federal (que implica um teto de 200,00% para a relação Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida), o governo do estado do Piauí permaneceu dentro do limite entre 2002 e 2005, observando-se uma persistente redução do índice DC/RCL, que era de 177,22% em 2002, e passou para 114,71% em 2005. Observou-se também um aumento de 48,61% da receita corrente líquida (RCL) no mesmo período, sendo este um dos fatores que contribuíram para a redução percentual do endividamento do governo do Estado do Piauí.

TABELA 141
Demonstrativo da Dívida Consolidada
Estado do Piauí (em R\$ mil)
2002 a 2005

Especificação	2005	2004	2003	2002
Dívida Consolidada - DC (I)	2.704.759,95	2.820.853,00	2.757.306,00	2.811.632,00
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	2.432.103,82	2.193.774,00	2.540.742,00	2.635.925,00
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	85.588,05	75.143,00	53.420,00	52.859,00
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses	0	0	0	0
Parcelamentos de Dívidas	187.068,07	551.936,00	163.144,00	122.848,00
Outras Dívidas	0	0	0	0
Deduções (II)	124.464,45	69.696,00	195.720,00	102.476,00
Ativo Disponível	220.504,15	117.888,00	88.922,00	96.016,00
Haveres Financeiros	2.157,03	35.428,00	223.412,00	69.019,00
(-) Restos a Pagar Processados	98.196,73	83.620,00	116.614,00	62.559,00
Dív. consolidada Líquida (DCL)=(I-II)	2.580.295,50	2.751.157,00	2.561.586,00	2.709.156,00
Receita Corrente Líquida - RCL	2.357.829,29	1.940.461,00	1.647.133,00	1.586.525,00
% da DC sobre a RCL	114,71	145,37	167,4	177,22
% da DCL sobre a RCL	109,44	141,78	155,52	170,76
Limite definido por Resolução do Senado Federal	4.715.658,57	3.880.922,00	3.294.266,00	3.173.050,00

Fonte: Relatórios fiscais do estado.

No Rio Grande do Norte, o governo do Estado obteve uma redução da sua dívida consolidada líquida em torno de 22,49% entre 2002 e 2005 (Tabela 142). Quanto ao limite legal estabelecido pelo Senado Federal (que implica um teto de 200,00% para a relação Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida), o governo do estado do Rio Grande do Norte permaneceu dentro do limite entre 2002 e 2005, observando-se uma persistente redução do índice DCL/RCL, que era de 64,61% em 2002, e passou para 31,85% em 2005. O Estado do Rio Grande do Norte apresentam os menores percentuais de endividamento entre os Estados da Região Nordeste (tanto na relação DC/RCL quanto na DCL/RCL). Observou-se também um aumento de 57,24% da receita corrente líquida (RCL) no mesmo período, sendo este um dos fatores que contribuíram para a redução percentual do endividamento do governo potiguar.

TABELA 142
Demonstrativo da Dívida Consolidada
Estado do Rio Grande do Norte (em R\$ mil)
2002 a 2005

Especificação	2005	2004	2003	2002
Dívida Consolidada - DC (I)	1.314.381,97	1.177.955,00	1.197.481,00	1.295.829,00
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	1.228.162,77	1.104.300,00	1.111.860,00	1.199.893,00
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	59.542,83	32.664,00	32.664,00	31.362,00
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses	0	0	0	0
Parcelamentos de Dívidas	26.676,38	40.991,00	52.957,00	64.574,00
Outras Dívidas	0	0	0	0
Deduções (II)	313.031,00	185.098,00	40.448,00	3.928,00
Ativo Disponível	313.031,00	185.098,00	40.448,00	3.928,00
Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	0	0	0	0
Dív. consolidada Líquida (DCL)=(I-II)	1.001.350,97	992.857,00	1.157.033,00	1.291.901,00
Receita Corrente Líquida - RCL	3.144.161,54	2.618.951,00	2.166.858,00	1.999.524,00
% da DC sobre a RCL	41,8	44,98	55,26	64,81
% da DCL sobre a RCL	31,85	37,91	53,4	64,61
Limite definido por Resolução do Senado Federal	6.288.323,08	5.237.902,00	4.333.716,00	3.999.048,00

Fonte: Relatórios fiscais do estado.

Em Sergipe, o governo do Estado obteve uma redução da sua dívida consolidada líquida em torno de 5,37% entre 2002 e 2005 (Tabela 143). Quanto ao limite legal estabelecido pelo Senado Federal (que implica um teto de 200,00% para a relação Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida), o governo do estado de Sergipe permaneceu dentro do limite entre 2002 e 2005, observando-se uma persistente redução do índice DCL/RCL, que era de 72,58% em 2002, e passou para 45,34% em 2005. O Estado de Sergipe apresentam os segundos menores percentuais de endividamento entre os Estados da Região Nordeste (tanto na relação DC/RCL quanto na DCL/RCL). Observou-se também um aumento de 40,49% da receita corrente líquida (RCL) entre 2003 e 2005, sendo este um dos fatores que contribuíram para a redução percentual do endividamento do governo sergipano.

TABELA 143
Demonstrativo da Dívida Consolidada
Estado de Sergipe (em R\$ mil)
2002 a 2005

Especificação	2005	2004	2003	2002
Dívida Consolidada - DC (I)	1.778.061,93	1.493.000,00	1.390.720,00	1.371.184,00
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	1.646.648,42	1.369.809,00	1.274.513,00	1.311.699,00
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	37.561,18	33.899,00	34.972,00	33.599,00
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses	0	0	0	0
Parcelamentos de Dívidas	59.803,93	52.503,00	53.910,00	21.594,00
Outras Dívidas	34.048,41	36.789,00	27.325,00	4.292,00
Deduções (II)	627.851,24	168.301,00	154.154,00	155.706,00
Ativo Disponível	287.318,83	198.028,00	157.690,00	158.338,00
Haveres Financeiros	346.136,54	25.442,00	24.081,00	535
(-) Restos a Pagar Processados	5.604,13	55.169,00	27.617,00	3.167,00
Dív. consolidada Líquida (DCL)=(I-II)	1.150.210,69	1.324.699,00	1.236.566,00	1.215.478,00
Receita Corrente Líquida - RCL	2.536.657,60	2.043.107,00	1.805.467,00	0
% da DC sobre a RCL	70,09	73,07	77,03	81,88
% da DCL sobre a RCL	45,34	64,84	68,49	72,58
Limite definido por Resolução do Senado Federal	5.073.315,20	4.086.214,00	3.610.934,00	0

5.3. Transferências voluntárias da União para a Região Nordeste

Observando os dados constantes na Tabela 144, verifica-se que a região Nordeste é a região do país que mais recebeu, entre 1999 e 2005, recursos do Governo Federal oriundos de transferências voluntárias (transferências originadas a partir de convênios estabelecidos entre a União e os estados ou através de investimentos feitos diretamente nos estados pela União). Tanto em valor absoluto quanto em valor relativo (transferência per capita – ver Tabela 145), o Governo Federal transferiu mais recursos para a Região Nordeste. Cabe salientar que as transferências voluntárias não são constitucionalmente obrigatórias, ou seja, a União não tem a obrigatoriedade legal para enviar esse tipo de recurso aos estados.

Outro aspecto importante a destacar se refere ao fato de o Governo Federal ter aumentado, de forma considerável, a transferência voluntária de recursos para a Região Nordeste a partir do ano de 2003, passando de R\$ 1,8 bilhões para R\$2,7 bilhões em 2005. Este aumento representou uma variação positiva de 51,08%, o que indica uma

tendência do Governo Federal em atenuar as deficiências sociais do Nordeste em comparação às outras regiões do país.

TABELA 144
Transferências voluntárias do Governo Federal para as regiões brasileiras (em R\$ mil)
1999 a 2005

Regiões Brasileiras	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Norte	405.299	555.243	904.093	727.421	773.027	909.163	966.237
Nordeste	1.688.204	1.813.566	2.077.317	1.803.484	1.805.151	2.296.228	2.727.337
Sudeste	1.092.821	1.304.633	1.537.374	1.359.681	1.408.063	1.575.449	1.690.258
Sul	400.197	537.614	541.767	450.857	530.021	574.014	683.451
Centro-Oeste	353.119	450.364	495.277	328.086	487.999	389.818	500.761
Total	3.939.640	4.661.419	5.555.828	4.669.529	5.004.261	5.744.671	6.568.045

Fonte: SIAFI Gerencial e Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Analisando a Tabela 145, em que são desagregadas as transferências voluntárias do Governo Federal por habitante, a Região Nordeste ocupa a segunda colocação, perdendo apenas para a Região Norte. Porém, a tendência de crescimento das transferências voluntárias de recursos per capita é mantida a partir de 2003, quando a União aumentou de forma significativa o volume de recursos per capita, com uma variação positiva de 50,76% entre 2003 e 2005.

TABELA 145
Transferências voluntárias do Governo Federal por habitante para as regiões brasileiras
(em R\$)
2000 a 2005

Regiões Brasileiras	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nordeste	40,32	43,57	37,83	37,86	48,06	57,08
Norte	49,76	69,98	56,30	59,83	70,42	74,84
Sudeste	19,68	21,27	18,82	19,49	21,75	23,34
Sul	23,25	21,61	17,98	21,14	22,86	27,22
Centro-Oeste	43,84	42,65	28,26	42,03	33,49	43,03
Total	29,91	32,77	27,54	29,52	33,82	38,66

Fonte: SIAFI Gerencial e Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Entre os estados da região, a Bahia, já a partir de 2000, assume a primeira posição na recepção de recursos transferidos voluntariamente pela União, seguido por Pernambuco (Tabela 146). A partir de 2003, ano no qual as transferências voluntárias cresceram sobremaneira para a Região Nordeste, a Bahia continuou sendo o Estado que mais recebeu transferências voluntárias, com R\$ 341 milhões. O Estado de Sergipe ocupou, nesse mesmo ano, a última posição, no que diz respeito ao volume das transferências (R\$ 90,9 milhões).

TABELA 146
Transferências voluntárias do Governo Federal para os estados da Região Nordeste (Em R\$ mil)
1999 a 2005

Unidades de Federação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alagoas	60.744	156.998	165.723	178.517	127.351	159.587	254.438
Bahia	310.815	378.414	420.774	355.429	341.429	413.285	528.272
Ceará	282.033	283.094	305.043	260.995	253.820	342.235	365.455
Maranhão	127.998	163.481	217.591	174.806	218.841	292.935	285.240
Paraíba	183.676	186.482	204.830	130.179	151.195	204.436	251.382
Pernambuco	324.444	306.614	335.428	346.081	327.315	331.799	407.296
Piauí	93.564	87.307	141.934	141.520	172.310	240.415	277.982
Rio Grande do Norte	220.213	166.576	175.649	121.487	121.916	184.357	231.218
Sergipe	84.717	84.601	110.343	94.469	90.974	127.178	126.055
Total Região Nordeste	1.688.204	1.813.566	2.077.317	1.803.484	1.805.151	2.296.228	2.727.337

Fonte: SIAFI Gerencial e Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Quando se observa as transferências voluntárias por habitante entre os estados do Nordeste, o Piauí se destaca com os maiores valores per capita desde 2003: com R\$ 60,65 por habitante em 2003, passando para R\$ 97,76 por habitante em 2005. Entre 2000 e 2005, a Bahia é o estado com os menores valores per capita de repasse entre os estados da Região: com R\$ 26,13 por habitante em 2003 passando para R\$ 40,37 por habitante em 2005 (uma variação positiva de 54,4% nesse período). A Bahia, mesmo recebendo o maior volume de recursos no cômputo geral, tem a pior relação transferências por habitante (o que se deve ao tamanho da população baiana, a maior do Nordeste).

TABELA 147
Transferências voluntárias do Governo Federal por habitante para os estados da Região Nordeste (em R\$)
2000 a 2005

Unidades de Federação	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alagoas	58,46	58,81	63,35	45,19	56,43	89,98
Bahia	29,92	32,20	27,20	26,13	31,58	40,37
Ceará	42,16	41,13	35,19	34,22	46,05	49,18
Maranhão	31,25	38,59	31,00	38,81	51,78	50,42
Paraíba	55,83	59,60	37,88	43,99	59,35	72,97
Pernambuco	41,18	42,40	43,75	41,37	41,85	51,37
Piauí	32,04	49,96	49,81	60,65	84,55	97,76
Rio Grande do Norte	64,51	63,39	43,85	44,00	66,37	83,25
Sergipe	52,70	62,01	53,09	51,12	71,26	70,63
Total Região Nordeste	40,32	43,57	37,83	37,86	48,06	57,08

Fonte: SIAFI Gerencial e Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

6. CONCLUSÕES: OS RUMOS DA REGIÃO NORDESTE

O conjunto de indicadores socioeconômicos expostos e interpretados ao longo deste relatório permite extrair uma conclusão de grande envergadura: a Região Nordeste continua defasada tanto na complexidade da sua estrutura econômica quanto nas condições de vida da população (e no padrão de reprodução da sua classe trabalhadora), quando comparada com as outras regiões brasileiras, especialmente o Sul e o Sudeste. Observou-se que a população nordestina apresenta um conjunto de indicadores sociais que estão abaixo dos patamares nacionais. É nesse sentido que se afirma aqui a persistência do caráter periférico da Região Nordeste, mesmo após dez anos de mudanças estruturais engendradas na economia brasileira.

Os níveis comprimidos de renda (domiciliar e do trabalho) restringem violentamente a possibilidade de que o mercado interno regional sirva como importante variável para um crescimento sustentado por anos consecutivos associado ao desenvolvimento social. O perfil da industrialização nordestina ainda continua assentado na produção de bens intermediários para os mercados do Sul e Sudeste e do exterior, o que significa que ele ainda não se completou, passado quase 40 anos da publicação do Relatório do GTDN (intitulado “*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*”). O crescimento do setor de serviços não ocorreu com a incorporação na matriz produtiva nordestina de segmentos considerados de ponta (como, por exemplo, serviços ligados à Pesquisa e Desenvolvimento), sendo que, dentro desse setor, encontram-se grandes bolsões de trabalho informal (que se reduzem às estratégias de sobrevivência para a população que não encontra empregos no mercado de trabalho formal) e da pequena produção mercantil. Ao mesmo tempo, identificam-se setores claramente controlados pelo capital monopolista, como é o caso da indústria metalúrgica e química.

Como se não fosse suficiente o fato da manutenção da condição periférica da Região Nordeste, as informações aqui analisadas mostram que também existe uma periferia dentro da periferia. Há uma clara concentração da produção de valor nos estados da Bahia e de Pernambuco, somada a uma perversa concentração de barbárie social nos estados de Alagoas, Piauí e Maranhão, os quais apresentam os piores indicadores sociais do Brasil. Por conseguinte, uma nova política de desenvolvimento socioeconômico para a Região Nordeste implica não apenas na redução das distâncias existentes entre essa Região e as outras regiões do Brasil (e entre a média nacional de

uma série de indicadores sociais), mas também uma redução das desigualdades sociais entre os Estados da própria Região. Há uma elevada urgência na definição de uma política de desenvolvimento regional para o Brasil, que seja capaz de neutralizar parcialmente os efeitos perversos do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em múltiplas esferas espaciais.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; SOUZA, Aldemir do Vale; LIMA, Roberto Alves de. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Revista de Estudos Avançados** (Instituto de Estudos Avançados – USP). São Paulo: número 29, volume 11, 1997 (p. 55-77).

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; BUSATO, Maria Isabel. Acumulação de capital, dimensões espaciais e desigualdades regionais brasileiras. **Série de Estudos e Pesquisas nº 73**. Salvador: SEI, 2006 (p. 9-35).

VIDAL, Francisco Baqueiro. Um caso clássico de subdesenvolvimento regional revisitado: notas sobre a formação social e econômica do Nordeste brasileiro. **Série de Estudos e Pesquisas nº 73**. Salvador: SEI, 2006 (p. 55-80).

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: UNESP, 2003.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. **Revista de Estudos Avançados** (Instituto de Estudos Avançados – USP). São Paulo: número 29, volume 11, 1997 (p. 37-54).

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

KOTZ, David. Interpreting the social structure of accumulation theory. In: KOTZ, David, MCDONOUGH, Terrence, REICH, Michael (org.). **Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis**. New York, Cambridge University Press, 1994.

LIMA, Policarpo. Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas. **Análise Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, ano 12, mar-set 1994 (p. 55-73).

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista e O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PROCHNIK, Victor; HAGUENAUER, Lia. Cadeias produtivas e oportunidades de investimento no Nordeste brasileiro. **Análise Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, ano 19, n. 36 (p. 143-161).

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.